



# GUIA DE ESTUDOS

Study Guide

**2023**  
pelotasmun

# **GUIA DE ESTUDOS DO PELOTASMUN 2023**

*To a brighter future*

**2023**  
pelotasmun

## Guia de Estudos do PelotasMUN 2023: to a brighter future

---

### REVISÃO

**Amanda da Luz Perachi, Ester Gruppelli Kurz, Rafaella Barczak, Roberta Nunes Noguez e Sabrina Barcelos**

### CAPA, EDIÇÃO, DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

**Gustavo Ferreira Felisberto**

---

Pelotas Model United Nations (PELOTASMUN), é um projeto vinculado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), registrado sob o código 3125 na instituição e coordenado pelo **Prof. Doutor William Daldegan**.

### DISCENTES RESPONSÁVEIS PELO PROJETO EM 2023

**Gustavo Ferreira Felisberto (Secretário Geral), Rafaella Barczack (Secretária Administrativa), Roberta Nunes Noguez (Secretária Acadêmica) e Sabrina Barcelos (Secretária Administrativa).**

---

Ilustrações por **MidJourney A.I.** sob a licença Creative Commons 4.0

---

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)-

Guia de Estudos do PelotasMUN 2023 [livro eletrônico] : to a brighter future. --

1. ed. -- Pelotas, RS : Ed. dos Autores, 2023.  
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-77246-3

1. Diplomacia
2. Relações internacionais
3. Refugiados - Cooperação internacional
4. Ucrânia - Política e governo.

23-167852

CDD-327

### Índices para catálogo sistemático:

1. Relações internacionais 327

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

---



PELOTASMUN  
pelotasmun@gmail.com



# AGRADECIMENTOS

Aos autores dos capítulos, Carolina de Pinho Ferreira, Carolina Rosa de Oliveira Silva, Giancarlo Cristiano De Gouveia, João Manoel Vieira de Araújo, João Vitor Fagundes, Júlia de Oliveira Moreira, Kaique Cangirana Trovão, Marcos Brenno Bezerra Batista, Iago de Oliveira Cunha, Lara Correa da Silva Farina, Lara Garcia Gonçalves, Maria Luísa Simioni, Nataniele Paim Schmutz, Liara Luiza Durigon Pozzobon, Layane de Moraes Rebouças, Luana Gomes Lasmar, Naomi Milanese e Paula Mariane Macêdo Guimarães, que trouxeram às páginas a seguir sentido e conteúdo para preparação de mais de uma centena de delegados e jornalistas participantes do PelotasMUN 2023.

Ao Prof. Dr. William Daldegan, que não apenas orientou todas as atividades do PelotasMUN ao longo deste ano, como também permitiu ao Secretariado a responsabilidade de gerir a parte discente do projeto, em uma parceria de Coordenação que passa dos três anos.

As mestradas Amanda da Luz Perachi e Ester Gruppelli Kurz, que gentilmente nos apoiaram na tarefa de revisão da presente obra.

Aos apoiadores da edição 2023 do projeto, AIESEC de Pelotas, Aliança Francesa de Porto Alegre (AFPOA), Centro Sergio Vieira de Mello, Clube Rotaract Norte, Clube Rotaract Oeste e Stand With Us Brasil, que por meio de seu apoio à edição forneceram energia para que o presente trabalho técnico pudesse ser concluído e distribuído.

Aos consulados e embaixadas que reconheceram o projeto, Consulado Geral da Alemanha em Porto Alegre, Consulado Geral do Uruguai em Porto Alegre, Consulado Honorário do Japão em Porto Alegre e Embaixada da Suécia em Brasília, que mediante o reconhecimento institucional e apoio por meio de material à edição, faz com que o presente material de estudos tenha um propósito ainda mais claro de manutenção dos esforços e dedicação que os discentes vêm aplicando ao projeto.

Aos patrocinadores do PelotasMUN 2023, Associação Atlética de Relações Internacionais (AARI - Nórdica) e MAB - Centro de Idiomas, que mesmo os recursos não financiando a execução ou registro da

presente obra, reforça a importância da dedicação para construção de um material de qualidade não apenas como forma de estudo aos participantes, como também de reafirmação da confiança depositada pelos patrocinadores na totalidade do projeto.

As minhas colegas de Secretariado, Rafaella Barczak, Sabrina Barcelos e Roberta Noguez, cujo estímulo, paciência com a minha pessoa, dedicação ao projeto e, em especial, o apoio à ideia de transformar o Guia de Estudos do PelotasMUN pela primeira vez em e-book e livro impresso sob demanda, permitiram a finalização deste material.

Gustavo Ferreira  
Secretário Geral do PelotasMUN 2023 e Editor



# PREFÁCIO

Neste ano, o Pelotas Model United Nations (PelotasMUN), completa 10 anos desde a sua primeira edição, realizada em 2013. Ao longo desse período, o projeto contou com a colaboração de mais de uma centena de discentes, responsáveis por construir, ao lado dos respectivos coordenadores que já passaram pelo projeto, edição após edição. Os desafios, em especial a partir de 2020 e o contexto pandêmico, foram enormes, desde o público até a logística. Ainda assim, esses momentos passaram, com aprendizado e ganho de know-how para o time.

A partir do exposto, ressaltamos não apenas a importância do ensino público de qualidade, sendo a base existencial para o PelotasMUN e a pluralidade que o mantém, como também a importância da expansão das atividades do projeto em um contexto mais próximo com a comunidade local, em especial, com os estudantes de ensino médio de escolas públicas e privadas de Pelotas. Em 2023, pela primeira vez, conseguimos colocar em prática uma ação em caráter piloto para realização de pequenas simulações diretamente em escolas da cidade.

Conjuntamente, temos pela primeira vez o Guia de Estudos sendo publicado como e-book, já que até então o material de pesquisa resultante de mais de seis meses de trabalho da equipe Acadêmica do projeto, não era registrado como obra literária. Como um movimento simbólico, os 10 anos do projeto e a construção gradual de amadurecimento das atividades do PelotasMUN ao longo dos últimos três anos, permitiram que agora houvessem condições para tal publicação.

Em um cenário mais amplo, a publicação se insere no contexto de expansão do público participante, registrando um crescimento de mais de 80% em relação ao número da edição anterior. Pela primeira vez em 10 anos, o PelotasMUN contará com mais de 120 participantes em uma única edição, com um público misto, formado por estudantes universitários e de ensino médio de Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria e outras cidades do estado do Rio Grande do Sul. Conjuntamente, conseguimos aumentar em cerca de 200% a oferta de isenções para universitários bolsistas da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)

e estudantes de ensino médio, sem aumento do custo ao pagante.

O resultado descrito acima somente foi possível graças ao trabalho conjunto das três áreas que formam o projeto: acadêmico, Logística e Press (comunicação), liderados pelo Secretariado, núcleo gestor discente, e orientados pelo Prof. Coordenador William Daldegan. Externamente, tal trabalho em conjunto se traduziu também na expansão de uma característica que tem permitido a construção de edições maiores e, qualitativamente, melhores: parcerias, apoiadores e patrocinadores — citados nominalmente nos agradecimentos.

Assim, é com enorme gratidão pelo esforço do trabalho de todas as áreas do projeto que o Secretariado escreve este prefácio, com um misto de alegria e um sentimento de nostalgia, sabendo que com o chegar da edição e o fim do ano se aproximando, mais um ciclo se encerrará, renovando o nosso compromisso com a continuidade. Em nome de todo o time do PelotasMUN, o Secretariado deseja aos delegados, delegadas e jornalistas uma excelente edição, que os debates iniciados na simulação possam não apenas agregar conhecimento, como também permitir que novas amizades e o aprendizado adquirido ao longo de dois dias possa perdurar por um longo tempo.

Gustavo Ferreira Felisberto  
Secretário Geral do PelotasMUN

Rafaella Barczak  
Secretária Administrativa do PelotasMUN

Roberta Nunes Noguez  
Secretária Acadêmica do PelotasMUN

Sabrina de Matos Barcelos  
Secretária Administrativa do PelotasMUN



# TO A BRIGHTER FUTURE

## PARA UM FUTURO MAIS BRILHANTE

“To a brighter future” é o reflexo da expectativa em amanhã melhor que o hoje, em um mundo cujas luzes que mais tem brilhado nem sempre são de eventos positivos, sendo assim também fruto da dedicação, do desejo e das centenas de horas investidas por parte da equipe para construir uma edição que possa ser um ponto brilhante na história do PelotasMUN.

Simboliza a compreensão da conjuntura e dos desafios que hoje permeiam o mundo, não apenas no cenário internacional, como também os pequenos problemas que são grandes para quem os vive todos os dias. Representa o compromisso com o futuro, com uma amanhã formado por cidadãos do mundo que aprendem no passado e no presente, não se limitando ao linear, em uma reflexão tal como a que esperamos proporcionar durante as palestras de sábado.

Criado no início de 2023, esse lema é um sentimento de esperança, forjado na nossa força enquanto irmãos, filhos de diferentes povos e nações, de uma única casa que tanto tem sofrido: o nosso planeta. Olhar para um futuro mais brilhante é, antes de tudo, olhar para si e refletir sobre como você pode ajudar a construir esse amanhã.

*Gustavo Ferreira Felisberto*

*Rafaella Barczak*

*Roberta Nunes Noguez*

*Sabrina de Matos Barcelos*



# SUMÁRIO

## **Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)**

O acesso dos refugiados à trabalhos e serviços financeiros 15

A guerra da Ucrânia e o impacto no fluxo migratório do leste europeu 57

## **Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)**

O controle internacional das armas nucleares 100

A garantia internacional do direito de autodeterminação dos povos 147

## **United Nations Security Council (UNSC)**

Transnational extremism: the proliferation of radical groups in Europe 199

The fighting to the paramilitary groups in the Democratic Republic of Congo 239

## **PRESS**

Imprensa Internacional 274



pelotasmun



# ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS

Guia de Estudos

# O acesso dos refugiados à trabalhos e serviços financeiros

*Carolina Rosa de Oliveira Silva<sup>1</sup>*

*João Vitor Fagundes<sup>2</sup>*

*Júlia de Oliveira Moreira<sup>3</sup>*

*Lara Correa da Silva Farina<sup>4</sup>*

## RESUMO

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), refugiado é aquele deslocado de seu território de origem por motivo de perseguição religiosa, étnica ou social, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados nos seus territórios de origem. Essas pessoas em estado de vulnerabilidade estão amparadas mundialmente por tratados internacionais e órgãos da ONU, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). O Alto Comissariado recomenda que: uma maneira de assegurar algumas necessidades básicas a fim de garantir dignidade ao refugiado em um país é por meio da oportunidade de trabalho e de serviços financeiros no país que o recebeu. Entretanto, apesar dos Estados-membros da ONU serem signatários dos tratados, como exemplo o Estatuto dos Refugiados de 1951, a realidade dos refugiados segue árdua: restrições ao direito de propriedade, altas taxas de desemprego, dificuldade de acesso à educação, limitações de movimentação interna e dificuldade na

---

1 Carolina Rosa de Oliveira Silva é discente do curso de Direito na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

2 João Vitor Fagundes é discente do curso de Direito na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

3 Júlia de Oliveira Moreira é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

4 Lara Correa da Silva Farina é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

obtenção de acesso aos serviços financeiros dos países asilo são alguns dos impasses enfrentados diariamente por refugiados no mundo todo. Assim, ao longo do presente Guia de Estudos, será desenvolvida a contextualização histórica da temática, bem como as ações que estão sendo tomadas no cenário internacional para a solução da problemática e o posicionamento adotado por cada Estado selecionado para composição deste comitê.

## 1. INTRODUÇÃO

Os fluxos migratórios mundiais estão presentes ao longo de toda a história da humanidade, se intensificando ao longo das décadas do século XX. Contudo, foi somente a partir do eclodir da Segunda Guerra Mundial, que a comunidade internacional passou a tratar do tema com mais afinco, promovendo a compreensão da importância da criação de meios formais para enfrentar esse fenômeno da forma mais humanitária possível. A partir desse movimento, alguns tratados internacionais foram assinados, em um esforço mútuo entre os Estados, para controle dessa situação. Dentre estes, está o Estatuto do Refugiado, que conceitua em seu artigo primeiro:

Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 1997, p. 1).

Tendo isso em vista, quando um refugiado busca asilo, é inerente a necessidade de lhe garantir a dignidade humana. Uma das maneiras mais efetivas de garantir tal direito é concebendo o acesso ao trabalho e aos serviços financeiros do Estado-asilo. Isso pelo fato de que a partir desses tópicos garantidos, o refugiado é capaz de ter maior controle e

garantia sobre seu futuro, já que possuirá uma renda própria, sobre a qual poderá ter controle e suprir suas necessidades básicas.

No mesmo sentido, um trabalho digno é a garantia de maior segurança de vida, já que pode proteger o refugiado de exploração de organizações criminais, reduzir a probabilidade de procura por subempregos e impedir o trabalho infantil: muitas vezes ocorrendo pela falta de opção rentável por parte das famílias (ACNUR, 2023).

Outro ponto a ser destacado no quesito importância do tema abordado é de que os refugiados colaboram no crescimento e giro da economia local, nos países que os abrigam. Tal movimento ocorre pelo fato de que cada trabalhador legal contribui, invariavelmente, para a circulação da moeda: já que a partir do dinheiro recebido, se pode consumir produtos e pagar taxas e impostos. Assim, os refugiados que possuem acesso ao mercado de trabalho são capazes ainda de contribuir para o enriquecimento do país ao trazer suas habilidades e auxiliando na criação de novas soluções para problemas locais.

Levando em consideração a importância e as possibilidades trazidas pelos refugiados, cabe destacar quais as dificuldades e impasses do tópico. Conforme apontado pelo ACNUR (2023), são eles: o discurso político interno dos países-asilo, as restrições legais enfrentadas pelos refugiados, a exploração do trabalho e da mão de obra, a dificuldade de acesso à educação, a falta de oportunidades para os refugiados, a falta de movimentação livre no território que abriga os refugiados e a dificuldade de acesso aos serviços financeiros.

A partir do cenário exposto, conforme apontado por Moulin (2012), tem-se que um passo importante na compreensão do papel do Alto-Comissariado e da situação dos próprios refugiados, é a elevação de status para Agência a partir da década de 1990, movimento que permitiu o deslocamento para uma posição mais favorável na estrutura da ONU, possibilitando, por exemplo, a ampliação do recebimento de doações e dos resultados das políticas propostas para os refugiados por parte do ACNUR.

Dessa forma, desde então o Alto-Comissariado vem atuando em diversas frentes, sempre complementarmente aos Estados, em demandas como: coordenação tática dos esforços de organização dos

refugiados, apoio no processamento da chegada de indivíduos junto ao Estado receptor, montagem de tendas para o recebimento inicial dos grupos (TIRADO, 1992). Atualmente, em especial sobre a temática do acesso dos refugiados a trabalhos e aos serviços financeiros do Estado receptor, constroem-se também ações com variadas instituições financeiras, provedores de serviços de capital e mesmo investidores de microcrédito, em um trabalho conjunto com o governo dos países receptores de refugiados para superação de barreiras políticas ou mesmo culturais que possam existir, destacado pelo ACNUR (2023).

Na busca pela inserção dos refugiados, houve também um esforço no pós-Guerra-Fria para a “construção do refugiado como antítese necessária à figura do migrante econômico que depende de práticas discursivas que inserem a temática dos fluxos de refugiados no contexto mais amplo da migração internacional” (MOULIN, 2012, p. 18). Dada a conjuntura, a partir das décadas seguintes, conforme apontado pelo ACNUR (2023), entendeu-se que a falta de inserção dos refugiados afetava profundamente como eles poderiam prosseguir vivendo no país que os recebeu, o que demandava ações para apoiar a própria reestruturação da dignidade e dos direitos básicos destes novos cidadãos.

Essas ações se deram a partir de um contexto atribulado, entretanto, o necessário para a compreensão desse contexto e da coordenação das ações que serão desenvolvidas é a Agência da ONU para os refugiados, criada em dezembro de 1950. Consoante a Agência, eles trabalham para assegurar que qualquer pessoa possa exercer o direito de buscar e receber refúgio em outro país e, caso deseje, retornar em segurança para seu país de origem. No campo de reinserção destes refugiados no mercado de trabalho, o ACNUR tem um projeto de revalidação de diplomas de graduação de pessoas refugiadas, além de auxílio na abertura de contas bancárias. (ACNUR, 2020).

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO

O contexto histórico trabalhista dos refugiados pode ser fasea-

do, iniciando-se após a Segunda Guerra Mundial, momento no qual ocorreu uma grande onda migratória. Segundo Hathaway (1993), com o fim dos impérios Russo, Austro-Húngaro e Otomano, em 1917. Conforme a 1ª convenção relacionada com o status dos refugiados, ocorreu um deslocamento de aproximadamente três milhões de indivíduos em situação de refúgio, além das minorias étnicas, que foram deslocadas e não foram naturalizadas nos novos países, tornando-se apátridas.

Em 1921, o Alto Comissariado para os Refugiados Russos (ACRR) foi criado pelo Comitê da Cruz Vermelha, juntamente com a Liga das Nações. O objetivo do ACRR era proteger os russos obrigados a sair de seu país após a Revolução Russa de 1917. Segundo o United States Holocaust Memorial Museum, “Introduction to the Holocaust” (2022), ocorreu, também, um grande êxodo na Alemanha em 1935, em razão à perseguição antisemita e assim, milhares de judeus foram acolhidos, principalmente pelos EUA, Reino Unido, Argentina, Brasil, Canadá, Austrália e Suécia. Anos depois, em 1938, devido a esse aumento dos refugiados criou-se a Liga das Nações para Refugiados (ACLNR) e, em 1946, constituiu-se a Organização Internacional para Refugiados (OIR), sendo essa a responsável pela realocação dos refugiados até 1951.

Em 1942, deu-se o fim da Liga das Nações, que surgiu na tentativa de consolidar uma organização universal para a promoção da paz, sendo essa dissolução apenas uma formalidade, pois, nesse período já não ocorriam mais ações da organização e já se iniciava uma mobilização para criação da ONU. Em 1948, outro avanço ocorreu - em especial - para os refugiados, com a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU, consagrando direitos comuns sobre a temática, ainda que a Declaração não obriga os Estados partes a acolherem os refugiados, dado é reconhecido como um ato soberano de cada um.

Assim, foi criada em 1950, no âmbito da ONU, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o qual é responsável pela proteção aos refugiados e por encontrar soluções permanentes para eles. Visando protegê-los, foi inicialmente adotado por 12 países, a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, garantindo

uma estrutura jurídica formal para o trato do refúgio com normas de proteção amparadas pelo Direito Internacional. Esta convenção determina empregos remunerados para os refugiados, de forma que:

Os Estados contratantes darão a todo refugiado que resida regularmente no seu território o tratamento mais favorável dado, nas mesmas circunstâncias, aos nacionais de um país estrangeiro no que concerne ao exercício de uma atividade profissional assalariada. (CONVENÇÃO DE 1951, 1951, p. 9)

Ou seja, o Estado deve oferecer as mesmas condições de trabalho de um nativo para um refugiado. Essas condições abrangem a remuneração, duração do trabalho, horas suplementares, férias pagas, restrições ao trabalho doméstico, idade mínima para o emprego, aprendizado, formação profissional, trabalho das mulheres e dos adolescentes, e o gozo de vantagens proporcionadas pelas convenções coletivas. (CONVENÇÃO DE 1951, 1951).

Após analisar como os refugiados conseguiram seus direitos trabalhistas no âmbito internacional durante a história do século XX, analisaremos os maiores fluxos migratórios durante o decorrer do século passado. De acordo com Haydu (2011), pode-se compreender que o primeiro grande fluxo se deu a partir da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), no qual milhares de pessoas foram deslocadas, com a criação de dois grupos de refugiados, os judeus deportados no início do conflito e os nacionais dos países afetados diretamente pela expansão nazista. A partir deste período, foram constituídas organizações multilaterais de recolocação dos trabalhadores, como a já citada OIR, além de organismos de financiamento, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Dessa forma, foi muito recorrente, nesse período a utilização de refugiados para o trabalho escravo ou a transferência deles para campos de concentração, utilizados principalmente pela Alemanha nazista para exterminação em massa destes refugiados. (MUSEUM'S HOLOCAUST ENCYCLOPEDIA, 2022).

O próximo grande fluxo, segundo o Museum Holocaust Encyclopedia (2022) foi durante a Guerra do Vietnã (1955-1975), seguido pela guerra civil em Ruanda (1994) e a Guerra Civil na Síria, a qual iniciou em 2011 e permanece até os dias atuais, com a crise dos refugiados

da Venezuela que iniciou em 2015.

### 3. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

O problema do acesso dos refugiados ao mercado de trabalho e aos serviços financeiros, segundo o ACNUR (2023), é uma questão crítica em todo o mundo. Muitos refugiados têm dificuldades em obter empregos formais ou acesso aos serviços financeiros devido a diversas barreiras, como: preconceito, falta de documentação, restrição linguística, falta de acesso à educação e ao treinamento profissional, entre outras.

Essas barreiras impedem que os refugiados alcancem sua independência financeira e sua integração na sociedade que está lhe acolhendo, visto que sem acesso a empregos remunerados e a serviços financeiros, os refugiados podem ficar presos em situações de pobreza e exclusão social, aumentando sua vulnerabilidade e dependência de ajuda humanitária (BARRETO, 2010).

Além disso, a falta de acesso a empregos formais e serviços financeiros também ocasionam um impacto negativo na economia dos países de acolhimento, uma vez que os refugiados têm potencial para contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico e social, se lhes for dada a oportunidade de fazê-lo (WESTIN, 2019). Desse modo, ainda de acordo com Westin (2019), é crucial encontrar soluções para garantir que os refugiados tenham acesso a oportunidades de emprego e serviços financeiros, a fim de promover sua integração e independência financeira, bem como para maximizar seu potencial de contribuição para as sociedades de acolhimento.

Uma das principais questões é a falta de documentação, dado que muitos refugiados não possuem documentos de identificação válidos no país, dificultando sua capacidade de se inscreverem em empregos formais ou abrir contas bancárias. Nesse sentido, segundo o ACNUR (2023), a falta de documentação impede que os refugiados abram contas bancárias ou obtenham empréstimos, dificultando, por exemplo, a capacidade de investir em suas empresas ou comprar uma

casa, gerando um problema significativo e afeta a capacidade dos refugiados de se estabilizarem e se integrarem na sociedade de acolhimento.

Ainda nesta perspectiva, é necessário a compreensão de que os refugiados muitas vezes não possuem histórico de crédito ou renda estável, o que prejudica ao ser visto como menos atraentes para os bancos e instituições financeiras. Assim, segundo o ACNUR (2023), isso pode resultar em uma dependência de empréstimos informais, os quais muitas vezes cobram juros exorbitantes e inserem novamente, os refugiados em situações financeiras precárias.

Quanto à barreira linguística, sabe-se que muitos refugiados não falam o idioma local, dificultando a comunicação deles com empregadores e dificultando o acesso a serviços financeiros (ANBA, 2020). Em complemento, tem-se em muitos casos, um discurso político interno nos países que recebem refugiados, que aparenta hostilidade e xenofobia em relação aos refugiados, o que pode tornar ainda mais difícil para que eles encontrem empregos e integrem-se na sociedade (ACNUR, 2023).

Nesta conjuntura, alguns políticos conseguem explorar os medos e preocupações da população local em relação aos refugiados, promovendo uma retórica de exclusão e marginalização, que conforme o ACNUR (2023), pode levar a políticas que limitam o acesso dos refugiados a políticas públicas, tornando sua situação ainda mais precária.

Em meio ao cenário apresentado, é importante compreender que a maioria dos refugiados precisou abdicar de suas ocupações, sejam elas laborais ou estudantis, e isso impacta diretamente no processo de inserção em países que priorizam a capacitação de profissionais e valorizam a difusão de conhecimento. Assim, de acordo com o ACNUR (2019), a falta de acesso à educação e ao treinamento profissional é considerado um obstáculo significativo, visto que, de maneira geral, a única “abertura” para a inclusão social de pessoas advindas de outros países, é designada por meio da ascensão econômica que, de acordo com o sistema capitalista, advém da prestação de serviços.

Dessa forma, aqueles que não possuem as características desejadas pelo mercado formal, estão sujeitos às atividades precárias que não seguem as diretrizes dos Direitos Humanos. Em paralelo, a falta de

reconhecimento dos certificados e diplomas obtidos em seus países de origem é uma das principais barreiras, dificultando a entrada de refugiados em programas educacionais, além de limitar suas perspectivas de emprego. Para mais, muitos refugiados enfrentam barreiras linguísticas e culturais, o que pode dificultar sua capacidade de se comunicar e se integrar em ambientes de educação e treinamento (ACNUR, 2023).

Cabe também pontuar as restrições legais que os países impõem aos refugiados para o acesso ao mercado de trabalho e aos serviços financeiros. Por exemplo, em alguns países, os refugiados não têm permissão para trabalhar legalmente ou enfrentam barreiras legais significativas para se inscreverem em empregos formais (BARRETO, 2010). Com tal cenário, os refugiados acabam sendo forçados a trabalhar em empregos informais e em condições precárias, mal remuneradas, sem proteção trabalhista, correndo o risco de exploração no seu ambiente de trabalho.

Dessa modo, a exploração laboral tem um impacto negativo na vida dos refugiados, além de um efeito na economia e na sociedade. Os refugiados, muitas vezes vulneráveis e enfrentando desafios adicionais em sua jornada de busca por asilo, têm a exploração laboral como uma tendência a levá-los a um ciclo vicioso de baixos salários, exploração e pobreza (THORSTENSEN, 1998). Tendo isso em vista, é possível também, apontar o preconceito e a discriminação como obstáculos relevantes.

Em resumo, o acesso dos refugiados a empregos e aos serviços financeiros é um problema complexo que requer soluções multifacetadas e um esforço conjunto governamental, das organizações internacionais, dos empregadores e da sociedade civil. Sendo assim, conforme o exposto, é importante garantir que os refugiados tenham acesso à documentação adequada, aos programas de educação e treinamento, bem como combater o preconceito e a discriminação por parte dos cidadãos dos países-asilo.

## 4. AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Por todo o apresentado até agora no presente Guia de Estudos, sabe-se que a questão dos refugiados não é um problema novo. Foi no pós-Segunda Guerra Mundial, com milhares de refugiados, especialmente da Europa, que a sociedade mundial enxergou a necessidade de fazer algo que pudesse vir a suprir e solucionar os desafios que estavam enfrentando. Assim, em uma Convenção das Nações Unidas de 1951, foi criado o Estatuto do Refugiado, o qual visa garantir o mínimo existencial aos indivíduos em situação de refúgio

Décadas depois, já em 2022, houve o primeiro International Migration Review Forum ou Fórum de Migração Internacional (IMRF), uma conferência internacional, proporcionada pela Comissão das Nações Unidas sobre Direitos Humanos (OHCHR), a qual criou o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular. Tal evento tinha como objetivo aproximar o debate entre países mediante o encorajamento para com a preocupação global com a dignidade da pessoa humana, para que pudessem ser criadas leis, projetos e práticas voltadas para a priorização desse direito fundamental (OHCHR, 2023).

Neste sentido, tem-se que atualmente o ACNUR atua em três principais frentes: reassentamento, repatriamento voluntário e integração local. O reassentamento consiste em ações que auxiliam o refugiado a retornar ao seu local de origem assim que há apaziguamento da situação que o tornou refugiado (guerra, calamidade pública, insegurança política). O repatriamento voluntário consiste em ações que auxiliam o refugiado a conseguir a cidadania de outro país por meio de visto de trabalho, de programas educacionais (como bolsa em universidade ou estágio), visto humanitário, patrocínio comunitário de refugiados e reunificação de famílias. Já a integração local consiste nas ações que auxiliam o refugiado a serem respeitados seus direitos fundamentais pelo país asilo, direitos trabalhistas, acesso aos serviços financeiros, direito de educação e direito de viajar livremente (ACNUR, 2022).

## 5. POSIÇÃO DOS PAÍSES

### 5.1 ESTADO DE ISRAEL

Israel é um país historicamente formado por imigrantes, em especial, os que possuem um histórico de perseguição, ainda sim, esse contexto não tem sido suficiente para reduzir o temor de partes dos grupos políticos em receber refugiados. De acordo com Kresh (2022), uma ala política mais conservadora e com poder na condução política do país, tem se mostrado abertos somente para apoiar o recebimento de refugiados que tenham origem judaica, valendo-se da “Lei do Retorno”, um instrumento legal que permite que qualquer um que tenha ascendência judaica possa viver no Estado de Israel.

Ao longo dos últimos 15 anos, segundo o ACNUR (2023), o número de solicitações de refúgio ou outras formas de asilo passa dos 80 mil protocolos, entretanto, tem-se que menos de 1% desses solicitantes conseguiram o status de refugiado, que lhes provem todos os mesmos direitos básicos que os nacionais israelenses possuem. Apesar dessa política, com o desenvolvimento do conflito russo-ucraniano ao longo do ano passado, Israel passou a receber milhares de refugiados ucranianos, tanto de origem judaica como não judeus, ainda que adotando uma política rígida e, por vezes, impossível de ser cumprida por quem está buscando refúgio a cobrança de uma fiança para que os solicitantes de refúgio não queiram ficar em Israel após o fim do conflito em seu país de origem (KRESH, 2022).

Em relação ao trabalho para refugiados, conforme apontado por Pex (2018), a legislação israelense é complexa, podendo ou não ser emitidas autorizações de trabalho - muitas vezes, a análise ocorre caso a caso. O mesmo não ocorre com contas bancárias, já que diversas instituições financeiras atuam no país, algumas com regras que permitem a abertura de contas por não residentes ou indivíduos que estão de passagem, ainda que possam existir dificuldades nesse processo, dado que muitos refugiados partem de seus países de origem sem documentos e a necessidade de apresentação de passaporte para abertura de conta bancária (INTERNATIONS, 2023).

## 5.2 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Com as mudanças de viés político do governo Trump para

o governo Biden, ocorreram nos EUA diversas promessas acerca de políticas migratórias quanto aos refugiados que têm o país como destino. Segundo o jornal El País (2021), essa reforma prometeu, antes da eleição do presidente, dar nacionalidade norte-americana a 11 milhões de imigrantes, e não foi concretizada, deixando os mesmos sem a possibilidade de trabalho legal no país. Além disso, há a uma garantia de reconstrução do sistema de asilo norteamericano, a qual está ocorrendo de maneira lenta e dificultando esse processo (EL PAÍS, 2021).

Uma das medidas de proteção trabalhista para os imigrantes é a política contra a violação de leis trabalhistas, a qual permite aos imigrantes uma denúncia segura e proteção contra deportação dos Estados Unidos. Além disso, de acordo com a USCIS (United States Citizenship and Immigration Services), em 2002, houve um aumento do tempo de permissão de trabalho, passando de 180 dias para 540 dias de validade. Garantindo assim, maior tempo para estabilização trabalhista e educacional, das famílias refugiadas.

### 5.3 FEDERAÇÃO RUSSA

Em 2021, consoante o UNHCR (c2023), o número de refugiados na Rússia era de apenas 331 indivíduos, sendo que a maioria dos solicitantes de algum tipo de proteção era de asilo. No mesmo sentido, mesmo antes do conflito na Ucrânia, a maioria dos recém-chegados já era ucranianos, bem como afegãos e sírios. A partir de 2022, as informações tornam-se difusas em relação ao número real de refugiados no país, em especial sobre os ucranianos, cujos dados divergem e a confiabilidade destes é incerta, ainda assim, indica-se que houve, em maior ou menor nível, o recebimento de indivíduos ucranianos pela Rússia, entretanto, os dados não convergem e são difusos sobre a quantidade exata que se enquadram no status de refugiados (CIVIC ASSISTANCE COMMITTEE, 2023).

Em relação à possibilidade de trabalho, tem-se que os indivíduos que conseguiram status de refugiado, assim como outras formas de proteção, podem trabalhar legalmente no país sem a necessidade de solicitação de uma permissão de trabalho específica ou semelhante

(UNHCR RUSSIA, [s.d.]). No mesmo sentido, há possibilidade de abertura de contas para indivíduos em situação de refúgio, seja para recebimento de algum tipo de auxílio ou do salário de um eventual trabalho, sendo possível a abertura de conta-corrente ou mesmo de uma conta poupança (FIFINANCE, c2023).

## 5.4 JAPÃO

O Japão é o país com um dos menores índices de entrada de refugiados em seu território, com menos de 1% de aceitação das solicitações anuais e, ao mesmo tempo, um dos maiores financiadores do ACNUR. Em 2018, o país concedeu refúgio para 20 pessoas, dentro de 19.629 solicitações feitas. Já em 2021, o país foi o quarto maior financiador estatal do ACNUR, contribuindo com US\$140 milhões para a instituição (ACNUR, 2022).

Ainda assim, segundo a CNN Portugal (2022), o país realizou um movimento histórico no ano passado ao abrir suas portas para o recebimento de refugiados ucranianos, incluindo até mesmo raras declarações públicas de altas autoridades do governo reiterando a posição assumida em relação aos afetados pelo conflito russo-ucraniano. No mesmo sentido, a mídia relata que o governo nipônico vem ignorando há anos apelos da comunidade internacional e do ACNUR, em especial, para uma revisão na política rígida de aceite dos milhares de pedido de refúgio que o país recebe (CNN PORTUGAL, 2022).

Nesse íterim, apesar da política favorável aos refugiados ucranianos, com o recebimento de mais de 2000 solicitantes, segundo o The Economist (2023), o Japão segue apertando ainda mais a interpretação que o país tem sobre o Estatuto dos Refugiados, além de ser pressionado pelo ACNUR para que possa melhorar as condições de integração dos refugiados já aceitos (UNHCR, 2022). De acordo com o ACNUR (2022), ao receberem asilo, também é garantido o direito de trabalhar e suporte humanitário, ainda que o idioma e outras demandas sejam potenciais dificultadores da integração dos mesmos à sociedade nipônica.

## 5.5 REINO DA DINAMARCA

Em 2021, o Parlamento da Dinamarca aprovou uma lei que passou a permitir que requerentes de refúgio sejam retirados do país, em um movimento que acenava para uma terceirização da responsabilidade durante o processo de análise da solicitação, pois, muitos destes indivíduos passariam a ter que aguardar a conclusão de seu processo em outros territórios (PINTO, 2021). A lei é uma medida na direção contrária dos princípios que regem os princípios de cooperação em prol dos refugiados.

No ano seguinte, a Dinamarca aprovou uma lei para facilitação de imigrantes ucranianos no país, chamada de Lei Ucraniana, considerando o desenvolvimento da guerra russa-ucraniana, com um asilo inicialmente de dois anos e possibilidade de prorrogação para mais um ano, com a concessão de vistos de residência temporários no país (UOL, 2022). Em simultâneo, conforme apontado por Larsen (2022), as solicitações de asilo apresentadas por refugiados ucranianos passaram a ter preferência na fila de processamento e deliberação, visando assim acelerar o processo e oferecer um plano de seguridade de longo prazo aos novos cidadãos.

Apesar do avanço, pode-se entender que a mudança na postura se deu a partir da pressão da comunidade internacional, sob os holofotes do conflito, de diferentes atores políticos e da própria postura da União Europeia em relação à situação, tendo em vista que ambas as leis foram aprovadas sob liderança do mesmo Ministro da Imigração, Mattias Tesfaye. O país que já foi um dos mais progressistas na temática dos refugiados, segundo Pinto (2021), tornou-se ao longo dos últimos anos dos mais duros em políticas migratórias da Europa, movimento explicado por Rauhala (2023), como parte da política cética de refúgio conduzida no país pela esquerda, além de uma seletividade que é até mesmo apontada como problemática, já que, ao mesmo tempo acolhe milhares de refugiados ucranianos, ameaça enviar sírios novamente para o meio do conflito em Damasco.

Atualmente, conforme apontado por Rauhala (2023), as medidas duras e seletivas no trato com solicitantes de refúgio tem sido alvo de críticas do ACNUR, em especial, considerando a posição de insistir

em proteções de caráter temporário e na terceirização de suas responsabilidades enquanto Estado recebedor desses indivíduos.

## 5.6 REINO DA SUÉCIA

Tradicionalmente, a Suécia tem sido vista como um país acolhedor aos imigrantes e refugiados, entretanto, desde 2015 o tema vem sendo tendência nas discussões político partidárias do país e alvo da extrema-direita, em um cenário que ascensão do tema é tida como ao aumento de indivíduos que passaram a buscar a suécia como destino de solicitação de refúgio após a Primavera Árabe (CIESNIK, 2023). Anualmente, desde 2018, a Suécia tem recebido cerca de 5.000 refugiados, contando com um pico de 6.401 em 2021 e, após isso e o desenvolver da conjuntura de surgimento de novos conflitos em 2022, passou para uma redução indicada pelo governo de aceitação de no máximo 900 refugiados ao longo de todo o ano de 2023 (MIGRATIONSVERKET, 2022).

As medidas de integração de longo prazo disponíveis atualmente incluem o oferecimento de um programa governamental de introdução à língua sueca e o acesso aos serviços de trabalho do país, ainda que mesmo com os esforços para integração local, tem sido verificado que a integração no meio do trabalho tem sido mais lenta para refugiados do que para migrantes por motivo profissional ou de reunião familiar (BEVELANDER E IRASTORZA, [s.d.]). O solicitante de refúgio também pode abrir uma conta bancária no país, desde que demonstrando o seu cartão de solicitação e cumprindo os requisitos das instituições bancárias locais (INFORMATIONSVÄRIGE, 2023).

## 5.7 REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

A política migratória do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, atualmente, sofre diversas críticas de seus vizinhos europeus no que tange a dignidade dos refugiados que chegam à ilha. Neste sentido, o primeiro-ministro do país, Rishi Sunak, fez da pauta

anti-imigração um de seus focos em seu mandato, conforme apontado pela VEJA (2023), apresentando ao parlamento propostas como o fechamento da fronteira marítima do canal da mancha. Assim, dificultando a entrada e inflando discursos contra a concessão de direitos a esta parcela da população britânica, no mesmo momento em que ocorre um aumento progressivo da presença de imigrantes no Reino Unido (DN, 2022).

Em relação ao acesso ao trabalho, tem-se que os solicitantes de refúgio podem trabalhar legalmente no país, a partir da obtenção de seu número de seguridade social, predisposição que não se aplica, por exemplo, aos solicitantes de asilo. (UNHRC, [s.d.]). Segundo também podem abrir contas bancárias no país, sendo necessário apenas apresentar o passaporte ou documento biométrico de identificação, junto com uma conta de consumo ou comprovante de residência (UK, 2021).

### **5.9 REPÚBLICA ÁRABE SÍRIA**

A Síria enfrenta uma crise de refugiados há 11 anos devido à guerra civil no país (ACNUR, 2023; BBC NEWS BRASIL, 2021). Existem mais de 13,5 milhões de pessoas que precisam de assistência humanitária na Síria e o país que mais recebe a população refugiada síria é a Turquia, porém, todos os países no entorno, como Líbano e Jordânia, também sofrem com a imensa quantidade de refugiados na região (ACNUR, 2023).

Quanto à questão do trabalho, além das dificuldades que já eram antes enfrentadas, tais como as que já foram explicitadas neste guia, após a pandemia de COVID-19 a situação piorou. Segundo o ACNUR (2023), sabendo dos empecilhos que já enfrentavam, muitos refugiados sírios ainda perderam os empregos que tinham, contribuindo para um aprofundamento da crise dessas pessoas. Sobre o acesso aos serviços financeiros, por não ser um país tradicionalmente receptor de refugiados, pelo contrário, os sírios costumam se dirigir para outros países a fim de solicitar o refúgio, de modo que informações sobre a possibilidade de abertura de contas e acesso aos serviços financeiros são,

por vezes, escassas.

## 5.9 REPÚBLICA DA ÁUSTRIA

A posição da Áustria quanto aos refugiados vem se endurecendo desde 2015. Segundo o veículo de notícias Exame (2018), o país planeja diminuir o auxílio anteriormente prestado aos refugiados, além da aplicação de uma taxa de até 840 euros para os solicitantes de refúgio, visando custear os trâmites legais do processo. Junto a essa medida, se prevê a diminuição do valor dos salários sociais até então fornecidos aos imigrantes, baixando para 563 euros, frente aos 863 euros recebidos pela população nativa.

Na mesma oportunidade, após a realização de uma reunião dos Conselhos dos Ministros Austríacos e o Chanceler Federal, Sebastian Kurz, o mesmo declarou para a imprensa em Viena que o objetivo das medidas era de combater a imigração ilegal e um, suposto, abuso da condição que os refugiados recebiam ao ingressar no país (EXAME, 2018). Seguidamente, em 2018, ocorreu uma alteração na Lei de Integração, em que as obrigações de integração foram alinhadas com a Lei Fundamental da Assistência Social, com a expectativa de encorajar os imigrantes a aprender alemão e permitir sua ampla participação enquanto cidadão na sociedade austríaca (FEDERAL CHANCELLERY, 2019).

## 5.10 REPÚBLICA DA COLÔMBIA

A Colômbia, oficialmente República da Colômbia, possui, em especial, um fluxo migratório histórico com a Venezuela, que segundo o ACNUR (2018), vem se invertendo desde que o atual presidente do país, Nicolás Maduro, assumiu o governo em 2013. Ao longo dos anos seguintes, por conta de uma crise econômica e política, a Colômbia passou a ser o principal destino de venezuelanos buscando refúgio, sobretudo, por conta dos 2000 km de fronteira que divide com o país de Maduro, tornando-se então a fronteira mais movimentada da América do Sul. Anteriormente, o fluxo migratório, apesar de existente, era no sentido contrário e de pessoas que não necessariamente se enquadrar

em uma situação abrangida pelo status de refugiado, isto é, eram colombianos que buscavam fugir do conflito armado promovido por grupos não estatais ou melhores condições de vida (ACNUR, 2023).

Ainda em relação ao intensificar da crise migratória do país vizinho, tem-se que um dos principais desafios para o governo colombiano era de receber, processar e regularizar tais indivíduos, processo que se deu em 2018 por meio da promulgação do Decreto nº 1288, prevendo então uma Permissão Especial de Permanência (PEP), visando regularizar a situação dos refugiados venezolanos utilizando Registro Administrativo de Migrantes Venezuelanos (RAMV), criado especialmente para lidar com a crise (ACNUR BRASIL, 2018). Com a criação do Registro, segundo dados do ACNUR (2023), desde então foram regularizados mais de 440 mil refugiados venezolanos no país, abrindo então espaço para que se integrassem à sociedade colombiana, por meio do trabalho e do acesso aos serviços financeiros locais.

A partir de 2019, segundo o ACNUR (2023), como consequência da regularização em massa desses refugiados venezolanos, diversas empresas criaram programas para promover a contratação dos refugiados, agora enquanto trabalhadores legais, com a constatação por seus quadros de recursos humanos de que muitos desses novos trabalhadores estavam entre os seus melhores funcionários.

### 5.11 REPÚBLICA DA HUNGRIA

A Hungria possui uma política rígida para recebimento de imigrantes, também aplicável em determinado nível aos refugiados, por exemplo, desde 2015 o país tem uma política de somente permitir que o refúgio seja solicitado por um recém-chegado documentado e que seja procedente de uma zona de conflito, posição que o primeiro-ministro do país, Viktor Orbán, reforça com uma punição de até 3 anos para qualquer um que entrar de forma ilegal no país (EL PAÍS, 2015).

As medidas foram adotadas, até então, no pior período da crise de refugiados que a Europa moderna estava vivenciando, de modo que segundo Sahuquillo (2018), ocorreu ainda um endurecimento das medidas — conhecidas como Lei Stop Soros — em 2018, com a aprovação

de um pacote de medidas que passou a criminalizar e castigar, sob risco de prisão, indivíduos e grupos que auxiliassem imigrantes irregulares, em sintonia com um muro que foi construído na fronteira do país com a Sérvia.

Nesse sentido, a posição do governo e do primeiro-ministro, Viktor Orbán, se mantém com poucas alterações, uma vez que seu governo nacionalista tem se esforçado na implementação de políticas contrária aos imigrantes e refugiados, sob o argumento de que a entrada desses indivíduos poderia substituir a cultura cristã que o primeiro-ministro acredita existir na Europa, movimento assemelhando em partes por uma receptividade seletiva como a de outros países, por exemplo, a posição da Dinamarca.

Assim, a Hungria tem negado milhares de pedidos de refúgio de pessoas do Oriente Médio ou da África, entretanto, até o momento já acolheu mais de 2,5 milhões de refugiados que fogem do conflito russo-ucraniano, ainda que apenas 35 mil desses refugiados tenham, sobretudo pelas oportunidades reduzidas no país — que faz com que o mesmo vire apenas porta de entrada na UE — e a proximidade do governo húngaro com o governo russo (THE GUARDIAN, 2023).

O solicitante de refúgio na Húngria, segundo o UNHCR Hungary (2023), possui direito a trabalhar por até 9 meses a partir da data de solicitação do refúgio, seja no próprio centro de acolhimento, em um posto de emprego público ou mesmo ser contratado por um empregador fora do centro de acolhimento aos refugiados e, em relação à abertura de contas, o recebimento de milhares de refugiados gerou a necessidade de uma simplificação deste processo, demanda vista e sanada pelas instituições bancárias, que agora requisitam menos documentos para a abertura de uma conta bancária.

## 5.12 REPÚBLICA DA ÍNDIA

Desde 2019, a Índia passou por uma série de protestos por conta de mudanças nas políticas migratórias do país, inicialmente, com milhares de manifestantes nacionais contrários à mudanças na Lei de Cidadania Indiana, que passou a contar com normas pró integração,

permitindo que todos que vivem na Índia há pelo menos 11 anos possam solicitar a cidadania indiana. (BBC NEWS BRASIL, 2019). Em 2021, com o eclodir da retirada das forças militares dos EUA do Afeganistão e a conseqüente tomada de poder pelo Talibã, a Índia lançou um visto eletrônico de emergência para processamento dos pedidos afegãos, objetivando facilitar a solicitação de entrada destes no território indiano (BASTIN, 2021).

Nesta conjuntura, mesmo sob as mudanças na legislação aprovadas em 2019 e as medidas de 2021 para recebimento dos afegãos, é importante compreender que a Índia não possui uma categoria de asilo para processamento das solicitações do tipo, além disso, as questões de minorias étnicas e religiosas são recorrentes no assunto de refugiados (BASTIN, 2021). No mesmo sentido, segundo o ACNUR (2022), o país tinha mais de 45 mil requintes de refúgio e refugiados registrados no braço da Agência em território indiano no início de 2022, sobretudo de indivíduos do Afeganistão e de Mianmar.

A respeito do acesso dos refugiados a trabalhos e serviços financeiros, desde 2016 refugiados minoritários passaram a poder abrir contas bancárias, comprar propriedades, criar documentos de identidade, carteira de motorista e acessar outros serviços (CHAUHAN, 2016). Pressionados pelo aumento da demanda, algumas unidades bancárias passaram a simplificar temporariamente o processo de abertura de conta, solicitando apenas um contrato de locação de uma residência e uma conta de consumo (MAP, 2019).

### 5.13 REPÚBLICA DA POLÔNIA

Em relação aos refugiados, a posição da Polônia no assunto pode ser vista por meio dos milhões de refugiados que o país acolheu durante o desenvolvimento da guerra russo-ucraniana, número que passa dos 8,5 milhões, com cerca de 7,2 milhões já tendo regressado para o território ucraniano (DN, 2023). Um grande exemplo deste acolhimento foi a comuna de Medyka, lugar onde o prefeito da cidade, Przemyski, declarou para o ACNUR que esses refugiados “[...] perderam quase tudo, [e por isso] precisamos ajudá-los. Mesmo que isso signifique que teremos que aprender a viver com menos” (PRZEMYSKI, 2022, p. 1). No mesmo sentido, a Polônia colocou como prioridade que nenhum

refugiado morra de frio ou de outras necessidades e foi o primeiro país a criar um centro de acolhimento para os refugiados ucranianos.

Com essa grande entrada de refugiados, ainda em 2022, houveram momentos em que o país esteve próximo da saturação em relação à sua capacidade de atender as demandas desses indivíduos que buscam refúgio, sobretudo, nos momentos de bombardeios e avanço de tropas no país vizinho (MARQUES, 2022). Dessa forma, tem-se que a chegada de tantos refugiados aumenta a pressão por soluções de curto e, especialmente, de longo prazo na integração deles na sociedade polonesa, que vem sendo feito por meio da oferta de cursos de polonês, da permissão de trabalho para refugiados e possibilidade de abertura de contas bancárias (POLAND, 2023).

## 5.14 REPÚBLICA DA TURQUIA

A posição da Turquia em relação aos refugiados e ao acesso deles a trabalho e serviços financeiros pode ser colocada através do exemplo do fluxo de refugiados sírios que o país recebe. Atualmente, cerca de 3,6 milhões de refugiados sírios são recebidos e registrados na Turquia, sendo o país que mais recebe refugiados no mundo (HUMAN RIGHTS WATCH, 2022).

O país aderiu à Convenção do Refugiado de 1951, a qual aplicou uma limitação geográfica para sua adesão nesta Convenção, e ao Protocolo de 1967. Essa limitação geográfica faz com que os refugiados, tanto sírios como de outros países, que venham de países do sul e ao leste da fronteira da Turquia não tenha o status completo de refugiados, de forma que são registrados sob uma regulamentação de proteção temporária (HUMAN RIGHTS WATCH, 2022). Em 2013, o país fez a sua primeira lei de asilo, chamada Lei para Estrangeiros e Proteção Internacional, segundo a qual dita as principais bases do sistema de asilo nacional da Turquia e estabeleceu o Presidency of Migration Management como o principal órgão responsável por realizar políticas e procedimentos para pessoas refugiadas no país (UNHCR, 2023). De acordo com o ACNUR (2023), a proteção temporária oferecida aos refugiados também garante a eles trabalharem na Turquia.

Ademais, em 2023, o país foi atingido por terremotos de magnitude 7,5 e os refugiados sírios estão entre os milhares de pessoas atingidas (ACNUR BRASIL, 2023). Vale ressaltar que esses terremotos aconteceram em uma região da Turquia que faz fronteira com a Síria, o que acabou agravando a situação dos refugiados na República turca e aumentou a necessidade de ajuda humanitária para os mesmos (G1, 2023).

### **5.15 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA**

Em 2020, segundo o deutschland.de (2020), a Agência Federal do Trabalho alemã e o Instituto Alemão de Pesquisa econômica publicaram um relatório apontando que que cerca de 36% dos refugiados no país, vindos de 2013 a 2016, possuíam emprego. Dessa forma, em análise das informações do relatório e da legislação alemã, nota-se que a posição da República Federativa da Alemanha em relação ao trabalho e acesso a serviços financeiros aos refugiados é, sobretudo, na direção de prover oportunidades, embora ainda existam obstáculos para a integração deles no país. como à dificuldade ocasionada por conta do aprendizado da língua alemã.

Ainda assim, a Alemanha acredita na necessidade de uma formação para os refugiados, bem como da formação dos mesmos para a ocupação de variadas funções no mercado de trabalho do país, por exemplo, em conjunto com treinamentos e a disponibilização de materiais sobre as regras e benefícios trabalhistas vigentes (DEUTSCHLAND. DE, 2020).

### **5.16 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

A República Federativa do Brasil, no que tange a questão dos refugiados, tem-se que “o Brasil foi o primeiro país a regulamentar a proteção aos refugiados na América do Sul” (HAYDU, 2011, p. 134), bem como o país recebeu 50.355 solicitações de condição de refúgio ao longo do último, cujos maiores Estados de origem dos solicitantes são a Venezuela e Cuba, ainda que os pedidos sejam provenientes de mais de

130 países (ACNUR, 2022).

Em relação ao processamento do pedido de refúgio, o mesmo é aberto para pessoas de outras nacionalidades que chegam ao país, sendo então encaminhadas ao Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão responsável pela análise e julgamentos das solicitações de refúgio em território nacional (BRASIL, 1997). Neste ínterim, enquanto a análise não é concluída, o solicitante de refúgio já possui um documento provisório, o chamado Protocolo de Refúgio, além do protocolo, os solicitantes também já passam a ter direito à emissão da carteira de trabalho e do CPF, com a consequente possibilidade de abertura de conta-salário e contas de pagamento (MJSP, 2023).

## 5.17 REPÚBLICA FRANCESA

A França é conhecida por seguir o lema da “liberdade, igualdade e fraternidade”, além de ser uma grande defensora dos direitos humanos, desse modo esses conceitos também são aplicados quando se trata dos direitos dos refugiados (EMBAIXADA DA FRANÇA NO BRASIL, 2017). Assim, a França é considerada pela embaixada como um país acolhedor aos estrangeiros, especialmente aos solicitantes de refúgio.

A Constituição de 1958 trata o direito dos refugiados como um direito autônomo, muito desenvolvido, composto por diversos órgãos judiciais e administrativos, com vários atores públicos e privados (FRANÇA, 1958), expressando o direito dos refugiados, bem como o Código para entrada desses indivíduos no país e como se dará sua permanência. De acordo com Gil (2014), é nesse código em que o status de refugiado no país é conceituado, tal como a proteção que o solicitante irá receber e quais serão as demandas tratadas pelo Ofício Francês de Proteção de Refugiados e Apátridas (Office français de protection de réfugiés et apatrides - OFPRA) e pela Corte Nacional do Direito de Asilo (Cour nationale du droit d’asile - CNDA), como a própria solicitação do pedido de refúgio e, caso necessário, os passos a serem tomados para entrada de recurso.

Em meio à crise dos refugiados na Europa, desenvolvida ao

longo dos últimos anos, segundo Silva (2019), tal situação gerou superlotação nos campos de refugiados do país, levando até mesmo refugiados para as ruas da capital parisiense e de outras cidades. Assim, em 2023 os afegãos mantiveram o posto de maiores solicitantes de refúgio, pelo quinto ano seguido, representando mais de 22% dos pedidos, além disso, os números de solicitantes de refúgio em 2022 foram impactados pelo conflito russo-ucraniano, ainda que estes tenham sido agraciados com um regime especial e criado especialmente para lidar com essa demanda: um regime de proteção temporária (RFI, 2023). Tal regime isentou os cerca de 100 mil ucranianos no país da necessidade de solicitar refúgio e garantiu o direito de assistência em consonância com benefícios sociais.

A partir de tal conjuntura, a França tem sido vista como uma opção de refúgio para outro grupo de nacionais que estiveram em destaque desde o último ano, os russos, cujos pedidos de refúgio aumentaram em mais de 75% em relação aos anos anteriores, ao mesmo tempo lidar com os desafios do aumento geral da demanda, cujo prazo de solicitação das análises pelo Ofício Francês de Proteção de Refugiados e Apátridas (OFPRA) foi de 159 dias em 2022 (RFI, 2023).

### **5.18 REPÚBLICA HELÊNICA**

Ao longo dos últimos anos, segundo Ferreira (2020), a Grécia tem visto um aumento considerável no número de refugiados que tentam chegar ao país, gerando uma crise humanitária que, conforme apontado por Bali (2023), fez com que os gregos se acostumassem com a cena de refugiados morrendo afogados ou mesmo chegando já sem vida na costa do país, resultado de uma longa e perigosa travessia pelo Mediterrâneo, com um único objetivo: ingressar, por meio da Grécia, na União Europeia.

A partir de 2020, segundo Schmitz (2020), houve um aumento para milhares no número de refugiados que tentavam entrar na Grécia a partir da Turquia, por meio da travessia do rio Evros, movimento que conforme explicado por Bali (2023), gerou uma espécie de consenso contra imigração na sociedade grega, com apenas uma pequena mino-

ria da população ainda lembrando e discutindo o direito de asilo para refugiados e o próprio direito humanitário internacional, enquanto a grande maioria dos gregos foi convencida pelo discurso político de que os refugiados seriam invasores tentando ingressar em seu país. A travessia pelo rio Evros é comumente realizada por traficantes de pessoas, em embarcações sem preparo e até mesmo sem um condutor, deixando-os à própria sorte e na expectativa de conseguirem completar o trajeto.

No cenário em questão, diferentemente de países como, por exemplo, a Dinamarca que é atualmente marcada por um fluxo migratório da Ucrânia, na Grécia quase que a totalidade dos solicitantes e dos indivíduos que arriscam suas vidas para chegar são oriundos do continente africano, movimento que impulsionou gerou alerta e fez a União Europeia, do qual a República Helênica é parte, investir bilhões de euros ao longo dos últimos anos, não para integrar esses refugiados nos países do bloco, objetivo que teve apenas 10% da destinação dos recursos, mas para contar a chegada desses refugiados (GRÜN, 2022).

Caso os requerentes consigam chegar à Grécia e realizar formalmente o seu pedido de refúgio, o que com o endurecimento de medidas e controle de fronteiras mais rigorosos dos últimos anos tem se tornado mais difícil, o solicitante terá uma série de direitos: poderá viver legalmente na Grécia até que a deliberação de seu pré-registro tenha sido concluída, não precisará pagar aluguel por receber uma moradia do Estado, poderá acessar os serviços de saúde básicos, entretanto, não será possível trabalhar no país até que o pedido tenha sido registrado (UNHCR GREECE, 2023). No mesmo sentido, desde 2020, os refugiados passaram a contar diretamente com a abertura de uma conta bancária e receberam um documento provisório de identificação, assim que concluída a fase de cadastro da solicitação (BUSINESS DAILY, 2020).

## 5.19 REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

O Irã é tido como um dos países mais generosos no acolhimento de refugiados, em particular aos afegãos, recebendo mais de um milhão de afegãos ao longo dos últimos 40 anos, fornecendo uma série de mecanismos para a integração dos refugiados em sua sociedade: aux-

ílio para escolarização de crianças, integração dos refugiados no sistema de segurança social e fornecimento de permissão para trabalho, ainda que muitos desses refugiados acabam ocupando postos que demandam pouca qualificação ou mesmo de cunho temporário (ONU, 2022).

Ainda assim, segundo o ACNUR (2022), houveram mudanças na política de acolhimento por conta da situação do Afeganistão, reduzindo o histórico fluxo migratório, bem como há uma política rígida contra imigrantes ilegais, os quais se encontrados são imediatamente encaminhados para a fronteira, independente da quantidade de anos que este imigrante resida no país ou da situação em seu país de origem.

### 5.20 REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A China, segundo Meyers (2017), tem um histórico de refugiados que remonta ao século passado, devido ao grande fluxo migratório que recebeu de vietnamitas durante a guerra entre China e Vietnã, também conhecida como sino-vietnamita, a qual aconteceu em 1979 e provocou uma onda de imigração para o território chinês. Na época, estima-se que o número de refugiados que chegaram à China esteja na casa dos 300 mil indivíduos, que se refugiaram no sul da China e passaram a receber assistência do governo chinês, bem como a alocação inicial em fazendas da região (MEYERS, 2017).

Dado o impacto do fluxo migratório provocado pela Guerra sino-vietnamita de 1979, o país ratificou em 1951 a Convenção de Refugiados, complementada pela adesão em 1982 do Protocolo de 1967 da ONU sobre refugiados. Ainda assim, mesmo tendo ratificado a Convenção e aderido ao Protocolo, tem-se que atualmente a China não possui uma política doméstica ativa e abrangente acerca da situação dos refugiados em seu território e, conseqüentemente, de acesso ao trabalho e aos serviços financeiros nacionais, até mesmo para início do processo de refúgio dos mesmos (UNHCR, 2023).

### 5.21 ROMÊNIA

Desde 2022, conforme apontado por Lloyd e Gauret (2022), a

Romênia tem recebido um alto número de refugiados em decorrência do conflito russo-ucraniano, atingindo a marca de mais de 900 mil ucranianos entrando no país e mais de 80 mil permanecendo após um breve período inicial. Além disso, ao longo do desenvolver do conflito russo-ucraniano, em diversos momentos a Romênia tem sido utilizada como segunda porta de entrada de cidadãos ucranianos na União Europeia (UE), ainda assim, essa saída foi apontada como uma sobrecarga aos sistemas do país, que é o mais pobre da UE (MARMATIEI, 2022).

Os refugiados, assim como outros indivíduos a quem foi concedido uma forma de proteção, possuem o direito legal de trabalhar na Romênia, ainda que haja uma série de dificuldades para sua inserção profissional: o idioma romeno, as percepções com base em preceitos étnicos ou religiosos e, por vezes, a necessidade de comprovação de estudos (TEODOR, [s.d.]). A respeito do acesso aos serviços financeiros, tem-se que há uma série de dificuldades que os refugiados enfrentam no país, especialmente, caso os indivíduos sejam iraquianos, sírios, afegãos ou iranianos. Conforme apontado por Nica (2023), entre 2021 e 2022 foram registradas situações em que nacionais dos países supracitados não conseguiram abrir contas bancárias, prejudicando até mesmo a renovação de suas autorizações de residência, ainda que tal situação não se reproduza ao tratar de indivíduos que disponham de um contrato de trabalho. Apesar disso, assim como em diversos países da região, a partir de 2022 ocorreu uma flexibilização para cidadãos ucranianos, com bancos aceitando a abertura de contas bancárias sem que fosse necessário informar nenhum documento ou apenas uma cópia do passaporte (VISIT UKRAINE, 2022).

## 5.22 UCRÂNIA

A Ucrânia, em razão dos conflitos e questões territoriais com a Rússia, não possui uma tradição de recebimento de refugiados, com uma situação muito semelhante à questão da Síria, no sentido de geração de refugiados e não do recebimento. Desse modo, tem-se que desde a invasão russa ao território ucraniano, iniciada em fevereiro de 2022, houve uma destruição em grande escala da infraestrutura civil

e a transformação de milhares de cidadãos ucranianos em refugiados (UNHCR, 2023).

Com o desenvolvimento da situação russo-ucraniana, o país não é um destino buscado por pessoas de outros países para se refugiar, considerando também a fragilidade da infraestrutura e o risco que correm com um conflito ainda em andamento. A partir dessa conjuntura, tem-se que o posicionamento do país em relação à temática dos refugiados tem sido no sentido da postura que está adotando em relação à saída de seus nacionais do país, o que conforme apontado por Kirişci e Roehse (2023), é um posicionamento que também precisa considerar a necessidade de retorno desses refugiados em dado momento para uma reconstrução da infraestrutura e mesmo de uma normalidade no país.

## 6. QUESTÕES A PONDERAR

1. Como os Estados-membros da ONU podem garantir aos refugiados dentro de seu país o acesso ao trabalho e serviços financeiros?
2. De que maneira é possível unir forças para solucionar a longo prazo a dificuldade dos refugiados de obter empregos e serviços financeiros?
3. Tendo em vista as divergências econômicas de cada país, como os países que recebem refugiados podem melhorar sua recepção a eles de maneira a garantir trabalho e acesso à serviços financeiros?
4. Qual iniciativa as Nações Unidas pode ter para auxiliar os refugiados em busca de trabalho e de serviços financeiros?
5. Quais os principais empecilhos dos refugiados na obtenção de empregos dignos e acesso aos serviços financeiros dos países que os recebem e de que maneira eles podem ser superados através da criação de legislação específica e acordos internacionais?

## 7. REFERÊNCIAS

A lei de imigração que despertou protestos violentos de muçulmanos na Índia. BBC NEWS, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50820502>. Acesso em: 07 jul. 2023.

ACNUR BRASIL. ACESSO A SERVIÇOS FINANCEIROS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO E IMIGRANTES NO BRASIL. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/10/Guia-Acesso-a-Servicos-Financieros-Refugiados-e-Migrantes.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

\_\_\_\_. ACNUR BRASIL. Protegendo refugiados no Brasil e no mundo. 2020. Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/03/Cartilha-Institucional-Final\\_site.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/03/Cartilha-Institucional-Final_site.pdf). Acesso em 06 jul. 2023.

ACNUR BRASIL. Convenção de 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas,ap%C3%B3s%20a%20Segunda%20Guerra%20Mundial..> Acesso em: 14 maio 2023.

ACNUR BRASIL. Protegendo refugiados no Brasil e no mundo. 2018. Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Protegendo-Refugiados-no-Brasil-e-no-Mundo\\_ACNUR-2018.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Protegendo-Refugiados-no-Brasil-e-no-Mundo_ACNUR-2018.pdf). Acesso em: 15 jun. 2023.

ACNUR responde a terremotos mortais na Turquia e na Síria. ACNUR BRASIL, 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2023/02/07/acnur-responde-a-terremotos-mortais-na-turquia-e-na-siria/>. Acesso em: 8 jul. 2023.

ACNUR. Colombia: a crossing point for forced human mobility. 2023. Disponível em: <https://reporting.unhcr.org/colombia-crossing-point-forced-human-mobility-spanish>. Acesso em: 7 jul. 2023.

AGÊNCIA FIDES. Índia. Refugiados e deslocados internos por causa da pandemia. VATICAN NEWS, 2020. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2020-06/india-deslocados-refugiados-pandemia-jesuita.html>. Acesso em: 1 jul. 2023.

ARAÚJO, Thayana. Ucrrianos refugiados recebem apartamentos e empregos no Brasil. CNN BRASIL, 2022. Disponível em: <https://>

[www.cnnbrasil.com.br/internacional/ucranianos-refugiados-da-guerra-recebem-casa-e-emprego-no-brasil/](http://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ucranianos-refugiados-da-guerra-recebem-casa-e-emprego-no-brasil/). Acesso em: 14 jun. 2023.

ASYLUM seekers will have bank account, taxpayer ID and social security number. BUSINESS DAILY, 2020. Disponível em: [https://www.businessdaily.gr/english-edition/27937\\_asylum-seekers-will-have-bank-account-taxpayer-id-and-social-security-number](https://www.businessdaily.gr/english-edition/27937_asylum-seekers-will-have-bank-account-taxpayer-id-and-social-security-number). Acesso em: 7 jul. 2023.

ÁUSTRIA enfrenta aumento de refugiados. EURONEWS, 2022. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2022/10/16/austria-enfrenta-aumento-de-refugiados>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BANKS and bank accounts. Informationsverige, 2023. Disponível em: <https://www.informationsverige.se/en/jag-ar-asylosokande/ekonomi-under-asyltiden/bank-och-bankkonto.html>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BALI, Kaki; KYRANOUDI, Dimitra. Greece: Not an unexpected tragedy. DW, 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/en/greece-not-an-unexpected-tragedy/a-65944621>. Acesso em: 7 jul. 2023.

BARCHFIELD, Jenny. Empresas colombianas abrem as portas para refugiados e migrantes venezuelanos. ACNUR BRASIL, 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/11/19/empresas-colombianas-abrem-as-portas-para-refugiados-e-migrantes-venezuelanos/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (org.). Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ref%C3%BAgio-no-Brasil\\_A-prote%C3%A7%C3%A3o-brasileira-aos-refugiados-e-seu-impacto-nas-Am%C3%A9ricas-2010.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ref%C3%BAgio-no-Brasil_A-prote%C3%A7%C3%A3o-brasileira-aos-refugiados-e-seu-impacto-nas-Am%C3%A9ricas-2010.pdf). Acesso em: 12 jun. 2023.

BASTIN, Côme. Índia lança visto eletrônico de emergência para refugiados afegãos. RFI, 2021. Disponível em: <https://rfi.my/7fPn>. Acesso em: 7 jul. 2023.

BEAUREGARD, Luis Pablo. Política migratória de Biden continua à espera da grande reviravolta prometida. EL PAÍS, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-11-09/politica-mi>

gratoria-de-biden-continua-a-espera-da-grande-reviravolta-prometida.html. Acesso em: 14 jun. 2023.

BEVELANDER, Pieter. IRASTORZA, Nahikari. The labour market integration of refugees in Sweden. Nordregio Magazine, [s.d.]. Disponível em: <<https://nordregio.org/nordregio-magazine/issues/migration-and-integration/the-labour-market-integration-of-refugees-in-sweden/#>>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1997.

CHAUHAN, Neeraj. ID-cards, bank a/cs for non-Muslim refugees. THE TIMES OF INDIA, 2016. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/india/id-cards-bank-a/cs-for-non-muslim-refugees/articleshow/53791267.cms>. Acesso em: 7 jul. 2023.

CHINA. UNHCR, [s.d.]. Disponível em: <https://www.unhcr.org/countries/china>. Acesso em: 7 jul. 2023.

CIESNIK, Sonya. ‘Sweden as we know it is dying’: From welcoming migrants to discouraging them. Info Migrants, 2023. Disponível em: <<https://www.infomigrants.net/en/post/46555/sweden-as-we-know-it-is-dying-from-welcoming-migrants-to-discouraging-them>>. Acesso em: 12 ago. 2023.

COLÔMBIA saúda medida adotada pelo governo colombiano para regularizar a situação de mais de 442 mil venezuelanos. ACNUR BRASIL, 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2018/08/09/onu-colombia-sauda-medida-adotada-pelo-governo-colombiano-para-regularizar-a-situacao-de-mais-de-442-mil-venezuelanos/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS (1951). [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

DADOS sobre refúgio no Brasil. ACNUR BRASIL, 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

DINAMARCA aprova lei especial para facilitar a entrada de refugia-

dos ucranianos no país. UOL, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2022/03/23/dinamarca-aprova-lei-especial-para-facilitar-a-chegada-de-refugiados-ucranianos-no-pais.htm>. Acesso em: 16 jun. 2023.

DINAMARCA aprova lei que permite expulsar refugiados do país. O TEMPO, 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/mundo/dinamarca-aprova-lei-que-permite-expulsar-refugiados-do-pais-1.2493952>. Acesso em: 14 jun. 2023.

DINAMARCA exige horas de trabalho a migrantes para que possam receber subsídios. PÚBLICO, 2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/09/08/mundo/noticia/dinamarca-exige-horas-trabalho-migrantes-possam-receber-subsidios-1976807>. Acesso em: 15 jun. 2023.

DN/Lusa. Migrações: Reino Unido bate novo recorde de imigrantes este ano. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2022. Disponível em: <https://www.dn.pt/internacional/migracoes-reino-unido-bate-novo-recorde-de-imigrantes-este-ano-15383785.html>. Acesso em: 29 jun. 2023.

DN/Lusa. Polónia recebeu quase 9 milhões de refugiados ucranianos mas a maioria regressou ao país. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2023. Disponível em: <https://www.dn.pt/internacional/polonia-recebeu-quase-9-milhoes-de-refugiados-ucranianos-mas-a-maioria-regressou-ao-pais-15586517.html>. Acesso em 11 jul. 2023.

ESTADOS Unidos anunciam medidas pró-imigrantes. Portal Eu, Rio, 2023. Disponível em: <https://eurio.com.br/noticia/45812/estados-unidos-anunciam-medidas-pro-imigrantes.html>. Acesso em: 16 jun. 2023.

EUA anunciam medidas pró-imigrantes. GONDIM LAW CORP, c2022. Disponível em: <https://gondimlaw.com/pt/eua-anunciam-medidas-pro-imigrantes/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FERREIRA, Yuri. Grécia comete crime humanitário ao jogar mais de 1 mil imigrantes e refugiados ao mar. HYPENESS, 2020. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2020/08/grecia-refugiados-no-mar/>. Acesso em: 07 jul. 2023.

FINANCIAL inclusion. UNHCR, [s.d]. Disponível em: <https://www.unhcr.org/financial-inclusion.html>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FRANÇA ultrapassa marca de meio milhão de refugiados; afegãos

são os que mais pedem asilo. RFI, 2023. Disponível em: <https://rfi.my/9h52>. Acesso em: 7 jul. 2023.

FRANÇA. [Constituição (1958)]. Constituição da Quinta República Francesa. Paris, França, 1958, 44 p. Disponível em: [https://www.conseil-constitutionnel.fr/sites/default/files/as/root/bank\\_mm/portugais/constitution\\_portugais.pdf](https://www.conseil-constitutionnel.fr/sites/default/files/as/root/bank_mm/portugais/constitution_portugais.pdf). Acesso em: 07 jul. 2023.

GIL, Tanile Mascolo. O DIREITO DOS REFUGIADOS NA FRANÇA: “FRANCE, PAYS D’ACCUEIL”? Revista da Faculdade de Direito da UFRGS – Volume Especial, 2014.

GOV. CO. Decreto 1288 de 2018 - Gestor Normativo. 2018. Disponível em: <https://www.funccionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=87780>. Acesso em: 30 jun. 2023.

GRÜN, Gianna Carina. How the EU spent billions to halt migration from Africa. DW, 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/en/how-the-eu-spent-billions-to-halt-migration-from-africa/a-61362906>. Acesso em: 7 jul. 2023.

HATHAWAY, James. Reconceiving Refugee Law as Human Rights protection. In: MAHONEY, Kathleen; MAHONEY, Paul (Ed.). Human Rights in the Twenty-First Century: a global challenge. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993. p. 659-678.

HATHAWAY, James. The Michigan guidelines on the International Protection of Refugees. Michigan. 2019. Disponível em:

HAYDU, Marcelo. A Integração de refugiados no Brasil. In RAMOS, André de Carvalho; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA, Guilherme Assis de (orgs.). 60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011.

HISTÓRICO: Japão abre portas a refugiados da Ucrânia. CNN Portugal, 2022. Disponível em: <https://cnnportugal.iol.pt/guerra-da-ucrania/historico-japao-abre-portas-a-refugiados-da-ucrania/20220303/62202c010cf21847f0aec23a>. Acesso em: 11 jul. 2023.

HOW can Ukrainian refugees open a bank account in Romania. VISIT UKRAINE, 2022. Disponível em: <https://visitukraine.today/blog/307/how-can-ukrainian-refugees-open-a-bank-account-in-romania>. Acesso em: 13 ago. 2023.

HOW many refugees from Ukraine are there in the Russian Federation?. Civic Assistance Committee, 2023. Disponível em: <https://refugee.ru/en/dokladyi/how-many-refugees/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

HOW to Open a Bank Account in Russia [After Sanctions]. In: Open Bank Account Russia Non Resident. FIFINANCE, c2023. Disponível em: <https://fififinance.com/banking/bank-account-russia#:~:text=It%20is%20possible%20to%20open%20Russian%20bank%20account,but%20there%20are%20usage%20restrictions%20and%20high%20fees>. Acesso em: 23 ago. 2023

<https://doi.org/10.3998/mpub.11478533> Acesso em: 5 de jun. 2023.

HUNGRIA fecha fronteira e criminaliza entrada ilegal de refugiados. EL PAÍS, 2015. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/15/internacional/1442302871\\_868115.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/15/internacional/1442302871_868115.html). Acesso em: 18 jun. 2023.

IDIOMA é maior barreira para refugiados, diz estudo. AGÊNCIA DE NOTÍCIAS BRASIL-ÁRABE, 2020. Disponível em: <https://anba.com.br/idioma-e-maior-barreira-para-refugiados-diz-estudo/>. Acesso em: 7 jul. 2023.

INAÊ, Güinewer. O DILEMA DA NOVA CRISE DE REFUGIADOS NA EUROPA. CSVM; UFG, [s.d]. Disponível em: <https://csvm.ufg.br/n/152679-o-dilema-da-nova-crise-de-refugiados-na-europa>. Acesso em: 11 jun. 2023.

ÍNDIA lança visto eletrônico de emergência para refugiados afegãos. RFI, 2021. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/mundo/20210818-%C3%ADndia-lan%C3%A7a-visto-eletr%C3%B4nico-de-emerg%C3%Aancia-para-refugiados-afeg%C3%A3os>. Acesso em: 1 jul. 2023.

INDIA. UNHCR, 2022. Disponível em: <https://www.unhcr.org/countries/india>. Acesso em: 7 jul. 2023.

INTEGRATION Act. Federal Chancellery, 2019. Bundeskanzleramt. gv.at. Disponível em: <https://www.bundeskanzleramt.gv.at/en/agenda/integration/integration-act.html>. Acesso em: 7 jul. 2023.

INTERNATIONAL standards governing migration policy. UN HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER, [s.d].

Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/migration/international-standards-governing-migration-policy>. Acesso em: 14 maio 2023.

JAPAN is making asylum even harder for refugees. The Economist, 2023. Disponível em: <https://www.economist.com/asia/2023/06/28/japan-is-making-asylum-even-harder-for-refugees>. Acesso em: 11 jul. 2023.

KIRIŞCI, Kemal; ROEHSE, Sophie. Refugees must be central to the reconstruction of Ukraine. BROOKINGS, 2023. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/refugees-must-be-central-to-the-reconstruction-of-ukraine/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

KRESH, DANIELA. Israel recebe refugiados em meio a polêmica sobre origem não judaica. Agência Brasil, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/internacional/audio/2022-03/israel-recebe-refugiados-em-meio-polemica-sobre-origem-nao-judaica>. Acesso em: 7 jul. 2023.

LARSEN, Fernanda Melo. Dinamarca aprova lei especial para facilitar a chegada de refugiados ucranianos no país. RFI, 2022. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/podcasts/linha-direta/20220323-dinamarca-aprova-lei-especial-para-facilitar-a-chegada-de-refugiados-ucranianos-no-pa%C3%ADs>. Acesso em: 7 jul. 2023.

LIBERDADE, Igualdade, Fraternidade. LA FRANCE AU BRÉSIL, 2017. Disponível em: <https://br.ambafrance.org/Liberdade-Igualdade-Fraternidade>. Acesso em: 5 de jun. 2023.

LIVELIHOODS and Economic Inclusion Programmes. UNHCR, [s.d]. Disponível em: <https://help.unhcr.org/turkiye/information-for-syrians/livelihoods/#:-:text=Working%20in%20T%C3%B-Crkiye,wage%20employment%20and%20self%20employment>. Acesso em: 3 jul. 2023.

LLOYD, Naomi; GAURET, Fanny. Como a Romênia e a EU reagem à vaga de refugiados ucranianos. Euronews, 2022. Disponível em: <https://pt.euronews.com/next/2022/05/18/como-a-romenia-e-a-ue-reagem-a-vaga-de-refugiados-ucranianos>. Acesso em: 12 ago. 2023

MARMATIEI, Sighetu. Romênia, o plano B dos refugiados ucranianos para escapar do caos na fronteira polonesa. ESTADO DE MINAS, 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internac>

ional/2022/03/02/interna\_internacional,1349361/romenia-o-plano-b-dos-refugiados-ucranianos-para-escapar-do-caos-na-fronte.shtml. Acesso em: 12 ago. 2023.

MARQUES, Francisco. Polónia à beira de saturação no acolhimento de refugiados da guerra na Ucrânia. EuroNews, 2022. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2022/04/30/polonia-a-beira-de-saturacao-no-acolhimento-de-refugiados-da-guerra-na-ucrania>. Acesso em: 11 jul. 2023.

MEYERS, Jessica. China once welcomed refugees, but its policies now make Trump look lenient. LOS ANGELES TIMES, 2017. Disponível em: <https://www.latimes.com/world/asia/la-fg-china-forgotten-refugees-2017108-story.html#:~:text=Today%2C%20China%20has%20no%20refugee,escaping%20a%20multi%2Dyear%20war..> Acesso em: 26 jun. 2023.

MIGRANTS in vulnerable situations. UN HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER, [s.d]. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/migration/migrants-vulnerable-situations>. Acesso em: 14 maio 2023.

MY rights and obligations as an Asylum Seeker. UNHCR GREECE, 2023. Disponível em: <https://help.unhcr.org/greece/rights-and-duties/rights-and-duties-of-asylum-seekers/>. Acesso em: 7 jul. 2023.

NASCIUTTI, Jacyara Carrijo Rochael. PANDEMIA E PERSPECTIVAS NO MUNDO DO TRABALHO. Caderno de Administração, v. 28, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53609/751375150141>. Acesso em: 7 jul. 2023.

NICA, Felicia. Country Report: Civil registration. AIDA; ECRE, 2023. Disponível em: <https://asylumineurope.org/reports/country/romania/content-international-protection/status-and-residence/civil-registration/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Mendes de. Schengen e segurança europeia: a crise de migrantes como ameaça à liberdade de circulação na União Europeia. Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, na Especialização de Segurança Interna. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, 2017.

ONU elogia Irã por acolhimento a refugiados. JORNAL ESTADO

DE MINAS, 2017. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/03/16/interna\\_internacional,854824/onu-elo-gia-ira-por-acolhimento-a-refugiados.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/03/16/interna_internacional,854824/onu-elo-gia-ira-por-acolhimento-a-refugiados.shtml). Acesso em: 15 jun. 2023.

ONZE anos depois, a Síria continua sendo a maior crise de deslocamento forçado do mundo. ACNUR BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2022/03/15/onze-anos-depois-a-siria-continua-sendo-a-maior-crise-de-deslocamento-forcado-do-mundo/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

OPENING a Bank Account & Managing Your Taxes in Israel. INTERNATIONALS, 2023. Disponível em: <https://www.internations.org/israel-expats/guide/banks-taxes#:~:text=As%20a%20non%2Dresident%2C%20the,and%20even%20better%20interest%20rates..> Acesso em: 7 jul. 2023.

ORNELLAS, Thuê Camargo Ferraz de; MONTEIRO, Maria Inês. Aspectos históricos, culturais e sociais do trabalho. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 59, p. 552-555, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/HqyzDDq4GTJRvYmjJkMwqcq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jun. 2023.

OS programas rurais da Áustria estão integrando os imigrantes – mas os ganhos podem durar?. APOLITICAL, 2018. Disponível em: <https://apolitical.co/solution-articles/pt/austrias-rural-programs-are-integrating-migrants-but-can-the-gain-last>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PEREIRA, Aline Ribeiro. Mínimo Existencial: veja como é aplicado no direito brasileiro. Aurum, 2023. Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/minimo-existencial/#:~:text=A%20defini%C3%A7%C3%A3o%20de%20E2%80%9Cm%C3%ADnimo%20existencial,isso%20seria%20um%20direito%20subjetivo.> Acesso em: 14 mai. 2023.

PEX, Josué. Legally employing asylum seekers – are you permitted to employ refugees in Israel. Lawoffice, 2018. Disponível em: <https://lawoffice.org.il/en/legally-employing-asylum-seekers/>. Acesso em: 7 jul. 2023.

PINTO, Ana Estela de Souza. Dinamarca aprova lei que permite tirar refugiados do país. FOLHA DE S.PAULO, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/06/dinamarca-aprova-lei-que-permite-tirar-refugiados-do-pais.shtml>. Acesso em: 7 jul.

2023.

POLAND. Site for citizens of Ukraine: Employment in Poland. Gov. pl, 2023. Disponível em: <https://www.gov.pl/web/ua/pratsevlashtuvannya-v-Polshchi>. Acesso em 11 jul. 2023.

POPE Francis thanks Hungarians for welcoming Ukrainian refugees. THE GUARDIAN, 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/apr/29/pope-francis-thanks-hungarians-for-welcoming-ukrainian-refugees>. Acesso em: 7 jul. 2023.

POR que a guerra da Síria continua após 11 anos?. BBC NEWS BRASIL, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56378202>. Acesso em: 8 jul. 2023.

RAUHALA, Emily. How progressive Denmark became the face of the anti-migration left. WASHINGTON POST, 2023. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2023/04/06/denmark-zero-asylum-refugees/>. Acesso em: 7 jul. 2023.

REFUGEEES and Access to Banking in India: An Information Booklet. MAP, Migration & Asylum Project, 2019. Disponível em: [https://static1.squarespace.com/static/6006b1d33753c24df24ba6d1/t/602d73f0eb1bd95076bc219b/1613591543840/FI+Pamphlet\\_English.pdf](https://static1.squarespace.com/static/6006b1d33753c24df24ba6d1/t/602d73f0eb1bd95076bc219b/1613591543840/FI+Pamphlet_English.pdf). Acesso em: 7 jul. 2023.

REFUGEEES and Asylum Seekers in Turkey. UNHCR, [s.d]. Disponível em: <https://www.unhcr.org/tr/en/refugees-and-asylum-seekers-in-turkey>. Acesso em: 3 jul. 2023.

REFUGIADOS da Ucrânia: quantos estão deixando o país e para onde estão indo?. BBC NEWS BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60570352>. Acesso em: 10 jun. 2023.

REINO Unido propõe lei que pode acabar com política de refugiados. VEJA, 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/reino-unido-propoe-lei-que-pode-acabar-com-politica-de-refugiados>. Acesso em: 29 jun. 2023.

RIGHTS and entitlements of refugees and asylum seekers in the UK. UNHCR, [s.d.]. Disponível em: <https://help.unhcr.org/uk/asylum/rights-and-duties-of-refugees/>. Acesso em 01 ago. 2023.

RIGHTS and obligations. UNHCR Russia, [s.d.]. Disponível em: <<https://help.unhcr.org/russia/en/rights-and-obligations/>>. Acesso em: 12 ago. 2023.

RUSSIAN Federation. UNHCR, c2023. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/countries/russian-federation>>. Acesso em 12 ago. 2023.

SAHUQUILLO, María R. Hungria aprova a polêmica lei que criminaliza a ajuda aos imigrantes. EL PAÍS, 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/21/actualidad/1529586785\\_301024.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/21/actualidad/1529586785_301024.html). Acesso em: 16 de jun. 2023.

SALTMARSH, Matthew. Cidade polonesa transforma ginásio em centro para acolher refugiados da Ucrânia. ACNUR BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2022/03/31/cidade-polonesa-transforma-ginasio-em-centro-para-acolher-refugiados-da-ucrania/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

SCHMITZ, Florian. Greece exploits coronavirus in spat with Turkey. DW, 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/en/greece-exploits-coronavirus-in-refugee-dispute-with-turkey/a-52985947>. Acesso em: 7 jul. 2023.

SEABRA, Beatriz; FREIRE, Hérika; AMÔEDO, Júlia. A imigração venezuelana em território colombiano na atualidade – Núcleo de Estudos Interdisciplinares Ibero-Americanos. Puc-rio.br. Disponível em: <http://ei.usuarios.rdc.puc-rio.br/blog/a-imigracao-venezuelana-em-territorio-colombiano-na-atualidade/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SIDE event: Upholding the human rights guiding principle in the Global Compact for Migration. UN HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/events/events/2022/side-event-upholding-human-rights-guiding-principle-global-compact-migration>. Acesso em: 14 maio 2023.

SILVA, Ana Clara Rosa. REFUGIADOS E O SISTEMA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO: CRISE MIGRATÓRIA E TERRORISMO NA FRANÇA. 2019. 26 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - UniEVANGÉLICA, Anápolis. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/1261/1/>

Monografia%20-%20Ana%20Clara%20Rosa%20Silva.pdf. Acesso em: 07 jul. 2023.

SÍRIA. ACNUR BRASIL, [s.d]. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/siria/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SOU Solicitante de Refúgio. Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/refugio/sou-solicitante>. Acesso em: 7 jul. 2023.

TACKLING sexual exploitation, abuse and harassment. UNHCR. Disponível em: <https://www.unhcr.org/tackling-sexual-exploitation-abuse-and-harassment>. Acesso em: 14 maio 2023.

TEODOR, Irene. Do Refugees have the Right to Work in Romania?. The BRIDGE, [s.d]. Disponível em: <http://www.thebridgevienna.org/do-refugees-have-the-right-to-work-in-romania/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

THE Swedish resettlement programme. Migrationsverket, 2022. Disponível em: <https://www.migrationsverket.se/English/About-the-Migration-Agency/Our-mission/The-Swedish-resettlement-programme.html>. Acesso em: 12 ago. 2023.

THORSTENSEN, Vera. A OMC – Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre comércio, meio ambiente e padrões sociais. Genebra. Rev. Brasileira de política internacional. 41. 29-58, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/S5QjKJtrjNnWsMc8h-6gnQ5m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 maio 2023.

TOLEDO, Daniel; LEE, Kris. EUA aumentam prazo que imigrantes poderão trabalhar com autorização vencida. JORNAL JURID, 2022. Disponível em: <https://www.jornaljurid.com.br/noticias/eua-aumentam-prazo-que-imigrantes-poderao-trabalhar-com-autorizacao-vencida>. Acesso em: 16 de jun. 2023.

TURKEY: Hundreds of Refugees Deported to Syria. HUMAN RIGHTS WATCH, 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2022/10/24/turkey-hundreds-refugees-deported-syria#:~:text=Turkey's%20Temporary%20Protection%20Regulation%20grants,permission%20%20%20%0Dhttps://help.unhcr.org/turkiye/information-for-syrians/livelihoods/#:~:text=Working%20in%20>

T%3%BCrkiye,wage%20employment%20and%20self%2Dem-  
ployment.%20to%20travel%20between%20provinces. Acesso em: 3  
jul. 2023.

UKRAINE Refugee Situation. UNHCR, 2023. Disponível em:  
<<https://data2.unhcr.org/en/situations/ukraine>>. Acesso em: 12 ago.  
2023.

UNHCR-IDC Vulnerability Screening Tool - Identifying and address-  
ing vulnerability: a tool for asylum and migration systems. UNHCR,  
2016. Disponível em: <https://www.unhcr.org/media/36038>. Acesso  
em: 14 maio 2023.

UNHCR Representation in China. UNHCR, [s.d]. Disponível em:  
[https://www.unhcr.org/hk/en/about-us/china#:~:text=China%20rat-  
ified%20the%201951%20Convention,1967%20Protocol%2C%20  
in%20September%201982..](https://www.unhcr.org/hk/en/about-us/china#:~:text=China%20rat-ified%20the%201951%20Convention,1967%20Protocol%2C%20in%20September%201982..) Acesso em: 26 jun. 2023.

UNHCR. Israel factsheet of march. Global Focus, 2023. Disponív-  
el em: <https://reporting.unhcr.org/israel-factsheet-4451>. Acesso em: 7  
jul. 2023.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. “In-  
troductio n to the Holocaust.” Holocaust Encyclopedia. Disponível  
em: <[https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/introduc-  
tion-to-the-holocaust](https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/introduc-tion-to-the-holocaust)>. Acesso em: 7 jul. 2023.

VÍTIMA de terremoto, fronteira entre Turquia e Síria abriga refugiados  
e é uma das mais afetadas por pobreza e guerra. G1, 2023. Disponível  
em: [https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/02/07/viti-  
ma-de-terremoto-fronteira-entre-turquia-e-siria-abriga-refugiados-e-e-  
uma-das-mais-afetadas-por-pobreza-e-guerra.gh.html](https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/02/07/viti-ma-de-terremoto-fronteira-entre-turquia-e-siria-abriga-refugiados-e-e-uma-das-mais-afetadas-por-pobreza-e-guerra.gh.html). Acesso em: 8 jul.  
2023.

WAGNER, Jennifer. O difícil recomeço. DEUTSCHLAND.DE,  
2020. Disponível em: [https://www.deutschland.de/pt-br/topic/vida/  
refugiados-na-alemanha-integracao-no-mercado-de-trabalho](https://www.deutschland.de/pt-br/topic/vida/refugiados-na-alemanha-integracao-no-mercado-de-trabalho). Acesso  
em: 12 jun. 2023.

WELCOME: a guide for new refugees. UK, 2021. Disponível em:  
<[https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/  
uploads/attachment\\_data/file/962463/English\\_only\\_-\\_web\\_accessi-  
ble.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/962463/English_only_-_web_accessible.pdf)>. Acesso em 01 ago. 2023.

WESTIN, Ricardo. Por preconceito e desinformação, empresas evitam contratar refugiados. Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/por-preconceito-edesinformacao-empresas-evitam-contratar-refugiados>. Acesso em: 5 maio 2023.

\*\*

# A guerra da Ucrânia e o impacto no fluxo migratório do leste europeu

*Carolina Rosa de Oliveira Silva*<sup>5</sup>

*João Vitor Fagundes*<sup>6</sup>

*Júlia de Oliveira Moreira*<sup>7</sup>

*Lara Correa da Silva Farina*<sup>8</sup>

## RESUMO

Desde 2014, a Ucrânia tem enfrentado uma guerra civil, resultando em milhares de mortos, deslocados internos e instabilidade na região, sendo a anexação da Crimeia pela Rússia e o apoio aos separatistas pró-russos no leste da Ucrânia fatores-chave deste conflito. Dessa forma, o advento da guerra na Ucrânia levou a um aumento significativo no fluxo migratório, com um grande número de deslocados internos e refugiados do país.

Além dos refugiados registrados, muitas pessoas deixaram a Ucrânia como migrantes econômicos devido a instabilidade política e econômica resultante da guerra, ou de forma irregular, dificultando a estimativa do número total de pessoas afetadas pelo conflito. A incerteza em relação ao futuro do país e a insegurança causada pelo conflito têm levado muitas pessoas a deixarem suas casas em busca de segurança

---

5 Carolina Rosa de Oliveira Silva é discente do curso de Direito na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

6 João Vitor Fagundes é discente do curso de Direito na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

7 Júlia de Oliveira Moreira é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

8 Lara Correa da Silva Farina é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

e melhores oportunidades de vida. Essa crise migratória no país tem gerado preocupações sobre a estabilidade política e econômica da região, assim como impactos na segurança e estabilidade da Europa como um todo.

A direção dos fluxos migratórios no leste europeu tem sido influenciada por fatores culturais e históricos, incluindo as disputas ideológicas entre a influência ocidental e o intervencionismo russo. Os principais destinos dos imigrantes ucranianos são a Rússia, a Polônia e a Alemanha, com diferentes motivações para o deslocamento, incluindo ataques à infraestrutura energética e civil e as condições adversas do inverno ucraniano. Dessa forma, o presente Guia de estudos busca desenvolver a contextualização quanto a este fluxo migratório no leste europeu, bem como as ações internacionais para lidar com essa crise migratória – as quais têm sido lideradas pelo ACNUR, juntamente com organizações nacionais e locais – e o posicionamento de cada Estado acerca do tema.

## 1. INTRODUÇÃO

A Guerra na Ucrânia e seu impacto no fluxo migratório do leste europeu têm sido temas amplamente discutidos e analisados no contexto internacional. Com o início da ofensiva militar russa contra a Ucrânia, surgiram diversas reflexões sobre o contexto histórico que levou a essa crise, incluindo fatores como a humilhação imposta à Rússia na década de 1990, a expansão da OTAN em direção às fronteiras russas, a invasão militar na Geórgia em 2008, a anexação da Crimeia em 2014 e a não implementação dos Acordos de Minsk, que buscavam garantir autonomia e eleições para as províncias rebeldes de Donetsk e Lugansk (HENRIQUE, 2023). No entanto, além das questões históricas, a invasão russa trouxe consigo um cenário de terror e sofrimento humano, resultando em mortes de civis e um grande número de refugiados.

Houve abertura por parte da França e Alemanha para renegociar os Acordos de Minsk, e até mesmo especulações sobre a possibi-

lidade de negociar a neutralidade da Ucrânia surgiram. A entrada da Ucrânia na OTAN não estava em pauta e havia um veto explícito da Alemanha quanto a isso desde 2008, conforme expressado durante o encontro de cúpula da OTAN em Bucareste, e reafirmado pela então primeira-ministra Angela Merkel em 2014. A ausência de movimentações relacionadas ao reforço de tropas ou instalação de armas ofensivas nos países membros da OTAN antes da invasão russa reforça essa perspectiva (HENRIQUE, 2023).

Vários fatores contribuíram para a sensação de oportunidade que levou à invasão. A queda acentuada da popularidade do atual presidente dos EUA, Joe Biden, e as eleições legislativas russas de 2021 criaram um cenário político em que a demonstração de força militar poderia gerar dividendos eleitorais e fortalecer a posição da Rússia como potência global.

Diante desse cenário complexo, a União Europeia (UE) assumiu uma postura de apoio à Ucrânia, alinhada com a OTAN, fornecendo armamentos e recursos para a resistência ucraniana. No entanto, é importante questionar a eficácia dessa abordagem e seus impactos reais no conflito. O fornecimento de armas e o aumento das sanções econômicas tendem a aumentar a violência e a distanciar ainda mais a perspectiva de paz. Além disso, a UE perde sua posição de mediadora quando adota uma postura tão comprometida.

Nesse contexto, é necessário buscar soluções pacíficas e negociações para alcançar a paz. É fundamental envolver atores internacionais além da OTAN e dos EUA, como China, Turquia, Paquistão e possivelmente o grupo BRICS, para atuarem como mediadores. É preciso considerar a complexidade da situação e a diversidade de interesses envolvidos, visando a estabilidade e a prosperidade na região leste europeia.

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO

A Guerra na Ucrânia, iniciada com a ofensiva militar russa, ocorre em um contexto histórico complexo que remonta à década de

1990. Vários eventos e situações históricas contribuíram para a escalada do conflito e moldaram as relações entre a Rússia, a Ucrânia e a comunidade internacional. Uma das questões frequentemente mencionadas é o que ocorreu com a Rússia na década de 1990, após o colapso da União Soviética. Nesse período, o país russo enfrentou dificuldades econômicas e perdeu parte de sua influência geopolítica.

Além disso, a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em direção ao leste, aproximando-se das fronteiras russas, foi vista como uma ameaça pela Rússia. A OTAN expandiu-se para países que faziam parte da antiga União Soviética, como os Estados bálticos e a Polônia, o que gerou tensões e preocupações na Rússia sobre a possibilidade de cercamento e perda de influência em sua área de interesse estratégico (ROMANO, 2022).

Outro evento significativo foi a invasão russa da Geórgia em 2008, durante o conflito na região da Ossétia do Sul. Essa ação militar estabeleceu um precedente para ações russas na região e aumentou as preocupações sobre a intenção da Rússia de usar a força para alcançar seus objetivos geopolíticos. Posteriormente, a anexação da Crimeia pela Rússia, em 2014, também desempenhou um papel importante na escalada do conflito na Ucrânia. Esses eventos contribuíram para aumentar as tensões e as desconfianças entre os dois países, bem como entre a Rússia e a comunidade internacional.

Os Acordos de Minsk, assinados em 2014 e 2015, foram uma tentativa de buscar uma solução pacífica para o conflito na Ucrânia. Esses acordos previam medidas como a cessação das hostilidades, a retirada das tropas estrangeiras e a realização de eleições locais nas áreas afetadas pelo conflito. No entanto, esses acordos não foram totalmente implementados e não conseguiram resolver a situação de forma duradoura, o que contribuiu para a persistência do conflito (ROMANO, 2022).

### **3. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA**

A guerra Russo-Ucraniana desencadeou uma grande crise mi-

gratória no leste europeu, a qual dificulta todas as formas de logística para possíveis auxílios humanitários a quem vive esta difícil realidade, e além disso, esse conflito configura-se como um dos mais importantes acontecimentos geopolíticos iniciados em 2022. Dessa forma, serão apresentados a seguir a direção de fluxo migratório no leste europeu e as causas específicas que acarretaram no deslocamento migratório.

### **3.1 DIREÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NO LESTE EUROPEU**

Segundo o portal de dados operacionais do ACNUR, atualizado em 20 de março de 2023, já somam mais de 8 milhões de refugiados ucranianos desde o início das operações militares russas. Dentre os destinos que mais recebem migrantes estão a Rússia, que tem em seu território em torno de 2.852.395 refugiados, a Polônia, que recebeu 1.573.267, e a Alemanha, a qual recebeu 881.399 refugiados. Assim, podemos pontuar como fluxos migratórios mais utilizados o sentido oriental e Ocidental-Europeu, entretanto, o sentido sudoeste, que faz fronteira com a Romênia, também é expressamente buscado, registrando 109.559 migrantes no país.

A importância da direção dos fluxos não se resume a uma mera preferência do presente ou uma disputa política ideológica atual, esta se fundamenta em um longo processo cultural e histórico que nasce com a Guerra Fria, período de intensa rivalidade geopolítica e ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética, que se estendeu aproximadamente de 1945 a 1991, caracterizado pela ausência de confronto direto, mas marcado por competição, corrida armamentista e disputa de influência global. Com o foco disposto sobre um dos países da antiga Cortina de Ferro ou satélites soviéticos é evidente que as disputas ideológicas são fortes agentes que até hoje dividem a Europa. Dessa forma, a atual influência ocidental, através da OTAN, e o crescente intervencionismo russo segregam e orientam as decisões de muitos migrantes.

### **3.2 MOTIVAÇÕES PARA OS DELOCAMENTOS**

A principal causa da crise migratória ocorrida é a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, porém, há questões específicas do conflito que explicam o rápido deslocamento dos ucranianos, como o ataque à infraestrutura energética e o ataque à infraestrutura civil. Inicialmente, os ataques russos ocorreram de forma simultânea em diversos locais fronteiriços na Ucrânia. Entretanto, com o passar do tempo, as sanções ocidentais se intensificaram, bem como a ajuda militar e tecnológica, o que fortificou a resistência ucraniana (CNN, 2023). Neste momento, há uma mudança de perspectiva da guerra porque de um lado, os ucranianos avançaram e continuam avançando em determinados pontos em uma contra ofensiva e, de outro, os russos promovem ataques sistemáticos à infraestrutura energética do país, tornando comum os apagões em pleno inverno (CNN, 2022).

No período retratado de dezembro a fevereiro de 2023, o inverno ucraniano possui temperaturas médias de  $-0,7^{\circ}\text{C}$ , somando este fato a instabilidade energética e os ataques a quase todo território urbano da Ucrânia, a migração se intensifica (BBC, 2022). Tendo como foco a busca de segurança para si e para sua família, estes refugiados buscam apoio nas rotas que podem, muitas vezes tendo que deixar de lado suas convicções políticas ou ideológicas para salvar suas vidas.

Outro acontecimento importante que ocorre após a intensificação do auxílio ocidental à Ucrânia é a utilização de drones com explosivos endereçados a residências civis e públicas, como hospitais e escolas, por parte dos russos. As táticas de guerras empregadas agora favorecem o deslocamento emergencial de milhares de famílias à medida que a violência se intensifica (EURONEWS, 2023).

## 4. AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) figura como o principal ator na busca de assegurar dignidade e direitos básicos para os refugiados da guerra na Ucrânia. Entretanto, o Diretor de Relações Externas do ACNUR, Dominique Hyde, salienta a importância das organizações nacionais e locais na busca de uma resolução e um auxílio maior aos necessitados.

Em prol de um apoio mais abrangente e fundamentando-se nas ponderações do ACNUR, foi lançado o Plano Regional de Resposta a Refugiados para Situação da Ucrânia em 2023 (RRP). Esta resolução abrange ações de países como a Bulgária, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República da Moldávia, Romênia e Eslováquia na promoção de dados acerca da problemática e de proteção temporária aos refugiados, como assistência financeira. Contudo, apesar dos esforços dedicados até então, os resultados estão longe do ideal.

Para a resolução da problemática, uma ação unilateral ou estritamente local não é suficiente para exaurir a crise migratória produzida pela violência. Dessa forma, é imprescindível uma resolutiva conjunta de esforços para a redução da violência e dos pontos que motivam os deslocamentos, bem como a promoção de proteção e dignidade a todos que carregam diariamente o fardo da necessidade de deixar sua terra em busca de segurança.

## **5. POSIÇÃO DOS PAÍSES**

### **5.1 ESTADO DE ISRAEL**

A posição de Israel em relação à guerra na Ucrânia é uma questão complexa que envolve considerações geopolíticas, relações estratégicas e laços culturais. O governo israelense, liderado pelo primeiro-ministro Naftali Bennett, enfrenta um desafio delicado ao buscar preservar a histórica relação com seu aliado mais importante, os Estados Unidos, enquanto também mantém um equilíbrio com a Rússia.

Israel valoriza sua posição de “aliado-chave” dos EUA no Oriente Médio, o que é crucial para sua segurança e estabilidade regional, devido à situação volátil que o país enfrenta com seus vizinhos há décadas. O apoio financeiro e militar dos Estados Unidos tem desempenhado um papel significativo na proteção e na capacidade defensiva de Israel ao longo dos anos. Portanto, preservar essa relação estratégica com os EUA é uma das principais prioridades do governo israelense (ABUCHAIBE, 2022).

No entanto, Israel também mantém um relacionamento com-

plexo com a Rússia, especialmente em relação à Síria. A Rússia exerce uma influência considerável sobre o governo sírio de Bashar Al-Assad, e Israel busca equilibrar suas ações militares dentro da Síria para combater a ameaça representada pelo grupo Hezbollah, apoiado pelo Irã. A Rússia tem permitido que Israel realize operações militares específicas dentro da Síria, o que é crucial para a segurança de Israel. Qualquer perturbação desse equilíbrio devido ao conflito na Ucrânia pode ter consequências significativas para as operações de Israel na Síria e para sua capacidade de conter as atividades do Hezbollah. Além disso, Israel mantém laços culturais e familiares com a Ucrânia e outros países da antiga União Soviética. Uma parte significativa da população israelense possui origens russas ou ucranianas, e esses laços têm influência sobre a opinião pública e as demandas por uma resposta mais contundente do governo israelense diante da crise na Ucrânia. Protestos massivos ocorreram em Israel, principalmente em Tel Aviv, com exigências de uma postura mais enérgica do governo em relação à crise (ABUCHAIBE, 2022).

Diante dessas considerações, Israel tem priorizado suas alianças com os Estados Unidos e tem condenado a invasão russa na Ucrânia, embora sua postura tenha sido menos enfática do que a de outros países. Na Assembleia Geral das Nações Unidas, Israel votou a favor de uma resolução não vinculativa condenando a Rússia, mas se absteve na votação do Conselho de Segurança da ONU. A postura israelense reflete a necessidade de equilibrar interesses estratégicos e considerar a sensibilidade das relações com a Rússia, ao mesmo tempo em que atende às demandas internas por uma resposta mais firme (ABUCHAIBE, 2022).

Ainda é incerto como Israel manterá esse equilíbrio delicado caso a intensidade do conflito na Ucrânia aumente em breve. No entanto, a abordagem cautelosa adotada até o momento sugere a busca por uma posição que possa preservar alianças estratégicas, ao mesmo tempo, em que leva em consideração os laços culturais e familiares com a Ucrânia e a opinião pública interna. Conforme o conflito se desenrola, a postura israelense pode evoluir em resposta aos desenvolvimentos na região.

## 5.2 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Desde o início da invasão territorial da Rússia no território ucraniano, os Estados Unidos despontam como principal apoiador e financiador dos esforços de defesa de Kiev. Joe Biden, atual presidente do país, declarou ao mundo nos momentos iniciais do conflito que: “as orações do mundo inteiro estão com a Ucrânia nesta noite, que sofre um injustificável ataque por forças militares russas. O presidente Putin escolheu uma guerra premeditada que trará perdas catastróficas de vidas e sofrimento humano”. A partir deste momento, Washington já aprovou as mais variadas formas de apoio a Kiev, como pacotes bilionários de suporte financeiro, envio de armas e equipamentos e auxílio diplomático (CNN BRASIL, 2022).

O país norte-americano, também, lidera a coalizão ocidental na imposição de sanções diretas e indiretas com finalidade de isolar o Kremlin, bem como utiliza de seu aparato de inteligência para suporte logístico aos mais variados aspectos que foram impactados pelo conflito. No que tange a situação dos refugiados, ajudas humanitárias somam dezenas de bilhões de dólares, sendo o país que mais investe na proteção das pessoas nesta situação de vulnerabilidade (R7, 2022).

Nas discussões internas de Washington, propostas de admissão especial para refugiados ucranianos são analisadas como pautas prioritárias. Neste sentido, além das menores dificuldades para a entrada no país comparada a imigrantes de outras regiões, os refugiados ucranianos nos Estados Unidos da América contam com fundos de assistência humanitária. Estes recursos são usados para prover comida, abrigo, água potável, suprimentos médicos e outras formas de assistência aos ucranianos em solo americano (CNN, 2022).

Em 21 de abril de 2022, o atual governo dos Estados Unidos anunciou o “Uniting for Ukraine”, programa que fornece caminhos alternativos para cidadãos ucranianos e seus familiares imediatos se deslocarem para os EUA e permanecerem temporariamente em um período de liberdade condicional de dois anos. Entretanto, é pré-requisito para participar do programa que o cidadão ucraniano tenha um correspond-

ente americano que seja um apoiador financeiro, ponto relevante e que fornece resistência e burocratização à iniciativa (USCIS, 2023). Assim, Washington busca pelos mais diversos aparatos estatais e privados para promover a assistência e proteção ao leste europeu, muitas vezes relacionados a pretensões políticas e ideológicas que pautam os últimos séculos da geopolítica mundial.

### 5.3 FEDERAÇÃO RUSSA

Em 24 de fevereiro de 2022, o presidente russo Vladimir Putin anunciou a operação militar especial em território ucraniano com as fundamentações retóricas de que o governo de Kiev estaria promovendo um genocídio étnico dos ucranianos de origem russa no leste do país, mais especificamente nas regiões separatistas de Donetsk e Luhansk (BBC, 2022). Ademais, o Kremlin acusou, como pauta principal, a violação do acordo, firmado pós-guerra fria, de não expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o que por sua vez representaria uma ameaça à segurança nacional da Rússia e seu povo (UOL, 2022).

Na visão de Moscou do conflito, o crescente expansionismo da aliança militar do ocidente no leste europeu põe em risco grave a cultura, o povo e a soberania dos russos. Os crescentes acenos entre Kiev e a OTAN, pela proximidade geográfica entre a Ucrânia e a Rússia, representaria ao Kremlin um limite incontornável e perigoso. Para além, o presidente russo acusou o ocidente de tentar minar a influência país no globo, corroborar com o genocídio étnico russo em solo ucraniano e apoiar grupos paramilitares neonazistas no leste europeu (PUBLICO, 2023).

Segundo o portal de dados operacionais da ACNUR 2023, a Rússia conta com aproximadamente 2,8 milhões de refugiados ucranianos. O governo de Moscou busca, mediante ações locais, realocar, promover o bem-estar e prestar assistência financeira aos refugiados que buscam no país russo abrigo e proteção. Entretanto, as acusações ocidentais que imputam crimes de guerra, como campos de “reeducação” a crianças refugiadas ucranianas (G1, 2023), são rebatidas com mais

acusações de crimes de guerra, como a difusão do pensamento neonazista, russofobia e ataques contra seu próprio povo por parte do ocidente (PODER360, 2023).

No momento atual do conflito, a retórica está elevada e as acusações acontecem diariamente. Moscou não vê o final do conflito como uma opção até que o governo ucraniano deixe de representar uma ameaça à segurança do povo russo, e ainda, que o envio de armas e equipamentos militares a Kiev são uma irresponsabilidade do ocidente que promovem o aumento da violência (UOL, 2023). Por fim, sendo o país que mais registra refugiados e polo do conflito em andamento, é incontornável uma solução eficaz para os refugiados que não abordem logísticas russas ou o auxílio de Moscou.

## 5.4 JAPÃO

Ao decorrer dos anos o Japão fundou uma política migratória que manteve o país asiático de portas fechadas ao resto do mundo, posicionamento este que é corroborado por sua localidade geográfica distante dos maiores fluxos de refugiados do planeta. Em sua história, Tóquio vivenciou momentos de mais abertura em contraste com políticas isolacionistas (INFOREL, 2022). Assim, geograficamente e politicamente o Japão se mantém distante das disputas no leste europeu, cenário este que não impede o apoio da terceira maior economia do mundo ao lado ucraniano nesta guerra.

Os interesses de Tóquio no conflito decorrem da necessidade histórica do país de conter os gigantes asiáticos, Rússia e China, em disputas sobre hegemonia política, econômica e cultural na Ásia. Desde o final da segunda guerra, este arquipélago de ilhas adota uma postura capitalista de livre comércio em contraste com seus vizinhos, apresentando crescimentos exponenciais ao decorrer dos anos e se consolidando como anfitrião do G7 em 2023. Atualmente o foco da economia Japonesa está sobre produtos de alta tecnologia e exportações destes para o resto do globo (CNN, 2023).

Durante a história de Tóquio, as disputas entre Japão e Rússia (URSS) ou Japão e China pautaram a política japonesa e suas incursões

em territórios asiáticos. No conflito atual entre Rússia e Ucrânia, Fumio Kishida, primeiro ministro japonês prontamente declarou seu apoio a Kiev. Esta prontidão é um reflexo histórico das disputas territoriais e marítimas no leste asiático entre Japão e Rússia. O apoio para o lado ucraniano da guerra, atualmente, contraria a política nipônica histórica de não aceitar refugiados, mas que em um momento emergencial como este o país abre as portas para quem foge do conflito como forma de se posicionar contra a Rússia (CNN, 2022).

### 5.5 REINO DA DINAMARCA

O Reino da Dinamarca atualmente conta com 42.361 refugiados ucranianos vivendo em seus territórios (ACNUR, 2023). Neste sentido, apesar da localização geográfica distante do país ucraniano, Matte Frederiksen, primeira-ministra do país, expôs a disposição do povo dinamarquês em auxiliar o povo ucraniano que sofre com o conflito. Entretanto, a logística requer investimentos uma vez que, atualmente, os refugiados chegam ao país nórdico por meio de voos fretados que tem como ponto de embarque a Polônia (AEROIN, 2022).

No decorrer do conflito, no ano de 2022, ocorreu um vazamento nos gasodutos russos que levavam gás natural para a Alemanha na zona exclusiva Dinamarquesa, próximo à ilha Bornholm (CORREIO BRAZILIENSE, 2022). Este acontecimento, ainda não elucidado com a devida transparência, acirra as declarações russas sobre uma possível sabotagem por parte do Ocidente, dificultando ainda mais a diplomacia entre os países do mar báltico, local dos vazamentos, e o Kremlin.

Durante o atual momento da guerra, o Reino da Dinamarca atua como uma das lideranças da chamada “aliança dos Tanques” enviando, juntamente com a Holanda, 14 tanques Leopard 2 à Ucrânia. Estas tecnologias são consideradas de última geração e com grande poder de ataque, marcando mais um aumento na violência durante as disputas territoriais. Neste sentido, o ministro dinamarquês disse que: “A Ucrânia pede tanques ocidentais para conter a agressão russa. Desde o início da invasão, a Dinamarca tem apoiado a luta da Ucrânia pela liberdade, e continua a fazê-lo” (G1, 2023).

Assim, o país escandinavo demonstra sua preocupação com o conflito, intervém na disponibilização de armamento para a Ucrânia e recebe uma parcela importante de refugiados. Entretanto, declarações da primeira-ministra dinamarquesa preocupam setores da política interna ao afirmar que “ser refugiado é temporário, então você tem que voltar e ajudar a construir sua terra natal quando tiver a oportunidade. Isso nos dá a oportunidade de ajudar outros refugiados” (BDF, 2022).

Neste viés, ainda surgem políticos dinamarqueses que questionam as prerrogativas dispostas aos refugiados ucranianos que não estão disponíveis a outros refugiados, como os imigrantes sírios.

## 5.6 REINO DA SUÉCIA

A Suécia, rompendo com uma tradição de não alinhamento militar que durou mais de um século, decidiu ingressar com um pedido de adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com o pedido sendo formalizado e votado em abril de 2023, ainda que a Turquia tenha resistido em concordar com a adesão sueca até meados de junho do mesmo ano (GIELOW, 2023). Em contrapartida, a Rússia se posicionou contrária à adesão da Suécia à organização, manifestando que essa afiliação resultaria em consequências negativas para o país, que tentava evitar a adesão de novos países à OTAN, em especial, após o início do conflito que deflagrou contra a Ucrânia no ano passado (O GLOBO, 2023).

Desde a invasão na Ucrânia, a Suécia rompeu com sua posição de neutralidade militar, apoiando inicialmente os ucranianos com treinamento de militares e, posteriormente, ampliando o apoio para o envio de equipamentos militares, enviando milhares de armas, equipamento de proteção militar e rações de combate, conforme apontado por Forsvarsmakten (2021, 2022), ao mesmo tempo que tem atuado na questão do fluxo migratório na região. Nesse sentido, o país escandinavo já havia recebido mais de 50.000 refugiados ucranianos em seu território até junho de 2023, fornecendo também apoio humanitário e em outras áreas para esses indivíduos que chegam ao país (SWEDEN, 2023).

## 5.7 REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

O Reino Unido adota uma posição favorável à Ucrânia no contexto da guerra contra a Rússia. O ministro da Defesa britânico, Ben Wallace, anunciou o fornecimento de mísseis de longo alcance “Storm Shadow” à Ucrânia, permitindo que as forças ucranianas ataquem alvos além da linha de frente, como tropas russas, munições e depósitos de combustível (MARTINS, 2023). Essa ação é interpretada como uma demonstração de apoio e solidariedade do Reino Unido à Ucrânia em seu conflito com a Rússia, que também decidiu intensificar sua assistência militar à Ucrânia, fornecendo armamentos estratégicos, incluindo os mísseis Storm Shadow e drones de ataque. Esses equipamentos são considerados elementos-chave para ampliar a capacidade ofensiva das forças ucranianas.

Essa posição adotada pelo Reino Unido contrasta com a relutância de outros países ocidentais em fornecer armas de longo alcance à Ucrânia, temendo uma escalada descontrolada do conflito. No entanto, o Reino Unido optou por ignorar essas preocupações e prometeu continuar com a entrega dos mísseis à Ucrânia em um futuro próximo (MARTINS, 2023). Essa decisão reflete a crença do Reino Unido de que esses armamentos, juntamente com o suporte de aeronaves e drones, podem auxiliar o país ucraniano a reverter sua posição na guerra e recuperar territórios ocupados pelas forças russas. Além disso, o Reino Unido desempenha um papel significativo como um dos principais contribuintes do esforço de guerra ocidental, disponibilizando um montante de US\$5,7 bilhões em armamentos à Ucrânia. Essa contribuição financeira e militar reforça ainda mais o apoio do país britânico à Ucrânia e sua determinação em enfrentar a Rússia em defesa dos interesses ucranianos (MARTINS, 2023).

## 5.8 REPÚBLICA ÁRABE SÍRIA

A percepção da Síria sobre a guerra na Ucrânia é baseada na

observação das atrocidades atribuídas aos soldados russos e na crítica à impunidade que persiste nas forças russas ao longo dos anos. Os vídeos divulgados, que mostram atos violentos como decapitações e mutilações, têm gerado indignação tanto dentro como fora do país, sendo comparados às práticas do grupo jihadista Estado Islâmico (UOL, 2023).

Embora não seja possível verificar a autenticidade de todos os vídeos nem identificar todos os perpetradores, os sírios acreditam que tais atrocidades são cometidas pelos soldados russos, caracterizando-os como “monstros” (UOL, 2023). É importante ressaltar o contexto em que esses eventos ocorrem, levando-se em consideração casos anteriores de violência na Chechênia e na Síria, nos quais foram documentados crimes semelhantes.

A impunidade é destacada como um elemento-chave que tem prevalecido desde a primeira guerra na Chechênia, permitindo que os autores russos, incluindo membros do exército, serviços especiais e o grupo paramilitar Wagner, evitem as consequências de seus atos violentos. A falta de resposta da comunidade internacional em relação aos acontecimentos na Síria é mencionada como um fator que contribui para a atual situação na Ucrânia (UOL, 2023). Especialistas enfatizam a necessidade de evitar explicações culturais ou essencialistas, fazendo uma distinção entre o grupo Wagner e o exército russo. Vários elementos são apontados como facilitadores dessas violências, como a falta de distinção entre civis e combatentes, problemas hierárquicos no exército russo, objetivos de guerra pouco claros e o perfil socioeconômico dos combatentes envolvidos, muitos dos quais têm origem humilde e pouca educação formal (UOL, 2023).

A situação na Ucrânia é considerada parte de uma cadeia de guerras, crimes e impunidade que se estende desde a primeira guerra na Chechênia até os conflitos na Síria. Nesse sentido, destaca-se a importância da responsabilização por esses atos violentos e a necessidade de envolvimento da comunidade internacional para prevenir a impunidade e proteger os direitos humanos em situações de conflito.

## 5.9 REPÚBLICA DA ÁUSTRIA

Como resultado do conflito em curso na Ucrânia, a Áustria tem adotado uma postura de neutralidade, buscando equilibrar a manutenção de sua longa tradição de neutralidade diplomática com a condenação da abordagem russa no referido conflito. Essa postura diplomática, que remonta a 1955, tem sido um elemento fundamental nas relações exteriores austríacas. Além disso, o país enfrenta uma série de críticas devido à concessão de vistos a legisladores russos sancionados para participarem de uma reunião da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) em Viena, sua capital (SPUTNIK BRASIL, 2023).

No que diz respeito ao impacto no fluxo migratório, a Áustria, como muitos outros países europeus, enfrenta desafios relacionados à migração e aos refugiados. Embora essas questões não estejam diretamente ligadas à guerra na Ucrânia, elas têm sido objeto de consideração e debate na sociedade austríaca. A Áustria tem adotado políticas migratórias que buscam equilibrar a proteção dos direitos humanos com a segurança nacional, procurando estabelecer um equilíbrio entre a responsabilidade humanitária e a gestão eficaz das migrações (COMISSÃO EUROPEIA, 2021).

## 5.10 REPÚBLICA DA COLÔMBIA

A posição da Colômbia em relação à guerra na Ucrânia é ambígua e caracterizada por uma postura neutra. Embora o atual presidente colombiano, Gustavo Petro, tenha expressado o desejo de manter a paz e se recusado a enviar armas russas para a Ucrânia, a posição oficial do país não é claramente a favor de nenhum dos lados envolvidos no conflito. A América Latina como um todo tem adotado uma postura de neutralidade em relação à Rússia e à Ucrânia, com poucos países expressando apoio aberto a qualquer uma das partes (PAÚL, 2023). Especialistas em relações internacionais apontam que essa postura é consistente com a tradição histórica da região de não-alinhamento em grandes conflitos de poder.

Vários fatores influenciam a posição da Colômbia e de outros

países latino-americanos nessa questão, como a influência da China na região visto que esse país é um parceiro comercial essencial para vários países sul-americanos, incluindo a Colômbia. Esses países têm demonstrado simpatia aberta pela posição russa no conflito, refletindo suas próprias afinidades políticas e históricas. A presença de líderes de esquerda na região também desempenha um papel na postura adotada, uma vez que alguns governos latino-americanos têm historicamente tido uma afinidade com a então União Soviética.

A relação comercial e política entre a Rússia e a Colômbia, embora não seja amplamente difundida, também influencia a postura neutra dos países latino-americanos. Alguns produtos, como alimentos e fertilizantes, têm a Rússia como um dos principais destinos de exportação, e a escassez de relações comerciais com Moscou poderia afetar setores econômicos específicos. Por outro lado, os laços com os Estados Unidos e o Ocidente também são importantes para a região. A América Latina mantém laços comerciais, políticos e militares com esses blocos, o que torna difícil virar as costas para o apoio dado pela Ucrânia e pelo Ocidente no conflito. No entanto, a falta de um posicionamento claro por parte dos países latino-americanos indica que a região está cautelosa em se envolver em um conflito de poder global.

Em relação a fluxos migratórios, a Colômbia está entre os países da América Latina com um número significativo de novos pedidos de asilo, em 2022.

## 5.11 REPÚBLICA DA HUNGRIA

A República da Hungria, situada no leste europeu, compartilha uma faixa de fronteira com a Ucrânia de aproximadamente 103 km, sendo um dos primeiros países a receber refugiados decorrentes da invasão russa. Até 2023, foram registrados mais de 30 mil pessoas que cruzaram a fronteira húngara em busca de refúgio (ACNUR, 2023) e mais de 290 mil ucranianos estão de passagem por solo húngaro (EURNOWS, 2022), este volume considerável de pessoas impacta fortemente a necessidade de amparo estatal por parte de Budapeste.

A Hungria participa do Plano Regional de Resposta aos Ref-

ugiados, atendendo aproximadamente 25 mil pessoas com assistência a recursos básicos, 4 mil auxílios financeiros e 8 mil auxílios à saúde. Entretanto, apesar dos esforços, o volume de pessoas necessitadas e as ajudas humanitárias não estão em equilíbrio.

Budapeste é membro da União Europeia e da Organização do Atlântico Norte (OTAN), mas é visto com certas ressalvas e até sancionado pelos Estados Unidos da América. Indo em sentido contrário as decisões destas alianças políticas, a Hungria mantém fortes laços com Moscou e discorda das sanções impostas, barrando principalmente em matéria de energia e gás natural (VEJA, 2022).

A relação entre Viktor Orbán, primeiro ministro Húngaro, e Vladimir Putin, presidente russo, manteve uma história de proximidade. Decorrente deste, a Hungria como membro votante nas decisões da União Europeia usa seu poder de veto para propostas que não agradem a política diplomática do país ou crie inimizade com o Kremlin. Esta postura ambígua durante o período de guerra foi vista por Kiev como “pró Rússia”, o que preocupa grande parte da Europa (G1, 2023).

### 5.12 REPÚBLICA DA ÍNDIA

A perspectiva da Índia sobre a guerra na Ucrânia pode ser compreendida com base no relacionamento político e econômico estabelecido entre a Índia e a Rússia. Enquanto a Rússia é vista como um valioso parceiro político e econômico pela Índia, não é considerada um inimigo. Após a invasão da Ucrânia pela Rússia, o relacionamento entre Índia e Rússia se fortaleceu ainda mais, com a Índia recusando-se a aderir às sanções do Ocidente contra a Federação Russa (PRANGE, 2023).

Uma das razões para essa postura da Índia é a crescente importação de petróleo bruto da Rússia. Conforme informações do Ministério do Comércio e Indústria da Índia, a Rússia se tornou a quarta maior fonte de importações de petróleo do país em 2022 (PRANGE, 2023). A Índia comprou mais petróleo bruto da Rússia do que nunca e isso teve um impacto significativo nos custos de energia e na redução da de-

pendência do Oriente Médio como fornecedor de petróleo. Além disso, o histórico de cooperação entre a Índia e a Rússia durante a Guerra Fria também influencia a opinião indiana sobre a guerra na Ucrânia. Durante décadas, a então União Soviética forneceu armas ao país e treinou suas forças armadas. Assim, a cooperação militar entre os dois países continua significativa e a Índia considera a Rússia um importante fornecedor de armas (PRANGE, 2023).

Além disso, a cooperação econômica e política entre a Índia e a Rússia também é impulsionada por sua participação em instituições internacionais, como a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), o BRICS (composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e o agrupamento Rússia-Índia-China (RIC). Essa parceria sólida entre os dois países é considerada uma prioridade fundamental para a liderança política de ambos (PRANGE, 2023).

Embora a cooperação econômica entre a Índia e a Rússia estivesse estagnada em um nível baixo antes do aumento das importações de petróleo, a Índia continua a considerar a Rússia um parceiro importante, especialmente no fornecimento de armas e na busca por interesses comuns em diferentes fóruns internacionais. Portanto, o país mantém uma postura cooperativa e não adere às sanções impostas pelo Ocidente contra a Rússia, o que reflete sua política externa independente e sua relação de longa data com o país.

### **5.13 REPÚBLICA DA POLÔNIA**

A República Polonesa, dentre os assuntos relativos à guerra Russo-Ucraniana, tem fundamental relevância tanto nas questões acerca dos refugiados, quanto na busca de uma solução para o conflito presenciado no leste europeu. Situando-se, diretamente ao norte do país Ucraniano, com 526 km de fronteira, a Polônia é membro do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia. Este compartilhamento de territórios fronteiriços foi o principal caminho do fluxo migratório de refugiados do conflito, estima-se que aproximadamente mais de um milhão e meio de pessoas cruzaram a fronteira fugindo da guerra (ACNUR, 2023).

Varsóvia não enfrenta apenas dificuldades em receber a grande quantidade de refugiados que vêm da Ucrânia, mas enfrenta complicações por disputas na fronteira com Belarus. Atualmente, na esteira do aumento da retórica agressiva decorrente da guerra e das sanções impostas pelo ocidente, foi construído um muro anti-imigração na fronteira entre a Polônia e a Bielorrússia, um movimento inflado por acusações de que o governo de Minsk estaria incentivando uma crise migratória no sentido da União Europeia (EURONEWS, 2022). Neste sentido, a Polônia tem um histórico de políticas anti-imigração que para os ucranianos não vem sendo imposta com tanto vigor quanto para refugiados de outras partes do globo (METROPOLES, 2022).

Como medidas para atenuar as dificuldades enfrentadas pelos ucranianos, Varsóvia participa do Plano Regional de Resposta a Refugiados junto com diversos países do leste europeu que recebem estes fluxos migratórios. Assim, o governo polonês já atendeu mais de 500 mil pessoas com assistência às necessidades básicas, 132 mil assistências financeiras e 187 mil crianças matriculadas na educação formal. Entretanto, o volume de imigrantes é maior do que a velocidade com que estas ações são disponibilizadas, gerando um superávit de pessoas expostas a riscos como falta de acesso à saúde e nutrição (ACNUR, 2023).

### 5.14 REPÚBLICA DA TURQUIA

A percepção da Turquia em relação à guerra na Ucrânia é caracterizada por uma postura complexa e ambígua. A Turquia, como membro da OTAN, desempenha um papel central na redefinição do equilíbrio de poder na Europa em relação ao conflito ucraniano, particularmente no que diz respeito à possível expansão da aliança militar para áreas próximas à fronteira com a Rússia (MONIN, 2023). Enquanto a Finlândia e a Suécia formalizaram o pedido de adesão à OTAN, rompendo com sua tradição de neutralidade, alegando que a intervenção russa na Ucrânia mudou radicalmente as ameaças e os riscos à sua segurança nacional, a Turquia expressa resistência a essa entrada. A principal razão para essa resistência é o apoio que ambos

os países oferecem ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), um grupo considerado terrorista pela Turquia, Estados Unidos e União Europeia, devido à sua luta pela autonomia dos curdos na Turquia (MONIN, 2023).

No contexto do conflito ucraniano, a Turquia adotou uma abordagem diplomática ambígua, buscando maximizar seus benefícios e obter elementos para aumentar seu poder. Embora tenha atuado como mediadora e promovido negociações entre as delegações russa e ucraniana em Istambul, a Turquia também forneceu assistência técnico-militar significativa à Ucrânia, vendendo drones utilizados contra as tropas russas (MONIN, 2023). Ao mesmo tempo, o país manteve relações abertas com a Rússia e não aderiu aos pacotes de sanções impostos pelo Ocidente contra Moscou. Essa ambiguidade da Turquia pode ser atribuída a uma série de fatores. Primeiramente, a Turquia possui laços turísticos significativos com a Rússia e depende dela como seu maior fornecedor de energia e, além disso, o país busca equilibrar suas relações com a Rússia, evitando antagonizar o país e protegendo seus próprios interesses estratégicos (MONIN, 2023).

Em relação ao impacto no fluxo migratório causado pela guerra na Ucrânia pode ser observada em sua postura diante do conflito na Síria, especialmente na província de Idlib. Após um ataque aéreo atribuído ao regime sírio que resultou na morte de soldados turcos em Idlib, o governo turco declarou que não possui mais condições de conter os refugiados sírios em seu território. Essa afirmação foi feita em um momento em que aproximadamente 300 migrantes estavam se deslocando em direção às fronteiras com a Grécia e a Bulgária (DW, 2020).

Embora o governo turco tenha negado ter aberto a fronteira rumo à Europa, ele ressaltou que uma deterioração da situação em Idlib poderia levar a um aumento no movimento de migrantes em direção às suas fronteiras. Nesse contexto, a Comissão Europeia exortou a Turquia a respeitar o acordo de refugiados firmado com a União Europeia e afirmou estar monitorando a situação (DW, 2020).

## 5.15 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

A República Federal da Alemanha desponta como o maior apoio da Ucrânia entre os integrantes da União Europeia durante este período de guerra, além de estar também entre os países que mais recebem refugiados decorrentes do conflito, atualmente 881.399 pessoas (ACNUR). Por isso, a Alemanha é parte fundamental para a atenuação dos impactos da guerra para os refugiados.

Um ponto sensível para Berlim é a sua crescente falta de mão de obra qualificada, que somada ao envelhecimento da população alemã, atinge paulatinamente as finanças da maior economia da União Europeia. Com isso, economistas e políticos apontam a chegada de imigrantes e refugiados como uma oportunidade de incremento desta classe de trabalhadores. Entretanto, setores da política discordam e afirmam suas posições contrárias com medidas protecionistas e nacionalistas que burocratizam a entrada e a qualificação para esta importante parcela da população que foge da guerra (DW, 2022)

Neste sentido, a Alemanha e sua ex-chanceler Angela Merkel, durante seus 16 anos no cargo, estabeleceu uma política imigratória que contribuiu para a solução de crises importantes que atingiram a Europa. Dessa forma, o país, atualmente com o chanceler Olaf Scholz, busca, desde o início da Guerra entre Ucrânia e Rússia, protagonizar as ações de proteção aos refugiados, entretanto o chanceler recebe mais resistência interna do que sua antecessora (DW, 2022).

Assim, as oportunidades e os ônus de sua política de imigração, bem como disputas internas acerca dos refugiados, que a Alemanha vem concretizando e presenciando ao longo dos anos, pode ser uma saída para problemas econômicos que o país Berlim enfrenta e, também, representar a oportunidade de uma vida digna a todos que são obrigados a buscar a paz em outras nações que não a sua.

### **5.16 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

O Brasil enfrenta o desafio de manter uma posição neutra no conflito entre Rússia e Ucrânia, ao mesmo tempo em que busca evitar desgastes com os países envolvidos. A recente votação do Brasil a favor de uma resolução na Assembleia Geral da ONU condenando a invasão

rusa na Ucrânia despertou debates sobre sua imparcialidade e possível comprometimento de sua capacidade de mediação. A posição brasileira, no entanto, tem sido descrita como uma busca por equilíbrio, adotando uma postura ponderada e alinhada aos princípios multilaterais e à diplomacia da ONU (MONIN, 2023).

A posição do Brasil gerou reações negativas por parte da diplomacia russa, mas também foi reconhecida como um esforço de busca pela paz. Dessa forma, o país foi valorizado pela sua posição de equilíbrio, rejeitando medidas coercitivas unilaterais e recusando-se a fornecer armas ao regime de Kiev (MONIN, 2023).

A perspectiva de mediação brasileira é reforçada pelo fato de o Brasil não estar envolvido no fornecimento de armas a nenhuma das partes em conflito. A posição do país é considerada ainda mais favorável para desempenhar um papel de negociador, pois demonstra apoio à integridade territorial da Ucrânia, sem tomar partido de forma unilateral. Assim, essa abordagem é vista como um passo em direção tanto à Ucrânia quanto à Rússia (MONIN, 2023).

O Brasil demonstra uma postura de acolhimento e apoio humanitário diante do fluxo migratório decorrente da guerra na Ucrânia, o governo brasileiro tem concedido vistos e autorizações de residência humanitária aos indivíduos ucranianos que buscam refúgio no país. Isso pode ser notado através dos dados divulgados no site da BBC NEWS Brasil (2022) que, no período entre janeiro de 2010 a dezembro de 2021, mais de 3,3 mil ucranianos registraram residência no Brasil, sendo a região sudeste a principal localidade escolhida por esses imigrantes. Assim, as medidas foram implementadas por meio de uma portaria interministerial MJSP/MRE nº 29, de 25 de abril de 2022, conjunta entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério das Relações Exteriores.

A referida portaria estabelece a possibilidade de solicitação de visto humanitário no exterior, com uma vigência de 180 dias, bem como a obtenção de autorização de residência para acolhida humanitária, válida por dois anos, uma vez que os indivíduos ucranianos estejam em território brasileiro. Ademais, o documento menciona a permissão para que os imigrantes exerçam atividades remuneradas e so-

licitem a residência permanente antes do término do prazo estipulado para a residência temporária.

Além disso, o país também reconhece a proteção internacional conferida aos indivíduos que sofrem perseguição em seus países de origem, por meio do instituto do refúgio. Os requerentes de refúgio podem receber um Documento Provisório de Registro Nacional Migratório, o qual os identifica durante o processo de análise de seu pedido pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) (BBC NEWS BRASIL, 2022).

## 5.17 REPÚBLICA FRANCESA

A República Francesa, juntamente com a Alemanha, lidera a União Europeia como maior potência nas áreas econômica e política do bloco europeu. Desde o início da guerra Russo-Ucraniana, o atual presidente do país, Emmanuel Macron, construiu sua imagem como governante que busca uma mediação pela paz. Entretanto, com as intensificações da retórica antiocidental pela parte do Kremlin, a disposição de Paris para uma saída não belicista do conflito foi minimizada (PRENSLATINA, 2022).

Desde 2022, com o início da guerra, o presidente francês esteve em diversas reuniões sobre o assunto com os mais importantes líderes mundiais, dentre eles Xi Jinping, Volodymyr Zelensky, Vladimir Putin e Joe Biden. Nestas oportunidades, Paris expressou vontade em amenizar as disputas com foco na diplomacia. Neste período, após reeleito, o posicionamento centrista do atual presidente francês venceu nas urnas de Marine Le Pen, candidata da extrema direita que, dentre outros projetos, propunha medidas como a expulsão imediata de mais de 500 mil imigrantes em situação irregular no país (MIGRAMUNDO, 2022).

Apesar do posicionamento mais ao centro, em seu segundo mandato, Macron instaurou uma política pouco favorável à vida dos imigrantes não regulamentados na França. Segundo o Ministro do Interior, a política imigratória do país será baseada no “être méchant avec les méchants et gentil avec les gentils” (ser mau com os maus e gentil

com os gentis, em tradução livre). Neste sentido, atualmente há uma disputa entre as retóricas de facilitar a expulsão de imigrantes ilegais, fazendo coro ao pensamento da extrema direita em fervor após o estupro e assassinato de uma jovem em Paris por parte de um imigrante ilegal, e desburocratizar a imigração para facilitar a entrada de mão de obra na França que vem sofrendo com o envelhecimento da população (ISTOÉ, 2022).

Contudo, o apoio popular francês para com os ucranianos traz mais força ao debate sobre estes imigrantes em específico. Assim, Paris concedeu autorização de trabalho temporário, auxílio alojamento, auxílio mensal a subsistência, acesso a escola e atendimento de saúde a grande parcela de imigrantes que fogem da guerra russo-ucraniana. Para além, enviam armas e auxiliam o exército ucraniano para conter o avanço russo e também corroboram a retórica pró-ocidente e anti-kremlin (UOL, 2023).

## 5.18 REPÚBLICA HELÊNICA

A Grécia adotou uma posição de auxílio financeiro e militar à Ucrânia no contexto da guerra em curso. Sob a liderança do primeiro-ministro, Kyriákos Mitsotákis, o governo grego aprovou alocações no valor de seis bilhões de euros, conforme estipulado pela União Europeia (BBC NEWS BRASIL, 2022). Além disso, a Grécia está fornecendo armas, munições e suporte financeiro à Ucrânia, que enfrenta um déficit de 39 bilhões de euros, de acordo com relatórios do Fundo Monetário Internacional, conforme mencionado pelos meios de comunicação local.

A decisão do vice-ministro grego das finanças, Todoros Skilakis, foi fundamental para a decisão da União Europeia de conceder à Ucrânia dois empréstimos, um no valor de um bilhão de euros, entregue em agosto do ano passado, e outro de cinco bilhões de euros, que está prestes a ser disponibilizado. Assim, a Ucrânia terá um prazo de 25 anos para reembolsar o segundo empréstimo (BBC NEWS BRASIL, 2022).

A União Europeia (UE), da qual a Grécia é membro, adotou

uma abordagem mais flexível em relação aos refugiados e anunciou que os Estados-membros receberão os ucranianos “de braços abertos”. Essa atitude da UE reflete um esforço conjunto para fornecer assistência humanitária e abrigo aos refugiados ucranianos que buscam proteção nos países europeus. Os ucranianos deslocados têm buscado refúgio principalmente nos países ocidentais da Ucrânia, como Polônia, Eslováquia, Hungria, Romênia e Moldávia, além de um número menor ter migrado para a Rússia e Belarus. É importante destacar que a Grécia tem desempenhado um papel ativo nas iniciativas de apoio aos refugiados, juntamente com outros países europeus. Por exemplo, o país e a Alemanha enviaram suprimentos essenciais, como tendas, cobertores e máscaras, para auxiliar a Eslováquia, enquanto a França está fornecendo medicamentos e equipamentos clínicos para a Polônia (BBC NEWS BRASIL, 2022).

### 5.19 REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

A República Islâmica do Irã está geograficamente afastada dos fluxos imigratórios no leste europeu, mas recebe refugiados de outras partes do globo, como os afegãos. Entretanto, independente do seu distanciamento espacial, Teerão está frequentemente nos discursos acerca da guerra entre Rússia e Ucrânia. Assim, o Irã é um ator importante nas disputas retóricas sobre o antagonismo oriente-ocidente, principalmente por ser um rival histórico dos Estados Unidos da América.

O país do oriente médio é reconhecido pela fabricação e comercialização de poderosos drones de ataque e seu programa de desenvolvimento nuclear, fato que preocupa o ocidente e os rivais regionais de Teerão, como Israel. Na guerra entre Rússia e Ucrânia logo surgiram as primeiras alegações de uso de drones em áreas civis na capital Kiev, desabrigando dezenas de pessoas e aumentando o terror na região. A utilização destes armamentos corrobora com a decisão de muitos cidadãos de deixar seu país em busca de segurança e se tornarem refugiados. Neste viés, foi apontado o Irã como possível fonte deste modelo aéreo não tripulado e mais tarde confirmado as transações entre Moscou e Teerão (EXAME, 2023).

O relacionamento com a Rússia foi pautado por uma busca de antagonizar a presença americana no Oriente Médio, retórica inflamada pelos discursos anti-oriente amplamente difundidos na América e na Europa. Teerão alia-se a China, Rússia e Belarus na busca de minar a influência de seus rivais estratégicos e promover a estabilidade no Oriente Médio (R7, 2023).

## 5.20 REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A República Popular da China explicitou, desde o início do conflito, que buscaria a paz e a resolução diplomática das questões atuais no leste europeu. Apesar de ser um forte aliado de Moscou, Pequim atua como possível mediador do conflito (CNN,2023). Os interesses do gigante asiático, que inflou o crescimento de sua economia de forma sem precedentes com a globalização e a integração das cadeias de produção, são de voltar a integrar e participar de todos os mercados de consumo mundiais, o que é dificultado com as crescentes sanções impostas à Rússia e a polarização política entre o Ocidente e Oriente (INFOMONEY, 2022).

Disputando atualmente zonas de influência com os Estados Unidos da América, Pequim vem estendendo suas relações pela diplomacia e pela economia nos mais variados espaços mundiais, desde a América Latina até o Oriente Médio. Desse modo, a República Popular da China, como segunda maior economia do mundo, é incontornável na busca de uma solução para o conflito que seja eficaz. Na esteira desta busca, Xi Jinping, presidente da China, apresentou o plano chinês dos 12 pontos pela paz, proposta que sofre duras críticas do ocidente e da Ucrânia (DW, 2023).

No tocante a imigração, Pequim não recebe grandes volumes de pessoas vindas da Ucrânia mas promete ajuda humanitária aos refugiados (ACNUR, 2023). Portanto, considerado ponto central no debate acerca da problemática, a República Popular da China está buscando a solução e a abertura dos mercados de consumo para voltar ao crescimento que tinha antes da pandemia da Covid-19 e da guerra na Ucrânia, para promover sua expansão econômica, sem deixar de apoiar

Moscou nas questões que dividem interesses.

Por fim, figura como pauta dos mais variados discursos atuais dos representantes chineses a disputa por uma nova ordem mundial, trazendo à tona a importância do grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) na resolução plural dos conflitos que assolam este século. Dessa forma, uma atuação conjunta deste grupo de países emergentes pode ser central na resolução do conflito no leste europeu (OPEB, 2022).

### 5.21 ROMÊNIA

A percepção da Romênia em relação à guerra na Ucrânia é de profunda preocupação com as ações e movimentações das tropas russas. O recente reposicionamento militar no sul e leste da Ucrânia, juntamente com a captura da Ilha da Cobra, tem gerado alarme nas autoridades romenas, que agora se encontram a aproximadamente 50 quilômetros da fronteira russa. Como membro da OTAN, a Romênia considera os Estados Unidos um parceiro estratégico de defesa e atualmente abriga soldados americanos em suas bases militares (REVISTA FORÇA AÉREA, 2022)

Do ponto de vista estratégico, a Romênia compreende que a Rússia busca estabelecer uma ponte terrestre para a Crimeia, conforme evidenciado pelos bombardeios em Mariupol, visando estabelecer uma conexão com a região do Donbas (REVISTA FORÇA AÉREA, 2022). Além disso, a cidade portuária de Odesa poderia fornecer uma ligação com a região da Transnístria, ocupada pelos russos na Moldávia. Essas ações da Rússia colocariam o país diretamente na fronteira da OTAN com a Romênia, além de transferir o controle das riquezas minerais e de hidrocarbonetos do sul da Ucrânia para Moscou (REVISTA FORÇA AÉREA, 2022).

Diante desse cenário, o governo romeno teme que o presidente russo, Vladimir Putin, esteja buscando uma estratégia de unificação das áreas de língua russa da Ucrânia sob o controle de Moscou. Para garantir a segurança e evitar uma escalada por parte do Kremlin, a Romênia expressa o desejo de aumentar a presença permanente das tropas dos

EUA em seu território (REVISTA FORÇA AÉREA, 2022).

Em relação aos refugiados, a Romênia tem sido afetada pelo fluxo migratório resultante da guerra na Ucrânia, com uma entrada significativa de refugiados ucranianos em seu território. O movimento intenso de pessoas testemunhado no início do conflito diminuiu, mas o fluxo migratório persiste e é provável que continue no futuro próximo. Desde o início da invasão russa, estima-se que a Romênia tenha recebido aproximadamente 1 milhão de refugiados ucranianos (RFI, 2022).

Assim, a situação migratória na região é uma preocupação não apenas para a Romênia, mas também para a comunidade internacional. Segundo a ONU, o conflito na Ucrânia resultou em um grande número de deslocados internos, com mais de 8 milhões de pessoas afetadas pela violência. Além disso, cerca de 6,4 milhões de ucranianos buscam refúgio em países vizinhos, sendo a Polônia o principal destino, abrigoando metade dos refugiados, seguida pela Romênia (RFI, 2022). Dessa forma, o país, assim como outros países vizinhos, tem enfrentado o desafio de acolher e fornecer assistência aos refugiados ucranianos que buscam abrigo em seu território.

## 5.22 UCRÂNIA

No atual contexto da guerra em seu país, é possível perceber a posição da Ucrânia por meio das declarações do seu atual presidente Volodymyr Zelensky. Em suas declarações, o presidente ucraniano expressou confiança nas forças militares do país, pedindo que não se desse crédito às declarações de Vladimir Putin, presidente da Rússia. A Ucrânia parece confiar no progresso de suas operações militares e no heroísmo de seus soldados envolvidos nos combates (RFI, 2023).

A guerra na Ucrânia tem gerado um significativo impacto no fluxo migratório, com consequências graves para a população civil e o país como um todo. A invasão estrangeira resulta em uma série de desafios, incluindo o abandono forçado de lares, perdas humanas, dificuldades de locomoção e comunicação, além da precariedade das condições de vida e a insegurança enfrentada pelos residentes (TRIVELLATO, 2022).

Durante o processo de evacuação, os ucranianos são obrigados a deixar para trás seus pertences e até mesmo documentos importantes, os quais podem ser destruídos ou confiscados durante os bombardeios ou pelas autoridades invasoras. Essa situação pode levar a uma condição de migrante internacional ilegal em países receptores, devido à falta de identificação civil (TRIVELLATO, 2022).

Nesse contexto, muitos ucranianos buscam regularizar sua situação por meio do pedido de refúgio, segundo o Estatuto do Refugiado de 1951. No entanto, esse processo é caracterizado por sua complexidade, lentidão e dificuldades, causando um grande desgaste físico e emocional para os solicitantes. Além disso, os migrantes ilegais enfrentam restrições normativas que limitam seu acesso à educação, emprego, moradia adequada e lazer (TRIVELLATO, 2022).

A mídia tem dado ampla cobertura à saída de ucranianos de diferentes cidades, com maior agilidade para aqueles que residem em regiões menores e fronteiriças. Estima-se que cerca de 368.000 pessoas já tenham migrado para outros países até o momento, e a previsão é de que o conflito possa gerar aproximadamente 4 milhões de refugiados ucranianos em diferentes partes do mundo, representando um dos maiores fluxos migratórios forçados desde a Segunda Guerra Mundial (TRIVELLATO, 2022).

## 6. QUESTÕES A PONDERAR

1. Qual a principal problemática do fluxo de refugiados do leste europeu?
2. De que maneira as Nações Unidas podem auxiliar os refugiados do leste europeu?
3. De que maneira é possível contornar as disputas históricas da região para possibilitar novos caminhos para a resolução do conflito e amenizar a crise de refugiados no leste europeu?

## 7. REFERÊNCIAS

A Economia do Japão em uma Era de Globalização. EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL, c2012. Disponível em: <https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/economia.html#:~:text=Ao%20longo%20de%20duas%20d%C3%A9cadas,%E2%80%9D%20na%20era%20p%C3%B3s%2Dguerra..> Acesso em: 02 jun. 2023.

ABUCHAIBE, Rafael. Guerra na Ucrânia: o dilema de Israel diante da invasão russa. BBC NEWS BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60601830>. Acesso em: 22 jun. 2023.

AFP. Irã e Rússia tentam contornar sanções internacionais com acordo para nova rota comercial. Exame, 2023. Disponível em: <https://exame.com/mundo/ira-e-russia-tentam-contornar-sancoes-internacionais-com-acordo-para-nova-rota-comercial/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

AFP. Misticismo de Terrence Malick invade Veneza. CORREIO DO POVO, 2012. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/mundo/ir%C3%A3-e-belarus-fortalecem-rela%C3%A7%C3%B5es-no-contexto-da-guerra-na-ucr%C3%A2nia-1.100181>. Acesso em: 12 jun. 2023.

AFP. Primeiros refugiados ucranianos chegam à Hungria e à Romênia. R7, 2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/primeiros-refugiados-ucranianos-chegam-a-hungria-e-a-romenia-06072022>. Acesso em: 15 jun. 2023.

AGENCE FRANCE-PRESSE. A difícil integração dos refugiados ucranianos em uma Hungria próxima da Rússia. UOL, 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/04/28/a-dificil-integracao-dos-refugiados-ucranianos-em-uma-hungria-proxima-da-russia.htm>. Acesso em: 15 jun. 2023.

AGÊNCIA EFE. Irã reforça laços com a Rússia, mas pede fim da guerra na Ucrânia. R7, 2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/ira-reforca-lacos-com-a-russia-mas-pede-fim-da-guerra-na-ucrania-09112022>. Acesso em: 15 jun. 2023.

AGÊNCIA FRANCE-PRESSE. Suspeitas de sabotagem após vazamentos inexplicáveis nos gasodutos Nord Stream. CORREIO BRASILENSE, 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2022/09/5039768-suspeitas-de-sabotagem-apos-vaza>

mentos-inexplicaveis-nos-gasodutos-nord-stream.html. Acesso em: 6 jun. 2023.

ALVAREZ, Priscilla; LIPTAK, KEVIN. EUA analisam meios de ajudar refugiados ucranianos a encontrarem seus familiares. CNN BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-analisam-meios-de-ajudar-refugiados-ucranianos-a-encontrarem-seus-familiares-no-pais/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

ANDRADE, Henrique. “EUA e seus aliados responderão de forma decisiva”, afirma Biden sobre ação russa. CNN BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-e-seus-aliados-responderao-de-forma-decisiva-afirma-biden-sobre-acao-russa/>. Acesso em: 6 jun. 2023.

ANGELA Merkel recebe Prêmio Nansen do ACNUR por proteção a refugiados no auge da crise na Síria. ACNUR BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2022/10/04/angela-merkel-recebe-premio-nansen-do-acnur-por-protexao-a-refugiados-no-auge-da-crise-na-siria/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

BALI, Kaki. O perigo da invasão russa para a minoria grega na Ucrânia. DW, 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-perigo-da-invas%C3%A3o-russa-para-a-minoria-grega-na-ucr%C3%A2nia/a-60977282>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL concede 74 vistos a ucranianos afetados pela guerra. BBC NEWS BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61061309>. Acesso em: 22 jun. 2023.

CANDAL, Ludmila; PORTO, Douglas. Para Putin, Ocidente descumpriu promessa de OTAN não expandir, diz especialista. CNN BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/para-putin-ocidente-descumpriu-promessa-de-otan-nao-expandir-diz-especialista/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

CASTRO, Ana Flávia. Ucranianos viram refugiados preferenciais, e Europa “abre” fronteiras”. METRÓPOLES, 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/mundo/ucranianos-viram-refugiados-preferenciais-e-europa-abre-fronteiras>. Acesso em: 4 jun. 2023.

CERIONI, Clara. Entenda a guerra que matou 10 mil pessoas em apenas dois anos. EXAME, 2016. Disponível em: <https://exame.com/mundo/entenda-a-guerra-que-matou-10-mil-pessoas-em-apenas-dois->

anos/. Acesso em: 7 jun. 2023.

CHINA pode mediar a crise na Ucrânia; leia o artigo. ESTADÃO, 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/china-pode-mediara-crise-na-ucrania-leia-o-artigo/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

CHINA promete ‘abordagem humana’ da Covid e acelera relaxamento de restrições. FOLHA DE S. PAULO, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/12/china-promete-abordagem-humana-da-covid-e-acelera-relaxamento-de-restricoes.shtml>. Acesso em: 12 jun. 2023.

CLERCQ, Geert de. França fica em choque com segundo estupro e assassinato de estudante em um mês. ISTOÉ, 2022. Disponível em: <https://istoe.com.br/franca-fica-em-choque/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

CONANT, Eve. Linha do tempo mostra os 30 anos de luta pela independência da Ucrânia. NATIONAL GEOGRAPHIC, 2022. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2022/03/linha-do-tempo-mostra-os-30-anos-de-luta-pela-independencia-da-ucrania>. Acesso em: 22 jun. 2023.

COSTA, Vitória; VIEIRA, Luciane. Nacionalismo, xenofobia e União Europeia: barreiras à livre circulação de pessoas e ameaças ao futuro do bloco europeu. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, v. 64, n. 3, p. 133-160, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/65536>. Acesso em: 12 jun. 2023.

DECCACHE, Matheus. Apesar de guerra, Hungria aposta em parceria com Rússia para usina nuclear. VEJA, 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/apesar-de-guerra-hungria-aposta-em-parceria-com-russia-para-usina-nuclear>. Acesso em: 15 jun. 2023.

DINAMARCA e Holanda enviarão 14 tanques à Ucrânia; conheça veículo militar. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2023/04/20/dinamarca-e-holanda-enviarao-14-tanques-a-ucrania-conheca-veiculo-militar.ghtml>. Acesso em: 6 jun. 2023.

DINAMARCA põe Brasil em categoria de ‘não aliados’ da Ucrânia. ESTADO DE MINAS, 2023. Disponível em: <https://www.em.com.br/>

app/noticia/politica/2023/05/22/interna\_politica,1496862/dinamarca-poe-brasil-em-categoria-de-nao-aliados-da-ucrania.shtml. Acesso em: 6 jun. 2023.

EBRAHIM, Nadeen. Irã está lentamente se consolidando como um ator na guerra da Ucrânia. CNN BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ira-esta-lentamente-se-consolidando-como-um-jogador-na-guerra-da-ucrania/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

ENTENDA a história da Ucrânia, do estado de Kiev à independência da URSS. O TEMPO, 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/mundo/entenda-a-historia-da-ucrania-do-estado-de-kiev-a-independencia-da-urss-1.2620810>. Acesso em: 31 mar. 2023.

ESTATÍSTICAS sobre os fluxos migratórios para a Europa. COMISSÃO EUROPEIA, 2021. Disponível em: [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/promoting-our-european-way-of-life/statistics-migration-europe\\_pt](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/promoting-our-european-way-of-life/statistics-migration-europe_pt). Acesso em: 03 jul. 2023.

EUA anunciam mais de US\$ 10 bilhões em apoio à Ucrânia. Valor São Paulo, 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/02/27/eua-anunciam-mais-us-10-bilhoes-em-apoio-ucrania.ghtml>. Acesso em: 6 jun. 2023.

FERREIRA, Lucas. Saiba quais são os sete países que enviaram mais ajuda humanitária para a Ucrânia. R7, 2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/fotos/saiba-quais-sao-os-sete-paises-que-enviaram-mais-ajuda-humanitaria-para-a-ucrania-22082022#/foto/9>. Acesso em: 6 jun. 2023.

FRANÇA acolhe 100 mil refugiados ucranianos; a maioria não vê a hora de voltar para casa. UOL, 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2023/02/24/franca-acolhe-100-mil-refugiados-ucranianos-a-maioria-nao-ve-a-hora-de-voltar-para-casa.htm>. Acesso em: 19 mai. 2023.

GIELOW, Igor. Guerra na Ucrânia faz Suécia realizar maior exercício militar em 25 anos. Folha de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/04/guerra-na-ucrania-faz-suecia-realizar-maior-exercicio-militar-em-25-anos.shtml>. Acesso em: 12 ago. 2023.

GONÇALVEZ, Jana; REUTERS. Putin acusa “elites ocidentais” de iniciarem guerra e “semear o ódio e russofobia”. PÚBLICO, 2023. Disponível em: <https://www.publico.pt/2023/05/09/video/putin-acusa-elites-ocidentais-iniciarem-guerra-semear-odio-russofo-bia-20230509-115151>. Acesso em: 3 jun. 2023.

GONTIJO, Fabiano. Nação, simbolismo e revolução na Ucrânia: experiência etnográfica tensa na/da liminaridade. Revista Antropologia, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/178853/171596>. Acesso em: 31 mar. 2023

GRÉCIA oferece ajuda financeira e militar à Ucrânia. PRENSA LATINA, 2022. Disponível em: <https://www.prensalatina.com.br/2022/12/18/grecia-oferece-ajuda-financeira-e-militar-a-ucrania/>. Acesso em: 2 jul. 2023.

HANKIN, Lorna. Guerra da Ucrânia: em gráficos, como conflito mudou desde o início há um ano. BBC NEWS BRASIL, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c727110nqrgo>. Acesso em: 10 mar. 2023

HENRIQUE, Layane. Guerra na Ucrânia: entenda o conflito. POLITIZE!, 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/guerra-na-ucrania/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

HISTÓRICO: Japão abre portas a refugiados da Ucrânia. CNN PORTUGAL, 2022. Disponível em: <https://cnnportugal.iol.pt/guerra-da-ucrania/historico-japao-abre-portas-a-refugiados-da-ucrania/20220303/62202c010cf21847f0aec23a>. Acesso em: 2 jun. 2023.

HUNGRIA anuncia acordo de acesso a gás russo, na contramão da UE. Valor São Paulo, 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/04/11/hungria-anuncia-acordo-de-acesso-a-gs-russo-na-contramo-da-ue.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2023.

IRÃ admite envio de drones à Rússia antes da guerra na Ucrânia. PODER360, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/europa-em-guerra/ira-admite-envio-de-drones-a-russia-antes-da-guerra-na-ucrania/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

JAMES, William; MACASKILL, Andrew. Reino Unido diz fornecer à Ucrânia mísseis capazes de atingir tropas russas atrás do front. CNN BRASIL, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/inter->

nacional/reino-unido-diz-fornecer-a-ucrania-misseis-capazes-de-atingir-tropas-russas-atras-do-front/. Acesso em: 22 jun. 2023.

JORNAL NACIONAL. China se dispõe a colaborar para cessar-fogo na guerra na Ucrânia. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/04/01/china-se-dispoe-a-colaborar-para-cessar-fogo-na-guerra-na-ucrania.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2023.

JORNAL NACIONAL. Rússia mantém 6 mil crianças e adolescentes ucranianos em campos de reeducação, diz relatório. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/02/15/russia-mantem-6-mil-criancas-e-adolescentes-ucranianos-em-campos-de-reeducacao-diz-relatorio.ghtml>. Acesso em: 7 jun. 2023.

LÍDERES europeus começam a questionar fluxo de refugiados vindos da Ucrânia. BRASIL DE FATO, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/25/lideres-europeus-comecam-a-questionar-fluxo-de-refugiados-vindos-da-ucrania>. Acesso em: 6 jun. 2023.

LIOHN, André. Tropas da Ucrânia formadas por paramilitares neonazistas ajudam no contra-ataque à Rússia. FOLHA DE S. PAULO, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/03/tropas-da-ucrania-formadas-por-paramilitares-neonazistas-ajudam-no-contra-ataque-a-russia.shtml>. Acesso em: 7 jun. 2023.

LUSA. Ucrânia: China já apresentou plano de paz à Rússia. DW, 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ucr%C3%A2nia-r%C3%BAssia-diz-que-pequim-j%C3%A1-apresentou-plano-de-paz-a-moscovo/a-64792138>. Acesso em : 12 jun. 2023.

MALLOY, Allie. Estados Unidos vão receber até 100 mil refugiados da Ucrânia. CNN BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/estados-unidos-vaoo-receber-ate-100-mil-refugiados-da-ucrania/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MARTINS, Américo. Ajuda britânica para a Ucrânia provoca forte reação da Rússia. CNN BRASIL, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ajuda-britanica-para-a-ucrania-provo-ca-forte-reacao-da-russia/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

MARTINS, Carlos. Empresa oferece voo gratuito para ucranianos em seu colorido avião. AEROIN, 2022. Disponível em: <https://aer->

oin.net/empresa-oferece-vo-gratuito-para-ucranianos-em-seu-colorido-aviao/. Acesso em: 6 jun. 2023.

MC CARTHY, Simone. Análise: China diz que quer paz na Ucrânia, mas é apenas nos termos da Rússia. CNN BRASIL, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-china-diz-que-quer-paz-na-ucrania-mas-e-apenas-nos-termos-da-russia/>. Acesso em: 3 jun. 2023.

MILHARES de refugiados ucranianos chegam a Budapeste. EURONEWS, 2022. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2022/03/19/milhares-de-refugiados-ucranianos-chegam-a-budapeste>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MONIN, Serguei. Aliada da Rússia, Hungria é ‘pedra no sapato’ da UE na ajuda financeira à Ucrânia. BRASIL DE FATO, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/16/aliada-da-russia-hungria-e-pedra-no-sapato-da-ue-na-ajuda-financeira-a-ucrania>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MONIN, Serguei. Brasil tem posição quase ideal como negociador na guerra da Ucrânia, diz pesquisador russo. BRASIL DE FATO, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/09/brasil-tem-posicao-quase-ideal-como-negociador-na-guerra-da-ucrania-diz-pesquisador-russo>. Acesso em: 22 jun. 2023.

MONIN, Serguei. Guerra na Ucrânia: Turquia faz jogo entre Rússia e Ocidente para barganhar interesses. BRASIL DE FATO, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/26/guerra-na-ucrania-turquia-faz-jogo-entre-russia-e-ocidente-para-barganhar-interesses>. Acesso em: 22 jun. 2023.

NA Chechênia, Síria e Ucrânia, a impunidade das tropas russas deixa marcas. UOL, 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/04/18/na-chechenia-siria-e-ucrania-a-impunidade-das-tropas-russas-deixa-marcas.htm>. Acesso em: 22 jun. 2023.

NEIVE, Mitake Flávia; DOS SANTOS, Vitor Hugo; DA CUNHA, Ana Luísa; PIERINI, Lais. BRICS recuperam protagonismo com a guerra da Ucrânia. OPEBE - Opera Mundi, 2022. Disponível em: <https://opeb.org/2022/05/02/brics-recuperam-protagonismo-com-a-guerra-na-ucrania/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

NEUTRA sobre conflito na Ucrânia, Áustria é pressionada para en-

durecer postura contra a Rússia. SPUTNIK NEWS BRASIL, 2023. Disponível em: <https://sputniknewsbrasil.com.br/20230212/neutra-sobre-conflito-na-ucrania-austria-e-pressionada-para-endurecer-postura-contra-a-russia-27568236.html>. Acesso em: 22 jun. 2023.

OIM alerta para um maior risco de tráfico de humanos para pessoas fugindo da Ucrânia. OIM BRASIL, 2022. Disponível em: <https://brasil.iom.int/pt-br/news/oim-alerta-para-um-maior-risco-de-trafico-de-humanos-para-pessoas-fugindo-da-ucrania>. Acesso em: 4 jun. 2023.

OLAF Scholz: “Europa unida para acolher refugiados”. DW, 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ucr%C3%A2nia-chanceler-alem%C3%A3o-diz-que-europa-est%C3%A1-unida-para-acolhimento-de-refugiados/a-61034437>. Acesso em: 19 mai. 2023.

PAIXÃO, Maryara. Ucrânia eleva número global de deslocados à força ao maior da série histórica. FOLHA DE S. PAULO, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/06/ucrania-eleva-numero-global-de-deslocados-a-forca-ao-maior-da-serie-historica.shtml>. Acesso em: 22 jun. 2023.

PAÚL, Fernanda. O que está em jogo para América Latina ao apoiar Rússia ou Ucrânia na guerra. BBC NEWS BRASIL, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c149zkkvp88o>. Acesso em: 22 jun. 2023.

POLÓNIA conclui barreira com a Bielorrússia. EURONEWS, 2022. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2022/07/02/polonia-conclui-barreira-com-a-bielorrussia>. Acesso em: 4 jun. 2023.

POR que motivos a Rússia invadiu a Ucrânia: resumo. BBC NEWS BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60606340>. Acesso em: 7 jun. 2023.

PORTO, Douglas. Líderes mundiais começam a chegar ao Japão para a cúpula do G7. CNN BRASIL, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lideres-mundiais-comecam-a-chegar-ao-japao-para-a-cupula-do-g7/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

PRANGE, Astrid. Como a guerra na Ucrânia aproxima ainda mais Rússia e Índia. DW, 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/como-a-guerra-na-ucr%C3%A2nia-aproxima-ainda-mais-r%C3%BAssia-e-%C3%ADndia/a-64887548>. Acesso em: 22 jun. 2023.

PUTIN decreta auxílio a refugiados ucranianos na Rússia. PODER360, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/europa-em-guerra/putin-decreta-auxilio-a-refugiados-ucranianos-na-russia/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

PUTIN diz que reagirá se Reino Unido enviar armas à Ucrânia. PODER360, 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/europa-em-guerra/putin-diz-que-reagira-se-reino-unido-enviar-armas-a-ucrania/>. Acesso em: 3 jun. 2023.

PUTIN oferece dinheiro para que refugiados da Ucrânia se mudem para Rússia. UOL, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2022/08/27/putin-oferece-subsidios-para-refugiados-do-donbass-e-da-ucrania.htm>. Acesso em: 7 jun. 2023.

PUTIN x Ucrânia: Putin acusa Ucrânia de crimes de guerra em conversa com Macron, diz o Kremlin. UOL, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/03/18/putin-acusou-ucrania-de-crimes-de-guerra-em-conversa-com-macron-kremlin.htm>. Acesso em: 3 jun. 2023.

QUIRINO, Carla. Refugiados ucranianos aguardam decisão dos EUA para cruzar a fronteira. AGÊNCIA BRASIL, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-05/refugiados-ucranianos-aguardam-decisao-dos-eua-para-cruzar-fronteira>. Acesso em: 7 jun. 2023.

RECH, Marcelo. A postura ambígua do Japão na Guerra contra a Ucrânia. INFOREL, 2022. Disponível em: <https://inforel.org/2022/04/18/a-postura-ambigua-do-japao-na-guerra-contra-a-ucrania/>. Acesso em: 23 maio 2023.

REFUGIADOS da Ucrânia: quantos estão deixando o país e para onde estão indo?. BBC NEWS BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60570352>. Acesso em: 22 jun. 2023.

REUTERS. Primeiro-ministro da Hungria diz que país vetará quaisquer sanções contra a Rússia que envolvam energia nuclear. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2023/01/27/primeiro-ministro-da-hungria-diz-que-pais-vetara-qualsquer-sancoes-contra-a-russia-que-envolvam-energia-nuclear.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2023.

RFI. ZELENSKY evoca contraofensiva ucraniana, mas sem fornecer detalhes. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2023/06/10/zelensky-evoca-contraoofensiva-ucrania-na-mas-sem-fornecer-detalhes.ghtml>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ROMANO, Giorgio. Guerra na Ucrânia: contexto, motivos e o mais importante, quem vai negociar a paz. BRASIL DE FATO, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/02/artigo-guerra-na-ucrania-contexto-motivos-e-o-mais-importante-quem-vai-negociar-a-paz>. Acesso em: 03 jul. 2023.

RÚSSIA diz que entrada de Suécia na Otan ameaça sua segurança; entenda por quê. O Globo, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/07/12/russia-diz-que-entrada-de-suecia-na-ot-an-ameaca-sua-seguranca-entenda-por-que.ghtml>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SOROKOPUD, Nina. Número de deslocados na Ucrânia se aproxima de um milhão à medida que conflitos aumentam na região de Donetsk. ACNUR BRASIL, 2015. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2015/02/06/numero-de-deslocados-na-ucrania-se-aproxima-de-um-milhao-a-medida-que-conflitos-aumentam-na-regiao-de-donetsk/>. Acesso em: 22 jun. 2023

SWEDEN'S military materiel support to Ukraine has now been delivered. Forsvarsmakten, 2022. Disponível em: <https://www.forsvarsmakten.se/en/news/2022/03/swedens-military-materiel-support-to-ukraine-has-now-been-delivered/>. Acesso em 12 ago. 2023.

SWEDEN'S support to Ukraine. Sweden, 2023. Disponível em: <https://www.government.se/globalassets/government/dokument/utrikesdepartementet/fact-sheet-support-to-ukraine/fact-sheet-swedens-support-to-ukraine/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

THE Swedish Armed Forces' support to Ukraine is growing. Forsvarsmakten, 2021. Disponível em: <https://www.forsvarsmakten.se/en/news/2021/11/the-swedish-armed-forces-support-to-ukraine-is-growing/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

TORTELLA, Tiago. Entenda a guerra da Ucrânia em 10 pontos. CNN BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-a-guerra-da-ucrania-em-10-pontos/>. Acesso em: 22 jun. 2023

TRIVELLATO, Márcia. A invasão da Ucrânia e o fluxo migratório na Comunidade Europeia. MAGIS, 2022. Disponível em: <https://magis.ajej.com.br/a-invasao-da-ucrania-e-o-fluxo-migratorio-na-comunidade-europeia/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

TURQUIA sugere que não vai mais conter refugiados a caminho da Europa. DW, 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/turquia-sugere-que-n%C3%A3o-vai-mais-conter-refugiados-a-caminho-da-europa/a-52573088>. Acesso em: 2 jul. 2023.

UCR NIA: Russos se aproximam da Romênia e preocupam autoridades. REVISTA FORÇA AÉREA, 2022. Disponível em: <https://forcaarea.com.br/ucrania-russos-se-aproximam-da-romenia-e-preocupam-autoridades/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

UKRAINE crisis: What 's going on in Crimea?. BBC NEWS, 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-25182823>. Acesso em: 7 jun. 2023.

UKRAINE Overview. THE WORLD BANK, [s.d]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/ukraine/overview>. Acesso em: 10 mar. 2023.

UKRAINE Refugee Situation - RRP Achievements. Operational Data Portal, 2023. Disponível em: <https://data.unhcr.org/en/data-viz/291?sv=54&geo=0>. Acesso em: 4 jun. 2023.

\_\_UKRAINE Refugee Situation. Operational Data Portal, UNHCR, c2022. Disponível em: <https://data.unhcr.org/en/situations/ukraine>. Acesso em: 19 maio 2023.

UKRAINE Situation: Regional Refugee Response Plan. Operational data portal, 2023. Disponível em: <https://data.unhcr.org/en/documents/details/97958>. Acesso em: 4 jun. 2023.

UKRAINE. UNHCR, [s.d]. Disponível em: <https://www.unhcr.org/ukraine.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

UNITING for Ukraine. U.S CITIZENSHIP AND IMMIGRATION SERVICES, 2023. Disponível em: <https://www.uscis.gov/ukraine>. Acesso em: 7 jun. 2023.

VEJA quais são os 12 pontos da proposta de paz da China para a guerra

na Ucrânia, rejeitada pelo Ocidente. O GLOBO E AGÊNCIAS INTERNACIONAIS, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/02/veja-quais-sao-os-12-pontos-da-proposta-de-paz-da-china-para-a-guerra-na-ucrania-rejeitado-pelo-ocidente.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2023.

VERSECK, Keno. O peso das sanções dos EUA à Hungria, aliada na OTAN. DW, 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-peso-das-san%C3%A7%C3%B5es-dos-eua-%C3%A0-hungria-aliada-na-otan/a-65323022>. Acesso em: 15 jun. 2023.

VISACRO, Alessandro. Guerra na Ucrânia. BLOG DA EDITORA CONTEXTO, 2023. Disponível em: <https://blog.editoracontexto.com.br/guerra-na-ucrania-alessandro-visacro/>. Acesso em: 10 mar. 2023

ZELENSKY visita a Polônia para angariar apoio regional. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2023/04/05/zelensky-visita-polonia-para-angariar-apoio-regional.ghtml>. Acesso em: 4 jun. 2023.

3 MESES após o início da guerra, muitos ucranianos continuam a chegar à Romênia. RFI, 2022. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/mundo/20220523-3-meses-ap%C3%B3s-o-in%C3%ADcio-da-guerra-muitos-ucraniano-continuam-a-chegar-%C3%A0-rom%C3%A9nia>. Acesso em: 22 jun. 2023.

\*\*



# ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Guia de Estudos

# O controle internacional das armas nucleares

*Luana Gomes Lasmar<sup>1</sup>*

*Marcos Brenno Bezerra Batista<sup>2</sup>*

*Naomi Milanese<sup>3</sup>*

*Paula Mariane Macêdo Guimarães<sup>4</sup>*

## RESUMO

O presente capítulo tem como finalidade informar acerca do controle internacional das armas nucleares, considerando a proliferação desse tipo de armamento ao redor do mundo. Busca-se, portanto, por meio desta parte, a reflexão e a discussão acerca desse tema, tendo em vista sua importância para a garantia da segurança internacional. Nesse contexto, é nítido que cada vez mais Estados procuram desenvolver armas nucleares, tendo em vista seus próprios conflitos externos e a ameaça de rivais geopolíticos, de modo que a posse dessas armas não se restringe mais apenas aos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como era comum. Desse modo, apesar da existência de tratados que buscam restringir a fabricação e o uso dessas armas, frequentemente os países não seguem os acordos ou simplesmente não o adotam oficialmente. Logo, ao longo deste guia será feita a contextualização histórica desse tema, somada à atual situação e as ações tomadas internacionalmente quanto à questão, além das declarações e posições de cada Estado analisado sobre tal problemática.

## 1. INTRODUÇÃO

---

1 Luana Gomes Lasmar é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

2 Marcos Brenno Bezerra Batista é discente do curso de Direito na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

3 Naomi Milanese é discente do curso de Direito na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

4 Paula Mariane Macêdo Guimarães é discente do curso de Medicina na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

No contexto da Segunda Guerra Mundial, o Projeto Manhattan, liderado pelos Estados Unidos com apoio do Reino Unido e do Canadá, entre 1942 e 1947, resultou na produção das primeiras armas nucleares, produzindo, nesse sentido, as bombas Little Boy e Fat Man. Esses dispositivos usam da fissão ou fusão nuclear para liberar uma grande quantidade de energia com um potencial devastador. O uso posterior dessas bombas pelos Estados Unidos em Hiroshima e Nagasaki, nos dias 06 e 09 de agosto de 1945, mostrou o poder devastador de tais armas, inaugurando a Era Nuclear, marcada pelo desafio imposto à diplomacia internacional de controlar a produção e o uso destas armas (PEREIRA, 2019).

Com o término da guerra emergiram duas potências mundiais: os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a qual tinha desenvolvido suas próprias armas nucleares durante a guerra, tendo-as testado no Cazaquistão em 1949. Desse modo, surge o novo contexto de bipolaridade geopolítica.

Nessa conjuntura, foi assinado, em 1968, tendo entrado em vigor somente em 1970, o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), com o objetivo de prevenir a proliferação dessas armas, buscando, dessa forma, apenas o uso da energia nuclear para fins pacíficos. Desse modo, os signatários do tratado ficam vedados de produzir armas nucleares ou adquiri-las de outra forma, sendo que apenas cinco países signatários do tratado supramencionado possuíam armas nucleares antes de 1967, sendo estes os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), Estados Unidos, China, URSS (posteriormente Rússia), Reino Unido e França. Nessa perspectiva, caberia à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) a fiscalização do cumprimento do tratado (AIEA, 1970).

Já em 1963 foi realizada a Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares, a qual está em vigor desde 1977. Esta convenção foi realizada por iniciativa da AIEA e a partir dela foi fixado o valor máximo da responsabilidade por danos nucleares em cinco milhões de dólares (VARELLA, 1989). Ademais, também foi realizada a Convenção sobre a Indenização Suplementar por Danos Nucleares, em 1997, a qual está em vigor desde 2015, além da Con-

venção sobre a Proteção Física do Material Nuclear, feita em 1968 e em vigor desde 1970, e a Convenção sobre Segurança Nuclear, realizada em 1994 e em vigor desde 1996.

Além disso, vale destacar o tratado Novo START, de 2010, firmado entre as maiores potências nucleares mundiais, os Estados Unidos e a Rússia, no qual ambos os países deveriam reduzir seus estoques de ogivas nucleares que seriam usadas para fins militares. Ademais, o tratado previa a fiscalização por ambos os membros, com a possibilidade de até dezoito inspeções nas bases nucleares do outro país (ESTADÃO, 2023).

Outrossim, cabe frisar a existência do P5+1, sendo este um acordo formado pelos cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança em parceria com a Alemanha, firmado em 2015. O objetivo desse acordo era evitar a produção de armas nucleares pelo Irã, tendo em vista o início de seu programa nuclear, o qual prevê o enriquecimento de urânio. Assim, benefícios, como a retirada das sanções impostas ao país, seriam oferecidos caso os iranianos cumprissem com as restrições a longo prazo do acordo (G1, 2023).

Entretanto, é necessário salientar que esses tratados anteriormente citados possuem diversas controvérsias, o que inclui o não cumprimento por parte dos membros e a saída de países desses acordos. Além da falta de controle da proliferação de armas nucleares por países que não são membros de nenhuma dessas convenções, usando frequentemente de testes com essas armas para amedrontar rivais geopolíticos. Portanto, tendo em vista um dos objetivos estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas de “considerar e fazer recomendações sobre os princípios gerais de cooperação para manter a paz e a segurança internacionais, incluindo o desarmamento” (UN, 2023), impõe-se a atuação desta Assembleia.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Em 16 de julho de 1945 foi realizado, com sucesso, o primeiro teste nuclear que se tem notícia, nos Estados Unidos. Em seguida, entre

os dias 17 de julho e 02 de agosto, de mesmo ano, foi realizada a Conferência de Potsdam, a terceira conferência a contar com a presença de todos os três líderes das grandes potências aliadas na 2ª Grande Guerra: Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética. A conferência foi marcada por ações diplomáticas na qual, de um lado, os EUA e o Reino Unido procuravam reduzir ao máximo a influência soviética na Europa Oriental e a URSS, por outro, procurava consolidar o espaço já conquistado (MUNHOZ, 2020).

O evento em questão foi definidor para a reestruturação da Nova Ordem Mundial e era natural que emergissem tensões provenientes dos diferentes projetos de mundo esboçados pelas equipes das três potências globais. Como os soviéticos ignoravam o sucesso do teste nuclear americano, os representantes dos EUA contaram com a vantagem estratégica dessa grande conquista científica e militar. Em Potsdam, o então presidente estadunidense Harry S. Truman e os seus assessores mais próximos acreditavam que o emprego imediato da bomba nuclear alteraria a correlação de forças de forma muito favorável aos EUA (MUNHOZ, 2020).

Em prosseguimento, Little Boy e Fat Man, as bombas atômicas norte-americanas, foram detonadas no desenrolar da 2ª Guerra Mundial, em 06 e 09 de agosto de 1945, em Hiroshima e Nagasaki, respectivamente. A catástrofe deixou milhares de mortos, em um dos episódios mais marcantes da guerra e, em mais de 70 anos depois do acontecimento, ainda são vistas consequências na população (ONU NEWS, 2015).

O avanço do arsenal nuclear se deu no contexto da Guerra Fria, em que Estados Unidos e União Soviética disputaram pela nova organização mundial e, até hoje, se discute quem teria iniciado o conflito (MUNHOZ, 2020). Do ponto de vista norte-americano, a União Soviética teria se aproveitado dos acordos firmados durante a Segunda Guerra e utilizado do predomínio militar na Europa Central e Oriental para impor regimes tirânicos, liderados por ela, nas mesmas regiões. A Doutrina Truman<sup>5</sup>, realizada pelos EUA, surge nesse contexto então

5 Doutrina idealizada pelos Estados Unidos, na figura do Presidente da República Truman, a qual buscava, por meio de várias práticas, conter o avanço do

como resposta a esse desafio e como precursor da tensão global ao relacionar as ações soviéticas à ideologia comunista e ao se posicionar como líder do mundo democrático. Do ponto de vista soviético, a Guerra Fria teria se iniciado em resposta ao imperialismo americano e dos seus aliados ocidentais que, ao descumprirem acordos firmados em Teerã, Ialta e Potsdam, começaram a agir com o propósito de subverter a ordem na esfera de influência soviética (MUNHOZ, 2020).

Na busca por padrões toleráveis de conflito e por canais de negociação entre os dois Estados mais potentes, eventos de grande tensão ocorreram no planeta, tais como, a invasão da Hungria por tropas do Pacto de Varsóvia, em 1956, a Revolução Cubana, em 1959, a derrubada da aeronave U-2 sobre o território soviético, em 1960, entre outros eventos marcantes. No contexto de disputa pela Nova Organização Mundial, outros Estados fizeram testes nucleares, tais como a União Soviética, em 1949, e o Reino Unido, em 1952 (MUNHOZ, 2020).

Nesta conjuntura, em 24 de outubro de 1945, com o intuito de promover a paz mundial, a Organização das Nações Unidas foi criada. Além disso, em 4 de abril de 1949, foi instituída a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)<sup>6</sup>, com o intuito de garantir a liberdade e a segurança dos Estados membros do ocidente. A considerar esses eventos, os motivos que haviam justificado a criação da OTAN pelas potências ocidentais não mais existiam, pois, nos anos iniciais da Guerra Fria, afirmava-se que a organização havia sido instituída para fazer frente às ameaças soviéticas à Europa Ocidental (MUNHOZ, 2020).

Em meio à corrida armamentista presente no contexto da Guerra Fria, o mundo presenciou o poderio militar humano. No cenário de criação da bomba atômica, a AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica) foi originada, em 1957, em resposta aos profundos temores e expectativas gerados pelas descobertas e diversos usos da tecnologia nuclear, tendo recebido o mandato de trabalhar com seus Estados-membros e vários parceiros em todo o mundo para promover tecnologias

6 Aliança militar intergovernamental composta por 31 Estados, também alcinhada como “aliança militar do ocidente”, a qual possui como motriz a defesa militar mútua entre seus membros no caso de ataques externos, conforme previsto no artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte.

nucleares seguras, protegidas e pacíficas. Os objetivos da dupla missão da AIEA – promover e controlar o uso da energia atômica para fins pacíficos, sanitários e prósperos para o mundo – são definidos no artigo II do Estatuto da AIEA (IAEA, 1957).

Posteriormente, o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) foi assinado em Londres, Moscou e Washington, em 1º de julho de 1968, e entrou em vigor internacionalmente em 5 de março de 1970 para prevenir a disseminação de armas nucleares, promover a cooperação no uso pacífico da energia nuclear e promover o objetivo do desarmamento nuclear e do desarmamento geral e completo (MUNHOZ, 2020). Embora a AIEA não seja parte do TNP, ela é responsável pelas principais responsabilidades de verificação de acordo com o Tratado (IAEA, 1970). Atualmente, é realizada a Conferência de Revisão das Partes do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares a cada 5 anos, sendo que a última foi realizada em agosto de 2022 (ONU NEWS, 2022).

### **3. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA**

No contexto atual, a existência de armas nucleares ameaça a paz e a segurança do mundo. Além da capacidade de extermínio em massa da vida humana, essas armas também podem destruir o meio ambiente, tornando-o inóspito para todos os seres vivos. Além disso, a radiação liberada pelas armas nucleares pode levar ao desenvolvimento de doenças, como o câncer, o qual pode ser passado, inclusive, aos descendentes daqueles que foram afetados. Este tópico abordará as questões acerca da obtenção e uso de armas nucleares, além das violações das tentativas de controle desses artefatos.

#### **3.1 RAZÕES PELAS QUAIS PAÍSES BUSCAM TER E USAR ARMAS NUCLEARES**

É necessário salientar que as armas nucleares têm um forte potencial de intimidação e de persuasão, de modo que um Estado pode usar o poder de ameaça dessas armas a fim de influenciar nas escolhas

de Estados “não nuclearizados” para atingir seus objetivos políticos, como por exemplo a anexação de territórios, mudar regime ou liderança política de um país, conseguir concessões econômicas, entre outros (FUHRHMANN; SECHSER, 2017).

Ademais, um país com poderio bélico-nuclear possui possibilidade de defesa e de retaliação no caso de um ataque, tal fato permite que o país tenha mais autonomia. Assim, em um contexto em que o poder bélico-nuclear está concentrado nas mãos de grandes potências, o Estado que tiver suas próprias ogivas nucleares não dependerá do esforço de defesa de alguma grande potência no caso de um ataque (GUIMARÃES, 2005).

Além disso, cabe destacar que a posse de armas nucleares por um país pode funcionar como intimidador, fazendo assim com que países desistam de atacar Estados com esse tipo de armamento, evitando que o conflito chegue à escala nuclear (SILVA, 2021).

Outrossim, para os países que possuem armas nucleares há a possibilidade de uma guerra nuclear limitada, ou seja, o uso de vetores nucleares de baixo rendimento em um conflito de modo restrito, sendo usados contra poucos alvos militares específicos, tais como alvos de importância estratégica (SILVA, 2021). Este tipo de guerra visa chocar o adversário, o levando a desistir do conflito e evitando, dessa forma, o próprio extermínio da vida na terra.

### **3.2 VIOLAÇÕES E RECUSAS ÀS TENTATIVAS DE CONTROLE DA PROLIFERAÇÃO DAS ARMAS NUCLEARES**

Em 1968, quando foi assinado o Tratado de Não Proliferação Nuclear, ficou claro um certo caráter discriminatório do tratado, uma vez que potências nucleares estavam sujeitas a mínimas exigências, enquanto que países “não nucleares” estavam sujeitos a diversas obrigações. Nesse contexto, países como Brasil, Índia, Israel, Paquistão e África do Sul inicialmente recusaram completamente o acordo, afirmando que o TNP auxiliava na manutenção da superioridade econômica e militar das grandes potências que podiam possuir armas nucleares, defenden-

do, portanto, que o tratado deveria obrigar Estados nuclearizados a diminuir seus arsenais (NASCIMENTO; HERZ, 2009). Além disso, o tratado não previa qualquer sanção ou restrição àqueles que não o aderissem, tal fato colaborou com a recusa da adoção do tratado por diversos países.

Apesar de mais tarde o Brasil e a África do Sul terem aderido ao tratado, Índia e Paquistão não o fizeram e já testaram suas próprias armas nucleares, o que acirrou a tensão entre os dois países devido a disputas históricas por territórios, como a região da Caxemira. Já Israel nunca testou esse tipo de armamento, porém nunca negou tê-los em sua posse, além de ter permanecido sem adesão ao TNP (NASCIMENTO; HERZ, 2009).

Nessa conjuntura, a Coreia do Norte, como será aprofundado no tópico de Estudo de Casos, aderiu ao tratado inicialmente, mas o abandonou em 2003, retomando ao seu programa de desenvolvimento de armas nucleares (SOUZA JÚNIOR; LINZ, 2003).

Além do TNP, vale destacar as violações e retirada do acordo Novo START<sup>7</sup> (Tratado de Redução de Armas Estratégicas, em inglês), firmado entre EUA e Rússia, feitas por ambos os países em momentos diferentes devido a receios acerca de fiscalização dos arsenais nucleares (ESTADÃO, 2023).

## 4. ESTUDOS DE CASO

Para compreender de forma prática o problema da proliferação das armas nucleares, três estudos de casos foram selecionados. Portanto, serão analisadas as situações referentes à República Islâmica do Irã, à República Islâmica do Paquistão e à República Popular Democrática da

---

<sup>7</sup> Tratado de redução de armas nucleares, o qual entrou em vigor em 05 de fevereiro de 2011, com expectativa de duração até 05 de fevereiro de 2016, previa, pela metade, a redução dos lançadores de mísseis nucleares estratégicos, além de um regime de verificação e inspeção instituído entre os dois Estados-membros. Em 21 de fevereiro de 2023 a Rússia suspendeu sua participação no Tratado, impedindo, conseqüentemente, a realização de inspeções, em meio ao contexto da Guerra Russo-Ucraniana.

Coreia.

#### 4.1 REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

O Irã é um país signatário do TNP desde 1970, tendo iniciado seu programa nuclear na década de 1950, com auxílio dos Estados Unidos. Inicialmente, o programa nuclear visava o desenvolvimento dessa tecnologia para fins pacíficos (POLITIZE, 2020). Entretanto, em 1979, durante a Revolução Islâmica, funcionários da embaixada estadunidense no Teerã foram feitos reféns, o que levou os EUA a congelar os ativos iranianos e aplicar embargo econômico por meio de sanções contra empresas (G1, 2013). Assim, o programa foi temporariamente abandonado.

O retorno posterior do programa nuclear iraniano se deu sem o auxílio dos países ocidentais, o que se tornou motivo de preocupação do Ocidente, pois temia-se que o programa gerasse armas nucleares. Tendo isso em vista, em 2015, foi feito o acordo P5+1, o qual contava com os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, juntamente com a Alemanha, e visava a diminuição do programa nuclear iraniano em troca da retirada das sanções aplicadas ao país, sendo que o Irã deveria permitir a fiscalização da AIEA para verificar se o programa nuclear estava nos limites estabelecidos pelo acordo (G1, 2017).

No entanto, em 2018, os Estados Unidos se retiraram do acordo, alegando que não poderiam impedir o Irã de desenvolver armas nucleares e, então, restabeleceram as sanções. Nesse contexto, o Irã anunciou que diminuiria seu comprometimento com o acordo, de modo que, se as sanções não fossem retiradas, o país daria novos passos em seu programa nuclear. Assim, o Irã passou a enriquecer urânio<sup>8</sup> a um nível de pureza maior que 3,67% (O GLOBO, 2020).

Em 2020, o assassinato do general iraniano Qassen Soleimani, praticado pelos EUA, acirrou as tensões entre os países. O presidente do Irã alegou que fará vingança pela morte do general. Consequentemente, os descumprimentos do país em relação ao P5+1 aumentaram, de forma que, em 2023, o nível de enriquecimento de urânio chegou a

8 Considerando que o urânio, em sua forma natural, não produz energia, há a realização do que se denomina por “enriquecimento”. (C MARÁ DOS DEPUTADOS, 2002).

83,7%, o que deixa próximo da criação de uma arma nuclear, considerando que é necessário cerca de 90% para a fabricação de uma bomba atômica (UOL, 2023).

## 4.2 REPÚBLICA ISLÂMICA DO PAQUISTÃO

O Paquistão é um país que possui armas nucleares, mas não é signatário do TNP. O programa nuclear paquistanês se iniciou em 20 de janeiro de 1972, na Conferência de Multã, quando o presidente do país coordenou um time de engenheiros e cientistas para a produção desse tipo de artefato.

Nessa conjuntura, as disputas entre o Paquistão e a Índia influenciaram o início da produção paquistanesa de armas nucleares. Essas disputas históricas se dão ao fato de que o território do Paquistão se separou da Índia em 1947 devido, principalmente, às divergências religiosas entre os países, já que a maioria da Índia é hindu, enquanto que a maioria do Paquistão é islâmica. Entretanto, permanecem as disputas entre esses dois Estados, principalmente devido à região da Caxemira, a qual tem maioria islâmica mas é governada por um marajá hindu. A disputa por esse território resultou nas três guerras indo-paquistanesas (BBC, 2019).

No contexto da Terceira Guerra Indo-Paquistanesa, em 1971, a Índia se declarou favorável à independência de um território que pertencia à porção oriental do Paquistão, o qual viria a se tornar Bangladesh. A guerra durou treze dias e culminou na independência do território. Cerca de um mês após esses acontecimentos, iniciou-se o programa nuclear paquistanês, o qual foi considerado como resposta à declaração de independência de Bangladesh (UOL, 2019).

Dessa forma, o programa nuclear paquistanês também surgiu do temor que a Índia desenvolvesse armas nucleares antes do Paquistão. Nessa conjuntura, a Índia realizou o seu primeiro teste nuclear em 1974, já o Paquistão, em 1998. Estima-se que o arsenal nuclear paquistanês tenha de 130 a 140 armas nucleares e acredita-se que o país possa estar expandindo esse número (GAZETA DO POVO, 2019).

### 4.3 REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA

Em 1985, a Coreia do Norte ratificou sua entrada no TNP, visando obter ajuda da União Soviética para dar início ao seu programa nuclear. No entanto, o país não cumpriu o prazo estipulado para as salvaguardas, isto é, as atividades feitas pela AIEA para verificar se o Estado em questão não está violando o tratado, de modo que elas entraram em vigor em 1992. Nesse contexto, o relatório entregue pela Coreia do Norte mostrou que o número de instalações nucleares era superior ao esperado, além do fato do país também possuir um programa de reprocessamento de plutônio. Ademais, investigações e imagens de satélites provaram que o número de instalações nucleares e de quantidade de plutônio enriquecido era maior do que constava no relatório (NASCIMENTO; HERZ, 2009).

Em 1993, a AIEA solicitou visitas às instalações da Coreia do Norte, a qual negou a solicitação. Nessa conjuntura, quando a AIEA determinou uma visita especial às instalações nucleares da Coreia do Norte, o país ameaçou retirar-se do TNP, o que realmente o fez no mesmo ano. Em 1994, foi assinado um protocolo entre Jimmy Carter, então presidente dos Estados Unidos, e o então presidente norte-coreano Kim Il-Sunguma, que determinava o fim do programa nuclear norte-coreano, no qual o país deveria permitir as visitas da AIEA, além de que os EUA forneceriam petróleo para compensar a falta da energia nuclear, somando-se ao fato de que estes não poderiam atacar a Coreia do Norte (NASCIMENTO; HERZ, 2009).

A Coreia do Norte realizou o seu primeiro teste nuclear em 2006 e também fez testes em 2009, 2013, 2016 e 2017. Antes dos testes nucleares em 2017, o país realizou testes com mísseis balísticos intercontinentais, os quais sobrevoaram território japonês, tendo potencial de atingir o território estadunidense. Conseqüentemente, o então presidente americano Donald Trump ameaçou responder com “fogo e fúria”, e como resposta, a Coreia do Norte afirmou ter planos de bombardear a Ilha de Guam, na qual estariam localizadas importantes bases militares (G1, 2019). Após isso, a Coreia do Norte realizou um

novo teste nuclear, o qual levou Donald Trump a afirmar que destruiria totalmente a Coreia do Norte, pois ela seria “patrocinadora do terrorismo”. Posteriormente, Trump visitou a zona desmilitarizada na fronteira das Coreias e negociou um acordo de paz com os norte-coreanos, o que fez com que o país suspendesse os testes de armas nucleares em 2018 (GAZETA DO POVO, 2019).

Em 2023, enquanto os EUA realizavam exercícios militares juntamente com o Japão e a Coreia do Sul nas proximidades da Coreia do Norte, os norte-coreanos afirmaram ter testado um drone nuclear radioativo, o qual seria supostamente capaz de criar um “tsunami radioativo”, todavia, alguns especialistas duvidam da possibilidade do país realmente possuir essa arma (G1, 2023). Ademais, a Coreia do Norte anunciou, em 28 de março de 2023, o aumento da produção de material radioativo para armas nucleares, o que coincidiu com a chegada de um porta-aviões estadunidense à Coreia do Sul (G1, 2023).

## 5. AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Neste tópico serão destacadas as principais medidas internacionais tomadas para o controle de armas nucleares no âmbito internacional. Como dito anteriormente, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) foi criada em 1957, durante a presidência de Eisenhower nos Estados Unidos e, no intuito de combater o medo e as expectativas criadas pela descoberta e usos diversos da tecnologia nuclear, além da criação da AIEA foram realizados outros feitos na história (IAEA, 1957).

Assim sendo, o primeiro tratado implementado – com o objetivo de impedir a disseminação das armas nucleares, promover a cooperação no uso da tecnologia nuclear para fins pacíficos e promover o objetivo de alcançar o desarmamento nuclear – foi o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, assinado em 1968 e entrado em vigor em 1970. Além do mais, a cada cinco anos, altos funcionários dos Estados signatários se reúnem para revisar o funcionamento do tratado (ONU NEWS, 2022).

Consoante a isso, foram realizadas diversas convenções para debate e tomada de decisões sobre o assunto e, na intenção de harmonizar a legislação nacional das Partes Contratantes, foi concluída a Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares (VARELLA, 1989), realizada em Viena, no dia 21 de maio de 1963, sob a égide da AIEA, e entrou em vigor internacional em 12 de novembro de 1977.

A princípio, Estados como Argentina, Bolívia, Camarões, Cuba, Egito, Filipinas, República Federal Socialista da Iugoslávia e Trinidad e Tobago ratificaram a convenção assim que esta entrou em vigor. Outros países, no entanto, aderiram à convenção anos mais tarde, como, por exemplo, o Brasil, em 1993 (IAEA, 2022).

Nesse contexto, a convenção destina-se a garantir que todas as Partes Contratantes tenham leis e regulamentos em vigor e em conformidade com o regime jurídico de responsabilidade civil por danos nucleares previsto. O regime jurídico previsto na convenção assenta-se nos seguintes princípios gerais:

- I. responsabilidade exclusiva do operador da instalação nuclear em questão;
- II. responsabilidade “absoluta” ou “estrita”, de modo que o lesado não seja obrigado a provar culpa ou negligência do operador;
- III. montante mínimo de responsabilidade;
- obrigação do operador de cobrir a responsabilidade por meio de seguro ou outra garantia financeira;
- IV. limitação de responsabilidade no tempo;
- V. igualdade de tratamento das vítimas, independentemente da nacionalidade, domicílio ou residência, desde que o dano seja sofrido no âmbito geográfico da Convenção;
- VII. competência jurisdicional exclusiva dos tribunais da Parte Contratante em cujo território ocorre o incidente ou, no caso de um incidente fora dos territórios das Partes Contratantes (no decorrer do transporte de material nuclear), da Parte Contratante em cujo território a instalação do operador responsável está localizada;
- VIII. reconhecimento e execução de sentenças definitivas proferidas pelo tribunal competente em todas as Partes Contratantes (IAEA, 1963).

No ano de 1979, outra convenção foi realizada e entrou em vigor a partir de 1987, a Convenção sobre a Proteção Física de Material Nuclear (CPPNM) (EUR-LEX, 2020), a qual estabelece obrigações legais para as partes em relação à proteção física de material nuclear usado

para fins pacíficos durante o transporte internacional, a criminalização de certos delitos envolvendo material nuclear e a cooperação internacional, por exemplo, no caso de furto ou qualquer outra tomada ilegal de material nuclear, como também a ameaça crível deste material. Relacionado a esse evento, em 2005, foi adicionada uma emenda que, ao entrar em vigor em 2016, fortalece significativamente o CPPNM original de várias maneiras importantes. Essa emenda estende o escopo do tratado original para cobrir a proteção física de instalações nucleares e materiais nucleares usados para fins pacíficos em uso doméstico, armazenamento e transporte. Também criminaliza delitos relacionados ao tráfico ilícito e sabotagem de material nuclear ou instalações nucleares e prevê o fortalecimento da cooperação internacional à luz do escopo ampliado, como assistência e compartilhamento de informações em caso de sabotagem (IAEA, 1979).

Ademais, em 1987, foi criada uma associação informal de países chamada de Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), como um esforço multilateral para o combate à proliferação de mísseis e outros sistemas capazes de lançar armas de destruição em massa (ADM), sejam químicas, biológicas ou nucleares. Este combate é realizado por meio da aplicação de controles de exportação sobre bens, tecnologias e serviços diretamente relacionados a esses sistemas. Tem como pilares suas Diretrizes Gerais e o Anexo Técnico, com a lista consensual de itens (equipamentos, materiais, tecnologias e softwares) sujeitos a controle de exportação. Atualmente, o MTCR possui 35 países membros (BRASIL, 2020).

Outrossim, a Convenção sobre Segurança Nuclear (GOV, 1998), assinada no ano de 1994, em Viena, entrou em vigor no ano de 1996 e tem como objetivos:

- I. alcançar e manter um alto nível de segurança nuclear mundial através do fortalecimento de medidas nacionais e da cooperação internacional, incluindo, onde for apropriado, cooperação técnica relacionada com segurança;
- II. estabelecer e manter defesas efetivas em instalações nucleares contra danos radiológicos potenciais, de forma a proteger indivíduos, sociedade e meio ambiente dos efeitos nocivos da radiação ionizante originária dessas instalações;
- III. prevenir acidentes com consequências radiológicas e mitigar tais consequências caso ocorram (GOV, 1998).

Além disso, outra ação internacional foi a realização da Convenção sobre Compensação Suplementar (CSC) (IAEA, 1997), adotada em 1997, e em vigor desde 2015, cujo objetivo consistiu em estabelecer um valor mínimo de compensação nacional e aumentar ainda mais o valor da compensação por meio de fundos públicos a serem disponibilizados pelas Partes Contratantes caso o valor nacional seja insuficiente para compensar os danos causados por um incidente nuclear. Essa Convenção está aberta não apenas aos Estados que são partes da Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares ou da Convenção de Paris sobre Responsabilidade Civil de Terceiros no Campo da Energia Nuclear, mas também a outros Estados, desde que a sua legislação nacional seja compatível com regras uniformes em matéria de responsabilidade civil estabelecidas no Anexo da Convenção (IAEA, 1997).

Em continuação, nesse ínterim, o Arranjo de Wassenaar, formalmente estabelecido em julho de 1996, é um regime voluntário de controle de exportação, cujos 42 membros trocam informações sobre transferências de armas convencionais e bens e tecnologias de uso duplo. Por meio dessas trocas, Wassenaar visa promover “maior responsabilidade” entre seus membros nas exportações de armas e bens de uso duplo e evitar “acumulações desestabilizadoras”. Para promover a transparência, esse regime pede aos Estados que façam uma série de trocas voluntárias de informações e notificações sobre suas atividades de exportação relacionadas a armas e itens que constam das duas listas de controle do acordo. A respeito do acordo, tem-se:

I. Os 42 estados participantes do Acordo de Wassenaar, os quais são Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Croácia, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Índia, Irlanda, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polónia, Portugal, Roménia, Rússia, Eslováquia, Eslovénia, África do Sul, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Ucrânia, Reino Unido, e os Estados Unidos.

II. Os membros de Wassenaar concordaram que todas as trocas de informações, notificações e discussões de Wassenaar seriam mantidas em sigilo.

III. A Associação de Controle de Armas pode fornecer cópias mediante solicitação (ARMSCONTROL, 2022).

Criado em 2002, o Código de Conduta de Haia contra a Proliferação de Mísseis Balísticos (HCoC) tem como objetivo limitar a proliferação de veículos de entrega de armas de destruição em massa (NONPROLIFERATION, 2002). Esse código é composto por um conjunto de medidas de transparência e construção de confiança e é o único instrumento multilateral existente com foco em veículos de entrega de armas de destruição em massa. Assim, ao subscrever o HCoC, os Estados comprometem-se a cumprir um conjunto de tratados da ONU e convenções internacionais sobre segurança espacial, a enviar uma declaração anual sobre capacidades de mísseis balísticos e política nacional sobre tratados e instrumentos de não proliferação e desarmamento, além de ter de enviar notificações de pré-lançamento antes de qualquer míssil ou lançamento espacial.

Embora se peça aos Estados signatários que exerçam ‘máxima restrição’ no desenvolvimento de capacidades balísticas, deve-se enfatizar que eles não estão proibidos de possuir mísseis balísticos e nem de realizar atividades de lançamento espacial. Em troca, a assinatura do HCoC permite que os Estados tenham acesso a informações compartilhadas por outros Estados assinantes e mostrem seu compromisso político com a não proliferação e o desarmamento (NONPROLIFERATION, 2002).

O último importante tratado internacional relacionado ao armamento nuclear entrou em vigor no ano de 2011 e foi estabelecido entre os Estados Unidos e a Federação Russa. Esse tratado sobre Medidas para Maior Redução e Limitação de Armas Ofensivas Estratégicas, também conhecido como o Novo START, aumenta a segurança nacional dos EUA ao colocar limites verificáveis em todas as armas nucleares russas implantadas de alcance intercontinental. Os Estados Unidos e a Federação Russa concordaram em estender o tratado até 4 de fevereiro de 2026 (EUA, 2023), embora o Estado russo tenha notificado de sua suspensão de participação no tratado em 2023.

No que tange à verificação e transparência, o tratado contém procedimentos detalhados para a implementação e verificação dos limites centrais das armas ofensivas estratégicas e para todas as obrigações do tratado. Esses procedimentos regem a conversão e eliminação de ar-

mas ofensivas estratégicas, o estabelecimento e a operação de um banco de dados de informações exigidas pelo tratado, medidas de transparência, o compromisso de não interferir nos meios técnicos nacionais de verificação, a troca de informações telemétricas e a condução de atividades de inspeção in loco. Esse método de verificação e transparência consiste no funcionamento da Comissão Consultiva Bilateral (BCC), em que ambos os Estados possuem acesso a dados de informações uns dos outros.

Embora os Estados Unidos tenham levantado questões e preocupações relacionadas à efetivação do Novo START com a Federação Russa por meio de canais diplomáticos, assim que este tratado entrou em vigor, o país determinou em várias administrações o cumprimento das obrigações contratuais. Além disso, o estado norte-americano mantém seus procedimentos de conversão em que, apesar de a Federação Russa haver criticado os procedimentos dos EUA usados para converter bombardeiros pesados B-52H e lançadores Trident-II SLBM, tornam os lançadores SLBM convertidos e bombardeiros pesados incapazes de empregar armas nucleares, removendo-os assim da responsabilidade sob o tratado (EUA, 2023).

## 6. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

No presente tópico serão expostas as variadas posições de selecionados Estados quanto à temática aqui discutida, além de eventuais ações e omissões destes no que diz respeito ao controle das armas nucleares.

### 6.1 COMUNIDADE DA AUSTRÁLIA

Atualmente, a Comunidade da Austrália é considerada um importante ator mundial no que se refere aos esforços de parar e reverter o avanço das armas nucleares. Buscando eliminar o armamento nuclear, em 1970, assina o TNP, o qual, como supracitado, visa prevenir a disseminação das armas nucleares, enquanto garante e promove a cooperação no uso da tecnologia nuclear para fins pacíficos, sob a segurança

da AIEA. Entretanto, a Austrália só iria ratificá-lo em 1973, com a mudança de governo, consolidando-se como um dos grandes apoiadores do tratado e conquistando, em 1995, aliada com outros signatários, que ele fosse estendido indefinidamente (AUSTRALIAN GOVERNMENT; UNO, 1968; WALSH, 1997).

Em 1986, implementa e torna-se participante ativa do Tratado da Zona Livre Nuclear do Pacífico Sul, o qual proíbe assinantes da fabricação, produção ou aquisição de dispositivos explosivos nucleares, pesquisa e desenvolvimento relacionados à sua fabricação ou produção, a posse ou controle sobre tais dispositivos, o estacionamento de dispositivos explosivos nucleares em seus territórios e o teste de dispositivos explosivos nucleares na região (AUSTRALIAN GOVERNMENT; WALSH, 1997).

Por fim, atuou de modo fundamental para que, em 1996, se formulasse o Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (TPCN), responsável por limitar o desenvolvimento tecnológico de novas armas nucleares e monitorar aqueles experimentos que ocorrem ao redor do globo. Em 2010, por meio da Iniciativa de Desarmamento e Não Proliferação, a Austrália e outros países promoveram ações práticas, priorizando a transparência nos esforços de desarmamento nuclear, ampliando o apoio a instrumentos legais de segurança que regem as atividades nucleares e reforçando a importância do TNP (AUSTRALIAN GOVERNMENT; BBC, 2021; CNN, 2023; WONG, 2023).

## 6.2 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Sabe-se que os Estados Unidos, desde 1945, possuem um notável arsenal de armas nucleares, sendo considerado, ainda, o primeiro país a usá-las durante um conflito. Entretanto, no decorrer dos anos, percebe-se um movimento de tentativas, embora variável e não linear, no que tange o controle e diminuição da disseminação e uso desse armamento nuclear. Em 1963, durante a Guerra Fria, o governo estadunidense assinou o Tratado de Interdição Parcial de Ensaios Nucleares, juntamente com a Grã-Bretanha e a União Soviética, o qual baniu o teste de armas nucleares na atmosfera, no espaço e sob a água, proibindo explosões no meio ambiente que criassem detritos para além

do território do Estado responsável (NATIONAL ARCHIVES, 2022). Em adição ao TNP, os Estados Unidos também participam de outros acordos relacionados à redução e fiscalização do armamento atômico, como o Novo START, com a Rússia, o qual estabelece que ambos os países reduzam e limitem não só seus arsenais nucleares, mas também o número de veículos de entrega estratégicos implantados. Atuou, de semelhante modo, em organizações de controle de exportação destinadas a limitar a proliferação de tecnologias nucleares sensíveis, incluindo o Comitê Zangger (ZAC), de 1971, e o Grupo de Fornecedores Nucleares (GFN), estabelecido em 1975 (NTI, 2020, 2021).

Vale ressaltar, ademais, o papel da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Enquanto uma aliança política e militar, as armas nucleares são um componente central das capacidades gerais da OTAN para dissuasão, prevenção de conflitos e defesa. Assim, embora esteja comprometida com o controle de armas e a não proliferação, a organização não está disposta a abandonar totalmente sua política nuclear. Por fim, verifica-se que, a partir de 2021, o governo norte-americano apontou um maior interesse no controle do armamento nuclear, estabelecendo sua finalidade fundamental enquanto meio para deter ataques nucleares aos Estados Unidos, seus aliados ou parceiros, considerando seu emprego somente em circunstâncias extremas, nas quais se faz necessário defender os interesses vitais do país ou de seus associados (NTI, 2021; CRS, 2022; NATO, 2023).

### 6.3 ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

Os Estados Unidos Mexicanos apresentam notáveis esforços na construção e consolidação de medidas voltadas à extinção e controle do armamento nuclear. Nessa perspectiva, sabe-se que foi um ator fundamental na elaboração do Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe, também conhecido como Tratado de Tlatelolco, em 1967, o qual estabeleceu a primeira zona livre de recursos atômicos em um território densamente povoado. Em 1969, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações do tratado, as partes contratantes criaram a Agência para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), mecanismo de controle que

atuaria na fiscalização e promoção de uma região isenta de tais armamentos (GOBIERNO DE MÉXICO, 2018; OPANAL, 2022).

Ao reconhecer que a proliferação de armas de destruição em massa representam uma ameaça à segurança e paz na conjuntura internacional, o país se declara comprometido com a construção e o desenvolvimento de ações que reforcem e garantam a estabilidade do sistema mundial, enfatizando a importância de se cumprir as obrigações e responsabilidades contidas na Resolução 1.540 de 2004 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a qual, por meio de regulação adequada de equipamentos e tecnologia, requer o estabelecimento de um marco jurídico nacional que impeça a proliferação das armas nucleares, químicas e biológicas, bem como seus sistemas vetores (GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL MÉXICO, 2014).

Por fim, assinado em 2017, ratificado no ano seguinte, e colocado em prática pelo México em 2021, o Tratado de Proibição de Armas Nucleares consiste no primeiro tratado que visa banir completamente esse tipo de armamento em escala global. Portanto, ele representa a visão do país acerca do uso de recursos atômicos enquanto ameaça à humanidade, segurança e paz, bem como o empenho mexicano em impedir a disseminação de armas de destruição em massa e em promover o objetivo de alcançar o desarmamento nuclear, vetando ainda o desenvolvimento, testes, produção, transferência, posse e o armazenamento de armas nucleares (ICAN, 2022).

## 6.4 FEDERAÇÃO RUSSA

A Rússia se tornou o segundo Estado com armas nucleares do mundo, depois de testar seu primeiro dispositivo em Semipalatinsk, Cazaquistão, em agosto de 1949. Atualmente, é reconhecido pelo TNP como um dos cinco países com armas nucleares. Sabe-se, então, que as armas nucleares vão assumir diferentes papéis ao longo da política de segurança nacional russa, seja como ferramenta fundamental na busca de objetivos militares e diplomáticos do país seja como recurso mais secundário. À vista disso, tem-se as Conversações sobre Limitação de Armas Estratégicas (SALT), concluídas em 1972, que levaram à assinatura, pela Rússia, de dois tratados abrangendo armas ofensivas

e defensivas: o Tratado de Mísseis Antibalísticos (ABM) e o Acordo Provisório sobre Certas Medidas com Respeito à Limitação de Ofensivas Estratégicas (NTI, 2018).

No decorrer dos anos seguintes, percebe-se que a Rússia tem participado, principalmente, de tratados bilaterais de controle de armas, inclusive, em iniciativas com os Estados Unidos. Em 1987, assinaram o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, que eliminou toda uma categoria de armas tanto russas quanto norte-americanas. Em 1991, com o Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START I), a Rússia e os Estados Unidos buscavam limitar e reduzir o número de estratégias ofensivas de armas nucleares, o qual seria substituído pelo Tratado Novo START que, assinado em 2010 entre ambos os países, foi fundamental para estabelecer medidas de maior redução e limitação de armas ofensivas estratégicas, bem como fiscalização e transparência dos programas de armamento atômico. No caso russo, então, o tratado visa restringir todas as suas armas nucleares de alcance intercontinental implantadas, o qual foi estendido até fevereiro de 2026, embora a autosuspensão russa no ano de 2023 (NTI, 2018; U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2023).

### 6.5 JAPÃO

A política de desarmamento e não proliferação nuclear do Japão é fundamentada em quatro pilares: a Lei Básica de Energia Atômica, de 1955, que restringe o uso de energia nuclear do país exclusivamente para fins pacíficos, os “Três Princípios Não Nucleares” adotados em 1968, nos quais o país se compromete a não fabricar, possuir ou permitir a introdução de armas nucleares em solo japonês, o cumprimento de Tóquio com o TNP e sua participação ativa no fortalecimento do regime e a confiança e dependência da dissuasão nuclear estendida dos EUA, condição que coloca o Japão sob a proteção das armas nucleares norte-americanas no caso de adversários ou ameaças em potencial e que tem base no Tratado de Cooperação Mútua e Segurança entre Estados Unidos e Japão, de 1960 (NTI, 2018; MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2003).

Em 2013, o governo japonês adotou a primeira Estratégia de

Segurança Nacional para cobrir as políticas de segurança do Japão para os próximos 10 anos e emitiu suas novas diretrizes do Programa de Defesa Nacional. A nova política de defesa apresentava um “pacifismo pró-ativo” mais assertivo, enfatizando, também, a dedicação do Japão em combater a ameaça do programa de armas nucleares da Coreia do Norte, prometendo aumentar a cooperação com os Estados Unidos em dissuasão estendida, defesa contra mísseis balísticos e “proteção do povo” (NTI, 2018; MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2003).

Vale ressaltar, por fim, o setor de energia nuclear japonês, de notável importância para o país. Contendo, em média, 54 reatores nucleares em operação, o Japão estava em processo de construção de dois novos reatores e planejava construir 11 reatores de energia adicionais antes de março de 2011. No entanto, o Grande Terremoto do Leste do Japão, que devastou a região de Tohoku no Japão, em 11 de março de 2011, causou um acidente nuclear catastrófico na Usina Nuclear de Fukushima Dai-ichi, da Tokyo Electric Power Co. (TEPCO) e, como resultado, o governo japonês decidiu estabelecer uma nova agência encarregada da segurança nuclear sob o Ministério do Meio Ambiente, a Autoridade Reguladora Nuclear, apontando o comprometimento e seriedade do Japão com o assunto (NTI, 2018; MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2003).

## 6.6 REINO DA ESPANHA

O Reino espanhol aderiu oficialmente ao TNP em 1987, portanto, 17 anos após a entrada em vigor do tratado. Embora o uso da energia nuclear no país tenha historicamente fins pacíficos, houve, durante certo período, o estabelecimento de um plano secreto para desenvolvimento e uso de armas nucleares por parte da Espanha, no que foi nomeado de Projeto Islero (1963-1981)<sup>9</sup>, durante o governo ditatorial de Francisco Franco (1892-1975). Tal projeto possuía como maior objetivo ascender a posição internacional da Espanha à potência atômica, com possível alcance de posto permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (LA VANGUARDIA, 2021). Em virtude de tal

<sup>9</sup> O nome do projeto é uma referência ao nome do touro que causou a morte, em 1947, do conhecido toureiro espanhol Manuel Laureano Rodríguez Sánchez, o Manolete.

projeto, a Espanha chegou a ser classificada pela CIA (Agência Central de Inteligência estadunidense, em tradução livre), em 1974, como “o único país europeu com interesse e capacidade para ingressar no clube atômico”, ocasionando assim, vista a pressão internacional, o aceite espanhol das condições impostas pela AIEA para fiscalização dos fins de suas instalações nucleares, ocasionando no fim do Projeto Islero (LA VANGUARDIA, 2021).

Em julho de 2021, a Espanha presidiu a quarta reunião ministerial da Iniciativa de Estocolmo para o Desarmamento Nuclear, na qual firmou novamente seu compromisso “antinuclear” (UOL, 2021). Tal iniciativa, a qual possui 16 Estados-Membros, é um dos instrumentos internacionais utilizados para reforçar os termos do TNP e garantir seu cumprimento efetivo, com foco na 10<sup>a</sup> Conferência de Revisão do TNP, de 2020 (MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES, UNIÓN EUROPEA Y COOPERACIÓN, 2021).

### 6.7 REINO DA SUÉCIA

A Suécia é signatária do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), possuindo um posicionamento internacional que defende o desarmamento nuclear, tendo até mesmo patrocinado um movimento que ficou conhecida como “iniciativa Estocolmo”, em referência à capital do país, que incluía diversos países em uma agenda de discussão para o desarmamento nuclear (PETERSON, 2022). Conforme apontado por Bergenäs (2010), após a assinatura do TNP, o país emergiu junto com outros atores como um “Cavaleiro Branco” na defesa das questões de não proliferação, ainda que nem sempre essa tenha sido a posição do país escandinavo.

Anteriormente, ainda durante a Guerra Fria, o país possuiu um programa de armas nucleares, que objetivava atuar como arma de dissuasão e defesa contra um possível ataque da então União Soviética, entretanto, o programa nuclear enfrentou dificuldades em obter água pesada, um dos elementos necessários para a construção de uma bomba nuclear, e também problemas internos de opinião pública e orçamento, que levaram à sua descontinuidade e uma mudança do posicionamento do país sobre o tema a partir do fim da década de 1950 (BERGENÄS ,

2010).

Neste ano, com o anúncio de candidatura do país para adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a partir de um movimento da Rússia apontando a possibilidade de recebimento de armas nucleares pela Suécia a partir de sua adesão e o risco que seria gerado no entendimento da estratégia russa, o governo da Suécia informou então que incluiria uma cláusula se negando a armazenar armas nucleares norte-americanas em seu território (PRENSALATINA, 2023). Ainda assim, conforme apontado por Peterson (2022), a Suécia costuma expressar lealdade às organizações que se torna parte, o que pode reduzir as probabilidades de desenvolvimento de novas iniciativas independentes sobre desarmamento nuclear no futuro, ao menos patrocinadas pelo país.

## **6.8 REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE**

O Reino Unido, um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e membro do “clube nuclear” internacional, ou seja, país que, nos termos do TNP, possui armas nucleares, detém atualmente cerca de 180 ogivas nucleares (ESTADÃO, 2021). O Estado britânico, desde 1952, quando houve seu primeiro teste de armamento nuclear na operação Hurricane, realizou por volta de 45 outros testes de armamento atômico (FOLHA, 2006), sendo o terceiro país do mundo, atrás dos EUA e da antiga URSS, a desenvolver e realizar testes com armas do tipo e a testar bomba de hidrogênio (termonuclear), por meio da Operação Grapple, em 1957 e 1958 (GOWING, 1974). Além disso, o Reino Unido é o único Estado com dissuasão constante de suas armas nucleares em um mesmo meio, por intermédio da Dissuasão Contínua no Mar (CASD), iniciada em 1969, com o uso dos submarinos balísticos nucleares do programa britânico, os quais estão sempre em ronda, seja com a frota original seja com a reserva (SIPRI, 2022).

Embora já considerada potência nuclear, o Reino Unido decidiu aumentar sua capacidade atômica pela primeira vez desde a Guerra

Fria, sobretudo em relação à quantidade de ogivas nucleares que o país possui, a qual alcançará o número de 260 com a nova programação. Segundo o governo britânico, embora os compromissos assumidos pelo país em 2010 de reduzir seu arsenal nuclear, em razão das alegadas “ameaças” internacionais, faz-se necessário o aumento de seu poderio nuclear, sendo que tal feito, ainda segundo o governo, não ensejaria em descumprimento do TNP (ESTADÃO, 2021).

### 6.9. REPÚBLICA ARGENTINA

Em 1991, foi firmado o Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico de Energia Nuclear, entre Argentina e Brasil, onde foi criada a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Armas Nucleares (ABACC) e o Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, sendo tal acordo a base do posterior Acordo Quadripartite (SERRA; MALCORRA, 2016).

Assim, no mesmo ano, foi assinado pela Argentina, conjuntamente com o Brasil, a ABACC, além da AIEA o Acordo Quadripartite, no qual se estabelece políticas nucleares com enfoque no desinteresse de ambos os Estados de se tornarem potências atômicas no cenário internacional. Tal tratado sub-regional previu em seu artigo 1º, além de uma série de demais salvaguardas dispostas ao longo de seu texto, o seguinte:

1º. Os Estados-Partes comprometem-se, em conformidade com os termos do presente Acordo, a aceitar a aplicação de salvaguardas a todos os materiais nucleares em todas as atividades nucleares realizadas dentro de seu território, sob sua jurisdição ou sob seu controle em qualquer lugar, com o objetivo único de assegurar que tais materiais não sejam desviados para aplicação em armas nucleares ou outros dispositivos nucleares explosivos (ABACC, 1991).

Destaca-se que, além do TNP, a Argentina é signatária, no âmbito regional, do Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlatelolco), de 1967, o qual, como já mencionado, estabeleceu a primeira zona livre de armamento nuclear em área de densa povoação (SERRA; MALCORRA, 2016). Como destaque, segundo o texto do tratado, em seu artigo 1º, as partes, além de se comprometerem a utilizar materiais e instalações nucleares exclusivamente para fins pacíficos, ficam proibidas de fomentar ou autorizar,

mesmo que indiretamente, o domínio e a produção de qualquer arma nuclear em qualquer local do mundo (OPANAL, 1967).

## 6.10 REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL

Signatária do TNP desde julho de 1991, a África do Sul assinou o Acordo Integral de Salvaguardas com a AIEA em setembro do mesmo ano, de modo a permitir visitas periódicas da agência às suas instalações, tendo o Estado sul-africano sido classificado pelo então diretor-geral da AIEA, Hans Blix, como “o único país do mundo que desmantelou de forma voluntária sua capacidade armamentista nuclear” (ENVOLVERDE, 2013). A África do Sul extinguiu completamente seu arsenal nuclear do período do apartheid em 1989, tendo posteriormente ingressado no Grupo de Fornecedores Nucleares (GFN)<sup>10</sup> em 1995, além de ter se tornado membro do Tratado da Zona Livre de Armas Nucleares da África (Tratado de Pelindaba) em 1997 e ratificado o Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares em 1999.

Quando do encerramento de seu programa nuclear, a África do Sul dispunha de seis bombas nucleares prontas e uma em construção, sendo que as bombas prontas tinham poderio destrutivo semelhante às lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, segundo estimativas. Como justificativa para o início de tal programa nuclear, mantido por tempos em secreto, estava a alegada ameaça soviética no sul do continente africano e as incertezas acerca dos planos dos Estados-Membros do Pacto de Varsóvia (BERMÚDEZ, 2021).

Na atualidade, a África do Sul apenas faz uso da energia nuclear para a produção de eletricidade, sendo o único país africano a produzir energia nuclear comercialmente (ABADAN, 2022).

## 6.11 REPÚBLICA DA COLÔMBIA

O país sul-americano, além de signatário do TNP, é parte efetiva do Tratado para a Proibição Total de Testes Nucleares (TPCEN) desde 2008, o qual o Estado colombiano classifica como “indispensável para a paz e segurança internacionais” (COLÔMBIA, 2001). Nesse

---

<sup>10</sup> O organismo multinacional busca controlar a transferência e exportação de instrumentos que possam servir de base para o desenvolvimento de armas nucleares.

sentido, a Colômbia possui como um dos princípios fundamentais de sua política exterior o apoio e a participação na estratégia internacional de segurança, com esforços direcionados, sobretudo, à abolição das explosões nucleares, observado o controle internacional eficaz (COLÔMBIA, 2001).

A Colômbia ocupa atualmente uma das cadeiras do Conselho de Governadores da AIEA (2021-2023), órgão que exerce o controle econômico-financeiro da agência internacional. Além do mais, o Estado colombiano é um dos 65 membros da Conferência sobre Desarmamento, onde reforçou sua posição contrária à proliferação das armas nucleares no âmbito internacional. Em âmbito regional, destaca-se que o país também é signatário do Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlatelolco) (COLÔMBIA, 1991).

Cabe destacar, ainda, que o controle das armas nucleares em solo colombiano encontra-se firmado também na Constituição do país. Neste exato sentido, preleciona o artigo 81 do texto constitucional colombiano:

Art. 81. É proibida a fabricação, importação, posse e uso de armas química, biológica e nuclear, bem como a introdução no território nacional de lixo nuclear e lixo tóxico.

O Estado regulamentará a entrada no país e a saída dele de recursos genéticos, e sua utilização, de acordo com o interesse nacional (COLÔMBIA, 1991, tradução livre).

## 6.12 REPÚBLICA DA COREIA

A Coreia do Sul teve um programa nuclear secreto na década de 1970, embora tenha ratificado o TNP em 1975. Este programa foi descoberto pelos Estados Unidos, o qual intimou o país afirmando que ou escolhia continuar com seu programa nuclear ou ser defendido pelo arsenal nuclear americano. Assim, a Coreia do Sul optou pela defesa estadunidense (BBC, 2023).

Contudo, a questão do desenvolvimento de armas nucleares voltou a ser debatida no país em 2023, de modo que até o presidente da Coreia do Sul, Yoon Suk-yeol, levantou a hipótese em uma reunião acerca da defesa do país, pois a vizinha Coreia do Norte tem desenvolv-

ido armas nucleares cada vez mais sofisticadas (BBC, 2023).

Vale ressaltar que a Coreia do Sul e a Coreia do Norte estiveram em guerra de 1950 até o cessar-fogo, em 1953, causada pelo intento da Coreia do Norte de unificar a península coreana sob o regime socialista. Apesar do cessar-fogo, que dura até hoje, o líder norte-coreano faz constantes ameaças à Coreia do Sul. Assim, o desenvolvimento de armas nucleares capazes de atingir os EUA pela Coreia do Norte traz o questionamento se os EUA realmente defenderiam a Coreia do Sul no caso de um ataque, pois correria-se o risco de uma retaliação nuclear por parte da Coreia do Norte (BBC, 2023).

No dia 26 de abril de 2023, o presidente americano Joe Biden se reuniu com Yoon Suk-yeol. Apesar dos EUA estarem relutantes a discutirem a possibilidade da Coreia do Sul desenvolverem armas nucleares, Biden afirmou, segundo o G1, que “um ataque nuclear da Coreia do Norte contra os EUA ou seus aliados é inaceitável e resultará no fim de qualquer regime que tome essa ação” e que “qualquer ataque nuclear da Coreia do Norte contra a Coreia do Sul seria respondido de forma rápida, esmagadora e decisiva”. Ademais, os EUA se comprometeram a levar submarinos com armas nucleares eventualmente para a Coreia do Sul, além de treinarem militares sul-coreanos (G1, 2023).

## 6.13 REPÚBLICA DA ÍNDIA

A Índia não ratificou o TNP, e possui bombas atômicas, tendo realizado seu primeiro teste nuclear em 1974. O país foi contra o TNP, pois afirmou que o tratado dividia o mundo entre aqueles que possuíam armas nucleares e aqueles que não, criando uma situação de desigualdade, sendo que o ideal seria uma desnuclearização total ao invés de parcial (NASCIMENTO; HERZ, 2009).

O desenvolvimento do programa nuclear indiano foi impulsionado pela disputa com a China e com o Paquistão pela região da Caxemira. Em 1998, a Índia realizou novos testes com duas ogivas nucleares, incluindo um dispositivo termonuclear. Tendo em vista as disputas históricas da Índia com o Paquistão, a resposta do Paquistão foi testar sua primeira arma nuclear dezessete dias depois do teste indiano. Consequentemente, os Estados Unidos impuseram sanções contra os

dois países (NASCIMENTO; HERZ, 2009).

Em 2005, a Índia assinou a Iniciativa de Cooperação Nuclear Civil com os Estados Unidos, a qual tinha como objetivo promover cooperação nuclear para fins civis. Tal postura dos EUA foi inovadora, pois anteriormente o país tentava impedir a aquisição de tecnologia nuclear pela Índia. Estima-se que a Índia possua cerca de 160 ogivas nucleares atualmente (THE JERUSALEM POST, 2021).

### **6.14 REPÚBLICA DA TURQUIA**

A Turquia é signatária do TNP, de modo que o país não produz armas nucleares, mas possui esse tipo de armamento em seu território. Como membro oficial da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Turquia recebe armas nucleares dos Estados Unidos, fazendo parte da lista de países que não desenvolveram suas próprias armas nucleares, mas compartilham entre os membros da OTAN (DEARO, 2013).

Estima-se que se encontrem no país entre 50 e 90 ogivas nucleares, as quais estão armazenadas na base aérea de Incirlik, que é comandada pelas Forças Aéreas dos Estados Unidos na Europa (USAFE) e pela Força Aérea da Turquia (DEARO, 2013).

A Turquia possui, oficialmente, um programa nuclear apenas para fins civis, de modo que afirma-se que o país busca desenvolver cada vez mais a energia nuclear para diminuir a dependência energética de outros países (SPUTNIK, 2020).

Apesar disso, em 2020, o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, afirmou que o país poderia obter as próprias armas nucleares, já que ao se tornar uma potência nuclear, a Turquia estaria mais próxima dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Todavia, mesmo com as declarações de Erdogan, a posição oficial da Turquia, ainda, é de contrariedade em relação às armas nucleares (SPUTNIK, 2020).

### **6.15 REPÚBLICA DO CHILE**

O Chile aderiu ao TNP e não possui armas nucleares. O país possui um programa nuclear destinado a fins apenas pacíficos, coordena-

nado pela Comissão Chilena de Energia Nuclear (CChEN). No entanto, o uso de energia nuclear no Chile é temido devido a instabilidade tectônica na porção onde o país está localizado, já que há a possibilidade de abalos sísmicos (COMISSÃO CHILENA DE ENERGIA NUCLEAR, 2018).

Nesse contexto, o Chile possui apenas dois reatores nucleares de pequeno porte, o Centro de Estudos de la Reina e o Centro de Estudos Lo Aguirre, os quais têm como finalidade estudos medicinais (radioterapia) e a produção de isótopos radioativos artificiais (COMISSÃO CHILENA DE ENERGIA NUCLEAR, 2023a).

## **6.16 REPÚBLICA DO PERU**

O Peru ratificou o TNP e não possui armas nucleares. O país tem um programa nuclear, dirigido pelo Instituto Peruano de Energia Nuclear (IPEN), o qual é destinado a fins pacíficos, assim como do Chile. Além disso, o Peru dispõe de apenas um reator nuclear, que tem como finalidade a produção de radiofármacos e possui uma vasta reserva de urânio, entretanto, não existe norma que regulamente a exploração desse recurso mineral (INSTITUTO PERUANO DE ENERGIA NUCLEAR).

Oficialmente, o Estado peruano apoia o fim das armas nucleares e o estabelecimento de zonas livres desse tipo de armamento, buscando promover a paz em regiões onde há conflito (GOB.PE, 2017).

## **6.17 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA**

Em 1990, a Alemanha foi formalmente reunificada e o território da República Democrática Alemã passou a cumprir com os direitos e obrigações decorrentes de todos os acordos feitos pela República Federal Alemã, que eram relevantes para a AIEA. O acordo principal nesta categoria foi o realizado entre a AIEA, a EURATOM (Comunidade Europeia de Energia Atômica) e os Estados sem armas nucleares, que suplantou o acordo de salvaguardas entre a AIEA e a antiga República Democrática Alemã na quarta conferência de revisão do TNP (FISCHER, 1997).

Além disso, o Estado alemão contribuiu significativamente para o endurecimento dos controles nacionais de exportação nuclear. Até certo ponto, isso foi uma reação às revelações sobre o papel ativo que certos engenheiros alemães e empresas desempenharam ajudando o programa nuclear clandestino do Iraque e em outras exportações nucleares questionáveis. A Alemanha também foi ativa ao propor medidas para fortalecer as salvaguardas da AIEA, como o sistema universal de relatórios (FISCHER, 1997).

Vale ressaltar, também, a desativação das últimas três usinas nucleares alemãs (CNN BRASIL, 2023).

### **6.18 REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA**

A República Federal da Nigéria ratificou o TNP no ano de 1968 e não possui armas nucleares. Além disso, na década de 1970, quando muitos países começaram a ver a energia nuclear como sua principal fonte de energia elétrica, as reservas mundiais de urânio pareciam muito limitadas. Assim, países com grandes programas nucleares buscaram garantir abastecimento futuro adequado, enquanto muitos países em desenvolvimento, como a Nigéria, se juntaram aos principais produtores (FISCHER, 1997).

Nesse íterim, a nação nigeriana se posicionou a favor do desarmamento nuclear e, em reunião sobre a problemática realizada na Conferência do Desarmamento, condenou testes realizados pela Coreia do Norte (UN, 2013).

### **6.19 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Durante a década de 1950, o então presidente Getúlio Vargas se mostrou um grande incentivador do desenvolvimento da capacidade nuclear nacional e independente e, nesse contexto, o país investiu em pesquisa e desenvolvimento de energia nuclear para fins pacíficos. Entre os anos 1970 e 1980, o Brasil e a Argentina embarcaram em uma competição nuclear, com a transferência de tecnologia da Alemanha Ocidental, que não exigia amparo da AIEA e, com o tempo e com a pressão internacional para aderência ao TNP, o tema do armamento

nuclear foi deixado de lado. Também, três anos antes de assinar o TNP, a primeira usina nuclear brasileira começou a funcionar, em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, única e exclusivamente para a produção de energia elétrica (UOL, 2022).

O Estado Brasileiro aderiu ao TNP no ano de 1998 e não possui armamento nuclear. Outrossim, no ano de 1990, os presidentes da Argentina e do Brasil assinaram a Declaração sobre Política Nuclear Comum, no qual concordaram em aplicar salvaguardas bilaterais abrangentes que também estariam sujeitas à verificação internacional (FISCHER, 1997).

Além do mais, em 1994, entrou em vigor outro acordo assinado no ano de 1991 entre os dois países latino-americanos, em que se estabeleceu um sistema comum e uma agência conjunta para a contabilidade e controle de materiais nucleares - a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais (ABACC). Os dois Estados e a ABACC negociaram, então, um acordo com a AIEA em que previa a fiscalização desta, bem como salvaguardas bilaterais sobre todos os materiais nucleares em todas as atividades nucleares argentinas e brasileiras e em todas as exportações nucleares relevantes (FISCHER, 1997).

Oficialmente, o Brasil se posicionou a favor da desnuclearização e um de seus representantes no exterior, o ex-embaixador Sérgio Duarte, foi alto representante da ONU para o desarmamento entre 2007 e 2012. Em entrevista à Onu News, na décima Conferência de Revisão das Partes do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, Sérgio defendeu que a arma nuclear não é garantia de segurança (UN, 2022).

## **6.20 REPÚBLICA FRANCESA**

O Estado Francês é um dos cinco países-membros do Conselho de Segurança da ONU, assim sendo um dos cinco países legalmente reconhecidos pelo TNP como Estados com armas nucleares. Nesse contexto, sabe-se que a República Francesa detém armamento nuclear e, em 1956, na tentativa de recuperar o Canal de Suez, invadiu o Egito e forneceu a Israel os meios de adquirir a bomba nuclear, além disso

ratificou o TNP em 1998 (FISCHER, 1997).

Nos dias atuais, a França tem se comprometido a evitar a proliferação de armas nucleares e reitera o interesse em trabalhar em conjunto com o Conselho de Segurança para garantir avanços no desarmamento, com o objetivo final de um mundo sem armas nucleares (G1, 2022).

### 6.21 REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A República Popular da China ratificou o TNP no ano de 1992 e, como um dos cinco países-membros do Conselho de Segurança da ONU, inclui-se como legalmente reconhecida pelo TNP a possuir armamento nuclear. Além disso, cabe salientar que, em 1971, a Assembleia-Geral das Nações Unidas decidiu que o Governo da República Popular era a única autoridade com direito a representar a China nas Nações Unidas e expulsou “os representantes da Chiang Kai-shek do lugar que ocupam ilegalmente na Organização das Nações Unidas e em todas as organizações a ela relacionadas” (FISCHER, 1997).

No mesmo ano, o Conselho de Governadores da ONU adotou a recomendação em relação à representação da China na AIEA. A própria República não reagiu formalmente à decisão do Conselho até 1983, quando candidatou-se e foi prontamente aprovada como membro da AIEA. Em 1972, a AIEA interrompeu todos os projetos de cooperação técnica e apoio de pesquisa em Taiwan, mas, com o consentimento tácito de Pequim, continuou a aplicar salvaguardas para todos os materiais nucleares e usinas na ilha (FISCHER, 1997).

Em janeiro de 1994, a Conferência sobre Desarmamento iniciou suas negociações sobre o Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares (CTBT) e, de acordo com o Artigo XIV do tratado, ele entrará em vigor depois que todos os 44 Estados listados no Anexo II tiverem o ratificado. Salienta-se que o Estado chinês consta entre os 8 não assinantes, juntamente com Paquistão, República Popular Democrática da Coreia, EUA, Egito, Índia, Irã e Israel (UN, 2023).

Oficialmente, a República Popular da China se compromete a cooperar com os demais países que se mobilizam para manter a paz, a estabilidade global e a adesão à não proliferação de armas nucleares (UN, 2022).

## 7. QUESTÕES A PONDERAR

1. Quais iniciativas a Organização das Nações Unidas pode tomar para garantir a realização efetiva das políticas, planos, acordos e tratados voltados ao controle das armas nucleares e à manutenção da segurança e paz internacionais?
2. Seria possível que os Estados discutam a possibilidade de construir um acordo voltado à extinção geral e total de armas nucleares?
3. Como estimular, concretamente, no âmbito internacional o uso de materiais nucleares apenas para a produção de energia elétrica, para fins científicos ou para qualquer outra finalidade pacífica, de forma alternativa às armas?
4. Para além da demonstração de poderio militar, como a proliferação e posse de armas nucleares beneficia os Estados que se recusam a participar do desarmamento nuclear?
5. Qual será o papel das potências nucleares em um cenário do fim da proliferação e posse de armas nucleares?

## 8. REFERÊNCIAS

ABCC. Acordo Quadripartite. 1991. Disponível em: <https://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Acordo-Quadripartite-portugu%C3%AAs.pdf-completo.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.

AEIA detecta no Irã urânio enriquecido a nível próximo ao necessário para bomba nuclear. UOL, 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/02/28/aiea-detecta-no-ira-uranio-enriquecido-a-nivel-proximo-ao-necessario-para-bomba-nuclear.htm>. Acesso em: 14 abr. 2023.

ÁFRICA se aproxima de nuclear como forma amigável ao clima para

aliviar a falta de energia. ABADAN, 2022. Disponível em: <https://abdan.org.br/2022/08/09/africa-se-aproxima-de-nuclear-como-forma-amigavel-ao-clima-para-aliviar-a-falta-de-energia/>. Acesso em: 25 maio 2023.

ALEMANHA começa a desativar as últimas três usinas nucleares do país. CNN BRASIL, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/alemanha-comeca-a-fechar-as-ultimas-tres-usinas-nucleares-do-pais/>. Acesso em: 25 maio 2023.

ASSASSINATO de general ameaça enterrar de vez acordo pelo qual Irã abriu mão da bomba. O GLOBO, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/assassinato-de-general-ameaca-enterrar-de-vez-acordo-pelo-qual-ira-abriu-mao-da-bomba-2417>. Acesso em: 14 abr. 2023.

AT UN, Foreign Minister Wang Yi sees ‘hope’ in turbulent times, reaffirms ‘One China’ policy. UN NEWS, 2022. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2022/09/1127901>. Acesso em: 27 jun. 2023.

AUDIOVISUAL Library of International Law. UN, 1968. Disponível em: <https://legal.un.org/avl/ha/tnpt/tnpt.html#:~:text=The%20Treaty%20on%20the%20Non,force%20on%205%20March%201970>. Acesso em: 15 maio 2023.

AUKUS: o que é o pacto militar anunciado por EUA, Reino Unido e Austrália para conter a China. BBC NEWS BRASIL, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58582195>. Acesso em: 15 maio 2023.

BERGENÄS, Johan. The Rise of a White Knight State: Sweden’s Non-proliferation and Disarmament History. NTI, 2010. Disponível em: <https://www.nti.org/analysis/articles/swedens-nonproliferation-history/>. Acesso em: 03 ago. 2023.

BERMÚDEZ, Ángel. As lições do país que destruiu voluntariamente todas suas armas atômicas. BBC NEWS BRASIL, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59731585>. Acesso em: 25 maio 2023.

BINS, Fernando Henrique Escobar. Os instrumentos jurídicos de salvaguardas nucleares instituídos pelo acordo para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear entre Brasil e Argentina. Direito & Justiça, v. 36, n. 2, 2010.

BRASIL tem arma nuclear ou já quis desenvolver? Conheça os planos. UOL, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/03/27/o-brasil-tem-arma-nuclear-ou-ja-quis-desenvolver-conheca-os-planos.htm>. Acesso em 27 jun. 2023.

CENTRO de Estudios Nucleares (CEN) Lo Aguirre. COMISSÃO CHILENA DE ENERGIA NUCLEAR, 2023a. Disponível em: [https://www.cchen.cl/?page\\_id=163](https://www.cchen.cl/?page_id=163). Acesso em: 23 maio 2023.

CENTRO de Estudios Nucleares (CEN) La Reina. COMISSÃO CHILENA DE ENERGIA NUCLEAR, 2023b. Disponível em: [https://www.cchen.cl/?page\\_id=156](https://www.cchen.cl/?page_id=156). Acesso em: 23 maio 2023.

COCBS - Implementação e Acompanhamento da Área de Mísseis (IACM). BRASIL, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgbs/paginas/cocbs-implementacao-e-acompanhamento-da-area-de-misseis-iacm-1>. Acesso em: 23 abr. 2023.

COLÔMBIA. Constituição (1991). Constituição Política da Colômbia. Promulgada em 6 de julho de 1991. Disponível em: [https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_accion\\_files/siteal\\_colombia\\_2000.pdf](https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_colombia_2000.pdf). Acesso em: 26 maio 2023.

COLÔMBIA. Embaixada (Estados Unidos). Intervencion del emba-

jador Hector Charry Samper em nome de la delegacion de Colombia ante la ii Conferencia sobre Medidas para Facilitar la Entrada en Vigor del Tratado de Prohibicion Completa de Ensayos Nucleares (TPCEN). Nova York, 12 de novembro de 2001. Disponível em: <https://www.un.org/webcast/ctbt/statements/colombiaS.htm>. Acesso em: 26 maio 2023.

CONFLITO na Caxemira: por que Índia e Paquistão disputam a região que vive nova escalada de tensão. BBC NEWS BRASIL, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47386170>. Acesso em: 15 abr. 2023.

CONHEÇA as sanções internacionais contra o Irã. G1, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/11/conheca-as-sancoes-internacionais-contr-o-ira.html>. Acesso em: 14 abr. 2023.

CONVENTION on the Physical Protection of Nuclear Material (CPPNM) and its Amendment. IAEA, 1979. Disponível em: <https://www.iaea.org/publications/documents/conventions/convention-physical-protection-nuclear-material-and-its-amendment>. Acesso em 23 abr. 2023.

CONVENTION on Supplementary Compensation for Nuclear Damage. IAEA, 1997. Disponível em: <https://www.iaea.org/topics/nuclear-liability-conventions/convention-supplementary-compensation-nuclear-damage>. Acesso em 23. abr. 2023.

COREIA do Norte anuncia novo teste de drone subaquático de ataque nuclear. G1, 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/04/07/coreia-do-norte-anuncia-novo-teste-de-drone-subaquatico-de-ataque-nuclear.ghtml>. Acesso em 15 abr. 2023.

CRS. U.S. Nuclear Weapons Policy: Considering “No First Use”. 2022. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/nuke/IN10553.pdf>. Acesso: 16

maio 2023.

CRUZ Vermelha: 70 anos depois, explosões atômicas no Japão “ainda ecoam”. ONU NEWS, 2015. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2015/08/1520221>. Acesso em 22 mar. 2023.

DEARO, Guilherme. 20 países e sua relação com a bomba atômica. EXAME, 2013. Disponível em: <https://exame.com/mundo/20-paises-e-sua-relacao-com-a-bomba-atmica/>. Acesso em: 23 maio 2023.

DESARME y no proliferación. CANCELLERÍA, 2021. Disponível em: <https://www.cancilleria.gov.co/international/politics/security>. Acesso em: 26 maio 2023.

DUARTE, Sérgio de Queiroz. Um Mundo Livre de Armas Nucleares. 2020. Disponível em: [ril\\_v57\\_n225\\_p11.pdf](http://ril_v57_n225_p11.pdf) (senado.leg.br). Acesso em: 08 mar. 2023.

EM reunião sobre desarmamento, países condenam testes da Coreia do Norte. UN, 2013. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2013/02/1429211>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ENTENDA o Acordo Nuclear com o Irã. G1, 2023b. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/entenda-o-acordo-nuclear-com-o-ira.ghtml>. Acesso em: 09 mar. 2023.

ESTUDO “Considerações para a localização de uma Usina Nuclear (CNP) no Chile”. COMISSÃO CHILENA DE ENERGIA NUCLEAR, 2018. Disponível em: [http://www.cchen.cl/index.php?option=com\\_content&view=category&id=53&Itemid=153](http://www.cchen.cl/index.php?option=com_content&view=category&id=53&Itemid=153). Acesso em: 23 maio 2023.

EUA, China, Rússia, Reino Unido e França se comprometem a evitar a proliferação nuclear. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/01/03/eua-china-rus->

sia-reino-unido-e-franca-se-comprometem-a-evitar-proliferaçao-nucle-ar.shtml. Acesso em: 26 jun. 2023.

EUA e Coreia do Sul ameaçam Coreia do Norte; ataque nuclear implicaria 'o fim de qualquer regime que tome essa ação', diz Biden. G1, 2023c. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/04/26/eua-e-coreia-do-sul-ameacam-coreia-do-norte-ataque-nuclear-implicaria-o-fim-de-qualquer-regime-que-tome-essa-acao-diz-biden.ghtml>. Acesso em: 22 maio 2023.

FISCHER. History of International Atomic Energy Agency. 1997. Disponível em: [https://www-pub.iaea.org/MTCD/publications/PDF/Pub1032\\_web.pdf](https://www-pub.iaea.org/MTCD/publications/PDF/Pub1032_web.pdf). Acesso em: 26 maio 2023.

FUHRMANN, Matthew; SECHSER, Todd. Nuclear Weapons and Coercive Diplomacy. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL MÉXICO. 2014-2017: National action plan for the implementation of United Nations Security Council Resolution 1540 (2004). 2014. Disponível em: <https://www.un.org/en/sc/1540/documents/Mexico-action-plan.pdf>. Acesso em: 17 maio 2023.

GOV. DECRETO Nº 2.648, DE 1º DE JULHO DE 1998. 1998. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2648.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2648.htm). Acesso em 23 abr. 2023.

GOWING, Margaret; ARNOLD, Lorna. Independence and Deterrence: Britain and Atomic Energy, 1945? 1952 Volume 1: Policy Making. Palgrave Macmillan UK, 1974. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-1-349-15526-2>. Acesso em: 24 maio 2023.

GUIMARÃES, Márcio Azevedo. As alterações da política externa brasileira nos anos noventa, um estudo de caso : a adesão ao tratado de

não-proliferação de armas nucleares (TNP). 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/4425>. Acesso em: 27 mar. 2023.

HISTORY. IAEA, 1957. Disponível em: <https://www.iaea.org/about/overview/history>. Acesso em: 23 mar. 2023.

IAEA. Agreement Status. 2022. Disponível em: [https://www.iaea.org/sites/default/files/22/06/liability\\_status.pdf](https://www.iaea.org/sites/default/files/22/06/liability_status.pdf). Acesso em 26 maio 2023.

ÍNDIA e Paquistão: a história de tensão entre duas potências nucleares. UOL, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2019/02/28/historico-da-relacao-entre-india-e-paquistao.htm/>. Acesso em 15 abr. 2023.

INICIATIVA de Estocolmo para el Desarme Nuclear. MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES, UNIÓN EUROPEA Y COOPERACIÓN, 2021. Disponível em: <https://www.exteriores.gob.es/Embajadas/argel/es/Comunicacion/Noticias/Paginas/Articulos/Iniciativa-de-Estocolmo-para-el-Desarme-Nuclear-.aspx>. Acesso em: 24 maio 2023.

INSTITUTO PERUANO DE ENERGIA NUCLEAR. Presentación. 2023. Disponível em: <https://www.ipen.gob.pe/index.php/ipen/presentacion>. Acesso em: 24 maio 2023.

IRÁ: tudo o que você precisa saber. POLITIZE, 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ira-seculo-xx-aos-protestos/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

JAPAN Nuclear Overview. NTI, 2012. Disponível em: <https://www.nti.org/analysis/articles/japan-nuclear/>. Acesso em: 24 maio 2023.

KIM Jong-un e Donald Trump: de insultos a elogios, relembre os 2 anos de relação dos líderes. G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/02/27/kim-jong-un-e-donald-trump-de->

insultos-a-elogios-relemb. Acesso em: 21 maio 2023.

LIÇÕES do desmantelamento nuclear da África do Sul. ENVOLVERDE, 2013. Disponível em: <https://envolverde.com.br/licoes-do-desmantelamento-nuclear-da-africa-do-sul/>. Acesso em: 25 maio 2023.

MACKENZIE, Jean. Por que a Coreia do Sul quer agora bomba nuclear? BBC NEWS BRASIL, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3g9qvn57dpo#:~:text=A%20Coreia%20do%20Sul%20j%C3%A1,for%C3%A7a%20de%20seu%20arsenal%20nuclear>. Acesso em: 22 maio 2023.

MAIS de 2.000 testes nucleares foram feitos no mundo desde 1945. FOLHA, 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u100728.shtml>. Acesso em: 24 maio 2023.

MÉXICO ratifies the Treaty on the Prohibition of Nuclear Weapons. GOBIERNO DE MÉXICO, 2018. Disponível em: <https://www.gob.mx/sre/en/articulos/mexico-ratifies-treaty-on-the-prohibition-of-nuclear-weapons-143700>. Acesso em: 17 maio 2023.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Japan's disarmament policy. 2003. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/policy/un/disarmament/policy.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

MUNDO precisa de desnuclearização, diz ex-embaixador do Brasil. UN, 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/08/1797862>. Acesso em: 27 jun. 2023.

MUNHOZ, Sidnei José. Guerra Fria História e Historiografia. Editora Appris, 2020. Acesso em: 09 mar. 2023.

NASCIMENTO, Mariana Oliveira do; HERZ, Monica. A aplicação do artigo quarto do Tratado de Não-Proliferação Nuclear. in: O Regime

de Não-Proliferação Nuclear. Rio de Janeiro, 2009. 149p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26844/26844\\_3.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26844/26844_3.PDF). Acesso em 28 mar. 2023.

NATIONAL ARCHIVES. Test Ban Treaty (1963). 2022. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/test-ban-treaty>. Acesso em: 16 maio 2023.

NATO's nuclear deterrence policy and forces. NATO, 2023. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_50068.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50068.htm). Acesso em: 16 maio 2023.

NEW START Treaty. U.S. Department of State, 2023. Disponível em: <https://www.state.gov/new-start/>. Acesso em: 17 maio 2023.

NO mundo, 9 países possuem armas nucleares. Saiba quais e o tamanho do arsenal de cada um deles. GAZETA DO POVO, 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/no-mundo-9-paises-possuem-armas-nucleares-saiba-quais-e-o-tamanho-do-arsenal-de-cada-um-deles/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

NON-proliferation, disarmament and arms control. AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2023. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/international-relations/security/non-proliferation-disarmament-arms-control/nuclear-weapons>. Acesso em 15 maio 2023.

NUCLEAR-weapons-free-state. ICAN, 2022. Disponível em: <https://www.icanw.org/mexico>. Acesso em: 17 maio 2023.

OPANAL. Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlatelolco). 1967. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d1246.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d1246.htm). Acesso em 25 maio 2023.

O que é o enriquecimento de urânio. C MARA DOS DEPUTADOS,

2002. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/22630-o-que-e-o-/>>. Acesso em: 14 maio 2023.

O que é o Tratado Nuclear New Start e o Impacto da Decisão da Rússia. ESTADÃO, 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/o-que-e-o-tratado-nuclear-new-start-e-o-impacto-da-decisao-da-russia/>. Acesso em: 09 mar. 2023.

O que você precisa saber sobre o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. ONU NEWS, 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/08/1797352>. Acesso em 29 mar. 2023.

ORGANISMO para la proscripción de las armas nucleares en América Latina y El Caribe. OPANAL, 2022. Disponível em: <https://www.opanal.org/>. Acesso em: 17 maio 2023.

PADINGER, Germán. Entenda o que é AUKUS, pacto de segurança entre Austrália, Reino Unido e EUA. CNN BRASIL, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-aukus-pacto-de-seguranca-entre-a-australia-reino-unido-e-eua/>. Acesso em: 15 maio 2023.

PEREIRA, Antônio Celso Alves. Direito Internacional e Armas Nucleares. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/48339/32277>. Acesso em: 08 mar. 2023.

PERU assina o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares. GOB. PE, 2017. Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/4775-el-peru-suscribe-el-tratado-sobre-la-prohibicion-de-las-armas-nucleares>. Acesso em: 24 maio 2023.

PETERSSON, Jens. As Sweden gets ready for NATO, will its approach to nuclear weapons change?. The Bulletin, 2022. Disponível em: <<https://thebulletin.org/2022/07/as-sweden-gets-ready-for-nato-will-its-approach-to-nuclear-weapons-change/>>. Acesso em: 03 ago. 2023.

PHYSICAL protection of nuclear material and nuclear facilities. EUR-Lex, 2020. Disponível em <<https://eur-lex.europa.eu/EN/legal-content/summary/physical-protection-of-nuclear-material-and-nuclear-facilities.html>>. Acesso em 01 ago. 2023.

¿POR qué no prosperó el proyecto español de armamento nuclear? LA VANGUARDIA, 2021. Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/historiayvida/historia-contemporanea/20201011/33726/prospero-proyecto-espanol-armamento-nuclear.html>. Acesso em: 24 maio 2023.

REINO Unido amplia arsenal nuclear pela primeira vez desde o fim da Guerra Fria. ESTADÃO, 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/reino-unido-amplia-arsenal-nuclear-pela-primeira-vez-em-30-anos/>. Acesso em: 24 maio 2023.

RUSSIA Nuclear Overview. NTI, 2018. Disponível em: <https://www.nti.org/analysis/articles/russia-nuclear/>. Acesso em: 17 maio 2023.

SAIBA mais sobre a Assembleia Geral das Nações Unidas. UN, 2023a. Disponível em: <https://unric.org/pt/saiba-mais-sobre-a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas/>. Acesso em 22 mar. 2023.

SERRA; MALCORRA. Brasil e Argentina, 25 anos de cooperação nuclear. FUNAG, 2016. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/ipri/repositorio/index.php/categorias/22-america-do-sul/argentina/22-brasil-e-argentina-25-anos-de-cooperacao-nuclear>. Acesso em: 25 maio 2023.

SILVA, Felipe Dalcin. Armas nucleares sub-estratégicas como ferramentas de intimidação dos Estados Unidos da América. 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/221995>. Acesso em: 27 mar. 2023.

SIPRI: Número de mortes causadas por conflitos armados cai em 2020. THE JERUSALEM POST, 2021. Disponível em: <https://m.jpost.com/international/sipri-number-of-fatalities-caused-by-armed-conflict-falls-in-2020-670945/amp>. Acesso em: 22 maio 2023.

SOUZA JÚNIOR, Fernando Ferreira ; LINS, Gisele Lennon Albuquerque Lima Figueiredo. Coréia do Norte: a ameaça da proliferação de armas nucleares. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 8, n. 65, 1 mai. 2003. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/4090>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SUÉCIA nega que receberá armas nucleares depois de aderir à OTAN. PRENSALATINA, 2023. Disponível em: <https://www.prensalatina.com.br/2023/03/08/suecia-nega-que-recebera-armas-nucleares-depois-de-aderir-a-otan/>. Acesso em: 03 ago. 2023.

THE independent resource on global security. SIPRI, 2020. Disponível em: <https://www.sipri.org/yearbook/2020/10>. Acesso em: 24 maio 2023.

THE Wassenaar Arrangement at a Glance. ARMSCONTROL, 2022. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/factsheets/wassenaar>. Acesso em: 23 abr. 2023.

TOURINHO, Marcos. O Acordo Nuclear com o Irã: o papel e as contribuições das sanções internacionais. 2015. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/40767509/2015\\_O\\_Acordo\\_Nuclear-libre.pdf?1450166307=&response-content-disposition=inline%3B+](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/40767509/2015_O_Acordo_Nuclear-libre.pdf?1450166307=&response-content-disposition=inline%3B+). Acesso em: 08 mar. 2023.

TRATADO Abrangente de Proibição de Testes Nucleares (CTBT). UN, 2023b. Disponível em: [https://disarmament.unoda.org/wmd/nuclear/ctbt/?\\_gl=1\\*1vkcap3\\*\\_ga\\*ODc3MjUwNC4xNjgwMTM0NTIy\\*\\_ga\\_TK9BQL5X7Z\\*MTY4NzkwNTQxNS41LjEuMTY4NzkwOTYwNS4wLjAuMA](https://disarmament.unoda.org/wmd/nuclear/ctbt/?_gl=1*1vkcap3*_ga*ODc3MjUwNC4xNjgwMTM0NTIy*_ga_TK9BQL5X7Z*MTY4NzkwNTQxNS41LjEuMTY4NzkwOTYwNS4wLjAuMA). Acesso em: 27 jun. 2023.

TRATADO de Não Proliferação de Armas Nucleares. IAEA, 1970. Disponível em: <https://www.iaea.org/topics/non-proliferation-treaty>. Acesso em: 08 mar. 2023.

TURQUIA será capaz de desenvolver armas nucleares? SPUTNIK, 2020. Disponível em: <https://sputniknewsbrasil.com.br/20200102/turquia-sera-capaz-de-desenvolver-armas-nucleares-14960521.html>. Acesso em: 23 maio 2023.

UNITED States Overview. NTI, 2021. Disponível em: <https://www.nti.org/analysis/articles/united-states-overview/>. Acesso em 16 maio 2023.

VARELLA, Helena Rosa. Responsabilidade Civil dos Danos Decorrentes das Atividades Nucleares. 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/download/59937/58261/126658>. Acesso em: 09 mar. 2023.

VIENNA Convention on Civil Liability for Nuclear Damage. IAEA, 1963. Disponível em: <https://www.iaea.org/topics/nuclear-liability-conventions/vienna-convention-on-civil-liability-for-nuclear-damage>. Acesso em 23 abr. 2023.

WALSH, Jim. Surprise down under: the secret history of Australia's nuclear ambitions. 1997. Disponível em: <https://www.nonproliferation.org/wp-content/uploads/npr/walsh51.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

WHAT is the Hague Code of Conduct? NONPROLIFERATION, 2022. Disponível em: <https://www.nonproliferation.eu/hcoc/what-is-the-hague-code-of-conduct/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

WONG, Hon Penny. AUKUS won't undermine Australia's stance against nuclear weapons. 2023. Disponível em: <https://www.foreign-minister.gov.au/minister/penny-wong/opinion/aukus-wont-undermine-australias-stance-against-nuclear-weapons>. Acesso em: 15 maio

2023.

ZANGGER Committee. NTI, 2020. Disponível em: <https://www.nti.org/education-center/treaties-and-regimes/zangger-committee-zac/>. Acesso em 16 maio 2023.

\*\*

# A garantia internacional do direito de autodeterminação dos povos

*Luana Gomes Lasmar<sup>1</sup>*

*Marcos Brenno Bezerra Batista<sup>2</sup>*

*Naomi Milanese<sup>3</sup>*

*Paula Mariane Macêdo Guimarães<sup>4</sup>*

## RESUMO

O presente Guia de Estudos visa informar a respeito da garantia internacional do direito de autodeterminação dos povos, haja vista a importância de tal direito para todo o ser humano, trazendo à tona, dessa forma, a necessidade de sua análise e discussão. Nesse sentido, considerando o contexto internacional de violação constante do direito em questão em várias localidades, ao passo em que vários povos possuem o direito de autodeterminar-se afastado por razões diversas a serem especificadas, vê-se que a atuação para a concretização de sua proteção, de forma plena, mostra-se necessária no cenário internacional. Assim, no presente Guia será apresentada a historicidade do direito em análise, sua conceituação, as ações tomadas no âmbito internacional para sua garantia até aqui, além das posições e situações de cada Estado analisado sobre a temática.

---

1 Luana Gomes Lasmar é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

2 Marcos Brenno Bezerra Batista é discente do curso de Direito na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

3 Naomi Milanese é discente do curso de Direito na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

4 Paula Mariane Macêdo Guimarães é discente do curso de Medicina na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo Fortunato e Monassa (2018), a autodeterminação diz respeito à não interferência estrangeira na criação de uma identidade, cultura e mesmo de um Estado, portanto, conceito intimamente ligado à ideia de autonomia. Nesse sentido, tema dos mais importantes no âmbito das relações internacionais, a autodeterminação dos povos diz respeito à garantia de todo povo dos Estados de se autogovernarem sem a influência direta e, muito menos, sob o jugo de outros personagens internacionais, de forma a assegurar sua liberdade substancial (CRIPPA, 2011). Nesse sentido, o povo autodeterminado possui o direito de escolher e determinar seu próprio caminho político, com a aprovação de seu estatuto jurídico-político, além de autorregular-se, sem que se exija autorização ou ratificação externa.

Para firmar o sentido do direito à autodeterminação dos povos faz-se necessário remeter à diferença entre Estado, nação, povo, território e governo no contexto das Relações Internacionais. De início, Estado diz respeito ao ente internacional, dotado de estrutura própria e organização política, o qual administra sua estrutura por meio de suas instituições, tendo por base sua população e seu território. Em relação à nação, esta diz respeito à totalidade ou à parte do povo do Estado com identidade comum, como origem, língua e cultura. Já quanto ao povo, este pode ser entendido como os indivíduos que possuem vínculo jurídico-político de nacionalidade com determinado Estado, ligados por meio do território, diferenciando-se de população, a qual engloba todas as pessoas sob o poder estatal. Relativamente ao território, este se refere ao espaço geográfico sobre o qual o Estado exerce sua jurisdição plena e, portanto, exerce seu poder. Por fim, no que diz respeito ao governo, este reside na autoridade política que exerce o Estado, ou seus entes subnacionais, com o objetivo principal de ordenar e regular a vida em sociedade, além de definir seus rumos políticos (CRIPPA, 2011).

Considerando a importância que possui o direito dos povos de se autodeterminarem, tal previsão encontra-se disposta em inúmeros tratados e documentos internacionais, em especial os relativos aos

direitos humanos. Desde sua primeira previsão oficial em documentos internacionais, a saber na Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, aprovada pela Resolução 1.514 (XV), da Assembléia-Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1960, o direito à autodeterminação avançou em grau de importância, sendo inscrito já no artigo 1º da Carta das Nações Unidas de 1945, no mesmo artigo do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, conhecido como PIDCP de 1966, no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais, entendido como PIDESC também de 1966, além de previsão similar no artigo 15 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a DUDH, de 1948.

Nesse sentido, desde a criação das Nações Unidas o número de povos em situação permanente de colonização e, portanto, sem o direito de se autodeterminarem garantido foi diminuindo ao longo do tempo. Assim, em 1945 eram cerca de 750 milhões de pessoas as quais viviam em “territórios-colônia”, representando cerca de um terço da população internacional à época. Na atualidade, estima-se que cerca de 2 milhões de pessoas ainda vivem debaixo do jugo colonial em 17 territórios autônomos existentes internacionalmente, os quais ainda restaram após a descolonização de 80 antigas colônias (UN, 2022).

Cabe ressaltar, ademais, que o direito à autodeterminação dos povos não se refere unicamente à “independência” frente ao sistema internacional, mas também diz respeito à discussão, embora com reduzido amparo jurídico internacional, acerca do suposto direito dos povos de se autodeterminarem em relação ao próprio Estado em que faticamente ou juridicamente estão inseridos, como nos casos de secessão unilateral e de movimentos separatistas (TOSATI, 2012). Neste caso, a autodeterminação encontra óbice em inúmeras Constituições mundiais, sobretudo em Estados federais, como o Brasil<sup>5</sup>.

Vistos, considerando a importância que a temática desperta, no sentido de se garantir o direito de autodeterminação dos povos, e haja vista as dificuldades enfrentadas ao longo do tempo, e na atualidade, no

5 A Constituição da República Federativa do Brasil prevê, em seu artigo 1º, o seguinte: “Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos [...]” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

que diz respeito a sua interpretação e garantia internacional, impõe-se o aprofundamento da análise do tema e a atuação plena desta Assembleia.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

### 2.1 ORIGENS

As raízes do conceito de autodeterminação encontram-se no substrato ideológico das revoluções Americana, na qual a autodeterminação desempenhou o papel de justificativa à independência em relação à coroa britânica, culminando na Declaração de Independência e na Constituição dos Estados Unidos da América e Francesa, reconhecendo direitos inerentes a todo ser humano e evidenciando-se a soberania popular em detrimento do Estado absolutista. Com o advento do liberalismo, consolidou-se, gradualmente, a noção de uma autoridade política submetida a uma população a partir de requisitos de legitimidade, condicionando o exercício do poder à existência de consentimento dos governados. A população, portanto, seria participante primordial e ativa no processo de construção e condução do Estado (OLIVEIRA; KATSURAGI, 2015; 2020).

Desse modo, o entendimento de soberania popular, enquanto direito de um povo em participar da vida pública como determinante de sua condição social, política e cultural, partiria destas concepções. Assim, assimilando-se ambas correntes, constrói-se uma espécie de nacional-liberalismo que sustenta, por um lado, a obrigatoriedade de um governo representativo e regido pela vontade popular e que, por outro, reclama a independência política em forma de Estado para cada nacionalidade. Paradoxalmente, percebe-se que a autodeterminação dos povos viria a ser utilizada não só para justificar a separação e a independência de territórios, mas também para embasar grandes movimentos de unificação nacional, como o alemão e o italiano, em que os defensores da causa unionista alegavam a imperiosidade de se proceder à unificação dos diversos reinos e ducados independentes em virtude de se tratarem todos de um mesmo povo, com uma mesma identidade cultural. (BLAZI, 2015; OLIVEIRA, 2020).

## 2.2 PÓS-PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Em meados do início do século XX, a concepção de autodeterminação para Woodrow Thomas Wilson, professor e acadêmico na área das ciências políticas, eleito o 28º Presidente dos Estados Unidos pelo Partido Democrata, estava intrinsecamente ligada ao governo autêntico e transparente, representado por uma democracia liberal e participativa. Ele atribui a tal governo, ainda, a exclusividade como modelo promotor da paz social, sendo o único capaz de oferecer a um povo a oportunidade de escolher um governo e controlá-lo, visando atender às vontades, direitos e interesses da população. Tais ideais foram condensadas nos seus Quatorze Pontos (WILSON, 1918), em um discurso que buscava defender a construção de uma paz duradoura, pautada pela representatividade dos interesses de todos os povos europeus (OLIVEIRA, 2020).

Nesse sentido, em seu quinto ponto, Wilson prevê que:

V. Um ajuste livre, de mente aberta e absolutamente imparcial de todas as reivindicações coloniais, com base em uma estrita observância do princípio de que, ao determinar todas essas questões de soberania, os interesses das populações envolvidas devem ter igual peso com as reivindicações equitativas do governo cujo título deve ser determinado (WILSON, 1918, p.1, tradução nossa).

A partir de sua concepção, constata-se uma dimensão interna, referente à relação continuamente democrática e consensual entre governantes e governados, e por outro, uma dimensão externa, voltada à concessão de uma oportunidade de autogoverno a cada unidade étnico-cultural e histórica de um território, fundamental para noção de que os Estados deveriam ser, no ponto de vista étnico, homogêneos (OLIVEIRA, 2020).

Embora duramente criticado à época, para Wilson, inexistia a pretensão de que se entendesse a autodeterminação como direito. Não possuía um conteúdo delimitado e muito menos a identificação de seus titulares ou os deveres correspondentes a qualquer personalidade ou unidade estatal que fosse. Sua contribuição, portanto, foi para a admissão da autodeterminação como um princípio político a ser levado em consideração no âmbito das relações internacionais.

Portanto, é possível observar o reconhecimento da ideia de au-

todeterminação dos povos como princípio político no período descrito, constituindo, inclusive, pressuposto de um sistema que viria, nos anos seguintes, ser institucionalizado na Sociedade das Nações. Nesse momento histórico, uma tendência foi lançada e acolhida parcialmente pela comunidade internacional, que passa, então, a considerar a possibilidade de que o conceito evolua e apresente desdobramentos de outras naturezas (OLIVEIRA, 2020).

### 2.3 PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

No contexto do pós-guerra, a noção de autodeterminação adquiriu novos contornos e iniciou a segunda fase de sua evolução, ganhando maior destaque e sendo positivada com a entrada em vigor da Carta das Nações Unidas. Sua incorporação foi largamente debatida na Conferência de São Francisco, na qual se via tanto países em prol e defesa de uma incorporação dos propósitos de organização e desenvolvimento de relações amistosas entre países, tendo em vista o respeito ao princípio da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos, quanto o receio de outros Estados com tais medidas. Entretanto, vale ressaltar que questões relativas ao que seria considerado como “povo” e a que entidades o conceito impõe deveres foram pontos para os quais não foram oferecidas respostas.

Sobre sua versão final, Victor Oliveira (2020) afirma:

(..) foi assinada pelas partes contratantes em junho de 1945, contendo previsões que fazem referência à autodeterminação dos povos em dois dispositivos. Na exposição dos propósitos e princípios da organização, o Artigo 1 da Carta aponta o princípio da igualdade de direitos e a autodeterminação dos povos como pressupostos do desenvolvimento de relações amistosas entre as nações. Já no Artigo 55, no âmbito da cooperação internacional econômica e social, a autodeterminação dos povos é colocada como elemento norteador da criação de condições de estabilidade e de bem-estar entre as nações, associada ao favorecimento de determinados direitos humanos (OLIVEIRA, 2020, p.19).

O próximo passo evolutivo se deve à intensificação dos movimentos de descolonização afro-asiática, nas décadas de 1950 e 1960. Em uma conjuntura marcada pelo declínio da administração colonial de grandes potências europeias, bem como pelo crescente fortalecimento dos movimentos de libertação nacional promovidos no ambiente

doméstico das colônias, o princípio da autodeterminação consolidou-se com bases mais concretas de aplicação, ainda que restritas a esse contexto dos países colonizados.

Esse conceito de desenvolvimento gradual em direção à autonomia foi uma ideia que, incluída na Carta das Nações Unidas em razão da pressão internacional, e amplamente discutida durante Conferência de Bandung, em 1955, permitiu espaço para que se debatesse acerca do papel dos países diante da Guerra Fria, além de determinar estratégias para a descolonização, desenvolvimento econômico, eliminação da discriminação racial e respeito aos direitos humanos. Uma das maiores contribuições para o tema, responsável por efetivar a liberdade de diversos países da condição de colônia, pode ser vista na Resolução 1.514, de 14 de dezembro de 1960, conhecida como Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais. Nela fica estabelecido que a subjugação, exploração e dominação de povos sob autoridade estrangeira constitui infração direta aos direitos humanos fundamentais, indo contra a Carta da ONU (OLIVEIRA, 2020).

Entretanto, vale ressaltar que, mesmo diante de um direito fundamental para se assegurar a liberdade de grupos identitários, percebe-se sua preocupação com a preservação da integridade dos Estados, como enunciado no item 6 da Resolução: “qualquer tentativa destinada à ruptura parcial ou total da unidade nacional e da integridade territorial de um país é incompatível com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas” (GENERAL ASSEMBLY, 1960, p.67, tradução nossa).

Por fim, cabe destacar que, enquanto um conceito inicialmente restrito à conjuntura de descolonização, é imprescindível que a noção de autodeterminação dos povos seja submetida a um processo de reflexão e adaptação constante para corresponder, também, às necessidades contemporâneas, aplicando-se a todos os povos, que, embora não colonizados, encontrem-se sob a autoridade de um Estado que não respeita sua identidade cultural e aspirações políticas (OBREGÓN; SILVA, 2020).

### **3. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA**

O direito à autodeterminação, embora sua garantia nos principais documentos internacionais, encontra óbices e limitações de toda ordem para sua observância efetiva por parte dos Estados e demais atores internacionais. No presente tópico serão abordadas e discutidas as principais barreiras ao estabelecimento de um ambiente internacional em que os povos possam, concretamente, autodeterminarem-se.

#### **3.1 O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DE MINORIAS ÉTNICAS E NAÇÕES EM FACE DO ESTADO SOBERANO**

Embora o amplo trabalho no âmbito internacional a fim de se garantir o direito à autodeterminação de povos que vivem em condições de jugo de outro Estado, como nas hipóteses de colonialismo e imperialismo, em outro sentido se aplica em relação às minorias étnicas e nações presentes dentro de determinado Estado soberano e as quais buscam se autodeterminar em oposição a este.

Ainda que não se proíba expressamente o direito de “autodeterminação interna”, vertente esta contemporânea do direito à autodeterminação dos povos, tal ato é desencorajado e desprovido de apoio por parte da comunidade internacional e das Nações Unidas, ante a justificativa de ocorrência de múltiplas secessões e de incentivo aos movimentos separatistas. A exceção se evidencia nos casos pacíficos e de acordos amigáveis ou quando haja previsão para tanto no direito interno do Estado soberano (ARY, 2009).

Contudo, apesar da limitação do direito de autodeterminar-se no âmbito interno, mesmo que com o Estado soberano o grupo étnico ou nação em questão não guarde nenhuma conexão, são fixadas determinadas ressalvas, como nos casos de genocídio ocasionados pelo Estado soberano ou graves conflitos étnicos (ARY, 2009).

#### **3.2 OS POVOS INDÍGENAS E O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO**

Ao estabelecer-se o direito à autodeterminação, inclui-se neste âmbito todo e qualquer povo, não se excluindo, assim, os povos originários dos Estados, destacadamente os indígenas. Nesse sentido, de forma a ampliar e esclarecer de sobremaneira a garantia dos povos indígenas de se autodeterminarem, foi lançada pelas Nações Unidas, em 2007, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, após mais de 20 anos de discussões. Em relação ao direito de autodeterminação, prevê os artigos 3, 4 e 5, do documento internacional supramencionado:

Artigo 3

Os povos indígenas têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito determinam livremente sua condição política e buscam livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Artigo 4

Os povos indígenas, no exercício do seu direito à autodeterminação, têm direito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas a seus assuntos internos e locais, assim como a disporem dos meios para financiar suas funções autônomas.

Artigo 5

Os povos indígenas têm o direito de conservar e reforçar suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais, mantendo ao mesmo tempo seu direito de participar plenamente, caso o desejem, da vida política, econômica, social e cultural do Estado (UN, 2007).

Nesse sentido, embora a previsão disposta, inúmeros Estados apenas observam a garantia mínima de autonomia aos povos indígenas, principalmente no que diz respeito a suas culturas, línguas e uso de territórios tecnicamente reconhecidos. Essa maior dificuldade reside antes mesmo de se garantir internacionalmente o direito à autodeterminação aos povos indígenas, sendo fundado o receio, inclusive por diversos Estados de longa data, no sentido de que ao, se garantir o direito à autodeterminação aos povos indígenas, acaba por incentivar a secessão e a divisão dos Estados, estágios finais da autodeterminação (ALVES, 2015, apud HANNUM, 1996). Por outro lado, tal interpretação não mais se sustenta, haja vista que a garantia da autodeterminação dos povos indígenas vai no sentido de se garantir a autonomia e o autogoverno frente ao Estado soberano, como entende a maior parte da comunidade internacional (ALVES, 2015, apud MUSAFIRI, 2012).

Vistas as discussões que cercam a temática, atualmente, em diferentes graus, poucos Estados garantem objetivamente o direito de livre

determinação dos povos indígenas, entre eles tem-se como exemplo o Estado Plurinacional da Bolívia<sup>6</sup>.

## 4. ESTUDOS DE CASO

Com objetivo de esclarecer o direito à autodeterminação dos povos no âmbito prático, buscando uma melhor compreensão desse tema de imprescindível importância para o sistema internacional, esta seção abordará três questões nas quais se é possível analisar suas reivindicações, violações e consequências na conjuntura atual.

### 4.1 ESTADO DE ISRAEL E O ESTADO DA PALESTINA

O conflito entre Israel e Palestina é antigo e remonta a questões tanto políticas quanto religiosas. Sabe-se que durante o século XIX o sionismo surgiu como um movimento político, a partir da comunidade judaica europeia, a qual defendia a construção de um Estado judeu independente para esse povo, em resposta ao antissemitismo crescente no continente. Pensava-se, então, em diferentes opções de território para estabelecimento de tal Estado, como Uganda, Argentina e Birobidzhan, mas o território onde se situava o reino histórico de Israel, geograficamente a Palestina, era a principal opção. Este último, entretanto, era ocupado, também, por muçumanos e cristãos, sendo, à época, dominado pelo Império Otomano (BBC NEWS BRASIL, 2021).

O fim da Primeira Guerra Mundial, com a queda do domínio do Império Otomano na região e a repartição dos territórios entre os países vencedores, simbolizou a passagem de controle para a potência britânica. Com a Declaração de Balfour, o Reino Unido apoiou o movimento sionista, documentando um marco para a história de formação do Estado de Israel e incentivando a imigração de judeus para a Palestina, mas acabou por contribuir para a intensificação dos conflitos na região. Em 1947, a Organização das Nações Unidas recomendou a separação da Palestina em um Estado judeu e outro árabe, com Jerusalém

<sup>6</sup> No Estado Plurinacional da Bolívia os diversos direitos dos povos indígenas, dentre eles a ampla autonomia, inclusive jurídica, estão previstos na Constituição boliviana de 2009.

se tornando uma cidade internacional. Entretanto, embora aceito pelos líderes judeus, o plano foi rejeitado pelos árabes, o que não permitiu sua implementação (BBC NEWS BRASIL, 2021).

Com a saída do governo britânico na região, em 1948, os líderes judeus declararam a criação do Estado independente de Israel, situação que culminou na Guerra Árabe-Israelense. Quando o confronto terminou em cessar-fogo no ano seguinte, Israel havia expandido sua presença militar para a maior parte do território, incluindo áreas do que deveria ser o futuro Estado palestino pelo plano da ONU. As décadas seguintes foram marcadas por guerras e confrontos tendo, em 1967, a Guerra dos Seis Dias, com a posterior ocupação de Israel de Jerusalém Oriental, da Cisjordânia, da Faixa de Gaza e da península do Sinai. A insatisfação palestina pôde ser representada pela Primeira e Segunda Intifada, ou “Guerra das Pedras”, uma manifestação espontânea e violenta da população palestina contra a ocupação israelense, pautada no princípio da autodeterminação dos povos (BBC NEWS BRASIL, 2021).

Em 1993, com o Acordo de Oslo, houve uma tentativa de se estabelecer negociações entre o governo de Israel, representado por Yitzhak Rabin, e o Presidente da Organização para Libertação da Palestina que visassem a construção de um processo de paz. O acordo estipulava a retirada do exército israelense da Faixa de Gaza, mas sua continuação foi interrompida pelo assassinato do Yitxhak Rabin, em 1995. Atualmente, a situação conflituosa na região é acentuada por questões como os assentamentos israelenses em território comandado pela Autoridade Palestina, na Cisjordânia, pela disputa por Jerusalém e, também, pelo antagonismo entre o Hamas, grupo extremista palestino que controla a Faixa de Gaza, e o governo de Israel. Desse modo, sabe-se que o conflito entre Israel e Palestina permanece sem resolução, com ambos os lados reivindicando seu direito sobre o território disputado, e marcado por uma relação pautada por tensões, desconfiança e violência, mesmo com as tentativas de negociação (BBC NEWS BRASIL, 2021).

## **4.2 EX-REPÚBLICA SOCIALISTA FEDERATIVA DA**

## IUGOSLÁVIA

A Iugoslávia foi um país da Europa oriental que existiu de 1918 a 1992 e abarcava seis países diferentes, tais como a Eslovênia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Sérvia e Macedônia do Norte. Entretanto, para se entender o conflito na região, é imprescindível compreender antes como se deu a formação deste agrupamento e os diferentes países que compunham esse Estado, partindo de uma análise desde a queda do Império Romano. Após essa queda, os eslavos se estabeleceram na Península dos Balcãs e, com o passar dos séculos, foram se agrupando em diferentes etnias e identidades nacionais, as quais se diferenciavam, principalmente, pela religião.

Sérvios, portanto, seria o termo para designar cristãos ortodoxos, enquanto os cristãos católicos eram os croatas e os bósnios designavam os muçulmanos falantes do mesmo idioma dos outros dois. Esses distintos grupos conviveram, por muitos anos, sob a influência de dois impérios, o Otomano e o Austro-Húngaro. Entretanto, com o fim da Primeira Guerra Mundial, e a derrota de ambos os impérios, as potências incentivaram a construção de um Estado que unisse os eslavos do sul, culminando, em 1918, no que seria conhecido como o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, situação a qual forçaria a convivência de etnias distintas e antigas inimigas de guerra. Ademais, na Segunda Guerra Mundial, com a invasão pelo eixo fascista, as antigas divergências entre os povos foram reativadas, intensificando ainda mais as tensões e disparidades (BBC NEWS BRASIL, 2021).

Com a derrota do fascismo, em 1945, os partisanos, guerrilha comunista de sindicalistas iugoslavos, sob o comando de Tito, alcançaram o poder, retomando o projeto de uma Iugoslávia e constituindo a República Federativa Socialista da Iugoslávia. Formada pelos seis países acima citados, Tito estabeleceu um socialismo próprio, adotando uma política de não alinhamento, o que ficou conhecido como socialismo de autogestão, o qual era mais descentralizado, permitindo maior articulação para lidar com o pluralismo étnico que formava o Estado. Nos anos seguintes, percebe-se que o país experimenta um crescimento econômico e liberalizações políticas, marcando esse contexto de estabilidade e unidade. Entretanto, tal cenário começa a ruir devido a junção

de inúmeros fatores, como a morte de Tito, em 1980, a crescente diferença, e, conseqüentemente, desconfiança, entre as Repúblicas menos desenvolvidas do sul e as mais desenvolvidas ao norte, a acumulação de uma dívida externa, devido a empréstimos e a crise econômica do governo socialista, bem como a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (BBC NEWS BRASIL, 2021).

Em 1991, tem-se o primeiro marco desse deterioramento, com as declarações de independência da Eslovênia e da Croácia, o que teve como resposta a ação violenta e sangrenta da Sérvia, culminando em uma guerra civil que terminou somente com a intervenção da ONU. Ademais, seguida pela independência da Macedônia do Norte e da Bósnia e Herzegovina, em 1992, a luta entre as três principais etnias - croatas, sérvios e bósnios - continuou, com cada um defendendo seu direito ao território disputado e buscando expulsar os outros. O conflito nos Balcãs, então, foi caracterizado por tensões étnicas e religiosas, resultando em massacres, violência e genocídios. A paz só foi alcançada em 1995, com os Acordos de Dayton, que implicou em um fim à Guerra da Bósnia, mas ainda sim é possível ver como a dissolução da Iugoslávia e os conflitos que se seguiram deixaram seu reflexo e questões não resolvidas na região, principalmente no que se refere à independência de Kosovo, que luta até hoje por sua autonomia em relação à Sérvia, mas não consegue o reconhecimento amplo da comunidade internacional (BBC NEWS BRASIL, 2021).

### **4.3 POVOS MAPUCHE - REPÚBLICA ARGENTINA E REPÚBLICA DO CHILE**

Para compreender o conflito envolvendo os mapuche, deve-se, primeiramente, compreender a história desse povo nativo caracterizado pela resistência e por sua importante influência na construção de uma identidade cultural e nacional, tanto chilena quanto argentina. Considerando a segunda metade do século XV, os mapuche se colocaram como notável oposição ao domínio do Império Inca, sendo considerado por estes seus maiores inimigos, recebendo o nome de aukas ou purun aukas, que em quechua significa rebelde e selvagem (C MARA,

2022; GREGORY, 2001).

Com a chegada dos espanhóis na região, os mapuche atuaram de semelhante modo, então, como resistência, lutando contra os colonizadores em uma série de batalhas que durariam em torno de três séculos, no que ficou conhecido como Guerra de Arauco. A coroa espanhola reconheceu a autonomia do povo mapuche, garantindo-lhes liberdade no Tratado de Quilín, assinado em 1641. Entretanto, com o fim do poder espanhol na América Latina e a independência da Argentina e do Chile, – Estados que surgiram das antigas colônias espanholas – estes invadiram os territórios dos mapuche, culminando em mais anos de conflitos. Em nome da identidade nacional e buscando construir uma unidade territorial, os governos republicanos conseguiram dominar grande parte do território mapuche e confinar o povo nas chamadas “reduções”, aldeias indígenas gerenciadas por jesuítas (C MARA, 2022; GREGORY, 2001).

Por conta desse processo de despojo territorial, mais da metade da população indígena mapuche vive atualmente em zonas urbanas, mas nunca esquecendo dos vínculos com suas comunidades de origem, lutando por garantias e direitos que respeitem sua cultura, identidade e território. Com tais direitos sendo violados ao longo dos séculos XIX e XX, foi somente a partir dos governos de Jorge Alessandri, Eduardo Frei Montalva e de Salvador Allende, no Chile, que um debate sobre a reforma agrária, buscando incluir a visão dos indígenas, foi considerado. Durante o governo ditatorial de Pinochet, entretanto, essa discussão foi esquecida, uma vez que o governo passou a perseguir os líderes dos movimentos de reivindicação mapuche, até a década de 1990, quando saiu do poder (C MARA, 2022; GREGORY, 2001).

Por fim, sabe-se que desde o início da redemocratização chilena, a partir de 1993, as comunidades mapuche têm se reorganizado para lutar em defesa de uma autonomia e pelo reconhecimento de seus direitos, como supracitado, e inclusive pela recuperação de suas terras ancestrais, problemática essa que envolve não apenas a questão identitária ou administrativa, como também interesses econômicos de multinacionais que continuam a invadir territórios importantes para os mapuche. É a partir desse período, também, que os mapuche viram na

conjuntura política um espaço possível para inclusão de outras pautas, até então postergadas, como o reconhecimento da diversidade étnica e cultural chilena, a participação na condução e elaboração de políticas indígenas, a concessão de terras públicas, a proteção e o apoio estatal ao desenvolvimento econômico e cultural das comunidades (C MARA, 2022; GREGORY, 2001).

Estudar os mapuche inclui, portanto, importantes questões e ensinamentos, sendo figuras emblemáticas quando se pensa no direito à autodeterminação (C MARA, 2022; GREGORY, 2001).

## 5. AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Neste tópico serão enumeradas, de maneira sucinta, as ações internacionais desencadeadas que serviram de base para a busca da garantia do direito à autodeterminação, destacando-se as ações inscritas nas principais cartas e convenções de direitos no âmbito internacional, além de programações no âmbito da atuação das Nações Unidas.

Considerando a ampla importância histórica que foi tomando, para o povo, o direito à autodeterminação, tal garantia encontra-se estabelecida já no artigo 1º da Carta das Nações Unidas, tratado que deu criação e forma à maior organização de promoção da cooperação e paz internacionais e dos direitos humanos. Segundo o ponto 2 do artigo em questão, são propósitos da Nações Unidas “desenvolver relações amistosas entre as nações, **baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal**” (UN, 1945, grifo nosso).

Seguindo nesse sentido, servindo-se de fundamento no previsto na Carta das Nações Unidas, outros documentos internacionais, da mais alta importância no campo dos direitos humanos, seguiram prevendo o direito à autodeterminação. Já de início, estabelece, no ponto 1 de seu 1º artigo, o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (PIDCP), de 1966, que o direito à autodeterminação deve ser observado a todos os povos, de forma que, com tal direito, os povos “determi-

nam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural” (PIDCP, 1966). Ademais, o citado pacto prevê que o direito à autodeterminação deve ser observado mesmo nos Territórios Não Autônomos e territórios sob alguma tutela, como se extrai do ponto 3 do mesmo artigo (UN, 1966).

Assim como o PIDCP, os outros dois documentos restantes, os quais formam a Carta Internacional de Direitos Humanos – o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC), de 1966, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948 – prevêem a autodeterminação como direito dos povos. O PIDESC, em seu artigo 1º, e a DUDH, em seu artigo 15, este o qual prevê especificamente o direito de todo o ser humano de possuir uma nacionalidade (PIDESC, 1966; DUDH, 1948).

Especificamente em relação à autodeterminação, foi adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, em 1960, cujo principal objetivo é garantir a autodeterminação e determinar a extinção imediata do colonialismo. Segundo os termos previstos no artigo 1º da declaração supramencionada, “a sujeição dos povos a uma subjugação, dominação e exploração constitui uma negação dos direitos humanos fundamentais, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da paz e da cooperação mundial” (UN, 1960). Baseado nos princípios e direitos a respeito da descolonização e autodeterminação dos povos, firmado na declaração em estudo, foi criado, em 1961, pela Resolução 1.654 (XVI), da Assembleia-Geral das Nações Unidas, o Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Situação Relativa à Implementação da Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais, também conhecido como Comitê Especial de Descolonização (C-24). Esse Comitê possui como objetivo o exame da aplicação da Declaração sobre a Concessão de Independência a Países e Povos Coloniais, assim como a realização de sugestões e recomendações sobre o progresso e extensão da implementação da Declaração em comento (UN, 2006).

Como principal tarefa realizada pelo C-24, além dos trabalhos relativos às missões e estudos nos Territórios Não Autônomos, está a

revisão e publicação anual da lista de existência destes territórios ao redor do globo. Nos termos do artigo 73 da Carta das Nações Unidas, os Territórios Não Autônomos são os “territórios cujo povo ainda não atingiu uma medida plena de autogoverno”, restando esses territórios sob o comando de outros Estados soberanos, chamados de Potências Administrativas (UN, 1945). Em 1946, eram listados pela Resolução 66 das Nações Unidas 72 Territórios Não Autônomos restando, atualmente, 17<sup>7</sup> apenas desses territórios, sobretudo em razão da atuação do C-24 (UN, 2006).

Como fruto das atividades, a fim de exterminar a colonização, foi proclamada, inicialmente na década de 1990-2000, a Década Internacional pela Erradicação do Colonialismo, baseada nas discussões em torno da ações e da aplicação da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, sendo seguida pela segunda (2001-2010) e terceira (2011-2020) Décadas Internacionais. Durante todo o período, desde a criação das Nações Unidas, 80 ex-colônias se tornaram independentes, sendo incluídos na contagem os 11 ex-Territórios Fiduciários, os quais alcançaram a autodeterminação via independência ou fusão (UN, 2006).

Em anterior momento à atuação do Comitê Especial de Descolonização das Nações Unidas, foi estabelecido ainda, pela Carta das Nações Unidas, em seu capítulo XIII, o Conselho de Administração Fiduciária das Nações Unidas, também conhecido como Comitê ou Conselho de Tutela. As atividades do Conselho eram dirigidas a supervisionar a administração de Territórios Fiduciários postos pelas Nações Unidas no Sistema Internacional de Tutela, previsto no capítulo XII da Carta de fundação da ONU (UN, 1945). A Tutela Internacional tinha por objetivo garantir que os Territórios Fiduciários, portanto, que não se governavam, alcançassem o autogoverno e, em alguns casos, a própria independência, ocasionando, em boa parte das situações, a garantia de autodeterminação de vários povos. Visto seu vasto trabalho, o

---

7 Saara Ocidental (África); Anguilla, Bermudas, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman, Ilhas Malvinas, Montserrat, Santa Helena, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens Americanas (Atlântico e Caribe); Gibraltar (Europa); Samoa Americana, Polinésia Francesa, Guam, Nova Caledônia, Pitcairn e Toquelau (Pacífico).

Conselho de Tutela suspendeu suas atividades a partir de 1994, devido à independência alcançada pelo Estado do Palau, último território que ainda estava sob tutela, podendo o conselho tornar a realizar suas atividades se mostrar necessário (UN, [s.d.]).

Ainda, do ponto de vista regional, há de se destacar o disposto na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta de Banjul), aprovada pela Conferência Ministerial da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1981, que em seu artigo 20 prevê:

1. Todo povo tem direito à existência. **Todo povo tem um direito imprescritível e inalienável à autodeterminação.** Ele determina livremente o seu estatuto político e assegura o seu desenvolvimento econômico e social segundo a via que livremente escolheu.
2. Os povos colonizados ou oprimidos têm o direito de se libertar do seu estado de dominação recorrendo a todos os meios reconhecidos pela comunidade internacional.
3. Todos os povos têm direito à assistência dos Estados Partes na presente Carta, na sua luta de libertação contra a dominação estrangeira, quer seja esta de ordem política, econômica ou cultural (OUA, 1981, grifo nosso).

Nesse sentido, além de garantir o direito à autodeterminação dos povos africanos, a principal carta de direitos humanos do continente estabelece formas de se observar a eliminação da dominação estrangeira.

Por fim, especificamente ao grupo dos povos originários, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) prevê o direito à autodeterminação a todos os povos indígenas, sendo que seu artigo 5º explana especificamente, no exercício da autodeterminação, “o direito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas a seus assuntos internos e locais” por parte dos indígenas (UN, 2007). Anteriormente a esta declaração e com maior relevância no que diz respeito à autodeterminação dos povos indígenas, a Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais, de 1989, criada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) – também conhecida como ILO 169 ou C 169 – estabeleceu os amplos direitos a serem observados pelos Estados partes aos povos indígenas e “tribais”. Esse foi o momento quando, segundo Thayana Ribeiro e Federico Losurdo, esses grupos passam “a ter previsto em um tratado internacional de direitos humanos o direito de decidirem sobre como desejam viver”, desfazem-

do, assim, a até então lógica integracionista e reconhecendo o direito dos povos indígenas de se autodeterminarem (RIBEIRO; LOSURDO, 2017, p. 8586).

## 6. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

Este tópico demonstrará como se posicionam e como agem, na prática, diferentes Estados em relação ao direito de autodeterminação dos povos, seja no trato interno seja no trato externo.

### 6.1 COMUNIDADE DA AUSTRÁLIA

A Austrália é um país que participa de sete tratados relacionados aos direitos humanos. Nesse sentido, no que tange à autodeterminação dos povos, as diretrizes que guiam suas políticas nessa questão podem ser encontradas no artigo primeiro do PIDCP e do PIDESC, os quais garantem aos povos o direito de livremente determinarem sua ordem política e buscarem desenvolvimento, estabelecendo, ainda, que os assinantes devem atuar de forma a promover tais direitos. De semelhante modo, a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, enquanto outro exemplo do direito à autodeterminação, é responsável por informar o modo pelo qual o governo deve proteger e se envolver com esses povos nativos, baseando-se no princípio de autodeterminação, respeito e proteção das diversas culturas nativas, igualdade, não discriminação e participação política, respeitando os direitos e o papel dos povos “aborígenes” dentro da sociedade, sendo fundamental para o governo australiano pensar em suas políticas, leis e programas envolvendo esses povos (AUSTRALIAN GOVERNMENT 2005; AUSTRALIAN HUMAN RIGHTS COMMISSION, 2021).

Ademais, vale ressaltar a atuação da Agência Nacional de Indígenas Australianos (NIAA). Criada em 2019, é um importante mecanismo como exemplo de busca de garantia do direito de autodeterminação dos povos, pois é encarregado pela implementação, coordenação e desenvolvimento de políticas, de programas e prestação de serviços para os aborígenes australianos, como segurança das comunidades, ed-

uação, possibilidade de desenvolvimento econômico e proteção do território, sendo exemplo prático das orientações australianas relacionadas ao direito de autodeterminação (NATIONAL INDIGENOUS AUSTRALIANS AGENCY, 2023).

## 6.2 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

No período do pós-Primeira Guerra Mundial, o presidente norte-americano à época, Woodrow Wilson, foi responsável por fomentar a discussão acerca do princípio de autodeterminação, o qual fora acolhido por inúmeras colônias, sendo fator fundamental para incitar o processo de descolonização no decorrer dos anos seguintes (COSTA, 2020).

Em 1975, o Congresso dos Estados Unidos, em demonstração de apoio ao direito à autodeterminação, promulgou a Lei Indiana de Autodeterminação e Assistência Educacional, a qual permitiu que as comunidades indígenas tivessem maior autonomia e tivessem a oportunidade de assumir a responsabilidade por programas e serviços administrados a eles em nome da Secretaria do Interior, por meio de acordos contratuais, garantindo que as comunidades indígenas tivessem um envolvimento primordial na direção dos serviços prestados pelo Governo Federal, na tentativa de direcionar a prestação de tais serviços às necessidades e desejos das comunidades locais (U.S. DEPARTMENT OF THE INTERIOR INDIAN AFFAIRS, [s.d.]).

Vale destacar, ainda, que, com a eleição do presidente James E. Carter, em 1976, a necessidade de respeitar os direitos humanos tornou-se foco de atenção e debate público no país. Desse modo, a política norte-americana voltou-se para a defesa dos direitos humanos envolvidos no apoio a um princípio de longa data das relações internacionais, o qual foi reafirmado na ata final da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), chamado de Acordo de Helsinque, o qual reconheceu os direitos coletivos dos povos à autodeterminação e à igualdade de status na comunidade internacional; em 1977, o país ratificou o PIDESC e, em 1992, o PIDCP, ambos nos quais se prevê o direito à autodeterminação (AMERICAN FOREIGN RELATIONS, 2023; UN HUMAN RIGHTS TREATY BODIES DATABASE,

2023).

Por fim, menciona-se, ainda, a participação dos Estados Unidos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que, criada pela Carta da Organização dos Estados Americanos, apresentou, em 2021, o relatório acerca do Direito à Autodeterminação dos Povos Indígenas e Tribais, documento responsável por elucidar os padrões internacionais relacionados a este direito e sua aplicação aos povos, guiando, assim, as políticas e programas do país no que se refere ao tema (INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS, 2021).

### 6.3 ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

Mediante decreto publicado no Diário Oficial da Federação de 11 de maio de 1988, foi reformado o inciso IX do artigo 89 da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos. De acordo com o referido decreto, o titular do Poder Executivo deverá observar e defender, dentre outros princípios normativos, a autodeterminação das nações, reconhecendo ainda a necessidade de se empregar as soluções pacíficas de controvérsias e a de se promover a paz e segurança internacionais, preocupações essas que são responsáveis por influenciar e regular sua política externa, atuando como país importante na defesa do direito à autodeterminação. De semelhante modo, o México afirmou e ratificou convenções internacionais, como o PIDESC e o PIDCP, ambos legalmente vinculados ao Estado desde 1981 e fundamentais em sua política voltada ao tema. (MEXICAN LAW REVIEW, 2005).

Nessa perspectiva, verifica-se, como exemplo do compromisso com o direito à autodeterminação, a ação mexicana durante a Cúpula de Líderes da América do Norte. Em janeiro de 2023, no encerramento da reunião bilateral realizada durante a Cúpula, o presidente Andrés Manuel López Obrador, do México, e o primeiro-ministro Justin Trudeau, do Canadá, foram testemunhas de honra da assinatura do Memorando de Entendimento entre o Instituto Nacional dos Povos Indígenas (INPI) e o de Relações Coroa-Indígenas e Assuntos do Norte do Canadá (Cirnac).

Sabendo que a renovação do Memorando implica no reconhe-

cimento da importância da inclusão e da participação das comunidades indígenas como fatores essenciais para o desenvolvimento sustentável de longo prazo e para a promoção da autossuficiência, prosperidade e bem-estar na região, percebe-se, por fim, como o Governo do México está avançando em um novo relacionamento com os povos e comunidades indígenas e afro-Mexicanos, colocando-os no centro de suas políticas públicas, baseando essa relação no respeito e exercício efetivo dos direitos fundamentais desses povos, como a autonomia, autodeterminação, formas de organização, proteção de suas terras, territórios, recursos naturais e cultura ancestral (GOBIERNO DE MÉXICO, 2023).

### 6.4 FEDERAÇÃO RUSSA

Ciente da importância do direito à autodeterminação e de outros direitos humanos, a Rússia ratificou, em 1973, tanto o PIDESC quanto o PIDCP (UN TREATY BODY DATABASE, 2023).

Nesse viés, a partir da interpretação de sua Constituição, de 1993, consta-se a tentativa de se assegurar tais direitos, em seu artigo 17.1, no qual:

O reconhecimento e as garantias da Federação Russa serão fornecidos para os direitos e liberdades do homem e do cidadão de acordo com os princípios e normas universalmente reconhecidos do direito internacional e de acordo com a presente Constituição (CONSTITUTION OF THE RUSSIAN FEDERATION, 1993, tradução livre).

Em 2022, a noção de autodeterminação começa a ser fundamental para compreender a política externa e o conflito russo com a Ucrânia. Alegando tentar defender a população ucraniana de origem étnica russa que vive nas regiões de Donetsk e Luhansk, área localizada no leste do território ucraniano, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, critica o governo de Kiev e o acusa de genocídio e preconceito para com esses povos, tendo assim, no que ele chamou de “operação militar especial”, o modo pelo qual seria possível defender os interesses e direitos dos separatistas em Donbass (BBC NEWS, 2023).

### 6.5 JAPÃO

O governo japonês, tendo ratificado o PIDESC e o PIDCP nos anos de 1979, reforça seu comprometimento com o direito à autodeterminação dos povos (UN TREATY BODY DATABASE, 2023).

No que se refere a seu relacionamento com grupos nativos, vale destacar as iniciativas japonesas em prol do reconhecimento do direito à autodeterminação desses povos, principalmente do grupo ainu, população indígena concentrada majoritariamente no norte da Ilha de Hokkaido, a qual sofreu anos de assimilação dentro da sociedade japonesa, colocando, como consequência, sua língua à beira da extinção, sofrendo taxas altas de preconceito, aculturação, pobreza, desemprego e falta de acesso a recursos básicos de ensino. Com a validação do Ato de Promoção da Cultura Ainu e Divulgação e Iluminação do Conhecimento Sobre a Tradição Ainu, em 2019, o país responsabiliza-se pela promoção e proteção da cultura de, aproximadamente, vinte e quatro mil comunidades (NATIONALIA, 2019; LIBRARY OF CONGRESS, 2019).

## 6.6 REINO DA ESPANHA

O direito à autodeterminação na Espanha encontra-se garantido por interpretação de seu próprio texto constitucional, o qual estabelece, em seu artigo 10.2, que

as normas relativas aos direitos e liberdades fundamentais que a Constituição reconhece serão interpretadas de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os tratados e acordos internacionais sobre as mesmas matérias ratificados pela Espanha (ESPANHA, 1978, tradução livre).

Dessa forma, considerando que um ano antes de promulgar sua Constituição, em 1977, a Espanha ratificou o PIDCP e o PIDESC, os quais preveem expressamente o direito à autodeterminação, afirma-se a garantia de tal direito pelo Estado espanhol.

Embora a observância do direito à autodeterminação pelo Estado espanhol, assim como a maioria dos demais, a Espanha veda a possibilidade de secessão interna<sup>8</sup>, garantindo-se a unidade e a indissol-

---

8 Art. 2º. A Constituição baseia-se na unidade indissolúvel da Nação espanhola, pátria comum e indivisível de todos os espanhóis, e reconhece e garante o

ubidade nacional. Nesse sentido, a problemática maior gira em torno da tentativa de independência da Catalunha, a qual invocou o direito à autodeterminação para fundamentar a realização de referendo separatista em outubro de 2017, o qual teve a validade suspensa pelo Tribunal Constitucional espanhol.

Nesse sentido, os vários especialistas aduzem que a independência da Catalunha<sup>9</sup> não encontra-se tutelada pelo Direito Internacional, considerando se tratar de secessão unilateral sem amparo jurídico nas hipóteses pré-estabelecidas para a garantia da autodeterminação, como o domínio colonial a minorias submetidas à opressão interna pelo Estado soberano (EL PAÍS, 2017).

Assim, considerando a possível influência que possa ter na questão catalã, a Espanha optou por não reconhecer o direito à autodeterminação e a independência do Kosovo, posição que é contrária a de mais de 100 Estados-Membros das Nações Unidas (DW, 2017).

Cabe-se ressaltar, ainda, a retirada da presença espanhola do Território Não Autônomo do Saara Ocidental, em 1975 e 1976, após parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça, no sentido de se observar as relações históricas entre o povo do Saara Ocidental e o povo marroquino (OPEB, 2022).

### **6.7 REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE**

Líder da lista de Estados soberanos com autoridade sobre Territórios Não Autônomos na lista formulada pelas Nações Unidas - 10 num total de 17 -, o Reino Unido já concedeu ou assistiu à 60 independências de territórios que estavam sob o seu domínio, desde os tempos do Império Britânico, sendo o último território que deixou de ser colônia britânica Brunei, no sudeste asiático (OBSERVADOR, 2014). direito à autonomia das nacionalidades e regiões que o compõem e à solidariedade entre todos eles (ESPAÑA, 1978).

9 O citado movimento separatista catalão tem origem, sobretudo, em razões histórico-culturais e econômicas, tendo destaque o avanço do movimento cultural intitulado “catalanismo”, o qual busca garantir visibilidade à cultura própria da região, incluindo seu idioma, o catalão; além do mais, firma-se a região catalã, no âmbito econômico, como polo industrial espanhol, responsável por cerca de 20% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) do Reino (VEJA, 2017).

Ressalta-se que o Estado britânico é signatário, ao lado dos Estados Unidos, da Carta do Atlântico, de 1941, a qual estabelece, de forma expressa, a garantia do direito à autodeterminação dos povos. Em seus segundo e terceiro artigos, a Carta prevê que os firmatários:

2º. Não desejam que se realizem modificações territoriais que não estejam de acordo com os desejos livremente expostos pelos povos atingidos.

3º. Respeitam o direito que assiste a todos os povos de escolherem a forma de governo sob a qual querem viver; e desejam que se restitua os direitos soberanos e a independência aos povos que deles foram despojados pela força (USA; UK, 1941).

Em outro sentido, baseado na sentença da Corte Internacional de Justiça, a Assembleia-Geral das Nações Unidas exigiu a retirada britânica do Arquipélago de Chagos, no Oceano Índico, com o reconhecimento da soberania das ilhas Maurícia sobre o território, o qual foi separado da Maurícia pelo governo britânico em 1965. Segundo o órgão das Nações Unidas, a descolonização do arquipélago “não foi conduzida de maneira consistente com o direito dos povos à autodeterminação” (UN, 2019).

Além do mais, em 2022, entorno do debate acerca da realização de referendo de independência por parte da Escócia em relação ao Reino Unido, embora destacado o compromisso britânico com as principais Cartas internacionais que estabelecem o direito à autodeterminação, foi reconhecido, pela Suprema Corte britânica, que não se tratava, no caso, de hipótese de direito à autodeterminação escocesa. O tribunal afirmou, em sua fundamentação, que “o direito internacional favorece a integridade territorial dos Estados. Fora do quadro de autodeterminação, normalmente circunscrito a situações de tipo colonial ou de ocupação estrangeira, não confere qualquer direito de secessão” (ASIL, 2022, tradução livre).

## 6.8 REINO DA SUÉCIA

A Suécia tem se envolvido com as questões de autodeterminação e descolonização desde o fim da Segunda Guerra Mundial, quando passou a defender a independência de nações da África e da Ásia. Nesse sentido, em 2014 o país reconheceu oficialmente o Estado Pales-

tino, em uma medida que objetivava reafirmar o apoio da Suécia à autodeterminação dos povos, valendo-se do Direito Internacional como justificativa para confirmar o reconhecimento do direito dos palestinos em possuírem um Estado (THE GUARDIAN, 2014).

Internamente, o país tem tido de lidar com a questão do povo Sami, um povo originário da região em que se encontra a Suécia, Noruega, Finlândia e parte da Rússia, cuja autodeterminação é um desafio mesmo para os suecos, cujo reconhecimento como povo originário ocorreu apenas em 2011 e desde então os avanços na ampliação dos direitos, sobretudo em relação à propriedade e uso de terras, tem avançado lentamente (LOPEZ, 2023; SWEDEN, c2023). Em 2011, ano em que ocorreu o reconhecimento do povo Sami, o movimento se deu a partir de uma alteração na Constituição do país, que passou a afirmar a obrigação da Suécia em prover oportunidades de desenvolvimento cultural e social ao povo em questão, demanda que foi capaz de, em um momento histórico, unir todos os partidos do país para votar a alteração e incentivar a autonomia dos Samis (SWEDEN, c2023).

### 6.9 REPÚBLICA ARGENTINA

Na Argentina houve uma série de avanços na busca por se observar o direito à autodeterminação, sobretudo dos povos indígenas, em seu âmbito interno, embora não tenha havido ainda mapeamento dos povos originários argentinos, conforme fixado em lei (FOLHA, 2021). A Constituição do país, reformada em 1994, em seu artigo 75, inciso 17, em relação aos povos originários:

- a) reconhece a preexistência étnica e cultural dos povos indígenas argentinos;
- b) garante o respeito pela sua identidade e o direito a uma educação bilíngue e intercultural;
- c) reconhece a situação jurídica de suas comunidades e a posse e propriedade comunitária das terras que tradicionalmente ocupam, e regulamenta a entrega de outras terras adequadas e suficientes para o desenvolvimento humano; e
- d) garante sua participação na gestão de seus recursos naturais e outros interesses que os afetam (ARGENTINA, 1853).

No mesmo sentido, promulgou o Estado argentino, em 1992, a Convenção 169 da OIT, a qual é de 1989, e que garante inúmeras

garantias inerentes à autodeterminação dos povos indígenas, seguida a promulgação de diversos atos normativos de proteção e liberdade dos povos originários (ARGENTINA). Embora os esforços referidos, a Argentina enfrenta, conforme já exposto, dilema acerca dos povos originários mapuche em seu território, sendo estes reconhecidos por parte da academia argentina não como povos originários argentinos, mas apenas chilenos, o que ocasiona críticas por parte de especialistas (CNN, 2021).

Ainda, em relação à autodeterminação, a Argentina convive em embate internacional há décadas em torno da situação, especificamente em relação às Ilhas Malvinas (Falkland Islands), tendo o Reino Unido como adversário na questão. Embora o Estado britânico tenha reafirmado sua soberania sobre o arquipélago localizado no Atlântico Sul em 1833, a Argentina reivindica internacionalmente seu direito de possuir o território, mesmo após a guerra pelas ilhas, em 1892. Um dos principais aspectos levantados pelo Reino Unido para manter seu poder sobre as ilhas é justamente o direito à autodeterminação do povo que ali vive. Em sentido contrário, segundo o Ministério das Relações Exteriores argentino,

os habitantes das Malvinas não constituem um “povo” soberano com direito à autodeterminação, mas uma população implantada pelo próprio poder colonial depois que este ocupou as ilhas à força e expulsou as autoridades argentinas em 1833 (BILLIKEN, 2023, tradução livre).

Em 2013, realizou-se plebiscito nas Ilhas Malvinas, a fim de se atestar sob qual soberania o território deveria estar, tendo restado o total de 99, 8% dos votos dos moradores para a permanência sob a jurisdição britânica (EXAME, 2013).

## 6.10 REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL

Sede de um dos regimes segregacionistas mais potentes da história, o apartheid, a África do Sul, com amplo apoio internacional, buscou incessantemente a afirmação do direito à autodeterminação, não só em seu território, mas em todo o solo do continente africano, por meio da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (Carta de

Banjul), de 1981. Essa carta possui o direito à autodeterminação e o combate ao colonialismo como um de seus pilares. Em 1987, por meio da resolução 46, a Assembleia-Geral das Nações Unidas condenou o apoio internacional ao regime segregacionista então existente na África do Sul e assegurou o direito de autodeterminação do povo negro sul-africano frente às opressões do regime (art. 15) (UN, 1987).

Segundo o artigo 235 da Constituição sul-africana, o direito à autodeterminação deve ser garantido não só ao povo da África do Sul, mas também às suas comunidades de forma interna, protegendo, assim, a diversidade cultural e as minorias étnicas. Segundo o citado artigo:

O direito do povo sul-africano como um todo à autodeterminação, conforme manifestado na presente Constituição, não exclui, no quadro deste direito, o reconhecimento da noção do direito de autodeterminação de qualquer comunidade que compartilhe uma cultura comum e patrimônio linguístico, dentro de uma entidade territorial da República ou de qualquer outra forma, determinado pela legislação nacional (ÁFRICA DO SUL, 1966, tradução livre).

Assim, a Constituição sul-africana vai no sentido, além da autodeterminação geral do povo sul-africano, da observância da espécie de autodeterminação garantida a minorias dispostas internamente nos Estados, conforme previsto na Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas, de 1992, da ONU (UN, 1992; VAN DER VYVER, 2011).

### 6.11 REPÚBLICA DA COLÔMBIA

Nos termos do artigo 9º da Constituição colombiana, “as relações exteriores do Estado se baseiam na soberania nacional, no respeito à autodeterminação dos povos e no reconhecimento dos princípios de Direito Internacional aceitos pela Colômbia” (COLÔMBIA, 1991). Nesse sentido, a observância do direito à autodeterminação por parte do Estado colombiano não só encontra-se como obrigação jurídica estatal, mas também como verdadeiro guia dos posicionamentos do país em suas relações frente ao cenário internacional.

Em relação à questão indígena, houve relevante avanço na Constituição de 1991, ao passo em que se reconheceu o Estado colombiano como “pluralista” (art. 1º) e se garantiu maior autonomia e proteção aos

povos originários. Muito embora o trazido, tem-se destacado que não se trata de garantia de autodeterminação eficaz desses povos, haja vista, sobretudo, os limites constitucionais e legais à autonomia e ao autogoverno dos povos indígenas colombianos, conceitos estes integrantes da noção de autodeterminação (FIGUERA VARGAS; ARIZA LASCARRO, 2015).

## 6.12 REPÚBLICA DA COREIA

Garantir o direito de autodeterminação é importante na Coreia do Sul, tendo em vista a invasão japonesa que anexou o território da Coreia do Sul como parte do território japonês em 1910. A luta contra o colonialismo deixou profundas cicatrizes na sociedade sul coreana, sendo que o país só conseguiu ser independente novamente ao término da Segunda Guerra Mundial, com a recuperação de territórios que eram antes ocupados pelo Japão (RODRIGUES, 2020).

O país fez diversos avanços no que diz respeito à autodeterminação dos povos, considerando a participação do país no PIDESC e no PIDCP, já que esses acordos asseguram o direito dos povos de se determinarem de forma livre, podendo determinar sua ordem política. Além disso, a Coreia do Sul é membro da Comissão de Direitos Humanos desde 1993, podendo lutar não apenas pela garantia de direitos fundamentais em seu país, como também no resto do mundo (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, [s.d.]).

Tendo em vista a divisão da Península Coreana e o regime totalitário de Kim Jong-Un na Coreia do Norte, a Coreia do Sul busca também garantir os direitos de autodeterminação dos povos juntamente com os direitos humanos na Coreia do Norte (BBC, 2022).

## 6.13 REPÚBLICA DA ÍNDIA

A Constituição indiana garante o direito de autodeterminação dos povos, prevendo a liberdade religiosa, de expressão, justiça e fraternidade entre os povos. Considerando o passado colonial indiano, no qual o país foi dominado pelo imperialismo britânico, tendo sido explorado até a independência, em 1947, promovida pelo pacifista Mahatma Gandhi, o direito de autodeterminação dos povos é fundamental na

Índia. Além disso, esse princípio foi fundamental quando uma porção do país se tornou independente, culminando na República Islâmica do Paquistão (BARBEDO, 2017).

Tendo isso em vista, a questão do território da Caxemira é controversa, já que esse território tem a população de maioria islâmica, mas é governada por um marajá hindu. Tal fato provocou intensas disputas entre Índia e Paquistão, as quais resultaram em três guerras. Nesse contexto, o princípio de autodeterminação dos povos não está sendo garantido na região da Caxemira (BBC, 2019).

Outrossim, é necessário salientar problemas na garantia desses direitos dentro das fronteiras da Índia, já que por se tratar de um país de maioria de religião hindu, frequentemente minorias muçulmanas e cristãs acusam autoridades de não proteger seus direitos (GEROLOMETTO, 2014).

## 6.14 REPÚBLICA DA TURQUIA

O direito de autodeterminação dos povos é algo controverso na Turquia. Embora o país seja multiétnico e multirreligioso e tenha ratificado o PIDESC e o PIDCP, acordos que asseguram os direitos dos povos de se auto determinarem livremente, a Turquia tem profundos problemas no que se refere à autodeterminação dos povos. Os curdos, minoria étnica presente no país, tem seus direitos constantemente ameaçados, de forma que, nas décadas de 1920 e 1930, o Estado turco chegou a proibir o uso de nomes, vestimentas e da língua curda. Nesse contexto, surgiu o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), cuja vontade era de fundar o próprio país, o Curdistão. Assim, o PKK iniciou uma luta armada com o Estado Turco, o qual os considera um grupo terrorista (BBC, 2019).

Nos anos de 1990, o PKK recuou no ideal de independência, buscando apenas maior autonomia cultural e política, direitos básicos inerentes à autodeterminação dos povos, mas a luta continuou até um cessar-fogo, em 2013. Porém o cessar-fogo teve fim em 2015, quando um atentado do Estado Islâmico matou 33 jovens de maioria curda e o PKK acusou o governo turco de cumplicidade no atentado, matando policiais e militares turcos. Como resultado, o governo da Turquia

declarou guerra ao PKK e ao Estado Islâmico. Nessa conjuntura, a luta dos curdos contra o Estado turco permanece até hoje, com milhares de pessoas mortas, incluindo civis (BBC, 2019).

Em 21 de março de 2022, milhares de pessoas foram às ruas em favor da libertação do povo curdo e dos membros do PKK. Contudo, a luta continua, inclusive com o uso de armas químicas contra os curdos, o que configura como um crime de guerra (OUTRAS MÍDIAS, 2022). Portanto, apesar de oficialmente o país frisar pela autodeterminação dos povos, o contexto geral é de perseguição a essas minorias étnicas que deveriam ser protegidas pelo Estado.

## 6.15 REPÚBLICA DO CHILE

O Chile vive uma profunda reforma política, iniciada em 2019, na qual uma nova Constituição vem sendo elaborada. Uma das principais pautas que serão tratadas na nova Constituição é o direito de autodeterminação dos povos, em face dos diversos povos indígenas que habitam o país, dando destaque ao povo mapuche, anteriormente tratado no Guia.

A atual Constituição do Chile data de 1980, do regime militar de Augusto Pinochet. Nessa Constituição, o direito à autodeterminação dos povos vem sendo negligenciado, considerando que nem mesmo a existência dos povos originários é reconhecida. Tal fato é de extrema relevância em um país plurinacional como o Chile (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2021).

Povos indígenas, tais como os mapuche, tem seus territórios invadidos para extrativismo e agricultura, de modo que até mesmo algumas de suas terras são incendiadas. Além disso, esses povos são sub-representados em setores governamentais. Nesse contexto, a nova Constituição visa o reconhecimento oficial de povos originários, a fim de garantir-lhes autonomia, de forma que eles tenham jurisdição sobre os próprios territórios e sobre os recursos naturais que ali se encontram (UOL, 2022).

Em 2022, a nova Constituição chilena foi redigida, atendendo a diversas demandas referentes à autodeterminação dos povos, entre elas o reconhecimento de onze povos originários. Entretanto, no refer-

endo que definiria se a constituição entraria em vigor, ela foi rejeitada por 62% dos votos (G1, 2022). Assim, caberá à Assembléia Constituinte redigir outra constituição, a qual será sujeita à aprovação popular por meio de referendo. Enquanto o novo texto constitucional não for aprovado, a Constituição chilena de 1980 continuará em vigor, permitindo o subtratamento dos povos originários.

### **6.16 REPÚBLICA DO PERU**

O Peru é um país dotado de extrema diversidade cultural em face dos diversos povos indígenas que lá habitam. Enquanto a atual crise política assola o país com o impeachment de um presidente e a convocação de eleições pela vice-presidente, os indígenas buscam estabelecer seus direitos básicos de autodeterminação.

Algumas das demandas são a integridade territorial indígena, impedir assassinatos de defensores da terra e buscar ações legais contra os assassinos (AMAZON WATCH, 2022). Em 2017, os indígenas tiveram um importante avanço no que se refere à autodeterminação, no qual o povo Achuar da Pastaza, que vive na região amazônica no norte do país, teve seu direito ao território coletivo garantido, de modo que a empresa petrolífera que passou a extrair recursos na região teve que se retirar do território por ordem do governo peruano, anulando a compra de terras (AMAZON WATCH, 2017).

Entretanto, o problema é mais persistente ao sul do Peru, onde comunidades indígenas têm seus territórios invadidos por colonos que buscam terras para a produção de coca. Nesse contexto, o programa de intitulação individual existente no Peru permite que esses assentamentos irregulares ganhem títulos dentro do território indígena, ou seja, mesmo que esses colonos tenham invadido terras indígenas, a legislação do país permite que eles regularizem sua situação, permanecendo legalmente em meio às terras que deveriam pertencer aos indígenas (AMAZON WATCH, 2022).

Ademais, é importante ressaltar que ao sul do Peru e, principalmente, próximo à fronteira com o Brasil, têm-se comunidades indígenas que se encontram em isolamento voluntário, as quais têm seus territórios frequentemente invadidos por empresas extrativistas. Nesse contexto, o princípio de não contato faz parte da autodeterminação dos

povos indígenas, de modo que deve ser garantido pelo Estado peruano a fim de preservar a cultura (OEA, 2013).

## 6.17 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

A Carta das Nações Unidas entrou em vigor no ano de 1945 e, por meio dela, foi estabelecida a Organização das Nações Unidas. Além disso, essa carta foi ratificada por Estados como França, EUA, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Reino Unido, China, entre outros Estados. Essa sequência de eventos foi conjugada para cumprir com os objetivos dispostos no âmbito internacional para preservar as gerações futuras de outras grandes guerras e estabelecer a igualdade de direitos entre países grandes e pequenos (UNICEF, 2023).

No contexto da Guerra Fria, o Muro de Berlim dividiu a Alemanha entre a Alemanha Oriental e a República Federal Alemã por 28 anos e foi um marco físico e simbólico do não cumprimento do direito à autodeterminação dos povos. Essa divisão teve início no ano de 1961 e findou no ano de 1989 com a queda do muro como símbolo da resolução da Guerra Fria, tendo a reunificação formal da República Federal da Alemanha ocorrida em 1990 (UN, 2002).

Na cerimônia Troféu dos Direitos Civis, em 2002, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan se pronunciou, dizendo:

O Muro de Berlim foi uma ofensa ao espírito humano. Não só marcou a divisão da Alemanha e da Europa, mas também expressou, de uma forma singularmente horrível, a propensão dos seres humanos a erguer muros e fronteiras, e então olhar através deles, com os corações cheios de ódio, mentes cheias de medo e desconfiança, o tempo todo entorpecido com a noção de que pode haver uma maneira melhor (UN, 2002).

## 6.18 REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA

Em 1963, a Assembleia-Geral da ONU aprovou uma lista revista de 64 territórios aos quais a Declaração de 1960 sobre a Descolonização se aplicava e, entre esses territórios, a lista incluiu a admissão da República Federal da Nigéria como membra das Nações Unidas e culminou no processo de descolonização pelo Governo Britânico. Outrossim, a Resolução 1.514 (XV) da Assembleia-Geral previu a Declaração da Garantia de Independência dos Povos e Países Coloniais

e, por essa resolução, os territórios puderam alcançar o autogoverno pela independência, associação livre ou integração. Além disso, a Resolução 2.625 (XXV) garantiu que os territórios também poderiam se autogovernar através de qualquer outro estatuto político livremente determinado (UN, 2023).

Nesse contexto, o Estado Nigeriano passou pela transição de colônia – com etnias diversificadas entre três zonas étnicas, que coincidiam com três regiões existentes, o Norte dominado pelos Hausa e Fulani, o Leste dominado pelos Igbo e o Oeste dominado pelos Ioruba – a autogoverno em 1960, pela promulgação da Constituição de 1951, que garantiu a primeira eleição no território nigeriano. As questões da unidade e identidade nacional tornaram-se evidentes logo no início da década de 1960, estenderam-se por toda a história do país e deram início à Guerra Civil, que durou entre o intervalo de 1967 a 1970 (OLIVEIRA, 2012).

### **6.19 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

No contexto histórico, o Estado brasileiro foi constituído por diversos e distintos povos durante o processo de colonização, entre eles povos nativos, povos provenientes do continente europeu e da África (BUARQUE DE HOLANDA, 1936). Nesse ínterim, como início para promover a autodeterminação dos povos, o país conjugou esforços para garantir proteções legais a indígenas como, por exemplo, pela criação do órgão FUNAI (Fundação Nacional do Índio), em 1967, que tem entre os objetivos estabelecer a articulação interinstitucional voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas, por meio do monitoramento das políticas voltadas à seguridade social e educação escolar indígena, bem como promover o fomento e apoio aos processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social (GOV, 2023a).

Oficialmente, o Brasil se empenhou em assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça e em se comprometer, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias por intermédio da Carta Magna, promulgada em 1988 (GOV, 2023b).

Atualmente, a República Federativa do Brasil possui 266 povos, falantes de mais de 150 línguas diferentes e, apesar dos direitos previstos na Constituição vigente, ocorre uma invisibilização da questão indígena no país (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2021). Nesse contexto, o debate sociopolítico ocorre em torno da devastação ambiental e violência aos povos originários, como por exemplo, os indígenas Yanomami que passam por crises humanitárias devido ao garimpo ilegal (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

## 6.20 REPÚBLICA FRANCESA

O princípio de autodeterminação foi introduzido na Revolução Francesa, no fim do século XVIII, com a proclamação dos direitos humanos e soberania popular. Essa mistura de nacionalismo e democracia influenciou muito o desenvolvimento político da Europa e produziu o conceito de autodeterminação (OXFORD, 1986). Nesse sentido, inspirada na Declaração de Independência Americana, de 1776, e no espírito do Iluminismo, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, marcou o início de uma nova era política (ÉLYSÉE, 2022).

Em outro plano, entre os 17 Territórios Não Autônomos, a Polinésia Francesa e a Nova Caledônia estão sob poder de administração da República Francesa e se localizam em ilhas da Austrália (UN, 2022). A Nova Caledônia é um ponto estratégico no oceano pacífico, com cerca de 25% do estoque mundial de níquel - considerado um componente vital na fabricação de eletrônicos - e, no ano de 2020, houve referendo de independência da França (G1, 2020).

Nesse contexto, com resultado 'não' tendo vencido com 56,4% dos votos, cabe salientar que existe uma disputa política entre os povos canacos (nativos), que representam menos de 40% da população, e os povos caldoches (de origem europeia). Durante os anos 1980, houve uma sucessão de confrontos violentos na Nova Caledônia, cujo episódio mais trágico foi a tomada de reféns na ilha de Ouvea, no ano de 1988, em que vinte e cinco pessoas morreram (RFI, 2020).

## 6.21 REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

No contexto da Guerra Fria, a China foi dividida em duas: República Popular da China e a China Nacionalista ou Taiwan. Desde então, as duas Chinas vivem numa situação de hostilidade, tendo ocorrido, inclusive, conflitos armados nos primeiros anos de sua divisão. A China Nacionalista, porém, assegurou sua existência através do estreitamento das relações com os Estados Unidos. Assim, em 1954, os EUA e Taiwan assinaram um acordo de defesa mútua, após o intenso bombardeio do estreito de Formosa pela República Popular da China. Nesse ínterim, a China Popular considera Taiwan uma província rebelde e uma parte do seu território. Nos últimos anos, tem se empenhado no projeto de reunificação e, desde a década de 1990, tem realizado manobras militares no estreito de Taiwan, no intuito de reforçar a sua disposição em impedir qualquer tentativa de independência (UOL, 2013).

De outra banda, a República Popular da China se tornou membra do Comitê Especial sobre a Implementação da Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais, conhecido como Comitê Especial de Descolonização ou C-24. Este Comitê foi criado em 1961, pela Assembleia-Geral, com o seu órgão subsidiário dedicado à questão da descolonização, nos termos da resolução da Assembleia-Geral 1.654 (XVI), de 27 de novembro de 1961 (UN, 2006).

## 7. QUESTÕES A PONDERAR

1. A garantia do direito à autodeterminação dos povos é uma questão que deve ser tratada, majoritariamente, no âmbito doméstico ou internacional?
2. Como a comunidade internacional poderia garantir efetivamente o direito de autodeterminação dos povos sem ferir a soberania dos Estados Nacionais?
3. De quais formas podem os Estados assegurar o direito à autodeterminação interna de suas minorias étnico-culturais e seus povos originários?

4. No caso de países em que os conflitos relacionados à autodeterminação dos povos ocorreram a partir do processo de descolonização, a “reparação histórica” é viável ou utópica? Se viável, de que maneira aconteceria?

5. Como países multiculturais podem garantir o direito de autodeterminação dos povos sem, ao mesmo tempo, incentivar movimentos separatistas?

## 8. REFERÊNCIAS

ÁFRICA DO SUL Constituição (1966). Constituição da República da África do Sul. Promulgada em 18 de dezembro de 1966. Disponível em: <https://www.parliament.gov.za/storage/app/media/Acts/constitution/SACConstitution.pdf>. Acesso em: 26 maio 2023.

ARGENTINA silencia sobre resultado do referendo nas Malvinas. EXAME, 2013. Disponível em: <https://exame.com/mundo/argentina-silencia-sobre-resultado-do-referendo-nas-malvinas/>. Acesso em: 25 maio 2023.

ARGENTINA. Constituição (1853). Constituição da Nação Argentina. Promulgada em 01 de maio de 1853. Disponível em: <https://observatoriolegislativocele.com/pt/Constitui%C3%A7%C3%A3o-da-Na%C3%A7%C3%A3o-Argentina/>. Acesso em: 25 maio 2023.

ARY, Thalita Carneiro. As perspectivas contemporâneas acerca do princípio da autodeterminação dos povos. Revista Jurídica da FA7, v. 6, p. 11-28, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/231>. Acesso em: 29 mar. 2023.

ASSEMBLEIA Geral exige retirada do Reino Unido do Arquipélago de Chagos. UN, 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/05/1673491>. Acesso em: 25 maio 2023.

BARBEDO, Guilherme Sampaio. *RELAÇÕES ÍNDIA-PAQUISTÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA INDEPENDÊNCIA SOB O PRISMA DA SEGURANÇA REGIONAL* 2017. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/13569/1/21409786.pdf>. Acesso em: 26 maio 2023.

BIAZI, Chiara Antonia Sofia Mafrica. O princípio de autodeterminação dos povos dentro e fora do contexto da descolonização. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, n. 67, p. 181-212, 2015. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1732>. Acesso em: 25 de mar. 2023.

BISPO, Laise Alves do Carmo. *A Resistência como instrumento de efetivação do direito coletivo à autodeterminação dos povos*. 2008. Disponível em: <https://dspace.unaerp.br/bitstream/handle/tede/29/LAISE%20ALVES%20DO%20CARMO%20BISPO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 mar. de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 mar. 2023.

C MARA, Rafael Sette. *A Luta dos mapuche, o povo que que a Espanha nunca conquistou*. In: *360 meridianos*. Disponível em: <https://www.360meridianos.com/especial/mapuche-chile>. 2022. Acesso em: 23 abr. 2023.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *Acordos de Paz de Oslo: 20 anos depois* (Artigo). In: *Café História*. Disponível em <https://www.cafe-historia.com.br/acordos-de-paz-de-oslo-20-anos-depois/>. 2013. ISSN: 2674-5917. Acesso em: 23 abr. 2023.

CENTRO Regional de Informação para a Europa Ocidental. *Descolo-*

nização. UN; , [s.d]. Disponível em: <https://unric.org/pt/descolonizacao/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CHILE rejeita nova Constituição em plebiscito. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/09/04/chile-rejeita-nova-constituicao-em-plebiscito-diz-imprensa-local.ghtml>. Acesso em: 25 maio 2023.

CLAVES para entender el conflicto mapuche en Argentina y Chile. CNN, 2021. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2021/10/18/claves-entender-conflicto-mapuche-argentina-chileo-orix/>. Acesso em: 25 maio 2023.

COLÔMBIA. Constituição (1991). Constituição Política da Colômbia. Promulgada em 6 de julho de 1991. Disponível em: [https://sital.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_accion\\_files/sital\\_colombia\\_2000.pdf](https://sital.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/sital_colombia_2000.pdf). Acesso em: 26 maio 2023.

CONFLITO entre Israel e Palestinos: o que está acontecendo e mais 5 perguntas sobre a onda de violência. BBC NEWS BRASIL, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57149552>. Acesso em: 23 abr. 2023.

CONTRA os curdos, a nova guerra que ninguém vê. OUTRAS MÍDIAS, 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/contra-os-curdos-a-nova-guerra-que-ninguem-ve/>. Acesso em: 26 maio 2023.

COREIA do Sul: perfil da metade capitalista da Península Coreana. BBC, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56286969>. Acesso em: 26 mai. 2023.

COSTA, Pietro. “DIREITOS HUMANOS” E “AUTODETERMINAÇÃO” DOS POVOS NO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO. *Ius Commune*, UFSC, v.1, n1, p.1-10, jul/2020. Disponível em:

[https://iuscommune.paginas.ufsc.br/files/2020/07/Pietro-Costa\\_Direitos-Humanos-e-auto-determina%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://iuscommune.paginas.ufsc.br/files/2020/07/Pietro-Costa_Direitos-Humanos-e-auto-determina%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 25 maio 2023.

CRIPPA, Stefania Dib. Os Princípios Constitucionais das Relações Internacionais: Estado, Direitos Humanos e Ordem Internacional. Dissertação (mestrado), Faculdades Integradas do Brasil - UniBrasil, Curitiba, 2011. Disponível em: [https://www.unibrasil.com.br/wp-content/uploads/2018/02/mestrado\\_unibrasil\\_Stef%C3%A2nia-Dib.pdf](https://www.unibrasil.com.br/wp-content/uploads/2018/02/mestrado_unibrasil_Stef%C3%A2nia-Dib.pdf). Acesso em: 07 mar. 2023.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS. DUDH, 1948. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>> . Acesso em: 01 ago. 2023.

EM referendo, território ultramarino da Nova Caledônia rejeita se tornar independente da França. RFI, 2020. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/fran%C3%A7a/20201004-em-referendo-territ%C3%B3rio-ultramarino-da-nova-caled%C3%B4nia-rejeita-se-tornar-independente-da-fran%C3%A7a>. Acesso em: 26 maio 2023.

ESPAÑHA. Constituição (1978). Constituição Espanhola. Sancionado em 27 de dezembro de 1978. Disponível em: <https://www.tribunalconstitucional.es/es/tribunal/normativa/Normativa/CEportugu%C3%A9s.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.

FIGUERA VARGAS, Sorily; ARIZA LASCARRO, Andrea. Derecho a la autodeterminación de los pueblos indígenas en el ordenamiento jurídico colombiano. Revista de Estudios Sociales, n. 53, p. 65-76, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/9268#tocto1n7>. Acesso em: 26 maio 2023.

FORTUNATO, Beatriz Casagrande; MONASSA, Clarissa Cha-

gas Sanches. O PRINCÍPIO DA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS DIANTE DA GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA. Revista Jurídica Luso-Brasileira, Lisboa, Portugal, ano 4, ed. 2, p. 391-412, 2018. Disponível em: <[https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/2/2018\\_02\\_0391\\_0412.pdf](https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/2/2018_02_0391_0412.pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2023.

FUNDAÇÃO Nacional dos povos indígenas. GOV, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/Institucional>. Acesso em: 29 jun. 2023.

GENERAL, Assembly. General Assembly - Fifteenth Session:1514 (XV). Declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples. 1960. Disponível em: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRes%2F1514\(XV\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRes%2F1514(XV)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Acesso em: 24 mar. 2023.

GOV. Constituição da República Federativa do Brasil. 2023b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 29 jun. 2023.

GOVERNO peruano se compromete a expulsar colonos do narcotráfico e devolver terras a comunidades indígenas. AMAZON WATCH, 2022. Disponível em: <<https://amazonwatch.org/pt/news/2022/0510-peruvian-government-commits-to-expel-narcotrafficking-settlers-and-return-lands-to-indigenous-communitie/>>.. Acesso em: 26 maio 2023.

GREGORY, Vinícius Matté. Os mapuche e os chilenos: conflitos e construção identitária. Brasília, dezembro de 2001. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2652/1/Monografia.pdf>. Acesso em: 23 abr. de 2023.

HANNUM, Hurst. Autonomy, sovereignty, and self-determination: The accommodation of conflicting rights. University of Pennsylvania press, 1996. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=gOq52\\_guRUoC&oi=fnd&pg=PP11&dq=HANNUM,++Hurst.++Autonomy,++Sovereign-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=gOq52_guRUoC&oi=fnd&pg=PP11&dq=HANNUM,++Hurst.++Autonomy,++Sovereign-)

ty++and++Self-Determination:+The+accommo-dation+of+con-flict+in+rights&ots=Or5ttC\_woX&sig=Rxnz2z8d67yUnyEq7Hy-E4v529gc#v=onepage&q=HANNUM%2C%20%20Hurst.%20%20Autonomy%2C%20%20Sovereignty%20%20and%20%20Self-Determination%3A%20The%20accommo-dation%20of%20conflict%20in%20rights&f=false. Acesso em: 24 mar. 2023.

HAS Putin's war failed and what does Russia want from Ukraine?. BBC NEWS, [s.d]. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-56720589>. Acesso em: 26 maio 2023.

HUMAN Rights Diplomacy. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, [s.d]. Disponível em: [https://www.mofa.go.kr/eng/wpge/m\\_5648/contents.do](https://www.mofa.go.kr/eng/wpge/m_5648/contents.do). Acesso em: 26 maio 2023.

ÍNDIA x Paquistão: 3 questões para entender a divisão dos 2 países há 75 anos e as consequências até hoje. BBC, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128070/Monografia%20da%20Angela%20Gerolometto.pdf?sequence=1&is-Allowed=y>. Acesso em: 26 mai. 2023.

INDÍGENAS Yanomami mostram impactos sociais graves do garimpo legal. AGÊNCIA BRASIL, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/indigenas-yanomami-descrevem-impactos-do-garimpo-na-saude-e-na-cultura>. Acesso em: 26 de maio 2023.

\_\_INDIGENOUS Affairs. NATIONAL INDIGENOUS AUSTRALIANS AGENCY, [s.d]. Disponível em: <https://www.niaa.gov.au/indigenous-affairs#initiatives>. Acesso em: 24 maio 2023.

INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. Right to Self-Determinarion of Indigenous and Tribal Peoples. Disponível em: <https://www.oas.org/en/iachr/reports/pdfs/self-determination-en.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.

\_\_JAPAN law recognizes Ainu as Indigenous people, excludes rights to land, self-determination. NATIONALIA, 2019. Disponível em: <https://www.nationalia.info/brief/11205/japan-law-recognizes-ainu-as-indigenous-people-excludes-rights-to-land-self-determination>. Acesso em: 26 maio 2023.

JAPAN: New Ainu Law Becomes Effective. LIBRARY OF CONGRESS, [s.d]. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/global-legal-monitor/2019-08-05/japan-new-ainu-law-becomes-effective/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

LOPEZ, Sara Johansson. The Sami people's right to self-determination in Sweden: Fighting a vicious circle. Blogalstudies, 2023. Disponível em: <https://www.blogalstudies.com/post/the-sami-people-s-right-to-self-determination-in-sweden-fighting-a-vicious-circle>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MALVINAS: ¿Por qué no aplica el “principio de autodeterminación”? BILLIKEN, 2023. Disponível em: <https://billiken.lat/para-tus-tareas/porque-no-es-aplicable-el-principio-de-autodeterminacion-en-el-caso-de-las-islas-malvinas/>. Acesso em: 25 maio 2023.

MARROCOS, Sahara Ocidental e a crise diplomática entre Espanha e Argélia. OPEB, 2022. Disponível em: <https://opeb.org/2022/07/26/marroc-os-sahara-ocidental-e-a-crise-diplomatica-entre-espanha-e-argelia/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

MEXICAN LAW REVIEW. Mexican Foreign Policy: Its Fundamental Principles. [s.d]. Disponível em: <http://info8.juridicas.unam.mx/cont/mlawr/3/arc/arc5.htm#III>. Acesso em: 25 maio 2023.

MEXICO and Canada renewed partnership to strengthen the rights of indigenous peoples. GOBIERNO DE MÉXICO, [s.d]. Disponível em: <https://www.gob.mx/presidencia/prensa/mexico-and-canada-re>

new-partnership-to-strengthen-the-rights-of-indigenous-peoples.  
Acesso em: 25 maio 2023

MOTA, Camila Veras. Como e por que a iugoslávia se desintegrou. BBC NEWS BRASIL, São Paulo, 1 de agosto de 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=X57pl6vp\\_wc&t=300s](https://www.youtube.com/watch?v=X57pl6vp_wc&t=300s). Acesso em: 23 abr. 2023.

MUSAFIRI, Prosper Nobirabo. Right to self-determination in international law: towards theorisation of the concept of indigenous peoples/national minority?. International Journal on Minority and Group Rights, v. 19, n. 4, p. 481-532, 2012. Disponível em: [https://brill.com/view/journals/ijgr/19/4/article-p481\\_6.xml?alreadyAuthRedirecting](https://brill.com/view/journals/ijgr/19/4/article-p481_6.xml?alreadyAuthRedirecting). Acesso em: 24 mar. 2023.

NINGÚN texto constitucional avala la autodeterminación. EL PAÍS, 2017. Disponível em: [https://elpais.com/politica/2017/09/16/actualidad/1505570870\\_834567.html](https://elpais.com/politica/2017/09/16/actualidad/1505570870_834567.html). Acesso em: 25 maio 2023.

NON-Self-Governing Territories. The United Nations and Decolonization. UN, 2022 Disponível em: [https://www.un.org/dppa/decolonization/nsgt#\\_edn2](https://www.un.org/dppa/decolonization/nsgt#_edn2). Acesso em: 27 abr. 2023.

NON-self-governing territories: a sacred trust. International Week of Solidarity with the Peoples of Non-Self-Governing Territories 25-31 May. UN, [s.d]. Disponível em: <https://www.un.org/en/observances/non-self-governing-week#:~:text=In%20the%20UN%20Charter%2C%20a,them%20on%20a%20UN%20list>. Acesso em: 27 abr. 2023.

NORMATIVA sobre Pueblos Indígenas y sus comunidades. ARGENTINA, [s.d]. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/derechos-humanos/inai/normativa>. Acesso em: 25 maio 2023.

NOVA Caledônia decide no domingo sobre independência da

França. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/10/01/nova-caledonia-decide-no-domingo-sobre-independencia-da-franca.ghtml>. Acesso em: 26 de maio 2023.

O direito internacional contempla o separatismo? DW, 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-direito-internacional-contempla-o-separatismo/a-40820674>. Acesso em: 25 maio 2023.

O povo Mapuche como sujeito político no Novo Chile. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/610837-o-povo-mapuche-como-sujeito-politico-no-novo-chile>. Acesso em: 25 de mar. de 2023.

OEA. Povos indígenas em isolamento voluntário e contato inicial nas Américas: recomendações para o respeito integral a seus direitos humanos. 2013. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/informe-sobre-pueblos-en-aislamiento-port.pdf>. Acesso em: 26 maio 2023.

OLIVEIRA, Guilherme. Nigéria : história da política externa e das relações internacionais. 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/71691>. Acesso em: 26 maio 2023.

OLIVEIRA, Leandro; KATSURAGI, Silvia. Autodeterminação dos povos do ponto de vista histórico-jurídico. 2015. Disponível em: <https://llo.jusbrasil.com.br/artigos/169216985/autodeterminacao-dos-povos-do-ponto-de-vista-historico-juridico>. Acesso em: 25 mar. 2023.

OLIVEIRA, Victor Santos Mariottini. A Secessão Remedial: Possibilidades e Limites ao Exercício da Autodeterminação dos Povos no Direito Internacional Contemporâneo. 2020. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=4151823](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4151823). Acesso em: 24 mar. 2023.

OS países que o Reino Unido já deu ao mundo. OBSERVADOR,

2014. Disponível em: <https://observador.pt/2014/09/18/os-paises-que-o-reino-unido-ja-deu-ao-mundo/>. Acesso em: 25 maio 2023.

OUA. Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. 1981. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/banjul.htm>. Acesso em: 27 abr. 2023.

OXFORD. The Establishment of the Legal Right to Self-Determination. 1986. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/10272/chapter-abstract/157965946?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PACTO Internacional dos Direitos Civis e Políticos. 1966.

PLURINACIONALIDADE indígena em nova Constituição divide opiniões no Chile. UOL, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/09/01/plurinacionalidade-indigena-em-nova-constituicao-divide-opinioes-no-chile.htm>. Acesso em: 25 de mar. de 2023.

POR que a Catalunha quer se separar da Espanha? VEJA, 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/por-que-a-catalunha-quer-ser-independente-da-espanha>. Acesso em: 24 jun. 2023.

QUEM são os curdos e por que são atacados pela Turquia. BBC, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50012988>. Acesso em: 26 maio 2023.

QUEM são? POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2021. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Quem\\_s%C3%A3o#:~:text=Atualmente%20encontramos%20no%20territ%C3%B3rio%20brasileiro,Censo%20IBGE%202010%2C%20896.917%20pessoas](https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o#:~:text=Atualmente%20encontramos%20no%20territ%C3%B3rio%20brasileiro,Censo%20IBGE%202010%2C%20896.917%20pessoas). Acesso em: 26 maio 2023.

RATIFICATION Status for CCPR - International Covenant on Civ-

il and Political Rights. UN HUMAN RIGHTS TREATY BODIES DATABASE, [s.d]. Disponível em: [https://tbinternet.ohchr.org/\\_layouts/15/TreatyBodyExternal/Treaty.aspx?Treaty=CCPR&Lang=en](https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/TreatyBodyExternal/Treaty.aspx?Treaty=CCPR&Lang=en). Acesso em: 25 maio 2023.

REIVINDICAÇÕES dos mapuche dividem direita e esquerda em eleições no Chile e na Argentina. FOLHA, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/11/reivindicacoes-dos-mapuche-dividem-direita-e-esquerda-em-eleicoes-no-chile-e-na-argentina.shtml>. Acesso em: 25 maio 2023.

RIBEIRO, Thayana; LOSURDO, Federico. A Autodeterminação e o direito dos povos indígenas à consulta prévia no ordenamento brasileiro e no internacional: análise do caso da hidrelétrica Belo Monte. Rev. Brasileira de Direito Internacional| e-ISSN, p. 2526-0219, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/210567471.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

RIGHT of peoples to self-determination – GA resolution 46/87. UN, 1987. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-inisert-188542/>. Acesso em: 26 maio 2023.

RIGHT to Self-Determination: Public sector guidance sheet. AUSTRALIAN GOVERNMENT, [s.d]. Disponível em: [https://www.ag.gov.au/rights-and-protections/human-rights-and-anti-discrimination/human-rights-scrutiny/public-sector-guidance-sheets/right-self-determination#:~:text=All%20peoples%20have%20the%20right,economic%2C%20social%20and%20cultural%20development](https://www.ag.gov.au/rights-and-protections/human-rights-and-anti-discrimination/human-rights-scrutiny/public-sector-guidance-sheets/right-self-determination#:~:text=All%20peoples%20have%20the%20right,economic%2C%20social%20and%20cultural%20development.). Acesso em: 24 maio 2023.

RODRIGUES, Nathalya Pereira. COREIA DO SUL E JAPÃO: Um passado conflituoso refletido nas políticas de cooperação para o GSOMIA. 2020. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14994/1/Nathalya%20Rodrigues-21705783%20%282%29.pdf>. Acesso em: 26 maio 2023.

SAMI in Sweden. SWEDEN, c2023. Disponível em: <<https://sweden.se/life/people/sami-in-sweden>>. Acesso em: 15 jul 2023.

SELF-Determination - Human Rights as a criterion for self-determination. AMERICAN FOREIGN RELATIONS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.americanforeignrelations.com/O-W/Self-Determination-Human-rights-as-a-criterion-for-self-determination.html>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SELF-Determination. U.S. DEPARTMENT OF THE INTERIOR INDIAN AFFAIRS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.bia.gov/regional-offices/great-plains/self-determination>. Acesso em: 25 maio 2023.

SEMANA Internacional de Solidariedade com os Povos dos Territórios Não Autônomos 25 a 31 de maio. UN, 2023. Disponível em: <https://www.un.org/en/observances/non-self-governing-week>. Acesso em: 26 maio 2023.

SILVA, Pedro Passos Vicentini e; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. Os Movimentos Secessionistas no Plano do Direito Internacional: concorrência dos princípios da proteção da integridade territorial e da autodeterminação dos povos. 2020. Disponível em: [https://www.derechocambiosocial.com/revista060/Los\\_Movimientos\\_Secesionistas.pdf](https://www.derechocambiosocial.com/revista060/Los_Movimientos_Secesionistas.pdf). Acesso em: 24 mar. 2023.

SPECIAL Committee on Decolonization. UN, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/dppa/decolonization/en/c24/about>. Acesso em: 27 abr. 2023.

SWEDEN officially recognises state of Palestine. The Guardian, 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2014/oct/30/sweden-officially-recognises-state-palestine>>. Acesso em: 15 jul 2023.

TAIWAN - uma nação ou uma província chinesa? UOL, 2013. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/taiwan->

uma-nacao-ou-uma-provincia-chinesa.htm. Acesso em: 26 maio 2023.

THE DECLARATION OF THE RIGHTS OF MAN AND OF THE CITIZEN. ÉLYSÉE, 2022. Disponível em: <https://www.elysee.fr/en/french-presidency/the-declaration-of-the-rights-of-man-and-of-the-citizen#:~:text=History-,The%20Declaration%20of%20the%20Rights%20of%20Man%20and%20of%20the,with%20a%20declaration%20of%20principles>. Acesso em: 29 jun. 2023.

TOSATI, Marcelo Augusto. O princípio da autodeterminação dos povos em relação à integridade territorial do Estado: Secessões. Trabalho de conclusão de curso (graduação), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012. Disponível em: <http://repositorio.upf.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/186/PF2012MarceloAugustoTosati.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 mar. 2023.

TROPHY of Civil Rights. UN, 2002. Disponível em: <https://www.un.org/en/visitor-centre-new-york/berlin-wall>. Acesso em: 26 maio 2023.

TRUSTEESHIP Council. UN, [s.d.]. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/trusteeship-council>. Acesso em: 27 abr. 2023.

UK Sup Ct: Self-Determination Does Not Apply to Scotland Leaving the Union. ASIL, 2022. Disponível em: <https://www.asil.org/ILIB/uk-sup-ct-self-determination-does-not-apply-scotland-leaving-union>. Acesso em: 25 maio 2023.

UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples. AUSTRALIAN HUMAN RIGHTS COMMISSION, [s.d.]. Disponível em: <https://humanrights.gov.au/our-work/aboriginal-and-torres-strait-islander-social-justice/projects/un-declaration-rights#:~:text=Australia%27s%20support%20for%20the%20Declaration,with%20standards%20of%20the%20Declaration>. Acesso em: 25 maio 2023.

UN. Cartadas Nações Unidas. 1945. Disponível em: <https://www.oas.org/>

dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

UN. Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais. 1960. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/spovos/dec60.htm>. Acesso em: 27 abr. 2023.

UN. Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, e Linguísticas. 1992. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/discrimina/dec92.htm>. Acesso em: 26 maio 2023.

UN. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 27 abr. 2023.

UN. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. 1966. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0591.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm). Acesso em: 27 abr. 2023.

UN. Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos. 1966. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0592.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm). Acesso em: 27 abr. 2023.

UN. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. 2007. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao\\_das\\_Nacoes\\_Unidas\\_sobre\\_os\\_Direitos\\_dos\\_Povos\\_Indigenas.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf). Acesso em: 24 mar. 2023.

UNICEF. Carta das Nações Unidas. 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/carta-das-nacoes-unidas>. Acesso em: 27 jun. 2023.

USA; UK. Declaração de Princípios (Carta do Atlântico). 1941. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/carta\\_](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/carta_)

atlantico\_1941.htm. Acesso em: 25 maio 2023.

VAN DER VYVER, JD. The right to self-determination of cultural, religious and linguistic communities in South Africa. *PER, Potchefstroom*, v. 14, n. 4, p. 02-28, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1727-37812011000400002](http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1727-37812011000400002). Acesso em: 26 maio 2023.

VITÓRIA pelos Direitos e Autodeterminação às Terras Indígenas no Peru. *AMAZON WATCH*, 2017. Disponível em: [https://amazonwatch.org/wp-content/plugins/gtranslate/url\\_addon/gtranslate.php?glang=pt&gurl=news/2017/1222-victory-for-indigenous-land-rights-and-self-determination-in-peru](https://amazonwatch.org/wp-content/plugins/gtranslate/url_addon/gtranslate.php?glang=pt&gurl=news/2017/1222-victory-for-indigenous-land-rights-and-self-determination-in-peru). Acesso em: 26 maio 2023.

WILSON, Thomas Woodrow. Woodrow Wilson's "Fourteen Points". 1918. Disponível em: <https://www.loc.gov/collections/world-war-i-rotogravures/articles-and-essays/events-and-statistics/wilsons-fourteen-points/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

\*\*

A person with grey hair is shown from the back, looking up at a dark blue night sky filled with stars and glowing orange bokeh lights. The person is wearing a dark, textured garment.

# **UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL**

Guia de Estudos

# Transnational extremism: the proliferation of radical groups in Europe

*Carolina de Pinho Ferreira<sup>1</sup>*  
*Giancarlo Cristiano de Gouveia<sup>2</sup>*  
*Iago de Oliveira Cunha<sup>3</sup>*  
*João Manoel Vieira de Araújo<sup>4</sup>*  
*Layane de Moraes Rebouças<sup>5</sup>*

## ABSTRACT

This study guide aims to inform and discuss the growing movement of extremist groups in Europe. Despite always being present in European history, extreme right-wing conservative groups have been consolidating radical and violent attitudes, bringing concern to the population for the last few years. The internet and social networks have created a new space for the manifestation of hate speech, as well as facilitating the internationalization of these groups. Among the extremist groups are, for example, neo-Nazis, neo-fascists, anti-Islam, anti-migration, and ultranationalists, who promote discrimination and extremist ideas. This wave of violence makes it urgent for organizations and countries to discuss and promote peace and avoid actions of terrorism and hate crimes (EUROPEAN COMMISSION, 2021).

---

1 Carolina de Pinho Ferreira is a student of the Journalism program at Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

2 Giancarlo Cristiano de Gouveia is a student of the International Relations program at Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

3 Iago de Oliveira Cunha is a student of the History program at Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

4 João Manoel Vieira de Araújo is a student of the International Relations program at Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

5 Layane de Moraes Rebouças is a student of the International Relations program at Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

## 1. INTRODUCTION

Europe, a defining continent when it comes to the formation of the Western world as we know it today, is known to have been the cradle of many achievements and advances for the political and international world, many of these in recent years as well. Since Ancient Greece, the importance of acts such as the plurality of ideas and democracy (a term which comes, precisely, from the Greeks) have been discussed on the continent. These are fundamental points when a nation shows interest in participating in the largest and most developed stage of regional integration on the planet, the European Union, for example. Stretching from the Iberian Peninsula to the Ural Mountains and from the Mediterranean Sea to the North Pole, this continent holds different cultures, peoples, and languages. In this context, the success that European countries have had in influencing the Western and Eastern world and remaining relevant until this day on the world stage is certainly remarkable (WESEL, 2022; BBC NEWS, 2023; NATIONAL GEOGRAPHIC, [s.d]).

However, even with all the care being taken by the rulers and residents of Europe on creating and maintaining harmony amongst the European countries, radical movements have been on the rise since the end of the Second World War, with a notorious spike in recent years on the continent. Some of these groups are resorting to violent and extremist means to promote their ideologies, such as bombings, witnessed in 1980 during the Oktoberfest in Munich, shootings, as seen in 2019 on a mosque in Oslo, or massacres, as happened on the Jewish Museum of Brussels in 2014. Usually, these terrorist attacks are planned by organizations that are initially from Europe, such as the Euskadi Ta Askatasuna (ETA) in Spain, the Irish Republican Army (IRA) in Ireland and UK, or contemporaneously as the Azov battalion across Ukraine and Eastern Europe, the Aryan Roman Order in Italy, and the neo-nazi movement acting mainly in Germany. Nevertheless, some radical clusters that act in Europe are not original from the European territory, such as the Islamic State, originally from Syria that bombarded Paris in 2015, and the Wahhabi groups from Saudi Arabia that act

in the Balkans region (HOF, 2018; FRANCE-PRESSE, 2018; BBC NEWS, 2020a).

These groups, even within the political realm, often target vulnerable communities, such as immigrants and social minorities, spreading messages of hate and discrimination to whoever is pertinent to them. Furthermore, contrary to many of the fundamental points of local regional integration, it has been seen recently some rulers of European Union countries showing themselves to be inclined to increasingly accept and endorse violent and extremist means within their nations, since, with a certain degree of support within the democratic public institutions, such groups, without strict control by state forces, end up rising to power (PADINGER, 2022; GALLOIS; SOUZA MOTA, 2018; LIRA, 2018; CARVALHO, 2018; HOF, 2018).

The rise of these movements in recent years, the most prominent being in countries such as Hungary, Poland, Sweden, France, Italy, Germany, and Austria, can be attributed to a variety of factors, including economic instability, social inequality, and the sense of cultural and national identity threatened by globalization and immigration. In addition, the advancement of the internet and social media, being a “land” without many regulations, provides a platform for these groups to spread their ideology and expand their network. It could be seen during a live-streaming of the massacre against various mosques in New Zealand in 2019 (BBC NEWS, 2020b), increasingly reaching a large contingent of residents, not only in Europe but also worldwide, and have devastating consequences, such as those seen in recent terrorist attacks and hate crimes (PADINGER, 2022; GALLOIS; SOUZA MOTA, 2018; LIRA, 2018).

Given this scenario, the United Nations Security Council (UNSC), which is composed of fifteen members, including five permanent countries and ten elected members, has, as one of its missions, to control the proliferation of such groups. The role of governmental authorities in the management of this issue, whether inspired or introduced from the ideas of other nations far away or not, constitutes a major threat to people’s security, something that worries not only the Council, but also the United Nations as a whole, being necessary to

analyze and try to understand the reasons behind such problems, so one can avoid, as well as contain, the advance of such recent, and dangerous, taint.

## 2. HISTORICAL BACKGROUND

A widespread term nowadays, extremism is often associated, since the beginning of international politics, as an act that goes beyond what is considered natural to citizens and society as a whole, being widely used in different contexts by politicians, religious people, and the media. A large part of the extremist individual's intentions is seeking to impose their beliefs and ideologies through indoctrination, intolerance, and exclusion, which often links them to other concepts that have been very common in human history, such as terrorism and radicalism. That's because in defense of these beliefs, they could easily embark on acts of violence, which may overcome not only countries but also continents, perpetuating themselves transnationally, especially through radical groups (SITOE, 2022; CALLÉJA, 2021).

For that matter, the history of humanity is somewhat difficult to understand, due to numerous factors, either because of the wars caused by extremist thoughts or the historical recurrences of radical speeches once thought to be buried. In this sense, it can be said that extremism, as well as the proliferation of radical groups as we see today, stems from very favorable contexts, in most cases. It's common to associate the idea of radical groups in Europe to the period of National Socialism, which devastated both the continent and the world between the 1930s and 1940s. However, little is brought up about the moment before the emergence of these contexts (SADA, 2013; KOEHLER, 2016).

The stock market crash in the United States of America in 1929 caused immeasurable financial difficulties that ended up affecting millions of people around the world. In this context, great economic losses, mass layoffs, and general poverty led to the rise of fascist movements in Europe, especially in Italy and Germany. This all converged

in World War II, a conflict that left deep scars present and reflected in societies until today. From the rising ideas in this conflict (fascism and nazism), recent extremist groups have emerged, continued, and perpetuated themselves, as will be shown later in this section (SADA, 2013; RODRÍGUEZ-AGUILERA, 2014; KOEHLER, 2016).

Much is known about organized radical groups, which had a certain success during the Cold War period, such as the Irish Republican Army (IRA), which sought independence from the British crown, and Euskadi Ta Askatasuna (ETA), which was a separatist group active in Spain. But the current escalation of extremist movements has been architected from individuals with many followers on social media to major political parties on the continent, which attenuate ideas such as antidemocracy, ethnic supremacy, violence, and persecution of minority groups. The reasons for this, once again, can be justified by the economic crisis, recently evidenced since 2008, which, added to the political, social, and cultural causes, and especially the crisis of democracy, highlight the current historical context of the proliferation of transnational extremism (KOEHLER, 2016). Even though there are groups and parties prone to the extreme left around the world, it seems that, in Europe, there is a tendency for the extreme right to be the one that has been threatening the democratic politics of nations (RODRÍGUEZ-AGUILERA, 2014; COWELL-MEYERS, 2023; BRITANNICA, 1998; WESEL, 2022).

For an elucidation, this section will mainly focus on some of the most populous countries in Western Europe: Germany, Italy, and France, hotspots of extremist thoughts, especially those of the extreme right (HOFFMAN, 1982).

Hitler's famous National Socialism originated in Germany and is considered the main agent responsible for the proliferation of ideas brought in the current section. After the end of World War II, during the Cold War, the rise of groups called neo-Nazis was quite noticeable in the country, more precisely in the West of the country, which was still divided at the time. Some groups such as Deutsche Aktionsgruppe (German Action Group) and Hoffmann-Wehrsportgruppe (Hoffmann Military Sports Group) were responsible, between the 1960s and 1970s,

## TRANSNATIONAL EXTREMISM: THE PROLIFERATION OF RADICAL GROUPS IN EUROPE

for numerous attacks and bombings, with the intention of their ideas still showing strength on the political scene. Fortunately, such groups started to dissolve a few years later with the advancement of more democratic thinking in Germany and the reunification after the fall of the Berlin Wall, although their existence never ceased. However, there are still efforts to bring down the political party *Nationaldemokratische Partei Deutschlands* (National Democratic Party of Germany), founded in 1964, which is now often accused of antisemitism and spreading neo-Nazi ideas (HOFFMAN, 1982; BRITANNICA, 2010).

The oldest neo-fascist movements in Western Europe can be found in Italy. Such movements especially those descending from the *Movimento Sociale Italiano* (Italian Socialist Movement), or MSI, a political party, which reached 400,000 members in 1975, founded just after the Second World War by Giorgio Almirante, a disciple of Mussolini and cabinet minister in his fascist government. With principles almost identical to those of Mussolini. It was from MSI supporters, for example, that the first radical far-right groups emerged in the country, such as *Ordine Nuovo* (New Order), which would later be called *Ordine Nero* (Black Order). Due to the illegality of such groups, there was a notorious proliferation in Cold War Italy of numerous subgroups, responsible for bombings and attacks, among them: *Avanguardia Nazionale* (National Vanguard), *Squadre d'Azione Mussolini* (Mussolini Action Squads), *Movimento Armato Rivoluzionario* (MAR, or Armed Revolutionary Movement), *Movimento Popolare Rivoluzionario* (MPR, or Popular Revolutionary Movement), *Terza Posizione* (Third Position), and *Nuclei Armati Rivoluzionari* (NAR, or Armed Revolutionary Nucleus).

About the MSI, what is known is that it was dissolved in 1995, giving rise to the *Alleanza Nazionale* (National Alliance), which in turn, in 2009, would merge with the *Forza Italia* (Go Italy), giving rise to *Il Popolo della Libertà* (People of Freedom), headed by billionaire businessman Silvio Berlusconi. In 2013, however, it would be called *Forza Italia* again, being present in Italian politics to this day, and being known for being frequently involved in controversies related to the country's former fascism (HOFFMAN, 1982; BORDONI, 2014;

MARCHI, 2011; IRENEO, 2023; MAMMONE, 2019).

By contrast, in France, although there were extreme right-wing paramilitary groups active in the interwar period, such as the notable Croix du Feu (Cross of Fire) and Cagoularis (Hooded Men), the highlight is The Charles Martell Club, an anti-Arab organization that operated between the 1970s and 1980s, carrying out most of its attacks against the Algerian government and business premises of citizens of that nationality. The transnationality of such a group, however, is what is of concern. This is because in many other countries, such as the United States, the club's name has come to be used by extremists who are openly anti-immigrant and anti-Arab (HOFFMAN, 1982; MIPT TERRORISM KNOWLEDGE BASE, 2007).

### 3. STATEMENT OF THE ISSUE

The United Nations has expressed its concern on this topic in a report published in 2022, the organization communicated that “some Member States are considering this new and emerging form of terrorism to be the fastest growing or even most prominent domestic security threat they face” (UNITED NATIONS, 2022, n.p). On the document it's given an example of one of these acts that have to be fought against: the mass killing of Oslo and Utøya, which took place in Norway, on July 22nd of 2011; it is acknowledged as the most lethal incident in Norwegian territory since the Second World War, having massacred 77 people, on the occasion an assailant set up bombs and opened fire on buildings related to the Norwegian Labor Party, alleging the political party was propagating cultural marxism” and a “Muslim takeover of the country, this incident impacted Norway's security institutions deeply, referring to political parties and individuals (UNITED NATIONS, 2022; RAY, 2011).

The rise of extremist groups in Europe is a serious concern that poses a threat to the democratic and multicultural values of European societies. In this sense, these gatherings often endorse white supremacy and brutality towards minority communities, as well as the rejection of

## TRANSNATIONAL EXTREMISM: THE PROLIFERATION OF RADICAL GROUPS IN EUROPE

science, democratic values, and institutions (MUDDE, 2005; KOEHLER, 2016).

Below are some topics concerning extremism one should pay attention to.

### 3.1 FUELING OF RACISM AND XENOPHOBIA

The current rise of neo fascist groups has fueled racism in Europe. These groups generally promote white supremacy, such as seen from the Nazi movement in the Second World War, xenophobia, and anti-immigration views, which create a hostile environment for immigrants and ethnic minority communities on the continent. This, in turn, creates segregation within society and undermines modern social cohesion (MUDDE, 2005; KOEHLER, 2016).

### 3.1 TERRORISM AND HATE CRIMES

The rise of radical groups in European countries has led to an increase in hate crimes against minority communities, such as Muslims, Jews, Romani people, and LGBTQ+ individuals. Hate crimes are described as criminal acts motivated by a bias toward the victim's identity. These extremist groups often target vulnerable classes and plan to spread hate and violence, leading to prejudice and marginalization of such vulnerable people. In more extreme cases, terrorist acts against social minorities take place on the agenda of these extremist groups, such as bombings of religious locations (KOEHLER, 2016).

### 3.2 THREAT TO DEMOCRACY

These radical groups pose a threat to democracy as they pose themselves to reject modern democratic values and institutions. They constantly use violence and intimidation to achieve their goals and seek to undermine the rule of law and the democratic organization of sovereign nations. Also, their actions damage the trust in democratic institutions and help to create social unrest (KOEHLER, 2016; PECH, 2009; RAFFINI; PENALVA-VERDÚ, 2022).

## 3.2.1 ANTI-SCIENTIFIC AND ANTI-HISTORICAL SPEECH

One of the ways that extremist groups use to promote their speeches is to deny scientific information. Often they use pseudo-science premises to support their opinions, declaring that “conventional” science is biased, made to cause harm, or manipulated to endorse progressive ideals, which they repel. Also, these extremist groups deny historical events, affirming they either didn’t occur or are portrayed as worse than how they took place, eg. holocaust deniers (PECH, 2009; RAFFINI; PENALVA-VERDÚ, 2022).

## 3.3 TRANSNATIONAL CONNECTIONS AND THE RECRUITEMENT OF YOUTH

Neo-Nazi groups in Europe often have multinational connections with other far-right groups around the globe. This allows them to exchange information, ideas, technology, and resources, making them more organized and dangerous. These groups often cooperate on a global level, which creates a serious threat to democratic societies in the world (MUDDE, 2005; KOEHLER, 2016; AUGER, 2020).

Neo-Nazi gatherings often target youth to compose their extremist groups, offering them a sense of belonging and dogmas. They mainly act on social media to lure young people into the spread of their ideology, which often includes glorifying violence and hatred towards minority communities. These actions pose a serious hazard to the future of society, as young people are generally vulnerable to radicalization, which can lead to harmful behavior (AUGER, 2020; SIEGEL et al, 2019).

In conclusion, the rise of such radical groups in Europe is a serious concern to the democratic and multicultural values of European societies. To such an extent, the United Nations Security Council, along with local governments and civil society must work together to fight this threat, and to promote a society that is inclusive, pacific, and democratic (KOEHLER, 2016; AUGER, 2020; PECH, 2009).

## 4. PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

The world has long experienced the proliferation of radical transnational movements. Both the United Nations (UN) and other European organizations and councils have been demonstrating, especially in the post-Cold War period, efforts to contain such problems, as will be evidenced below.

First of all, it is relevant to note that violent extremism is a diverse phenomenon with no clear definition and that it is not exclusive to any region, nationality, or belief system. In the course of this section, it will be explained several institutions that are concerned to combat these radical ideals (UNITED NATIONS, 2022).

It is not new that the UN has aimed, as well as put on its agendas, that extremism and terrorism need to be fought, along with preventing the emergence of new groups of such a nature. For example, the United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) was created in 1997 to allow the UN to focus on and improve its ability to address issues related to drug control, international crime, and terrorism in all its forms. The Office believes that no single UN member state can fight terrorism and extremism alone. Therefore, it supports various international and regional cooperation platforms and networks that assist in cooperation on criminal matters and the effective exchange of information and expertise, building trust and contacts between practitioners from almost every nation on the globe (UNODC, 2023a; UNODC, 2023b).

Thus, and being aware of the difficulty of achieving its goals, UNODC devotes more attention to terrorism and extremism through the Terrorism Prevention Branch (TPB), which supports Member States in preventing and combating terrorism through inclusive strategies, policies, and legal means, focusing on the safety and security of people. In support of the UN's Common Agenda, which aims to strengthen and accelerate multilateral agreements – particularly the Agenda 2030 –, the TPB promotes a strengthened social contract between governments and their people, anchored in human rights and

supporting fundamental principles such as solidarity, responsibility and equality (UNODC, 2023a; UNODC, 2023b).

In addition, it can be said that UNODC is committed to supporting all Member States in the implementation of the recently mentioned Agenda 2030. On this note, it is established as an action plan for people, the planet, and prosperity, seeking to strengthen universal peace and partnership with more freedom. At its core is the focus on Sustainable Development Goals (SDGs), 17 in total. Among them, it is worth mentioning SDG number 16, named “Peace, Justice, and Strong Institutions”, which focuses on promoting peaceful and inclusive societies (Agenda 2030, 2016).

Knowing so, SDG number 16, which would encompass the issues of extremism and terrorism, has been explored by the United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute (UNICRI), an entity mandated to assist intergovernmental, governmental, and nongovernmental organizations in formulating and implementing improved policies in the field of crime prevention and criminal justice. With over 45 years of operation, UNICRI, for this section, focuses on advancing understanding of crime-related problems, identifying appropriate strategies, policies, and instruments, promoting fair and efficient criminal justice systems, supporting the respect for international instruments and standards, as well as facilitating international law enforcement and judicial cooperation (UNICRI, [s.d]; UNITED NATIONSb, [s.d]; UNITED NATIONS, 2021).

Also, to cease the international movement of terrorists, the UNSC, in 2014, agreed upon the 2178 Resolution, which enforces the members of the UN to take action on the prevention of the movement of foreign terrorists and their groups into and out of conflict zones, including those in Europe. The resolution also calls on Member States to strengthen international cooperation to stop the hazard of terrorism and take all necessary actions to combat the activities of terrorist organizations. In addition, the UN has established several counter-terrorism programs and initiatives in Europe, including the United Nations Office of Counter-Terrorism (UNOCT) and the United Nations Center for Counter-Terrorism (UNCCT), which provides technical services

## TRANSNATIONAL EXTREMISM: THE PROLIFERATION OF RADICAL GROUPS IN EUROPE

and support to several States, to prevent and combat terrorism at its core (RESOLUTION 2178, 2014; UNITED NATIONS; UNCTD).

In January 2016, the former UN Secretary-General Ban Ki-moon presented an Action Plan to Prevent Violent Extremism to the General Assembly. In this Plan, a broad approach was called for, which includes not only counter-terrorism measures that are essential for security but also systematic preventive measures to address the underlying conditions that lead individuals to radicalize and join extremist groups. The Action Plan is a call for a combined effort by the international community and contains over 70 recommendations for Member States and the UN system to prevent the further spread of extreme violence. Although, in the context of the time that this plan was made, it was aimed at the constant terrorist attacks that were taking place due to Middle Eastern and Islamic-majority groups. However, it also leans, even nowadays, in the European direction, since it prizes, as said, the prevention of extreme violence, recently seen in the “Old World.” (UNITED NATIONS; UNITED NATIONS, 2016; PLAN OF, 2015; UNRIC, 2015).

Regarding the European efforts, it is interesting to address what the European Union itself, through the European Commission, has claimed about the contemporary extremist manifestations on the continent. According to the Commission, the current main ideological currents that have plagued member and neighboring countries are the Neo-Nazi, Anti-Islam and anti-migration, Identitarian, Ultranationalists and neo-fascist, Far-right sovereign citizen, Single-issue extremist movements. Of such, many have resurfaced and gained notoriety, particularly in the post-Cold War period. Since the phase of this last event, however, constant mobilizations have been made to contain these movements, emphasizing the efforts of the Organization for Security and Co-operation in Europe (OSCE), the Council of Europe, and the German government itself, for example (EUROPEAN COMMISSION, 2021; OSCE; COUNCIL OF EUROPE, 2023; THE SOUFAN CENTER, 2023; JONES, 2013).

The Organization for Security and Co-operation in Europe (OSCE), founded in the 1970s and currently with 57 participating

States, present on three different continents (North America, Asia, and Europe), is the world's largest regional intergovernmental organization focused on security, with observer status at the United Nations. Its goal is to promote stability, peace, and democracy for more than one billion people through political dialogue on shared values as well as practical security cooperation in the Euro-Atlantic and Eurasian regions. Realizing the importance of counter-terrorism activities, which play a central role in OSCE efforts to address transnational security threats, the organization is guided by the 'OSCE Consolidated Framework for the Fight against Terrorism', which outlines the operational principles and identifies the strategic focus of current and future OSCE counter-terrorism activities (OSCE; GOVERNMENT OF CANADA, 2023).

The Council of Europe is the oldest intergovernmental organization in Europe, having been founded in 1949. Not an organization derived from the European Union, the Council, which today comprises 47 countries on the continent, was created to promote democracy and protect human rights and the rule of law in Europe. It works in close partnership with the European Union and cooperates with the United Nations and partner countries in its surroundings and around the world, and is extremely important when it comes to the security and integrity of the nations of the "Old Continent". Concerning terrorist and extremist groups, along with their movements, the Council believes that they constitute a real threat to democracy, the rule of law, and human rights and that they must be combated. To this end, and taking a comprehensive approach, the Council works to assist member States by strengthening and improving their national legislation, as well as facilitating international cooperation. This is seen through the Council of Europe Committee on Counter-Terrorism (CDCT), whose main objectives are to oversee and ensure the successful implementation of Council of Europe legal instruments, such as the Warsaw Convention on the Prevention of Terrorism, the Additional Protocol to the Convention on the Prevention of Terrorism. This Council also aims to provide means for international experts to analyze and respond to developments in the field of counter-terrorism. (COUNCIL OF EUROPE, 2023a; COUNCIL OF EUROPE, 2021; COUNCIL OF

Finally, it is interesting to bring up the example of the German government's effort, through its Permanent Mission to the United Nations. In conjunction with The Soufan Center (TSC), an independent nonprofit organization in the United States that provides research, analysis, and strategic dialogue on foreign policy challenges with a particular focus on global security, conflict prevention and resolution, and the rule of law, the TSC also organizes the Global Security Forum. Its German representatives, in 2021, initiated a project aimed at informing deliberations on counterterrorism at the United Nations, including the review of the UN Global Counterterrorism Strategy and the High-Level Conference on Counterterrorism. In this project, in addition to addressing the already well-known Islamic-majority groups that often frighten Europe, the focus was also placed on extremist movements, especially those of the far right, which in many ways still concern Germany, much as a result of the events that occurred in its past and are unfortunately still related to the country (THE SOUFAN CENTER, 2023a; THE SOUFAN CENTER, 2023b).

## **5. BLOC POSITIONS**

### **5.1 REPUBLIC OF ALBANIA**

Via a document published by the Radicalisation Awareness Network in Europe, a commission related to the European Union, concerning the member-States and other countries in the continent, the Republic of Albania is a possible hub for Right-Wing extremism due to its polarization in the political scenario. However, efforts are made by the government to direct the country to a more democratic sense (EUROPEAN COMMISSION, 2022).

Albania's current president, Bajram Begaj, and the body of the government have shown their intentions to avoid extreme right-wing ideals in the country, preaching for the unity of the people. The president said in his possession ceremony that he "[...] won't stand neutral

to anyone putting personal interests above those of our nation”, conforming to the democratic values of NATO, which the country is a part of. Also, the country has been positioning itself on the international stage as Pro-European Union, intending to promote an approximation to the Block and to be part of it in the future. In this way, Albania has been supportive of the progressive agenda of the European bloc (EUROPEAN COMMISSION, 2022; SEMINI, 2022).

## 5.2 FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

Brazil is strongly known to support the human rights agenda in the world, self-positioning itself as an agent in the promotion of progressive and democratic values in its region. Brazil’s human rights Ministry, Silvio Almeida, has stated in the 52° Session of the United Nations Human Rights Council that the country was committed to ‘bridge the gaps that divide us’, referring to the promotion of inclusive agendas, mentioning the creation of the Indigenous Peoples, Human Rights, Racial Equality, and Women, Ministries, along with the efforts of Nelson Mandela against extremism as something to be sought after (GOVERNMENT OF BRAZIL, 2023).

Correspondingly, Brazil’s current president, Lula da Silva, remarked on the positioning of the country regarding the emergence of extremist movements, during a speech at the Portuguese Parliament, expressing that:

Authoritarian nostalgics tried ‘to set back our clock by 50 years’ and reverse the freedoms we gained since the democratic transition. The attacks were constant. The Portuguese brothers watched everything, worried about the possibility that Brazil would turn its back on the world (LOPES, 2023).

Authoritarian nostalgics tried ‘to set back our clock by 50 years’ and reverse the freedoms we gained since the democratic transition. The attacks were constant. The Portuguese brothers watched everything, worried about the possibility that Brazil would turn its back on the world (LOPES, 2023).

This is a message concerning the episodes lived by the Brazilian people on January 8th, 2023, when a crowd of supporters of

extreme-right agendas invaded and destroyed government buildings in Brasília, Brazil's capital city, due to being against the results of the elections. Thus, causing the Brazilian government to be more assertive in the anti-extremism movement (CALDEIRA NETO, 2023). This example of what happened in the country can be something that could also happen in any European country (LOPES, 2023).

### 5.3 PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA

The People's Republic of China has expressed through an official document, from its mission in Geneva, its views on the actions of extremist groups and the government's concern about the promotion of terrorist acts by these groups, based on the events that took place in the region of Xinjiang. In this paper, the Chinese mission has stated that:

Terrorism is the common enemy of humanity, and the target of joint action by the international community. Terrorist forces, employing violence, sabotage, and intimidation, pose a serious threat to world peace and security by scorning human rights, slaughtering innocent people, endangering public security, and creating fear and panic in society. The infiltration and spread of extremism is a hotbed for violence and terror, constituting a direct threat to human rights. The Chinese government stands firmly against all forms of terrorism and extremism, and is relentless in striking hard, per the law, at any conduct advocating terrorism and extremism and any action that involves organizing, planning, and carrying out terrorist activities, or infringing upon citizens' human rights (PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2021, p.1).

On this matter, the Chinese government also communicates the importance of multiculturalism and mutual respect between people (PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2021).

The Chinese diplomatic body has, also, agreed upon a UN voting declaring the 'Combating glorification of Nazism, neo-Nazism and other practices that contribute to fuelling contemporary forms of racism, racial discrimination, xenophobia, and related intolerance.'. The resolution mentions the 'new trends and manifestations of extremist political parties, movements, ideologies and groups of a racist or xenophobic character, including neo-Nazis and skinhead groups', seen in Europe (OHCHR, 2023).

## 5.4 DEMOCRATIC REPUBLIC OF THE CONGO

The Democratic Republic of the Congo hasn't declared its position regarding the existence of neo-fascist groups around the world or in Europe, as it didn't sign the UN resolution regarding the combat on the glorification of Nazism, neo-Nazism, and other practices that contribute to fuelling contemporary forms of racism, racial discrimination, xenophobia, and related intolerance (OHCHR, 2023).

The country centers its attention on the African Continent, especially on domestic matters, as it has faced internal extremist terrorism for years. The DRC has directed its energies to combat ISIS and other ethnic-religious terrorist groups in its vast territory; sometimes even lacking resources to do so, and having to request international attention to their nation's situation (GABAC, 2021).

## 5.5 REPUBLIC OF ECUADOR

The Republic of Ecuador stands in a position opposing the proliferation of extremist groups referencing neo-fascism and nazi ideals as it has signed the UN resolution named "Combating glorification of Nazism, neo-Nazism, and other practices that contribute to fuelling contemporary forms of racism, racial discrimination, xenophobia, and related intolerance" (OHCHR, 2023).

Also, the Ecuadorian government stands in more intense concern to domestic matters, as it has established, in 2023, a set of actions to suppress terrorism in their country; such as legalizing the right for its citizens to bear arms, to reduce terrorist actions promoted by the narcotraffic in the country (VALENCIA, 2023).

## 5.6 FRENCH REPUBLIC

After a series of attacks and threats since 2015, the European Union has adopted various measures to stop terrorism. Although responsibility for combating crime and safeguarding security primarily lies with the member states, in recent years, extremist proliferation has shown that this is also a common responsibility that they must shoul-

der together. In this sense, France, as an EU member, shows itself as one of the most engaged nations in the fight against the problem, so much so that it is also actively involved in the normative role of the UN in the fight against terrorism (EUROPEAN COUNCIL, 2022; GOVERNMENT OF FRANCE, 2023a).

As terrorist groups pose a global threat, France is acting together with its partners to increase international cooperation when it comes to fighting terrorism in many areas, including preventing radicalization and containing terrorist propaganda, combating foreign terrorists, taking the lead in the fight against terrorist financing, and, when necessary, taking certain military actions (GOVERNMENT OF FRANCE, 2023b).

This can be seen, for example, through the National Intelligence and Counter-Terrorism Coordination (CNRLT). Enacted on June 14, 2017, by Emmanuel Macron's government, the CNRLT marked an important development in this direction. It entrusted two distinct missions to the CNRLT. First, the coordination of the general activity of intelligence services, and second, through the National Counter-Terrorism Centre (CNCT) created on this occasion, the steering of all services contributing to the fight against terrorism (GOVERNMENT OF FRANCE, 2022).

## 5.7 GABONESE REPUBLIC

As one of the Coastal West African countries, the Gabonese Republic knows exactly all the damages and injuries caused by extremist and terrorist groups throughout the world, as its region has been frequently suffering from this type of harm. To get a sense, the Government of the United States of America has recently included five countries around Gabon's region — Benin, Côte d'Ivoire, Ghana, Guinea, and Togo — in the U.S. Strategy to Prevent Conflict and Promote Stability, which was adopted in December 2021 (CRISIS24, 2020; CHEATHAM, 2023).

Although not included in this select list of the American government, Gabon, being a neighbor of such nations, is aware of and

seeks to combat the transnational extremism that still affects humanity. Notably, was held in Libreville, Gabon, in January of 2020, the Peace and Security Council (PSC) of the African Union (AU) convened the Annual High-Level Seminar on Peace and Security in Africa on the theme “Silencing the Guns in Africa: Creating Conducive Environment for Children in Conflict Situations”, at Ministerial Level, signaling the country’s will to promote peaceful living for its inhabitants (CHEATHAM, 2023; AFRICAN UNION, 2023).

## **5.8 REPUBLIC OF GHANA**

Located south of the Sahara, the Republic of Ghana, like many other countries in Africa, has been facing the threat of terrorist groups. Several members of the Islamic State in the Greater Sahara (EIGS) established themselves in the Cascades region of Burkina Faso in 2021, making northern Ghana an ideal refuge zone for armed groups operating in cross-border spaces. While no major extremist groups are operating within Ghanaian borders, the population, particularly in the northern region of the country, has been harassed by armed groups engaging in kidnappings and smuggling in the area. In response to this, the government has implemented a security restructuring in the region to combat these challenges (JEANNIN, 2022; KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG, 2022; ADF, 2022).

## **5.9 ITALIAN REPUBLIC**

The Italian body of government has expressed on different occasions, and throughout the years, its positioning against the matter of extremist groups and their influence on society, mainly concerning terrorist acts promoted by them; which can be noticed in the agreement of the European Union Counter-Terrorism Strategy of 2005 in which the Country agreed upon 4 pillars to suppress the proliferation of extremist groups inside and outside of its borders and the European Union, being them on this concern: prevention, protection, persuasion, and respondents. Also, the Italian Ministry of International Affairs and In-

## TRANSNATIONAL EXTREMISM: THE PROLIFERATION OF RADICAL GROUPS IN EUROPE

International Cooperation has stated:

At present, Italy has a legislation in line with the highest international standards in fighting terrorism and violent extremism. Our legal system has gradually abandoned the regulatory framework set up to tackle the threat of terrorism in the 1970s with a view to adjusting to the different challenges posed by the terrorist threats of the subsequent decades, combining repressive measures with the attempt to prevent the phenomenon (GOVERNMENT OF ITALY, 2022).

In the recent scope, the Italian Government has stated its concerns on the actions of the Wagner Group, affirming that the organization has promoted waves of illegal immigration to certain European countries that condemn the existence of the group and its role in the Russian-Ukrainian conflict, including Italy. On this matter, the Italian Republic has manifested its position on matters other than just violent terrorism, but the wide influence that certain extremist groups can cause on society (AMANTE, 2023).

### 5.10 JAPAN

Japanese society has seen throughout the years since the end of the Second World War the (second) rise of fascist ideals and radical activism. In this context, the individuals who endorse these narratives, often show hostility to left-wing politicians and States, and recently have directed aggressiveness towards teachers and social minorities (HIGUCHI, 2021; RODRIGUES, 2022).

In this sense, these individuals have gained notoriety and have even been significant in Japanese politics, like the group “Zaitokukai”. The Japanese government has developed a law centered against the organization of terrorist acts on the internet, to extinguish these dangerous actions. Yet on this matter, the Japanese government hasn’t developed more specific legislation against the proliferation and existence of such groups (HIGUCHI, 2021; RODRIGUES, 2022).

### 5.11 REPUBLIC OF MALTA

As a European Republic, Malta is often preoccupied with countering extremism, commonly seen in its European neighbors.

Currently, Malta is a party to thirteen international treaties of the United Nations and to three Councils of Europe Conventions related to aspects of international terrorism. The nation became a party to all the Conventions about the problem of international terrorism in 2003, by agreeing to the Conventional of the Physical Protection of Nuclear Material (CREMONA, 2018).

In addition, it is also important to mention that Malta is a party to the Commonwealth. On this association, the Secretariat established the Countering Violent Extremism Unit in 2017 to support Commonwealth member countries working to Prevent and Counter Violent Extremism. They assist member countries to increase their ability to implement violent extremism prevention, response, and management policies (THE COMMONWEALTH, 2023).

## 5.12 THE REPUBLIC OF MOZAMBIQUE

The Republic of Mozambique was and still is an important piece of the European system. On the one hand, the European Union Training Mission to Mozambique was launched in November 2021, which is a key element in the EU's commitment to helping Mozambique's fight against terrorism, especially related to the Northern region of Cabo Delgado, where some extremist groups have grown (BORRELL, 2022). To iron out the type of these common issues, the European Union, through its Diplomatic Service, namely the European Union External Action, Furthermore, The United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) has collaborated with the Attorney General's Office of Mozambique to organize a workshop to build the capacity of relevant stakeholders to respond to an increasing threat of terrorism and violent extremism in the country (UNPDF, [s.d]).

On the other hand, concerning the presence of extremist groups in Africa, and their terrorist actions to promote their ideologies, pointing to the 2022 Global Terrorism Index, Filipe Jacinto Nyusi, the president of the Republic of Mozambique, argued that the African continent represented about 48 percent of terrorism-related deaths that year. Having been conscious of this context, in March 2023, Josep Borrell,

## TRANSNATIONAL EXTREMISM: THE PROLIFERATION OF RADICAL GROUPS IN EUROPE

High Representative of the European Union for Foreign Affairs and Security Policy and Vice-President of the European Commission said, in other words, that the security of Europe begins in places that can be sometimes thousands of kilometers away. Despite being a sovereign country, Mozambique recognizes that this line, in the European view, may justify the Old Continent's project in Africa, since its humanitarian and extremist crises - not all - may come from there (UNITED NATIONS, 2023; BORRELL, 2022).

### 5.13 RUSSIAN FEDERATION

The Russian Federation has officially had several instances and legislation over extremists and terrorists. However, such laws are used, according to the opposition, as a way to suppress anyone deemed as an adversary. This way, a statement from the Russian government stresses the following:

The Russian Federation is taking a comprehensive approach to combating international terrorism. It has been steadily improving its legislative framework and law enforcement practices and strengthening its counter-terrorism cooperation with interested States and international and regional organizations (GOVERNMENT OF RUSSIA, 2014).

Unlike its speech, however, the Russian Federation has been accused of sponsoring extremists, such as separatists in east Ukraine, and armed groups in Europe. For example, the Group Wagner, sanctioned by Western countries, is a paramilitary organization funded by the Russian government (US DEPARTMENT OF STATE, 2019; ALMQVIST, 2022).

### 5.14 REPUBLIC OF RWANDA

In a critical view, at the 9296th meeting of the UN Security Council, held on March 28, 2023, Vincent Biruta, Minister for Foreign Affairs of Rwanda, noted that terrorism and violent extremism are spreading at an alarming rate in Africa, said that traditional peace-keeping missions alone have not proved effective enough to struggle against the extremist challenge. As he pointed out, efforts such as those

done by the European Peace Facility, an off-budget instrument that enhances the EU's ability to act as a global security provider, need more sustainable funding and better caretaking from all nations (UNITED NATIONS, 2023; EUROPEAN COMMISSION, 2023).

Also, being Rwanda a party to The Commonwealth, the country recognizes that this big association constantly tries to give support on elections, anti-corruption, and other questions on the level of the government. For example, to counter violent extremism, in 2017/2018, its Secretariat helped young people in Rwanda learn about dialogue, understanding, and tolerance of different faiths as strategies to challenge violent and extremist views. Such acts can reach as many people as possible, even in a place with huge differences, namely Europe (THE COMMONWEALTH, 2022).

## 5.15 SWISS CONFEDERATION

Switzerland recognizes the importance of combating violence and extremism since it has ratified 16 of the 18 United Nations conventions and protocols on combating specific forms of these types of extreme violence, such as terrorism, for example. The country is also directly involved in various European Union instruments, such as Europol and Schengen. Regarding terrorism, one of the forms of extremism, Switzerland has adopted several resolutions providing for measures against suspected terrorists and it has set up a Counter-Terrorism Committee to oversee and monitor the implementation of measures (International cooperation in the fight against terrorism, [s.d]; FATF, 2016).

Member of The Financial Action Task Force (FATF) since 1990, Switzerland, based on the FATF Recommendations, progress in strengthening measures to combat financing this type of extremism, that is, terrorism. The country has developed its foreign policy action plan based on the Action Plan on Preventing Violent Extremism, published by the United Nations Secretary-General, Ban Ki-moon, in 2015, which aims to address the direct and structural causes of violent extremism, whether political, social, or economic. This way,

## TRANSNATIONAL EXTREMISM: THE PROLIFERATION OF RADICAL GROUPS IN EUROPE

Switzerland's foreign policy action plan has a special focus on political dialogue, conflict prevention, strengthening good governance, human rights, and the rule of law, showing their commitment to creating more inclusive, tolerant, and safe societies (FATE, 2016).

### 5.16 UNITED ARAB EMIRATES

The United Arab Emirates strongly condemns extremism in all forms, such as terrorism. As a dependable ally of the United States and other international partners, the country works to confront and eradicate terrorism and extremism across the Middle East and worldwide. The UAE, as said by Shakhboot Nahyan Al Nahyan, Minister of State of the United Arab Emirates, believes that violent extremists will not be defeated by military force alone, and this way more approaches are needed, such as cutting off funding; disrupting the recruitment of foreign fighters; securing borders; halting the spread of hate and promotion of violence via the web and social media; and preventing the use of religious centers to radicalize and recruit (UNITED NATIONS, 2023; UAE USA UNITED, 2023).

Lastly, the Arab Emirates has institutionalized its efforts to prevent extremism and counter-terrorism. The country also hosts the International Center of Excellence for Combating Violent Extremism, known as Hedayah, and the Forum for Promoting Peace in Muslim Societies (GOVERNMENT OF UAE, 2023).

### 5.17 UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND

The United Kingdom spares no effort when it comes to fighting extremism and its other forms, such as terrorism, as a whole. For terrorism, the UK has counter-terrorism laws, the Office for Security and Counter-Terrorism, which coordinates the government's response in case of a terrorist incident, and the Security Service (MI5), which is responsible for protecting the country against threats to its national security (GOVERNMENT OF UNITED KINGDOM, 2012).

For example, one very prominent government policy is called

Counter Terrorism Policing, which is a collaboration of UK police forces working with the UK intelligence community to help protect the public and national security by preventing, deterring, and investigating terrorist and extremist activity. This strategy is organized around four workstreams, each comprising several key objectives - Pursue: to stop terrorist and violent attacks; Prevent: to stop people from becoming terrorists and extremists or supporting it; Protect: to strengthen the protection against an attack; and Prepare: to mitigate the impact of a terrorist attack (GOVERNMENT OF UNITED KINGDOM, 2023; GOVERNMENT OF UNITED KINGDOM, 2011).

## **5.18 UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR)**

The United Nations High Commissioner for Refugees states on its publicly-available website that its role in Europe is centered on offering asylum to refugees and asylum-seekers directed to the European continent as their refuge. Usually, those who seek this type of help from the European UNHCR come from vulnerable environments in ethnic-distinct countries from Europe, such as Syria (UNHCR, 2023).

In this sense, the agency is not exclusively focused on receiving asylum-seekers but also on working alongside other European institutions, such as local authorities, the private sector, and the media, to provide for the well-being and inclusivity in the country's society hosting those in need. This action includes protecting them from the hostility of extremist groups that intend to harm these individuals, based solely on their ethnic background, in a powerless position outside of their home countries, even after the legal process of receiving asylum is ended (UNHCR, 2023).

In the matter of LGBTIQ+ individuals who flee their countries and receive asylum in Europe, the UNHCR acknowledges, in an official statement on May 17th of this year, that their issue might not end after migrating due to the existence of discrimination and violation of human rights, actions that are found in extremist groups, in Europe. On this concern, the United Nations High Commissioner for Refugees

asserts to give protection and assistance to the refugees who fit into this status (UNHCR, 2023b).

## 5.19 UNITED STATES OF AMERICA

Since the attacks of September 11th, the United States has taken significant steps to improve its security against foreign terrorist network threats, rooted in extremist groups, as seen in 2001. It also allocated more resources to intelligence and law enforcement agencies. Additionally, the US implemented stricter security procedures for air travel and developed military and intelligence capabilities to thwart plots and capture terrorist leaders.

The US also focused on tracking and dismantling terror finance networks and adapted its strategies to address cyber threats. It formed counterterrorism partnerships globally, resulting in collective achievements beyond what the US could accomplish alone. These efforts significantly improved security within the country over foreign threats. (KATULIS; JUUL, 2021) US security agencies have become prime targets for extremists, and preventive action is emphasized. The motivations behind attacks have shifted from religious extremism to ideologies such as white supremacy (JONES, 2021).

## 5.20 REPUBLIC OF UGANDA

Although Uganda has not stressed an official statement over the situation of extremism in Europe, according to Adonia Ayebare, permanent representative of Uganda to the United Nations, the root causes must be identified to eradicate the problem. Uganda has been engaged in the fight against terrorism not just for now, but for a long time, whether it's the Lord's Resistance Army (LRA); the so-called Allied Democratic Forces (ADF); and the Al Shabaab in Somalia (AYEBARE, 2021).

Knowing so, Ayebare alleged that it should have collectively engaged in efforts aimed at denying terrorists any havens, eradicating sources of terrorist financing, reducing state vulnerability, and enhanc-

ing emergency preparedness and response capabilities. Under the auspices of the African Union, Uganda is the biggest contributor to the AMISOM (African Union Mission to Somalia) forces (PARRY, 2023).

## 5.21 UKRAINE

The Security Service of Ukraine fights against terrorism by conducting investigative measures aimed at the prevention, detection, and suspension of terrorist and extremist activities, including at the international level, and conducting counter-terrorist operations with the help of the Anti-Terrorist Center, which will ensure the protection of Ukrainian people from terrorist threats (KUTCHMA, 2003; OSCE, 2023).

In addition, Ukraine, as a co-sponsor of UN General Assembly resolution 72/165 (UNGA, 2017), as well as a member of the Group of Friends of Victims of Terrorism, in a statement at the Meeting of the Sixth Committee of the UN General Assembly under agenda item 114 “Measures to Eliminate International Terrorism”, demonstrates solidarity with victims of terrorism and extremism in general, and continues to advocate full and comprehensive respect for their human rights and freedoms, as well as their recovery and resilience, consolidating its full commitment to the fight against terrorism and violent extremism.

## 6. QUESTIONS TO PONDER

1. How does the presence of radical groups impact social cohesion and multiculturalism in European societies, and what strategies can be implemented to promote understanding and integration among diverse communities?
2. What role does social media play in the recruitment and radicalization of individuals by these groups, and what measures can be taken by States to counter their online influence?
3. What is the United Nations Security Council’s agenda to track and disrupt the activities of radical groups operating in Europe,

while striking a balance between preserving civil liberties and ensuring effective counterterrorism measures in response to the proliferation of radical groups?

4. What measures can be taken to support the rehabilitation and reintegration of individuals who have been involved in extremist activities, with a focus on prevention and reducing the risk of recidivism?

## 7. REFERENCES

ABOUT - The Soufan Center. THE SOUFAN CENTER, 2023b. Available at: <https://thesoufancenter.org/about/>. Accessed April 23, 2023.

ACTION Counters Terrorism. GOVERNMENT OF UNITED KINGDOM, 2023a. Available at: <https://www.counterterrorism.police.uk/>. Accessed June 18, 2023.

AFRICAN UNION. REPORT OF THE PEACE AND SECURITY COUNCIL ON ITS ACTIVITIES AND THE STATE OF PEACE AND SECURITY IN AFRICA. Addis Ababa: ASSEMBLY OF THE UNION, 2023. 66 p.

ALMQVIST, Viktor. European Parliament declares Russia to be a state sponsor of terrorism. News European Parliament, 2022. Available at: <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20221118I-PR55707/european-parliament-declares-russia-to-be-a-state-sponsor-of-terrorism>. Accessed June 29, 2023.

AMANTE, Angelo. Italy blames surge in migration on Russia's Wagner group. REUTERS, 2023. Available at: <https://www.reuters.com/world/europe/italy-blames-surge-migration-russias-wagner-group-2023-03-13/>. Accessed June 29, 2023.

AUGER, Vincent. Right-Wing Terror: A Fifth Global Wave? Perspectives on Terrorism, v. 14, n. 3, p. 87–97, 2020. Available at: <https://www.jstor.org/stable/26918302>. Accessed March 28, 2023.

AYEBARE, Adonia. "MEASURES TO ELIMINATE INTERNATIONAL TERRORISM". STATEMENT 76TH SESSION OF THE UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY". New York: [s. n.],

2021. 3 p.

BAN apresenta Plano de Ação para Prevenir o Extremismo Violento. UNRIC, 2015. Available at: <https://unric.org/pt/ban-apresenta-plano-de-acao-para-prevenir-o-extremismo-violento/#:~:text=O%20Plano%20de%20Ação%20é,maior%20propagação%20da%20violência%20extrema>. Accessed April 23, 2023.

BORDONI, Laura. Alle origini del Movimento Sociale Italiano. 2014. Available at: <https://www.viqueria.com/alle-origini-del-movimento-sociale-italiano/>. Accessed April 14, 2023.

BORRELL, Josep. Helping fight terrorism in Mozambique also contributes to security in Europe. EEAS, 2022. Available at: [https://www.eeas.europa.eu/eeas/helping-fight-terrorism-mozambique-also-contributes-security-europe\\_en](https://www.eeas.europa.eu/eeas/helping-fight-terrorism-mozambique-also-contributes-security-europe_en). Accessed May 25, 2023.

BOSNIAN Wahhabis ‘Linked’ to Serbian Wahhabi Group. BALKANINSIGHT, 2010. Available at: <https://balkaninsight.com/2010/02/03/bosnian-wahhabis-linked-to-serbian-wahhabi-group/>. Accessed March 13, 2023.

BRITANNICA. ETA | Basque Separatism, Conflict, & Attacks, 1998. Available at: <https://www.britannica.com/topic/ETA>. Accessed March 26, 2023.

BRITANNICA. National Democratic Party of Germany (NPD). 2010. Available at: <https://www.britannica.com/topic/National-Democratic-Party-of-Germany>. Accessed April 14, 2023.

CALDEIRA NETO, Odilon. The Brazilian Far-Right and the Path to January 8th. GNET, 2023. Available at: <https://gnet-research.org/2023/01/23/the-brazilian-far-right-and-the-path-to-january-8th/>. Accessed May 24, 2023.

CALLÉJA, Lucie. Terrorismo Transnacional: Uma Ameaça À Segurança Global. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2021.

CANADA and the Organization for Security and Co-operation in Europe (OSCE). GOVERNMENT OF CANADA, 2023. Available at: [https://www.international.gc.ca/world-monde/international\\_relations-relations\\_internationales/osce/index.aspx?lang=eng](https://www.international.gc.ca/world-monde/international_relations-relations_internationales/osce/index.aspx?lang=eng). Accessed April 23, 2023

## TRANSNATIONAL EXTREMISM: THE PROLIFERATION OF RADICAL GROUPS IN EUROPE

CARVALHO, Talita de. A extrema direita na Europa. Politize!, 2018. Available at: <https://www.politize.com.br/extrema-direita-na-europa/>. Accessed March 12, 2023.

CHEATHAM, Andrew. Ask the Experts: The Fight Against Violent Extremism in Coastal West Africa. 2023. Available at: <https://www.usip.org/blog/2023/05/ask-experts-fight-against-violent-extremism-coastal-west-africa>. Accessed June 18, 2023.

CHRISTCHURCH shooting: Gunman Tarrant wanted to kill ‘as many as possible’. BBC NEWS, 2020b. Available at: <https://www.bbc.com/news/world-asia-53861456>. Accessed March 13, 2023.

COMBATING terrorism - Counter-terrorism - www.coe.int. COUNCIL OF EUROPE, 2023a. Available at: <https://www.coe.int/en/web/counter-terrorism>. Accessed April 23, 2023.

COUNCIL OF EUROPE - EUROPARC Federation. COUNCIL OF EUROPE, 2023b. Available at: <https://www.europarc.org/european-policy/council-of-europe/>. Accessed April 23, 2023.

COUNTERING violent extremism. THE COMMONWEALTH, 2023. Available at: <https://thecommonwealth.org/our-work/countering-violent-extremism>. Accessed May 24, 2023.

COUNTRY Reports on Terrorism 2019: Russia. US DEPARTMENT OF STATE, 2019. Available at: <https://www.state.gov/reports/country-reports-on-terrorism-2019/russia/>. Accessed June 29, 2023.

COWELL-MEYERS, Kimberly; ARTHUR, Paul. Irish Republican Army (IRA) | History, Attacks, & Facts. 2023. Available at: <https://www.britannica.com/topic/Irish-Republican-Army>. Accessed March 26, 2023.

CREMONA, George. Republic of Malta: UN High-Level Conference of Heads of Counter-Terrorism Agencies of Member States. New York, NY: United Nations, 2018.

EUROPE: Physical Geography. NATIONAL GEOGRAPHIC, 2023. Available at: <https://education.nationalgeographic.org/resource/europe-physical-geography>. Accessed March 13, 2023.

EUROPEAN COMMISSION. Contemporary manifestations of vio-

lent right-wing extremism in the EU: An overview of P/CVE practices. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2021.

EUROPEAN COMMISSION. Violent Right-Wing Extremism in the Western Balkans: An overview of country-specific challenges for P/CVE. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2022a.

EUROPEAN Peace Facility. EUROPEAN COMMISSION, 2023. Available at: [https://fpi.ec.europa.eu/what-we-do/european-peace-facility\\_en](https://fpi.ec.europa.eu/what-we-do/european-peace-facility_en). Accessed May 26, 2023.

EUROPE'S Human Rights Watchdog: The Council of Europe, 2021. Available at: <https://www.europewatchdog.info/en/council-of-europe/>. Accessed April 23, 2023.

EUROPE | UNHCR. UNHCR, 2023a. Available at: <https://www.unhcr.org/about-unhcr/where-we-work/europe>. Accessed May 24, 2023.

EXPERTS: Ghana Must Boost Preparedness to Defend Against Terrorist Attacks - Africa Defense Forum. ADF, 2022. Available at: <https://adf-magazine.com/2022/08/experts-ghana-must-boost-preparedness-to-defend-against-terrorist-attacks/>. Accessed June 18, 2023.

EXTREME Right-Wing Violence and Terrorism: Transnational Networks and Narratives - The Soufan Center. THE SOUFAN CENTER, 2023a. Available at: <https://thesoufancenter.org/projects/extreme-right-wing-violence-and-terrorism-transnational-networks-and-narratives/>. Accessed April 23, 2021.

FIGHT against Terrorism – Ministero degli Affari Esteri e della Cooperazione Internazionale. GOVERNMENT OF ITALY, 2023. Available at: [https://www.esteri.it/en/politica-estera-e-cooperazione-allo-sviluppo/temi\\_globali/lotta\\_terrorismo/](https://www.esteri.it/en/politica-estera-e-cooperazione-allo-sviluppo/temi_globali/lotta_terrorismo/). Accessed June 29, 2023. Accessed May 26, 2023.

GABAC. Anti-money laundering and counter-terrorist financing measures (DRC). Le Groupe d'Action contre le Blanchiment d'Argent en Afrique Centrale. p. 174, April, 2021.

GABEL, Matthew J. Council of Europe | Members, Structure, & History. July 20, 1998. Available at: <https://www.britannica.com/topic/>

## TRANSNATIONAL EXTREMISM: THE PROLIFERATION OF RADICAL GROUPS IN EUROPE

Council-of-Europe. Accessed April 23, 2023.

GABON Country Report. CRISIS24, 2020. Available at: <https://crisis24.garda.com/insights-intelligence/intelligence/country-reports/gabon>. Accessed June 18, 2023.

GALLOIS, Laise; SOUZA MOTA, Gabriel. A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NA EUROPA CENTRAL. In: ANAIS DO 10º SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - SIEPE UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2018, Santana do Livramento. Anais do 10º SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - SIEPE Universidade Federal do Pampa. [S. l.: s. n.].

GERMAN police raid neo-Nazi cells across the country. The Guardian, 2022. Available at: <https://www.theguardian.com/world/2022/apr/06/german-police-raid-neo-nazi-cells-across-country>. Accessed March 13, 2023.

GOVERNMENT OF RUSSIA. Implementation of the Declaration on Measures to Eliminate International Terrorism. Information from the Russian Federation in connection with the report of the Secretary General of the United Nations to the General Assembly at its seventy-fourth session. December, 2014. Accessed May 26, 2023.

GOVERNMENT OF UKRAINE. Measures to eliminate international terrorism. Statement by the Delegation of Ukraine at the UN GA Sixth Committee meeting under agenda item 114. 2023. Accessed May 26, 2023.

GOVERNMENT OF UNITED KINGDOM. Contest: The United Kingdom's Strategy for Countering Terrorism. 2011.

GRÉCIA: perfil do país onde nasceu a democracia. BBC News Brasil, 2023. Available at: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56503793>. Accessed March 12, 2023.

HIGUCHI, Naoto. The Transformation of the Far Right in Japan: From Fascism to anti-Korean Hate Crimes - C-REX - Center for Research on Extremism. 2021. Available at: <https://www.sv.uio.no/c-rex/english/news-and-events/right-now/2021/the-transformation-of-the-far-right-in-japan.html>. Accessed May 27, 2023.

HOF, TOBIAS. From Extremism to Terrorism: The Radicalisation of

the Far Right in Italy and West Germany. *Contemporary European History*, v. 27, n. 3, p. 412-431, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/s096077731800019x>. Accessed March 13, 2023

HOFFMAN, Bruce. *Right-Wing Terrorism In Europe*. Santa Monica, CA: The United States Air Force, 1982.

HOME PAGE | UNICRI: United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute. UNICRI, [s.d]. Available at: <https://unicri.it/>. Accessed April 23, 2023.

INTERNATIONAL cooperation in the fight against terrorism. FDFA, 2022. Available at: <https://www.eda.admin.ch/eda/en/home/foreign-policy/security-policy/new-challenges/countering-terrorism/international-cooperation-against-terrorism.html>. Accessed May 26, 2023.

IRENEO, S. *Forza Italia*. 2023. Available at: <http://www.forza-italia.it/>. Accessed April 14, 2023.

JEANNIN, Marine. Ghana worries about rise of terrorist threat in Gulf of Guinea. 2022. Available at: [https://www.lemonde.fr/en/le-monde-africa/article/2022/06/07/ghana-concerned-about-extension-of-terrorist-threat-to-coastal-states-of-gulf-of-guinea\\_5985936\\_124.html](https://www.lemonde.fr/en/le-monde-africa/article/2022/06/07/ghana-concerned-about-extension-of-terrorist-threat-to-coastal-states-of-gulf-of-guinea_5985936_124.html). Accessed June 18, 2023.

JOINT Statement on the U.S.-EU Counterterrorism Dialogue. US DEPARTMENT OF STATE, 2023. Available at: <https://www.state.gov/joint-statement-on-the-u-s-eu-counterterrorism-dialogue/>. Accessed June 29, 2023.

JONES, Clifford A. *European Commission (EC) | History & Facts*. 2013. Available at: <https://www.britannica.com/topic/European-Commission>. Accessed April 23, 2023.

JONES, Seth et al. *The Military, Police, and the Rise of Terrorism in the United States*. 2021. Available at: <https://www.csis.org/analysis/military-police-and-rise-terrorism-united-states>. Accessed June 18, 2023.

KATULIS, Brian; JUUL, Peter. *The Lessons Learned for U.S. National Security Policy in the 20 Years Since 9/11*. 2021. Available at: <https://www.americanprogress.org/article/lessons-learned-u-s-national-security-policy-20-years-since-911/>. Accessed June 18, 2023.

## TRANSNATIONAL EXTREMISM: THE PROLIFERATION OF RADICAL GROUPS IN EUROPE

KATZ, Rita. Neo-Nazis are exploiting Russia's war in Ukraine for their own purposes. *The Washington Post*, 2022. Available at: <https://www.washingtonpost.com/outlook/2022/03/14/neo-nazi-ukraine-war/>. Accessed March 13, 2023.

KOEHLER, Daniel. Right-Wing Extremism and Terrorism in Europe Current Developments and Issues for the Futur. 2016. Available at: <https://cco.ndu.edu/PRISM/PRISM-Volume-6-no-2/Article/839011/right-wing-extremism-and-terrorism-in-europe-current-development-s-and-issues-fo/>. Accessed March 26, 2023.

KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG. The Jihadist Threat in Northern Ghana and Togo:. Stocktaking and Prospects for Containing the Expansion, *Promediation*, v. 02, p. 56, 2022.

KUTCHMA, Leonid. About the fight against terrorism. Kiev: [s. n.], 2003. 18 p.

LOPES, Léo. Lula critica extrema-direita e “soluções militares para problemas atuais” em discurso no Parlamento português. *CNN BRASIL*, 2023. Available at: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lula-critica-extrema-direita-e-solucoes-militares-para-problemas-atuais-em-discurso-no-parlamento-portugues/>. Accessed May 25, 2023.

MAJOR Attacks Against Synagogues Around the Globe. *AGENCE FRANCE-PRESSE*, 2018. Available at: <https://www.voanews.com/a/major-attacks-against-synagogues-around-the-globe/4632226.html>. Accessed March 13, 2023.

MAMMONE, Andrea. Normalising fascism in the EU. 2019. Available at: <https://www.socialeurope.eu/normalising-fascism-in-the-eu>. Accessed April 14, 2023.

MARCHI, Riccardo. Movimento Sociale Italiano, Alleanza Nazionale, Popolo della Libertà: do neofascismo ao pós-fascismo em Itália. *Análise Social: revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Lisboa, v. 46, n. 201, p. 697-717, 2011.

MARONE, Francesco. Aryan Roman Order: The case of an Italian Neo-Nazi group. Italian Institute for International Political Studies, 2021. Available at: <https://www.ispionline.it/en/publication/aryan-roman-order-case-italian-neo-nazi-group-30769>. Accessed March 13, 2023.

MENDAÑA, Jesús Pietro. *Terrorism in Spain: Unity of Work on the History of Spain*. Madrid: Spanish Ministry for Home Affairs, 2022.

MIPT TERRORISM KNOWLEDGE BASE. 2007. Available at: <https://web.archive.org/web/20070930033902/http://www.tkb.org/Group.jsp?groupID=170>. Accessed April 14, 2023.

MOTTET, Carol. *Switzerland's Foreign Policy Action Plan on Preventing Violent Extremism | à propos archive*. 2016. Available at: <https://www.swisspeace.ch/apropos/switzerlands-foreign-policy-action-plan-preventing-violent-extremism/>. Accessed May 26, 2023.

MUDDE, Cas. *Racist Extremism in Central and Eastern Europe*. 01. ed. Routledge, 2005. Available at: [ceol.com](http://ceol.com). Accessed March 28, 2023.

NATIONAL Intelligence and Counter-Terrorism Coordination. GOVERNMENT OF FRANCE, 2022. Available at: <https://www.elysee.fr/en/national-intelligence-and-counter-terrorism-coordination>. Accessed June 18, 2023.

NORWAY court jails mosque gunman Manshaus for 21 years. BBC NEWS, 2020a. Available at: <https://www.bbc.com/news/world-europe-53006164>. Accessed March 13, 2023.

O Brasil voltou, diz Silvio Almeida na ONU; ministro defende aliança contra discursos de ódio e combate ao trabalho escravo. GOVERNMENT OF BRAZIL, 2023. Available at: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/201-co-brasil-voltou-diz-silvio-almeida-na-onu-ministro-defende-alianca-contradiscursos-de-odio-e-combate-ao-trabalho-escravo>. Accessed May 25, 2023.

OHCHR. *Combating glorification of Nazism, neo-Nazism and other practices that contribute to fuelling contemporary forms of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance: Call for input 78th session of the General Assembly*. 2023. Available at: <https://www.ohchr.org/en/calls-for-input/2023/combating-glorification-nazism-neo-nazism-and-other-practices-contribute>. Accessed May 25, 2023.

OSCE. *Action against terrorism*. [s.d] Available at: <https://www.osce.org/secretariat/terrorism>. Accessed April 23, 2023

## TRANSNATIONAL EXTREMISM: THE PROLIFERATION OF RADICAL GROUPS IN EUROPE

OSCE. Ukraine | OSCE POLIS. 2023. Available at: <https://polis.osce.org/country-profiles/ukraine>. Accessed May 26, 2023.

PADINGER, Germán. Entenda o crescimento da extrema-direita na Europa nos últimos anos. CNN BRASIL, 2022. Available at: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-crescimento-da-extrema-direita-na-europa-nos-ultimos-anos/>. Accessed March 12, 2023.

PARIS attacks: The investigation continues. FRANCE24, 2015. Available at: <https://graphics.france24.com/paris-attacks-investigation-terrorism-belgium-bataclan-suspects/>. Accessed March 13, 2023.

PARRY, Nat. Terrorism still high on the agenda: OSCE PA counter-terrorism committee visits Switzerland to discuss new trends and legislation. 2023. Available at: <https://www.oscepa.org/en/news-a-media/press-releases/press-2023/terrorism-still-high-on-the-agenda-osce-pa-counter-terrorism-committee-visits-switzerland-to-discuss-new-trends-and-legislation>. Accessed May 26, 2023.

PECH, Laurent. The Law of Holocaust Denial in Europe: Towards a (Qualified) EU-Wide Criminal Prohibition. SSRN Electronic Journal, 2009. Available at: <https://jeanmonnetprogram.org/paper/the-law-of-holocaust-denial-in-europe-towards-a-qualified-eu-wide-criminal-prohibition/>. Accessed March 28, 2023.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. The Fight Against Terrorism and Extremism and Human Rights Protection in Xinjiang. 2021. Available at: [http://geneva.china-mission.gov.cn/eng/ztjs/aghj12wnew/White-paper/202110/t20211014\\_9587980.htm](http://geneva.china-mission.gov.cn/eng/ztjs/aghj12wnew/White-paper/202110/t20211014_9587980.htm). Accessed May 25, 2023.

PLAN OF Action to Prevent Violent Extremism. [S. l.]: United Nations General Assembly, 2015. 22 p.

RAFFINI, Luca; PENALVA-VERDÚ, Clement. The Problematic Relationship Between Science, Politics and Public Opinion in Late Modernity: The Case of the Anti-Vax Movement in Spain and Italy. p. 141–162, 1 jan. 2022. Available at: [https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-97535-7\\_7](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-97535-7_7). Accessed March 28, 2023.

RAY, Michael. Oslo and Utoya attacks of 2011 | Facts, History, & Trial. 2011. Available at: <https://www.britannica.com/event/Oslo-and-Utoya-attacks-of-2011>. Accessed April 13, 2023.

REGIONAL Stability - Permanent Mission of the United Arab Emirates to the United Nations. GOVERNMENT OF UAE, 2023. Available at: <https://uaeun.org/uae-in-the-world/regional-stability/>. Accessed May 26, 2023.

RELATIONS with Ukraine. NATO, 2023. Available at: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_37750.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_37750.htm). Accessed May 26, 2023.

RODRIGUES, João Guerreiro. “Sete vidas para o meu país”: a extrema-direita e os homicídios políticos no Japão. CNN Portugal, 2022. Available at: <https://cnnportugal.iol.pt/japao/homicidio/sete-vidas-para-o-meu-pais-a-extrema-direita-e-os-homicidios-politicos-no-japao/20220711/62c83ea90cf26256cd2c8df9>. Accessed May 27, 2023.

RODRÍGUEZ-AGUILERA, Cesáreo. The Rise of The Far Right in Europe. 2014. Available at: <https://www.iemed.org/publication/the-rise-of-the-far-right-in-europe/>. Accessed March 26, 2023.

RWANDA. THE COMMONWEALTH, 2022. Available at: <https://thecommonwealth.org/our-member-countries/rwanda>. Accessed May 26, 2023.

SADA, Lourdes. Grupos extremistas anti-migrantes se espalham pela Europa. Global Voices, 2013. Available at: <https://pt.globalvoices.org/2013/06/13/grupos-extremistas-anti-migrantes-se-espalham-pela-europa/>. Accessed March 26, 2023.

SECRETARY-GENERAL’S report on “Our Common Agenda”. UN, [s.d]. Available at: <https://www.un.org/en/content/common-agenda-report/>. Accessed April 23, 2023.

SEMINI, Llazar. Albania’s newly sworn-in president urges political unity. APNews, 2022. Available at: <https://apnews.com/article/albania-government-and-politics-be946643a4d4483b2584e099e1e09c29>. Accessed May 24, 2023.

SIEGEL, Alana. et al. Preventing Future Terrorism: Intervening on Youth Radicalization. Integrating Psychiatry and Primary Care, p. 391–418, 2019. Available at: [https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-15872-9\\_19](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-15872-9_19). Accessed March 28, 2023.

SITOE, Rufino. Extremismo, Radicalismo e Radicalização uma distinção necessária no debate sobre o Terrorismo. *Ágora*, v. 24, n. 2, p. 3-19,

## TRANSNATIONAL EXTREMISM: THE PROLIFERATION OF RADICAL GROUPS IN EUROPE

sept. 27, 2022.

SWITZERLAND. FATF, 2016. Available at: <https://www.fatf-gafi.org/en/countries/detail/Switzerland.html>. Accessed May 26, 2023.

TERRORISM and national emergencies. GOVERNMENT OF UNITED KINGDOM, 2012. Available at: <https://www.gov.uk/terrorism-national-emergency/counterterrorism>. Accessed June 18, 2023.

TERRORISM: France's International Action. GOVERNMENT OF FRANCE, 2023b. Available at: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/security-disarmament-and-non-proliferation/terrorism-france-s-international-action/>. Accessed June 18, 2023.

THE EU's response to terrorism. EUROPEAN COMMISSION, 2022b. Available at: <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/fight-against-terrorism/>. Accessed June 18, 2023.

THE Fight against Terrorism. GOVERNMENT OF FRANCE, 2023a. Available at: <https://onu.delegfrance.org/The-Fight-against-Terrorism>. Accessed June 18, 2023.

THREATS to International Peace and Security caused by Terrorist Acts - Ghana Permanent Mission to the United Nations. GOVERNMENT OF GHANA, 2023. Available at: <https://www.ghanamissionun.org/02092023-2/#:~:text=At%20the%20regional%20level,%20Ghana,ambit%20of%20the%20Accra%20Initiative>. Accessed June 18, 2023.

TRANSFORMANDO Nosso Mundo: A Agenda 2030 Para O Desenvolvimento Sustentável. [S. l.]: Agenda 2030, 2016. 54 p.

UAE USA UNITED. Counterterrorism. 2023. Available at: <https://www.uae-embassy.org/discover-uae/foreign-policy/counterterrorism>. Accessed May 26, 2023.

UNCCT. Office of Counter-Terrorism. Available at: <https://www.un.org/counterterrorism/cct>. Accessed April 29, 2023.

UNGA. Resolution adopted by the General Assembly on 19 December 2017. Available at: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N17/455/52/PDF/N1745552.pdf?OpenElement>. Accessed July 31, 2023.

UNHCR's Grandi: LGBTIQ+ refugees often struggle to find peace

and safety | UNHCR. UNHCR, 2023b. Available at: <https://www.unhcr.org/news/speeches-and-statements/unhcr-s-grandi-lgbtiq-refugees-often-struggle-find-peace-and-safety>. Accessed May 24, 2023.

UNITED NATIONS. “Terrorismo está criando instabilidade mundial persistente”. 2016. Available at: <https://news.un.org/pt/story/2016/02/1540611>. Accessed April 23, 2023.

UNITED NATIONS. Speakers Warn Security Council Terrorism Spreading across Africa at Alarming Rate, Call for Greater Support, Enhanced International, Regional Cooperation | UN Press. 28 Mar. 2023. Available at: <https://press.un.org/en/2023/sc15245.doc.htm>. Accessed May 25, 2023.

UNITED NATIONS. Terrorist attacks on the basis of xenophobia, racism and others forms of intolerance, or in the name of religion or belief. August 03,. 2022. Available at: <https://www.un.org/securitycouncil/ctc/news/secretary-general's-new-report-highlights-new-emerging-form-“far-right”-terrorism>. Accessed April 13, 2023.

UNITED NATIONS. United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute (UNICRI) - UNITED NATIONS BRUSSELS. 2021. Available at: <https://www.unbrussels.org/united-nations-interregional-crime-and-justice-research-institute/>. Accessed April 23, 2023.

UNITED NATIONSa. International Day for the Prevention of Violent Extremism as and when Conducive to Terrorism. Available at: <https://www.un.org/en/observances/prevention-extremism-when-conducive-terrorism-day>. Accessed April 23, 2023.

UNITED NATIONSb. Homepage [EN] | Shop.un.org. Available at: <https://shop.un.org/>. Accessed April 23, 2023

UNITED NATIONSc. Office of Counter-Terrorism |. Available at: <https://www.un.org/counterterrorism/>. Accessed April 29, 2023

UNODC. About Us. 2023b. Available at: <https://www.unodc.org/southernafrica/en/sa/about.html#:~:text=UNODC%20was%20established%20in%201997,Nations%20International%20Drug%20Control%20Programme>. Accessed April 23, 2023.

UNODC. International cooperation. 2023a. Available at: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/international-cooperation.html>.

TRANSNATIONAL EXTREMISM: THE PROLIFERATION OF RADICAL GROUPS IN EUROPE

Accessed April 23, 2023.

UNODCa. Terrorism Prevention Branch. Available at: <https://www.unodc.org/unodc/en/terrorism/index.html>. Accessed April 23, 2023.

UNODCb. About UNODC. Available at: <https://www.unodc.org/unodc/en/about-unodc/index.html>. Accessed April 23, 2023.

UNPDF. Mozambique: Workshop on countering terrorism and violent extremism held. [s.d.] Available at: <https://www.un.org/en/unpdf/mozambique-workshop-on-countering-terrorism-violent-extremism-held>. Accessed May 25, 2023.

UNSC. Resolution 2178 (2014). 2014. Available at: <https://daccess-ods.un.org/tmp/9686204.19502258.html>. Accessed July 22, 2023.

VALENCIA, Alexandra. Ecuador to launch military operations to fight terrorism -minister. 2023. Available at: <https://www.reuters.com/world/americas/ecuador-launch-military-operations-fight-terrorism-minister-2023-04-28/>. Accessed May 25, 2023.

WELCOME to GOV.UK. GOVERNMENT OF UNITED KINGDOM, 2023b. Available at: <https://www.gov.uk/>. Accessed June 18, 2023.

WESEL, Barbara. Como funciona o processo de adesão à União Europeia? – DW – 19/05/2022. May 19, 2022. Available at: <https://www.dw.com/pt-br/como-funciona-o-processo-de-adesão-à-união-europeia/a-61790445>. Accessed March 12, 2023.

\*\*

# The fighting to the paramilitary groups in the Democratic Republic of Congo

*Carolina de Pinho Ferreira<sup>1</sup>*  
*Giancarlo Cristiano de Gouveia<sup>2</sup>*  
*Iago de Oliveira Cunha<sup>3</sup>*  
*João Manoel Vieira de Araújo<sup>4</sup>*  
*Layane de Moraes Rebouças<sup>5</sup>*

## ABSTRACT

The Democratic Republic of Congo (DCR) is historically marked by armed conflicts and civil wars. Despite being a country with diverse natural resources, like many African countries, it has a history of exploitation, violence, and poverty. With a still fragile democracy, the DCR is currently experiencing the return of radical military groups, such as the March 23 Movement (M23), and faces the ongoing conflict with its neighbor, Rwanda. Although peace negotiations are happening, the country struggles with the rise of new radical groups and violent conflicts among them. This Study guide intends to address this conflict and its possible consequences.

## 1. INTRODUCTION

---

1 Carolina de Pinho Ferreira is a student of the Journalism program at Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

2 Giancarlo Cristiano de Gouveia is a student of the International Relations program at Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

3 Iago de Oliveira Cunha is a student of the History program at Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

4 João Manoel Vieira de Araújo is a student of the International Relations program at Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

5 Layane de Moraes Rebouças is a student of the International Relations program at Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

The east of the Democratic Republic of Congo (DRC) has been facing an ongoing conflict involving several radical groups, including militias and armed factions, for many years. Among these groups, one stands out, the March 23 Movement (M23), whose name comes from a 2009 failed peace deal. These groups are competing for control of territory and resources and often engage in brutal tactics such as violence against civilians, forced displacement, and exploitation of natural resources.

The conflict began in 1996, when the country's former dictator, Mobutu Sese Seko, was overthrown by rebel leader Laurent-Désiré Kabila. Kabila established a new government and changed the name of the country from Zaire to the Democratic Republic of Congo. However, the new government quickly became embroiled in a conflict with neighboring countries, including Rwanda and Uganda, who were accused by Kabila of supporting rebel groups in their countries.

To discuss the root causes of the conflict, it is important to address poverty, inequality, weak governance, the dispute for mineral resources in the region, and foreign interests in the area. It is also crucial to promote accountability and justice for human rights abuses such as rape, torture, and the use of child soldiers committed during the conflict, despite the M23 appeal for amnesty that followed the latest years of conflict.

The conflict has led to a humanitarian crisis in the region, with millions of people displaced and in urgent need of assistance, which is leading to a massive refugee crisis, barely addressed in the international community and media. It has also contributed to regional instability, with the potential to spill over into neighboring countries in the Great Lakes region. However, the longstanding rivalry between Uganda and Rwanda is an important fact in surveying the vulnerability of the region and the DRC conflict.

## **2. HISTORICAL BACKGROUND**

Before being found and explored by Europeans, the Democratic Republic of Congo was called the Kingdom of Congo, and, as today,

was a rich country in a matter of cultural aspects and natural resources. In 1871, the journalist Henry Morton Stanley traveled to Africa in order to find David Livingstone, an explorer who went to Africa looking for the sources of the Nile River but that had disappeared. After finding Livingstone, Stanley kept traveling through Africa, and this part of his journey was when he first started to explore Congo. Excited by the discoveries, he came back and told English people that he had found a place with huge wealth, but was still not colonized. The English, however, were not interested in colonizing the Congo, and Stanley was told to look for King Leopold II of Belgium. That was when The Congo Free State was born, under the reign of King Leopold (THE AFRICA REPORT, 2022; BBC NEWS, 2019).

Given the colonial past of the African continent, the borders of countries were not shaped by diplomatic or military relationships between local political entities, but rather by colonizing countries. Therefore, the formation and consolidation of these states, especially the Democratic Republic of Congo during the decolonization period, has presented and still presents a great instability in the centralization of power. This is due to disputes among different ethnic, religious, and economic groups coexisting within the same country, often financed or supported by various distinct foreign groups (SILVA, 2011).

The country became independent in 1960 followed by a civil war marked, as described above, by disputes between different political factions claiming local government control, which led to the fragmentation of its territory into four sections at the peak of the conflict. This period of instability and violence resulted in the establishment of a military dictatorship under Mobutu Sese Seko, formerly known as Chief of Staff Joseph Mobutu, who through a coup d'état, a sudden and violent overthrow of an existing government by a small group, centralized the power and enriched himself and his inner circle for over three decades, experiencing a chapter of corruption and poverty due to economic mismanagement (BRITANNICA; SOUTH AFRICAN HISTORY ONLINE).

During his government, the country was renamed Zaire in an effort to emphasize the country's cultural identity. During the early

## THE FIGHTING TO THE PARAMILITARY GROUPS IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO

years of his government, Mobutu implemented a series of measures aimed at consolidating a strong national state, in view of the then-recent civil war. Among them, some points can be highlighted, such as strong state domination, internal repression, and the co-optation of the nascent bourgeoisie. However, due to these measures, there were disputes between regional groups and the central government. As a result of these disputes, Mobutu's government took on an increasingly exacerbated personalistic character, where the president became the main focus of power (BRITANNICA; SOUTH AFRICAN HISTORY ONLINE; SILVA, 2011).

Intending to consolidate a strong state, Mobutu implemented a reformulation of the Congolese armed forces between 1965 and 1975, which sought to make them a professional and well-prepared force. As a result, the DRC was considered a center of excellence in military training in Africa. However, this changed in 1975 when Mobutu abandoned the strengthening of the group, considering such advances in the capabilities of the armed forces a threat to his power. From then on, he promoted a purge and selected friends and his ethnicity for positions of power, both in the army and in the state bureaucracy. As a result, there was a deterioration of the Congolese armed forces and an increase in tensions with local groups. Such weakness can be seen when foreign groups such as FNLA, Força Nacional de Libertação de Angola, attacked Zaire, which could not defend itself without foreign support (SILVA, 2011).

In 1994, there was a genocide of the Tutsi minority and moderate Hutus in Rwanda, which resulted in approximately 800,000 deaths. The Hutu groups, responsible for the genocide, were eventually removed from the Rwandan government by Tutsi leader Paul Kagame. This led to a large migratory flow of Hutus into the DRC due to fear of retaliation by the new Tutsi-led government against Hutus. Among these immigrants, several Hutu military leaders sought refuge and established militias within Congolese territory to attack the new government of Rwanda from the east of DRC with support from Mobutu. The genocide quoted previously, organized by Rwanda's Hutu extremist government against the Tutsi, can be marked as the trigger to the

ongoing events generating a series of consequences. As a result of this, a vast number of armed groups descended from the event threatening the population, putting the country in the following First Congo War (1996-1997) (GLOBAL CONFLICT TRACKER, 2023; SILVA, 2011; BBC NEWS, 2014).

Due to the First Congo War, Mobutu was overthrown after 32 years in power by the rebel armed group AFDL, led by Laurent Kabila. The insurgent group was financially and militarily supported by various governments, such as Rwanda, Uganda, Burundi, and Angola. The intentions behind each country's support varied, ranging from military aspects such as the elimination of Rwanda's enemies and the capture of Angolan opposition leaders to financial gains through the exploitation of the country's vast natural resources.

With the victory of the rebel movement, Laurent Kabila implemented changes in the regime, attempting to erase any legacy of the former government. He opened the economy to the exploitation of transnational companies, leading to a potential improvement in the economy, and incorporated into the government military groups that fought alongside him, including foreigners. Kabila, like his predecessor, proved to be a little democratic leader, leaving little or no space for the opposition (BRITANNICA; HUMAN RIGHTS WATCH, 2009; SILVA, 2011).

An important characteristic of Laurent Kabila's government was its dependence, both militarily and economically, on external groups that financed and militarily supported him until he came to power. Among these groups, the governments of Rwanda, Uganda, and Burundi stood out, which now had members within the Congolese state, as well as Western multinational companies interested in exploiting the country's mineral resources. Due to this dependence on foreign groups for his rise to power and maintenance in office, Laurent Kabila showed little concern for consolidating his government with the Congolese population, leading to public dissatisfaction, which saw him as a puppet of foreign governments. In an attempt to reverse the situation, Laurent Kabila implemented a shift in his policy, signaling a political opening and later expelling Rwandan and Ugandan officials from gov-

## THE FIGHTING TO THE PARAMILITARY GROUPS IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO

ernment positions, strengthening national sovereignty. That was the beginning of the tensions that would turn out in the Second Congo War (SILVA, 2011).

As mentioned above, the nationalist turn, as well as the complicity with rebel groups against former allies within the territory of the DRC, carried out by Laurent Kabila, was the trigger for the Second Congo War. The fighting was marked by a complex situation, with states, paramilitary groups supported by foreign countries or the DRC, ethnic militias, and mercenaries all operating usually unstable alliances. Two groups formed among the involved states: Rwanda, Uganda, and Burundi on one side, and Congo, Zimbabwe, Angola, Namibia, Sudan, Chad, and Libya on the other.

This conflict was extremely violent against the civilian population due to the means of financing used by the armies, resulting in approximately 3.8 million deaths. The funding for the fighting occurred through the systematic exploitation of natural resources and the pillaging of local populations by the groups, some of them with connections with international companies. Due to all these factors, there was a complex landscape of fighting, such as combat between Ugandan and Rwandan soldiers, who were allies, for control of production zones (SILVA, 2011).

With the lengthy war, wearing out the government, and increased international pressure, the Lusaka Agreement was signed in 1999, which contributed to the withdrawal of foreign troops from the DRC, the creation of a UN peacekeeping mission, MONUC, and political openness. However, the agreement was not implemented as Laurent Kabila sought military victory over his enemies, displeasing both allies and adversaries. After this, on January 16, 2001, the Congolese leader was assassinated by his security guard, raising queries about the executor of the assassination. With the death of the then-leader, his son Joseph Kabila was introduced as the new president of the country (BRITANNICA; HUMAN RIGHTS WATCH, 2009; SILVA, 2011).

Joseph Kabila, unlike his father, showed himself to be much more collaborative in resolving the conflict. Through negotiations, an agreement was reached in 2002 that determined the withdrawal of

Rwandan and Ugandan troops from the country, theoretically returning sovereignty to the Congolese state. In 2003, the country's first-draft constitution was achieved, officially marking the end of the conflict. In the formation of the government, measures were established for the integration of national belligerent groups, which excluded international groups present in the territory from the armed forces. However, this action facilitated the emergence of more armed groups, which claimed more influence over the government, in addition to weakening the Congolese national army. Thus, with the union of a weak national army, the rise of new military groups, and the maintenance of existing international groups and ethnic conflicts, instability, and exploitation continued in the eastern region of Congo (BRITANNICA; HUMAN RIGHTS WATCH, 2009; SILVA, 2011).

In 2006, the first election in almost 40 years was held, which elected Joseph Kabila as president. In the same year, the definitive constitution of the country was promulgated. Despite the promises for peace and democracy in the coming years, Congo remained to have great difficulty in pacifying the country, despite several attempts at peace and international and United Nations peacekeepers' interventions. However, rebel groups, corruption, and conflicts with neighboring countries, mainly with Rwanda, made it difficult to strengthen the recent democracy of the DRC. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2009; BRITANNICA) Joseph Kabila's presidency lasted until 2019, after two re-elections: one in 2006 and another in 2011, though that election was plagued by allegations of widespread voter fraud. When Kabila's mandate was coming to an end, in 2016, the population was afraid he would seek strategies not to leave the government. The elections were scheduled for 2016 but were postponed, citing logistical and financial challenges. The opposition and civil society groups accused Kabila of deliberately delaying the elections to remain in power. The delay in elections led to widespread protests, which were met with violent repression by security forces. The 2016 elections were postponed and Kabila remained in power until 2019 when he chose not to seek re-election (BRITANNICA; HOGG, 2011; AL JAZEERA, 2018).

In 2012 was formed the Mouvement du 23 Mars (M23), a

## THE FIGHTING TO THE PARAMILITARY GROUPS IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO

rebel group arranged in defense of the communities of multiple ethnicities in both north and south of Kivu, claimed to be discriminated against by the government. After shortly occupying Goma the group was dissolved only to reascend in 2021 becoming the leading figure of the DRC conflicts since then. It's impossible to access the size of M23 but the DRC accuses Rwanda and Uganda of supporting militarily the group that controls many regions of Kivu (GLOBAL CONFLICT TRACKER, 2023; THE CONVERSATION, 2022).

### 3. STATEMENT OF THE ISSUE

The long-lasting conflicts in the region of the Democratic Republic of Congo are marked by weak governance and many armed groups jeopardize the safety of its population and the neighboring ones. In addition to the poverty that desolates the country despite the massive natural resources, it is also important to address the lack of social security leading to the constant dislocation of the citizens. As a result, the country is currently struggling to establish democracy and promote peace in its regions, which results in consequences for the health system, education, and daily lives of the population (GLOBAL CONFLICT TRACKER, 2023).

#### 3.1 HUMANITARIAN CRISIS

Besides territory and political conflicts, the DRC faces great difficulty when it comes to the health of the population. The ongoing conflicts have resulted in the most overlooked and underdressed refugee crisis nowadays, with over 5 million people displaced from their country and over 1 million Congolese refugees in other nations. Furthermore, the country has little access to healthcare and lacks surveillance and infrastructure, which leads to recurrent epidemics and the rapid spread of infectious diseases. Also, violent crimes and attacks on civilians create a greater challenge when it comes to receiving help from other countries and health organizations (GLOBAL CONFLICT TRACKER, 2023; VOA NEWS; UNHCR; RELIEF WEB, 2023; RE-

LIEF WEB, 2023; DOCTORS WITHOUT BORDERS).

Among the recurrent diseases in the country is the Ebola Virus Disease (EVD). The deadly virus that causes fear and insecurities is unfortunately part of the DRC story. In April 2022, the country experienced the 14th outbreak of the virus, which has been causing concerns since 1976, when the first outbreak happened. Other than the Ebola virus, Congo also deals with Malaria, cholera, measles, yellow fever, and bubonic plague. It is not just infectious diseases that have harmful effects on the population. The action of armed groups also generates violence against civilians, which can result in injuries, sexual violence, and damage to the mental health of the population (RELIEF WEB, 2023; RELIEF WEB, 2023; DOCTORS WITHOUT BORDERS).

### **3.2 INTERNATIONAL INTERVENTIONS**

Foreign intervention in the Congo has been a reality since colonial times, with the exploitation of natural resources. During the armed conflicts in the country, many neighboring and international countries intervened, often claiming humanitarian reasons, but also in pursuit of their own economic and political interests. The presence of rebel groups, supported by neighboring countries such as Uganda and Rwanda, further complicated the situation and led to accusations of involvement in internal conflicts in the Congo (SILVA, 2011).

## **4. PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS**

The conflict situation in Congo brings international attention to the region, and several organizations and countries have already provided aid to help end the crisis in the country.

During the Congo Crisis, Prime Minister Lumumba requested the assistance of the United Nations troops to supplement the coercive deficit of the State, which means the lack of internal security forces from the country. The mission, authorized on July 14, 1960, by the United Nations Security Council (UNSC), was the largest yet deployed by the organization. On the 17th of that same year, the first interna-

## THE FIGHTING TO THE PARAMILITARY GROUPS IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO

tional troops of the United Nations Operation in Congo (ONUC) arrived in the capital, called Leopoldville. ONUC was composed of troops from various countries, including Canada, India, Ireland, and Sweden. The mission of ONUC was to monitor the ceasefire between Belgian and Congolese forces, supervise the withdrawal of Belgian troops and ensure the safety of foreign citizens in the country. ONUC also worked to help the Congolese government establish its authority throughout the country and promote free and fair elections. However, the operation faced many challenges, including internal conflicts within the Congolese government and tensions with the separatist forces of Katanga (SILVA, 2011).

In July 1999, the Democratic Republic of the Congo and five neighboring states signed a ceasefire agreement known as the Lusaka Ceasefire Agreement. In response, the United Nations Security Council established the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUC) in November 1999 to oversee the ceasefire and maintain communication with all parties involved. The mandate of MONUC was expanded over time to include additional tasks related to implementing the ceasefire agreement. (SILVA, 2011) In May 2010, the United Nations Security Council passed a resolution to rename MONUC to MONUSCO (the United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo). This name change was made to reflect the new phase that the country had reached and the expanded mandate of the mission to not only oversee the ceasefire but also support stabilization efforts in the country. MONUSCO has a similar mission to MONUC but with some important differences. One of the main differences is that MONUSCO has a broader mandate to protect civilians and deal with rebel armed groups. Additionally, MONUSCO has a larger presence in the country, with more troops deployed in conflict areas (UNITED NATIONS PEACEKEEPING).

## 5. BLOC POSITIONS

## 5.1 REPUBLIC OF ALBANIA

Albania, as a democratic government with a parliamentary democracy, operates with a power division among the president, parliament and government. While Albania does not have direct involvement in the Democratic Republic of the Congo (DRC), it currently experiences tensions with Serbia, primarily related to the situation in Kosovo. The conflicts between Serbia and Kosovo have deep historical roots intertwined with ethnic and political complexities (BRITANNICA; CHINA-CEE INSTITUTE, 2023).

It is worth noting that Albania's support for Ukraine aligns with its broader commitment to international peace, stability, and the principles of sovereignty and territorial integrity, which might include the DRC. Moreover, Albania has emerged as an influential player in international relations, driven by its growing partnerships and affiliations with regional and global security structures. With its North Atlantic Treaty Organization (NATO) membership in 2009, Albania's role and status in international affairs have evolved significantly (REPUBLIC OF ALBANIA - MINISTRY FOR EUROPE AND FOREIGN AFFAIRS).

## 5.2 FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

Brazil and the Democratic Republic of the Congo (DRC) have maintained diplomatic relations since 1968, with both countries establishing embassies in each other's capitals in the early 1970s. Over the years, high-level visits have taken place, contributing to the strengthening of bilateral ties.

Brazil's involvement in the DRC extends beyond diplomatic engagements. The country plays a significant role in the United Nations Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUSCO), with Brazilian military officials assuming command positions. The bilateral partnership between Brazil and the DRC covers various areas such as agroecology, family farming, human resourc-

## THE FIGHTING TO THE PARAMILITARY GROUPS IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO

es training, science, and technology. Brazil has also been a generous contributor to humanitarian efforts in the DRC, including donations of cash and food through the World Food Program to mitigate food insecurity and assistance to women victims of sexual violence (GOV. BR, 2022).

### 5.3 PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA

China has established significant economic and political ties with the DRC, primarily driven by its interest in the country's abundant natural resources. Therefore, China's engagement in the DRC is characterized by a focus on resource extraction and infrastructure development, including large-scale mining projects and investments in sectors like telecommunications and energy. Meanwhile, the DCR expects financial help and assistance for its infrastructure.

China has positioned itself as a strategic partner to the DRC, providing financial and technical support for infrastructure projects, such as roads, railways, and hydropower plants. However, China's position in the DRC is characterized by a strong focus on economic engagement, particularly in the extraction of natural resources and infrastructure development, having not been notorious for its engagement in the political aspect of their relationship (KABEMBA, 2016).

### 5.4 DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO

The government's position is focused on finding diplomatic solutions and engaging in negotiations to resolve these conflicts. The Democratic Republic of Congo (DRC) has taken various measures concerning the conflicts and ongoing violence within the country. As previously mentioned in this article, the government has been involved in peace negotiations and has made efforts to address the root causes of the conflict. One of the key measures taken is the promotion of accountability and justice for human rights abuses committed during the conflicts.

Additionally, as mentioned earlier in the article, the DRC has

sought to address the issue of poverty, inequality, and weak governance, which are underlying factors contributing to the conflicts. By addressing these issues, the government aims to create a more stable and inclusive society that can prevent the rise of radical groups and violent conflicts. However, despite these efforts, the country continues to face challenges in achieving peace and stability. The return of radical military groups, such as the March 23 Movement (M23), and ongoing conflicts with neighboring countries like Rwanda pose significant obstacles to the peace process.

## **5.5 REPUBLIC OF ECUADOR**

Regarding the Democratic Republic of the Congo, Ecuador does not have a specifically declared position officially. However, It is important to note that Ecuador has engaged in global human rights issues and refugee protection. The country is a member of the United Nations and its specialized agencies, the Organization of American States, and regional groups such as the Rio Group, and the Community of Andean Nations.

Ecuador's foreign policy had significant changes with the 2008 Constitution. This new constitution emphasized a social approach and the restoration of basic dimensions of sovereignty in the national interest. The constitution also prohibited the establishment of foreign military bases or facilities for military purposes within Ecuador's territory, which can be seen as their possible positioning to similar scenarios regarding the DRC conflict, on the matter of respecting territorial integrity and sovereignty (GLOBAL SECURITY).

## **5.6 FRENCH REPUBLIC**

According to the France Diplomacy website, for several years, France has been actively engaged in safeguarding the territorial integrity of the DRC. The bilateral relationship between France and the DRC is strengthened by their shared connection through Francophonie. France assumes the responsibility of proposing resolutions related to

## THE FIGHTING TO THE PARAMILITARY GROUPS IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO

the situation in the DRC within the United Nations Security Council (MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES). In a recent statement, the permanent representative of France to the United Nations, Mr. Nicolas de Rivière, addressed three crucial points. Firstly, he emphasized the urgent need to expedite efforts for the withdrawal of the M23 and the demobilization of armed groups in the Democratic Republic of Congo (DRC). Secondly, he highlighted the importance of adapting the partnership between the United Nations and the DRC to meet the needs of the population. This includes calling for international funding to address the humanitarian crisis and stressing the significance of safeguarding displaced persons' camps. Lastly, Mr. de Rivière expressed France's readiness to provide support during the upcoming December 2023 elections in the DRC. He voiced endorsement for the Independent National Electoral Commission's endeavors and encouraged a process that reflects the aspirations of the Congolese people (MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES, 2023).

French cooperation in the Democratic Republic of the Congo (DRC) includes a wide range of areas and is characterized by its diverse nature. The focus of cooperation lies in the fields of education, environmental protection and biodiversity, and health. In July 2013, a debt-reduction and development contract was signed, allocating €170 million for sectors such as education, vocational training, water sanitation, and financial governance (MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES).

## 5.7 GABONESE REPUBLIC

As a neighboring country of the DRC, Gabon follows the consequences of the ongoing civil war closely, receiving the influx of refugees fleeing the conflict since 1997 and facing the hardship of providing the needs of those in an asylum while maintaining the nation's security. The country's position is also used for international approach in the situation, as a route of military deployment, ONG's, and diplomatic facilities settlement (AL JAZEERA, 2019; UNHCR THE UN

REFUGEE AGENCY, 2011).

Regarding Congo's matters, Gabon's involvement happens by taking co-leadership alongside France on visiting missions of the UN'S Security Council in 2023 to access the unceasing fighting, despite the peace efforts in the Great Lakes region. The country voices its concern about the building tension between Rwanda and the Democratic Republic of Congo and shows the necessity of both using the available regional mechanisms to normalize relations. Gabon's representatives in the council focus on the necessity of all parties committing to end the historical cycle of violence, reiterating an immediate ceasefire, transitioning into justice, and reintegrating the victims with their origins and identity (SECURITY COUNCIL REPORT, 2023; UNITED NATIONS, 2022).

## 5.8 REPUBLIC OF GHANA

The second most populous West-African country, Ghana, is a non-permanent member of the UN Security Council for 2022-2023 and a vital ally for the DRC's security and territorial integrity, because of this that the Congo's president called the Ghanaian president to use its position to press the UN to lift the arms and ammunition purchase embargo and enforce sanctions against Rwanda for supporting non-state actors in the conflict, in behalf of the country's sovereignty and security. The current president of Ghana, Akufo-Addo, said to the president of the DRC during a visit to Ghana in October 2022 that he thinks "[...] that provides us an opportunity to be able to have some clear ideas of how we can all work together to rid our continent of this Jihadist and terrorist activities menace." (SANCHEZ, 2022; ALL AFRICA, 2022).

Despite not being part of the regional force, Ghana has become an important peacekeeping country by deploying troops to the DRC, strengthening their relations even further, stating the commitment to holding the 2023 upcoming elections in the DRC, and voicing the importance of the regional disarmament programs and the InterCongolese Peace Dialogue as a path to transparency, stability, prosperity

THE FIGHTING TO THE PARAMILITARY GROUPS IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO and development in the Great Lakes region (SANCHEZ, 2022; ALL AFRICA, 2022; THE PERMANENT MISSION OF GHANA TO THE UN).

## **5.9 ITALY**

Italy, like many other countries, has been concerned about the conflict in the DRC due to its impact on regional stability, human rights violations, and the humanitarian crisis that has unfolded over the years. Italy has supported international efforts to address the conflict and has been involved in peacekeeping operations in the region. The country has also expressed its commitment to promoting peace, stability, and development in the DRC. It has supported initiatives aimed at resolving the conflict through political negotiations, such as the Peace, Security, and Cooperation Framework for the DRC and the Great Lakes Region, signed in 2013 (UNITED NATIONS, 2017; THE CONVERSATION, 2021).

Furthermore, Italy has recognized the importance of addressing the root causes of the conflict, including issues related to governance, corruption, and the illegal exploitation of natural resources. It has supported efforts to improve transparency and accountability in the mining sector and has called for sustainable and responsible resource extraction in the DRC (UNITED NATIONS, 2017).

The European country takes an effort in its ONGs related to food security, another issue in the DRC caused by the long-lasting conflict in the region. However, when the Italian Ambassador, Luca Attanasio, dies in an attack on the convoy of the UN World Food Programme (WFP) in 2021 targeting him for kidnapping, the tensions between Congo, Rwanda, and the armed rebellious groups in eastern Congo increased as the attack was investigated, and the ones to blame were held accountable (AL JAZEERA, 2021; THE GUARDIAN, 2021; THE CONVERSATION, 2021).

## **5.10 JAPAN**

Japan is concerned and actively engaged in the deteriorating humanitarian situation in the DRC, funding multiple organizations related to health and hunger, sexual violence, and people's displacement, as well as the violent acts and humanitarian crisis due to the competition for mineral sources in the region. The president of the Japan International Cooperation Agency (JICA) even strived to appease the tension between DRC and Rwanda by implementing development in both conflict-affected countries (IKEGAMI; KYODO NEWS, 2022; THE UNIVERSITY OF TOKYO, 2018; JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY, 2019).

Since the end of the Second World War the country has been connected to the DRC, by the legacy of the bombs dropped in Hiroshima and Nagasaki being produced with minerals from the African country, therefore the Japanese government deems the stability involving the mineral supplies in Congo as of greater importance. Therefore, appeasing the conflict and the consequences in the Great Lake region is very pertinent for the Japanese nation, investing as possible in these results (KYODO NEWS, 2022; BELE, 2021).

## 5.11 MALTA

The Maltese government, as a part of the Security Council, issued the worsening in the current humanitarian situation in the region, brought by the M23's recent attacks, building even more instability and tension between the Forces Armées de la République démocratique du Congo (FARDC) and the Rwanda Defence Force. Furthermore, they dwell on urgency in the ceasefire and end the external support of armed groups, preventing more violence that affects the population, above all kids and women suffering sexual violence and labor abuses (UNITED NATIONS, 2023; INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2001).

In addition, they voice through the "Women, Peace, and Security" agenda, a national strategy of transitional justice, following female leaders in Congo fighting against the dire humanitarian situation affecting women, mostly related to sexual violence, struggling to end

THE FIGHTING TO THE PARAMILITARY GROUPS IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO  
the cycle of impunity of those crimes (PERMANENT MISSION OF FRANCE, 2023).

## **5.12 MOZAMBIQUE**

As an African country facing similar challenges as the Democratic Republic of Congo, Mozambique acknowledges that the DRC, for more than 25 years, is suffocating in foreign and local armed groups' cycle of violence and expresses the importance of cessation of all civilization abuse and external support of the conflict. Moreover, the country stated the urgency in the stability and control over the natural resources in the Great Lake region as crucial in order to control the situation, giving the government and MONUSCO the human and material resources needed for the community recovery and stabilization of the whole situation (UNITED NATIONS, 2023; UNITED NATIONS, 2022).

## **5.13 RUSSIAN FEDERATION**

Russia has corroborated a strong bilateral alliance with the Republic of Congo, in a campaign to strengthen its ties with the African continent, the Russian Foreign Minister, Sergey Lavrov, has visited the DRC willing to help end its long-lasting civil war as well as helping developing aspects of the country's economy and infrastructure. Shipping ammunition, guns, and the allegedly Russian mercenaries allied to an anti-Western sentiment give Russia an active and important role in the Congolese administration (FOREIGN POLICY, 2015; LAWFARE).

The concern for the mineral resources in the DRC for mining and energy sectors may be an important factor for Russia extending its political, security, and economic influence in the African continent, in addition, to the conflict in the country, the alliance of both nations can be vital for the stabilization of the conflict in the region (LAWFARE; THE EAST AFRICAN, 2023).

## **5.14 RWANDA**

Rwanda has been a very active state in the Congolese conflict over the decades. With a strong presence and influence, either officially or through proxies, in the territory of the Democratic Republic of Congo since the First Congo War. Led by Paul Kagame, the Rwandan government maintains a contradictory position regarding its involvement in the neighboring country.

While officially denying participation in the financing of paramilitary groups in eastern DRC, it is also identified as the main sponsor of some groups, such as the M23 (PINTO, 2023). Last year, United Nations experts said they had “substantial evidence” of Rwandan government forces crossing into Congo to reinforce M23 rebels or to conduct operations against the FDLR (AL JAZEERA, 2023).

## 5.15 SWITZERLAND

The bilateral relations between Switzerland and the DRC are cordial, with a focus on cooperation for development, humanitarian aid, and migration. The two countries also collaborate in areas such as education, economic cooperation, peacebuilding, and human security. As such, Switzerland donated \$2.8 million to the United Nations World Food Programme (WFP) to support emergency food and nutrition assistance in the Democratic Republic of the Congo.

Switzerland, which assumed the presidency of the UN Security Council in 2023, has pledged to prioritize the well-being of the civilian population affected by conflicts, especially in the eastern region. As a non-permanent member of the United Nations Security Council, Switzerland aims to promote peace, dialogue, and mediation while maintaining its commitment to neutrality (SWI SWISSINFO. CH, 2023; MIRAGE NEWS, 2023; FEDERAL DEPARTMENT OF FOREIGN AFFAIRS FDFA; AFRICA NEWS).

## 5.16 THE UNITED ARAB EMIRATES

The UAE took a strong stance against what it perceived as threats to its national security, particularly from Iran’s regional expansion.

## THE FIGHTING TO THE PARAMILITARY GROUPS IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO

sion and potential possession of nuclear weapons. The UAE was also known for its involvement in military interventions, as seen during the Arab Spring uprisings. However, in recent years, the UAE has undergone a notable shift in its foreign position. The country has adopted a more pragmatic and diplomatic approach towards its regional neighbors. The UAE has sought to build bridges of communication and engage in diplomatic efforts with regional players previously viewed as adversaries (CARNEGIE ENDOWMENT FOR INTERNATIONAL PEACE, 2022).

The United Arab Emirates has reaffirmed its commitment to the Democratic Republic of the Congo and its people and emphasizes the importance of regional dialogue, de-escalation, and the protection of civilians, particularly women and children. The UAE also stresses the need for stronger efforts to counter hate speech and disinformation, along with the full implementation of disarmament and stabilization programs. They urged armed groups to cease hostilities, support credible elections, and address the dire humanitarian situation in the DRC. This way, the country also emphasized the importance of continued engagement and cooperation to achieve stability in the DRC and the region (PERMANENT MISSION OF THE UNITED ARAB EMIRATES TO THE UNITED NATIONS, 2023).

## 5.17 THE UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND

The United Kingdom expressed officially deep concern regarding the human rights situation in the Democratic Republic of Congo (DRC), exacerbated by the violence perpetrated by armed groups. These acts of violence have resulted in severe human rights abuses and have further deteriorated the existing humanitarian crisis. The UK called for immediate action to safeguard affected civilians, including internally displaced persons, and emphasized the need for an end to the violence and active participation in the political process (GOV.UK, 2022).

However, UK aid to individual African countries faced a sig-

nificant reduction of 66% in 2021. The scale of the cuts has been described as difficult to understand and experts warn of the negative impact on education, particularly for the world's poorest women and girls. The British government also faced accusations of overlooking UK companies involved in trading Congolese “conflict minerals.” Campaign group Global Witness claimed that these companies continued to buy minerals from rebel militias, this way prolonging the conflict in the Democratic Republic of Congo (GOV.UK, 2022; THE GUARDIAN).

## **5.18 UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR)**

On the matter of the Democratic Republic of Congo, the UNHCR offers support and protection to those who have been forced to leave their homes and those who are at risk of being stateless within the country. Additionally, the UNHCR collaborates with the government of the DRC to address the underlying causes of displacement and to find solutions. This involves efforts to strengthen the self-reliance of refugees, internally displaced persons (IDPs), and host communities, enabling them to rebuild their lives and contribute to the local economy.

In 2023, the UNHCR intends to implement a comprehensive operational response in the DRC focusing on protecting and assisting refugees, IDPs, and returnees. This response will involve a range of activities aimed at achieving long-term solutions and promoting self-reliance (UNITED NATIONS PEACEKEEPING; UNHCR THE UN REFUGEE AGENCY).

## **5.19 UNITED STATES OF AMERICA**

The U.S and the DRC launched the “Privileged Partnership for Peace and Prosperity” in 2019, expanding it to include environmental preservation in 2021. The current president of Congo, Tshisekedi, can be seen as a reliable partner for the north american country in address-

## THE FIGHTING TO THE PARAMILITARY GROUPS IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO

ing global priorities and bilateral dialogue on human rights and collaboration on mining standards and transparency are ongoing between both countries (US DEPARTMENT OF STATE).

The Biden Administration aims to improve the US-DRC relations by working with Tshisekedi to combat corruption, enhance human rights, stabilize the eastern region, promote economic growth and investment, protect the environment, and strengthen global health security (US DEPARTMENT OF STATE, 2020; THE US DEPARTMENT OF STATE, 2022).

During the Cold War, the US sought to control the strategic minerals of the Congo to prevent Soviet access. However, China has been acquiring mining rights and control over these resources, raising concerns in the US. This way, the sale of Congolese mines to Chinese companies poses a challenge for the Biden administration, which aims to protect US interests and promote electric vehicles (THE NEW YORK TIMES, 2021; SOUTH CHINA MORNING POST, 2023; CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE, 2022).

## 5.20 REPUBLIC OF UGANDA

During the foreign interventions in DRC, Uganda's conflicting role in northeastern Congo worsened the war's impact on the local population. The war involves multiple foreign actors, resulting in casualties, displacement, and asylum-seeking. The conflict led to the support and reliance on foreign troops. Ethnic tensions escalated, causing inter-ethnic conflicts and human rights violations. Uganda's forces influenced local affairs, supporting specific groups and engaging in clashes. Uganda's exploitation of resources worsened the region's overall exploitation by external actors (HUMAN RIGHTS WATCH).

In recent years, as part of a complex network of relations, the Ugandan Army deployed 1,000 soldiers to the Democratic Republic of Congo (DRC) as part of a regional force to combat rebels. Uganda already has hundreds of soldiers in the DRC to fight the Allied Democratic Forces (ADF), an ally of the Islamic State. Analysts state that these deployments are part of Uganda's efforts to compensate for its

past involvement in the deadly civil wars of the Congo. The regional force, composed of Uganda, Kenya, and Burundi, aims to address the crisis in the region (VOA NEWS, 2022).

## 5.21 UKRAINE

The Ukrainian government, currently led by President Volodymyr Zelensky, strongly advocates for respect for the sovereignty of countries. Therefore, the Ukrainian government has been an engaged actor in promoting and defending the right of no intervention over sovereign countries, according to the United Nations General Assembly Resolution 3314 (SHARP, 2023; POLISH INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS, 2020).

This way, in regard to the situation in the DRC, Ukraine requested in 2022 the return of 250 troops, which had been deployed in the MONUSCO mission. This move has raised concerns among diplomats about the mission's capability, particularly regarding helicopter support. Ukraine's military had been providing air reconnaissance and assistance to UN ground units in the Congo, which is grappling with rebel groups in its eastern regions (RADIO FREE EUROPE, 2022).

## 6. QUESTIONS TO PONDER

1. Considering not only the proximity but also the vulnerability in the region, what measures could the United Nations Security Council committee take to prevent more paramilitary groups from spreading to other African countries?
2. Being among the largest countries in territorial size in Africa, in what ways can there be greater monitoring of state forces to have an internal non-proliferation of paramilitary groups in the Democratic Republic of Congo?
3. Having in mind the intensity of this confrontation, how can the humanitarian organizations penetrate conflict areas and maintain their action efficiently and securely?

## 7. REFERENCES

A return to stability in the DRC will require the commitment of all. MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES, June 26, 2023. Available at: <https://onu.delegfrance.org/a-return-to-stability-in-the-democratic-republic-of-congo-will-require-the>. Accessed: June 30, 2023.

AFRICAN countries facing 66% cut in UK aid, charities say. THE GUARDIAN, [s.d]. Available at: <https://www.theguardian.com/politics/2021/apr/28/african-countries-facing-66-cut-in-uk-aid-charities-say>. Accessed: May 31, 2023.

ALBANIA - Constitutional framework. BRITANNICA, [s.d]. Available at: <https://www.britannica.com/place/Albania/Constitutional-framework>. Accessed: May 29, 2023.

ALBANIA external relations briefing: An overview of Albania's foreign policy in 2022. CHINA-CEE INSTITUTE, January 5, 2023. Available at: <https://china-cee.eu/2023/01/05/albania-external-relations-briefing-an-overview-of-albanias-foreign-policy-in-2022/>. Accessed: May 29, 2023.

ALBANIA in the region. REPUBLIC OF ALBANIA - MINISTRY FOR EUROPE AND FOREIGN AFFAIRS, [s.d]. Available at: <https://punetesjastme.gov.al/en/shqiperia-ne-rajon/>. Accessed: May 29, 2023.

ANALYSTS Say Ugandan Troops Heading to DRC to Make Amends for the Past. VOA NEWS, 2022. Available at: <https://www.voanews.com/a/analysts-say-ugandan-troops-heading-to-drc-to-make-amends-for-the-past/6847191.html>. Accessed: June 6, 2023.

BELE, Jean. The Legacy of the Involvement of the Democratic Republic of the Congo in the Bombs Dropped on Hiroshima and Nagasaki. MIT Faculty Letter. Feb 2021. Available at: <https://fnl.mit.edu/january-february-2021/the-legacy-of-the-involvement-of-the-democratic-republic-of-the-congo-in-the-bombs-dropped-on-hiroshima-and-nagasaki/>. Accessed: May 28, 2023.

BILATERAL relations Switzerland–The Democratic Republic of the

Congo. FDFA, [s.d]. Available at: <https://www.eda.admin.ch/eda/en/home/representations-and-travel-advice/democratic-republic-congo/switzerland-democratic-republic-congo.html>. Accessed: May 28, 2023.

CONFLICT in the Democratic Republic of Congo. GLOBAL CONFLICT TRACKER, June 7, 2023. Available at: <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/violence-democratic-republic-congo>. Accessed: March 1, 2023.

CONGO: A journey to the heart of Africa. BBC NEWS AFRICA, January 19, 2019. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=43xTvpxWLW4>. Accessed: March 29, 2023.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. Democratic Republic of Congo: Background and U.S. Relations. March 25, 2022. Available at: <https://sgp.fas.org/crs/row/IF10216.pdf>. Accessed: June 6, 2023.

COUP d'état. BRITANNICA, [s.d]. Available at: <https://www.britannica.com/topic/coup-detat>. Accessed: April 9, 2023.

DEMOCRATIC Republic of Congo Crisis Thwarting Gains in Great Lakes Region, Speakers Tell Security Council, Stressing Need to End Illicit Natural Resources Trade. UNITED NATIONS, April 27, 2022. Available at: <https://press.un.org/en/2022/sc14871.doc.htm>. Accessed: May 29, 2023.

\_\_DEMOCRATIC Republic of Congo. DOCTORS WITHOUT BORDERS, [s.d]. Available at: <https://www.doctorswithoutborders.org/what-we-do/where-we-work/democratic=-republic-congo#:~:text=In%20the%20DRC%2C%20people%20have,has%20forced%20millions%20to%20flee>. Accessed: April 5, 2023.

DEMOCRATIC Republic of the Congo - Epidemics (DG ECHO, \_\_WHO, authorities) (ECHO Daily Flash of 13 January 2023). RELIEF WEB, Jan 13, 2023. Available at: <https://reliefweb.int/report/democratic-republic-congo/democratic-republic-congo-epidemics-dg-echo-who-authorities-echo-daily-flash-13-january-2023>. Accessed: April 5, 2023.

\_\_DEMOCRATIC Republic of the Congo. BRITANNICA, [s.d]. Available at: <https://www.britannica.com/place/Democratic-Republic-of-the-Congo>. Accessed: March 13, 2023.

## THE FIGHTING TO THE PARAMILITARY GROUPS IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO

\_\_DEMOCRATIC Republic of the Congo. GOV.BR, Dec 22, 2022. Available at: <https://www.gov.br/mre/en/subjects/bilateral-relations/all-countries/democratic-republic-of-the-congo>. Accessed: May 25, 2023.

\_\_DEMOCRATIC Republic of the Congo. UNHCR THE UN REFUGEE AGENCY, [s.d]. Available at: <https://www.unhcr.org/us/countries/democratic-republic-congo>. Accessed: May 25, 2023.

\_\_DEMOCRATIC Republic of the Congo situation. UNHCR THE UN REFUGEE AGENCY, [s.d]. Available at: <https://reporting.unhcr.org/operational/situations/democratic-republic-congo-situation>. Accessed: May 25, 2023.

DESPITE Peacekeeping Mission's Efforts, Security Situation Worsening in Democratic Republic of Congo, Special Representative Tells Security Council. UNITED NATIONS, Dec 9, 2022. Available at: <https://press.un.org/en/2022/sc15135.doc.htm>. Accessed: May 25, 2023.

DR Congo: Chronology. HUMAN RIGHTS WATCH, 2009. Available at: <https://www.hrw.org/news/2009/08/21/dr-congo-chronology>. Accessed: March 30, 2023.

DRC / Equateur: Ebola Virus Disease Outbreak - Final report, DREF Operation n° MDRCD036. RELIEF WEB, Jan 11, 2023. Available at: <https://reliefweb.int/report/democratic-republic-congo/drc-equateur-ebola-virus-disease-outbreak-final-report-dref-operation-ndeg-mdrcd036>. Accessed: April 5, 2023.

DRC / Rwanda / Uganda: 10 key moments in a complicated relationship. THE AFRICA REPORT, June 2, 2022. Available at: <https://www.theafricareport.com/209652/drc-rwanda-uganda-10-key-moments-in-a-complicated-relationship/>. Accessed: March 13, 2023.

DRC President Joseph Kabila will not seek third term: PM. AL JAZEERA, Jun 12, 2018. Available at: <https://www.aljazeera.com/news/2018/6/12/drc-president-joseph-kabila-will-not-seek-third-term-pm>. Accessed: April 15, 2023.

ECUADOR - Foreign Relations. GLOBAL SECURITY, [s.d]. Available at: <https://www.globalsecurity.org/military/world/ecuador/forrel>.

htm. Accessed: May 29, 2023.

ECUADOR Events of 2021. HUMAN RIGHTS WATCH, [s.d]. Available at: <https://www.hrw.org/world-report/2022/country-chapters/ecuador>. Accessed: May 29, 2023.

ENTENDA o genocídio de Ruanda de 1994: 800 mil mortes em cem dias. BBC NEWS BRASIL, April 7, 2014. Available at: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407\\_ruanda\\_genocidio\\_ms](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms). Accessed: April 12, 2023.

EUROPEAN mercenary question in the DR Congo conflict. THE EAST AFRICAN, Jan 22, 2023. Available at: <https://www.theeast-african.co.ke/tea/news/east-africa/russian-question-in-congo-conflict-4093620>. Accessed: May 29, 2023.

EXPLAINER: What's Behind the Rising Conflict in Eastern DRC. VOA NEWS, 2022. Available at: <https://www.voanews.com/a/explainer-what-s-behind-the-rising-conflict-in-eastern-drc-/6690258.html>. Accessed: March 1, 2023.

FRANCE and Democratic Republic of the Congo. MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES, [s.d]. Available at: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/democratic-republic-of-the-congo/france-and-democratic-republic-of-the-congo-65146/#:~:text=France%20has%20been%20active%20for,special%20ties%20based%20on%20Francophonie>. Accessed: May 25, 2023.

GHANA: President Akufo-Addo Assures of Ghana's Readiness to Strengthen Security Relations With DR Congo. ALL AFRICA, October 21, 2022. Available at: <https://allafrica.com/stories/202210210550.html>. Accessed: May 25, 2023.

HENRY Morton Stanley. BRITANNICA, [s.d]. Available at: <https://www.britannica.com/biography/Henry-Morton-Stanley>. Accessed: March 29, 2023.

HOGG, Jonny. Congo's Kabila re-elected, opposition claims victory. Reuters, Dec 10, 2011. Available at: <https://www.reuters.com/article/ozatp-congo-democratic-election-20111210-idAFJOE-7B900E20111210>. Accessed: April 15, 2023.

THE FIGHTING TO THE PARAMILITARY GROUPS IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO

HOGG, Jonny. Congo's Kabila: Rwanda's rebel backing no secret. Reuters, July 29, 2012. Available at: <https://www.reuters.com/article/congo-democratic-rwanda-idAFL6E8IT03Y2012072>. Accessed: March 13, 2023.

HOW conflict minerals end up in Japan. THE UNIVERSITY OF TOKYO, Nov 16, 2018. Available at: [https://www.u-tokyo.ac.jp/focus/en/features/z0508\\_00038.html](https://www.u-tokyo.ac.jp/focus/en/features/z0508_00038.html). Accessed: May 26, 2023.

HOW the U.S Lost Ground to China in the Contest for Clean Energy. THE NEW YORK TIMES, [s.d]. Available at: <https://www.nytimes.com/2021/11/21/world/us-china-energy.html>. Accessed: June 6, 2023.

HUTU rebels accuse DRC, Rwanda after Italian ambassador killed. AL JAZEERA, Feb 23, 2021. Available at: <https://www.aljazeera.com/news/2021/2/23/hutu-rebels-accuse-drc-rwanda-over-italians-killing>. Accessed: May 25, 2023.

INDIVIDUAL Case (CAS) - Discussion: 2017, Publication: 106th ILC session (2017). INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2001. Available at: [https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NOR-MLEXPUB:13100:0::NO::P13100\\_COMMENT\\_ID:3331022](https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NOR-MLEXPUB:13100:0::NO::P13100_COMMENT_ID:3331022). Accessed: May 29, 2023.

IS the Democratic Republic of Congo Considering a Pivot to Russia?. LAW FARE BLOG, [s.d]. Available at: <https://www.lawfareblog.com/democratic-republic-congo-considering-pivot-russia>. Accessed: May 29, 2023.

ITALIAN ambassador to DR Congo dies in attack on UN convoy. THE GUARDIAN, Feb 22, 2021. Available at: <https://www.theguardian.com/world/2021/feb/22/italian-ambassador-to-dr-congo-dies-in-attack-un-convoy-luca-attanasio>. Accessed: May 25, 2023.

JAPAN helps WFP to provide a lifeline for emergency food and nutrition assistance in the Democratic Republic of the Congo. WORLD FOOD PROGRAMME, Dec 19, 2022. Available at: <https://www.wfp.org/news/japan-helps-wfp-provide-lifeline-emergency-food-and-nutrition-assistance-democratic-republic>. Accessed: May 26, 2023.

JAPAN Supports UN Migration Agency Assistance to Returnees, Displaced in DRC. INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION, March 20, 2018. Available at: <https://www.iom.int/news/>

japan-supports-un-migration-agency-assistance-returnees-displaced-drc. Accessed: May 26, 2023.

JAPAN to promote investment in Congo for stable rare mineral supply. KYODO NEWS, 2022. Available at: <https://english.kyodonews.net/news/2022/12/fc7ee5cec6b2-japan-to-promote-investment-in-congo-for-stable-rare-mineral-supply.html>. Accessed: May 26, 2023.

JOSEPH Kabila. BRITANNICA, [s.d]. Available at: <https://www.britannica.com/biography/Joseph-Kabila#ref341673>. Accessed: April 2, 2023.

KABEMBA, Claude. China-Democratic Republic of Congo Relations: From a Beneficial to a Developmental Cooperation. Dec 2016 University of Florida. Available at: [https://asq.africa.ufl.edu/kabemba\\_dec2016/](https://asq.africa.ufl.edu/kabemba_dec2016/). Accessed: May 25, 2023.

KOSOVO: Why is violence flaring up again? BBC NEWS, [s.d]. Available at: <https://www.bbc.com/news/62382069>. Accessed: May 29, 2023.

M23: Four things you should know about the rebel group's campaign in Rwanda-DRC conflict. THE CONVERSATION, Nov 23, 2022. Available at: <https://theconversation.com/m23-four-things-you-should-know-about-the-rebel-groups-campaign-in-rwanda-drc-conflict-195020>. Accessed: April 5, 2023.

MINERAL-rich central Africa becomes focal point in US-China tug of war. SOUTH CHINA MORNING POST, May 12, 2023. Available at: <https://www.scmp.com/news/china/article/3220265/mineral-rich-central-africa-becomes-focal-point-us-china-tug-war>. Accessed: June 6, 2023.

MONUC United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. UNITED NATIONS PEACEKEEPING, [s.d]. Available at: <https://peacekeeping.un.org/mission/past/monuc/>. Accessed: April 26, 2023.

MONUSCO Fact Sheet. UNITED NATIONS PEACEKEEPING, [s.d]. Available at: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/monusco>. Accessed: April 25, 2023.

PARENS, Rafael. Conflict in Eastern Congo: A Spark Away from a Regional Conflagration. Foreign Policy Research Institute. September 8,

THE FIGHTING TO THE PARAMILITARY GROUPS IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO

2022. Available at: <https://www.fpri.org/article/2022/09/conflict-in-eastern-congo-a-spark-away-from-a-regional-conflagration/#:-:text=The%20ongoing%20conflict%20in%20the,armed%20groups%20fuel%20the%20fighting>. Accessed: March 1, 2023.

PINTO, N. Teresa. Is the Third Congo War approaching? Geopolitical Intelligence Services. April 12, 2023. Available at: <https://www.gisreportsonline.com/r/drc-war/>. Accessed: May 26, 2023.

POLICY for DRC Conflict Free procurement. IKEGAMI, [s.d]. Available at: <https://sg.ikegami.co.jp/policy-for-drc-conflict-free-procurement>. Accessed: May 26, 2023.

PRESIDENT Kitaoka visited Democratic Republic of the Congo and the Republic of Rwanda: Reaffirming reconstruction and development initiatives of these two conflict-affected countries. JICA, 2019. Available at: < [https://www.jica.go.jp/Resource/english/news/field/2019/20190809\\_41\\_en.html](https://www.jica.go.jp/Resource/english/news/field/2019/20190809_41_en.html)>. Accessed: May 26, 2023.

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY, Aug 9, 2019. Available at: [https://www.jica.go.jp/Resource/english/news/field/2019/20190809\\_41\\_en.html](https://www.jica.go.jp/Resource/english/news/field/2019/20190809_41_en.html). Accessed: May 26, 2023.

Q&A: A new chapter begins in Gabon for Congolese who fled fighting. UNHCR THE UN REFUGEE AGENCY, Sept 30, 2011. Available at: <https://www.unhcr.org/news/qa-new-chapter-begins-gabon-congolese-who-fled-fighting>. Accessed: May 23, 2023.

REPUBLIC of Congo. SOUTH AFRICAN HISTORY ONLINE, [s.d]. Available at: <https://www.sahistory.org.za/place/republic-congo>. Accessed: March 30, 2023.

RUSSIA HAS THE ABILITY TO HELP DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO REACH ITS POTENTIAL. FOREIGN POLICY, October 23, 2015. Available at: <http://www.foreignpolicy.ru/en/analyses/russia-has-the-ability-to-help-democratic-republic-of-congo-reach-its-potential/>. Accessed: May 19, 2023.

RWANDA accuses DR Congo soldiers of attack on army border post. AL JAZEERA, Feb 16, 2023. Available at: <https://www.aljazeera.com/news/2023/2/16/rwanda-accuses-congolese-soldiers-of-attack-on-border-army-post#::-:text=Rwanda's%20President%20Paul%20Kagame%20has,it%20is%20not%20Rwanda's%20pro>

blem%E2%80%9D.&text=If%20playback%20doesn't%20begin%20shortly%2C%20try%20restarting%20your%20device.,-More%20video. Accessed: May 26, 2023.

SANCHEZ, A, Wilder. The DRC: Threats and Opportunities in a Complex Neighborhood. Geopolitical Monitor. November 21, 2022. Available at: <https://www.geopoliticalmonitor.com/drc-foreign-policy-threats-and-opportunities-in-a-complex-neighborhood/>. Accessed: May 25, 2023.

SECURITY Council Adopts Presidential Statement on Visiting Mission to Democratic Republic of Congo, Affirms Commitment to African-Led Initiatives Tackling Crises. UNITED NATIONS, March 29, 2023. Available at: <https://press.un.org/en/2023/sc15248.doc.htm>. Accessed: May 29, 2023.

SECURITY Council Grants Mandate Extension for United Nations Peacekeeping Mission in Democratic Republic of Congo, while Reducing Troop Ceiling. UNITED NATIONS, March 31, 2017. Available at: <https://press.un.org/en/2017/sc12772.doc.htm>. Accessed: May 25, 2023.

SECURITY Council Press Statement on Situation in Democratic Republic of Congo. UNITED NATIONS, Feb 3, 2023. Available at: <https://press.un.org/en/2023/sc15191.doc.htm>. Accessed: May 29, 2023.

SECURITY Council Visiting Mission to the Democratic Republic of the Congo. SECURITY COUNCIL REPORT, March 8, 2023. Available at: <https://www.securitycouncilreport.org/whatsinblue/2023/03/security-council-visiting-mission-to-the-democratic-republic-of-the-congo.php>. Accessed: May 25, 2023.

SHARP, Alexandra. Zelensky Renews Call for Special Tribunal to Prosecute Putin. Foreign Policy. May 4, 2023. Available at: <https://foreignpolicy.com/2023/05/04/zelensky-hague-speech-putin-ukraine-russia-icc-special-tribunal-nuremberg/>. Accessed: June 9, 2023.

SILVA, I. C. D. Guerra e construção do Estado na República Democrática do Congo: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz. Tese (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Available at: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31730/000784798.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Accessed:

THE FIGHTING TO THE PARAMILITARY GROUPS IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO

April 9, 2023.

STATEMENT on behalf of the A3 at the Briefing on the situation concerning the Democratic Republic of Congo. THE PERMANENT MISSION OF GHANA TO THE UN, [s.d]. Available at: <https://www.ghanamissionun.org/briefing-on-the-situation-drc/>. Accessed: May 25, 2023.

SWISS President pledges to advocate for east DR Congo conflict victims at UN. AFRICA NEWS, [s.d]. Available at: <https://www.africa-news.com/2023/04/13/swiss-president-pledges-to-advocate-for-east-dr-congo-conflict-victims-at-un/>. Accessed: May 28, 2023.

SWISS president promises to work for conflict victims during Congo visit. SWI SWISSINFO.CH, April 14, 2023. Available at: <https://www.swissinfo.ch/eng/politics/swiss-president-promises-to-work-for-conflict-victims-during-congo-visit/48435994>. Accessed: May 28, 2023.

SWITZERLAND Donates \$2.8M to Fight Hunger in DRC. MIRA-GE NEWS, [s.d]. Available at: <https://www.miragenews.com/switzerland-donates-2-8m-to-fight-hunger-in-drc-1000490/>. May 5, 2023. Accessed: May 28, 2023.

THE postponed DRC elections: Behind the tumultuous politics. BROOKINGS, November 18, 2016. Available at: <https://www.brookings.edu/articles/the-postponed-drc-elections-behind-the-tumultuous-politics/>. Accessed: April 15, 2023.

THE Reshaping of UAE Foreign Policy and Geopolitical Strategy. CARNEGIE ENDOWMENT FOR INTERNATIONAL PEACE, January 4, 2022. Available at: <https://carnegieendowment.org/sada/86130>. Accessed: May 31, 2023.

THE United States-Democratic Republic of the Congo Relationship. THE US DEPARTMENT OF STATE, Aug 9, 2022. Available at: <https://www.state.gov/the-united-states-democratic-republic-of-the-congo-relationship>. Accessed: June 6, 2023.

U.S. Relations With Democratic Republic of the Congo. US DEPARTMENT OF STATE, April 15, 2020. Available at: <https://www.state.gov/u-s-relations-with-democratic-republic-of-the-congo/>. Accessed: June 6, 2023.

UAE STATEMENT AT THE UN SECURITY COUNCIL MEETING ON THE SITUATION IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF THE CONGO. PERMANENT MISSION OF THE UNITED ARAB EMIRATES TO THE UNITED NATIONS, March 29, 2023. Available at: <https://uaeun.org/statement/uae-UNSC-DRC-29mar/>. Accessed: May 28, 2023.

UGANDA in Eastern DRC. HUMAN RIGHTS WATCH, [s.d]. Available at: <https://www.hrw.org/reports/2001/drc/drc0301-03.htm>. Accessed: June 6, 2023.

UK government to be sued over Congolese ‘conflict minerals’. THE GUARDIAN, Jul 26, 2010. Available at: <https://www.theguardian.com/world/2010/jul/26/global-witness-congo-conflict-minerals>. Accessed: May 28, 2023.

UKRAINE’S Foreign Policy in President Zelensky’s First Year. POLISH INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS, Jun 18, 2020. Available at: [https://www.pism.pl/publications/Ukraines\\_Foreign\\_Policy\\_in\\_President\\_Zelenskys\\_First\\_Year](https://www.pism.pl/publications/Ukraines_Foreign_Policy_in_President_Zelenskys_First_Year). Accessed: June 9, 2023.

UKRAINIAN Troops Return Home From UN Mission In D.R. Congo To Help In War Effort. RADIO FREE EUROPE, Sept 18, 2022. Available at: <https://www.rferl.org/a/ukraine-congo-peacekeeping-russia-invasion/32039926.html>. Accessed: June 9, 2023.

UN Human Rights Council 51: Enhanced Interactive Dialogue on the Democratic Republic of Congo. GOV.UK, [s.d]. Available at: <https://www.gov.uk/government/news/un-human-rights-council-51-enhanced-interactive-dialogue-on-the-democratic-republic-of-congo>. Oct 5, 2022. Accessed: May 31, 2023.

US deploys troops to Gabon amid fears of unrest in DRC. AL JAZEERA, Jan 5, 2019. Available at: <https://www.aljazeera.com/news/2019/1/5/us-deploys-troops-to-gabon-amid-fears-of-unrest-in-drc>. Accessed: May 25, 2023.

VIOLENCE is endemic in eastern Congo: what drives it. THE CONVERSATION, Feb 25, 2021. Available at: <https://theconversation.com/violence-is-endemic-in-eastern-congo-what-drives-it-156039>. Accessed: May 25, 2023.

WHAT is the latest conflict in the DR Congo about? AL JAZEE-

THE FIGHTING TO THE PARAMILITARY GROUPS IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO

RA, June 21, 2022. Available at: <https://www.aljazeera.com/features/2022/6/21/explainer-what-is-the-latest-conflict-in-the-drc>. Accessed: March 1, 2023.

“WE are here today to share the messages of the courageous women leaders of DRC”. PERMANENT MISSION OF FRANCE, March 29, 2023. Available at: <https://onu.delegfrance.org/we-are-here-today-to-share-the-messages-of-the-courageous-women-leaders-of-drc>. Accessed: May 29, 2023.

2021 COUNTRY Reports on Human Rights Practices: Democratic Republic of the Congo. US DEPARTMENT OF STATE, 2021. Available at: <https://www.state.gov/reports/2021-country-reports-on-human-rights-practices/democratic-republic-of-the-congo/>. Accessed: June 6, 2023.

\*\*



# **IMPRESA INTERNACIONAL**

Guia de Estudos

# Imprensa Internacional

*Kaique Cangirana Trovão<sup>1</sup>*  
*Lara Garcia Gonçalves<sup>2</sup>*  
*Liara Luiza Durigon Pozzobon<sup>3</sup>*  
*Maria Luisa Simioni<sup>4</sup>*  
*Nataniele Paim Schmutz<sup>5</sup>*

## 1. INTRODUÇÃO

No projeto de extensão PelotasMUN, o qual segue o Modelo de Simulações das Nações Unidas (MUN), os estudantes têm a oportunidade de participar ativamente de simulações acadêmicas das Nações Unidas, atuando como delegados, representantes da mesa e jornalistas. Cada uma dessas funções desempenha um papel fundamental nas tomadas de decisões e discussões relacionadas à política internacional e desdobramentos diplomáticos. Em particular, o papel da imprensa internacional durante esses debates é fundamental.

Ao relatar as discussões, a imprensa contribui para a disseminação de informações e transparência do processo do debate. Ela informa não somente os participantes do MUN mas também o público geral sobre os diversos pontos de vista, propostas e falas feitas durante a si-

---

1 Kaique Cangirana Trovão é discente do curso de Jornalismo na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

2 Lara Garcia Gonçalves é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

3 Liara Luiza Durigon Pozzobon é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

4 Maria Luisa Simioni é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

5 Natanieli Paim Schmutz é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

mulação. Ademais, a imprensa também é capaz de criar um ambiente construtivo para a discussão, questionando e entrevistando delegados sobre suas posições, além de trazer reflexões críticas.

A cobertura jornalística no contexto das simulações MUN também deve auxiliar na promoção da conscientização e da compreensão pública sobre as questões internacionais e diplomáticas. Ao relatar os tópicos abordados sobre as decisões dos delegados, a imprensa dissemina o conhecimento e promove um debate mais coerente a respeito dos desafios globais. Como jornalistas, os participantes do PelotasMUN desempenham o papel de comunicadores e observadores neutros, responsáveis por relatar e documentar as discussões, ações e resoluções que ocorrem ao longo da simulação, por meio de uma plataforma a qual irão desenvolver as suas notícias de “minuto a minuto”.

Desse modo, com o objetivo de auxiliar os participantes a compreenderem as diversas singularidades entre os órgãos de imprensa selecionados para a décima edição do Pelotas MUN, foi feita uma breve introdução a respeito destes. Cada um dos jornais possui uma linha editorial e suas preferências dentro da área do jornalismo e comunicação.

A maneira como as notícias são divulgadas, localidade em que o jornal está sediado e suas tendências e visões de mundo na qual estão ligadas com a sua linha editorial que cada periódico segue. Essas características variam de acordo com a publicação. Portanto é de suma importância que o jornalista esteja familiarizado com o jornal escolhido a fim de desempenhar melhor as suas atividades propostas ao longo do evento.

Portanto, como uma forma de auxiliar esses jornalistas na disseminação das discussões, esta seção apresenta uma visão e descrição geral dos jornais selecionados para a Press do PelotasMUN 2023. Este guia fornecerá informações sucintas sobre a abordagem de cada jornal, entretanto é altamente recomendável que o jornalista realize sua própria pesquisa sobre o jornal o qual irá selecionar.

Os jornais selecionados para a edição deste ano possuem sites próprios, os quais estão disponíveis para consulta pública dos participantes e, além disso, o Guia de Regras irá descrever as possíveis atividades a serem praticadas pelos jornalistas do PelotasMUN 2023, bem

como as plataformas a serem utilizadas, assim como as suas respectivas funções.

## 2. JORNAIS

De acordo com Nogueira (2012) o relacionamento com as mídias é uma das esferas da interação social moderna, pois, os meios de comunicação para as massas são agentes sociais em processos de construções cognitivas coletivas, ao vincularem em larga escala os discursos escolhidos.

Por meio da disseminação desses discursos, as mídias moldam as percepções individuais e coletivas, influenciando como as pessoas interpretam e compreendem o mundo ao seu redor. Desse modo, através dessa comunicação é que as percepções se transformam em causas políticas, mobilizando indivíduos e grupos em torno de ideias e questões relevantes.

Os processos políticos e diplomáticos desempenham um papel importante na definição desses fatos, uma vez que, envolvem negociações, acordos e tomadas de decisões nos quais moldam as estruturas e instituições sociais. As plataformas digitais como redes sociais, jornais, revistas e os demais meios de comunicação, são o intermédio de como esse conhecimento político e social chegará à sociedade civil.

Dessa forma, através desses meios de comunicação será possível disseminar as informações dos debates selecionados para o PelotasMUN 2023 dos comitês escolhidos como: a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o United Nations Security Council (UNSC).

Ademais, visando abordar as problemáticas destes comitês, os temas escolhidos para esta edição de PelotasMUN são: “O controle internacional das armas nucleares” e “A garantia internacional do direito de autodeterminação dos povos” (AGNU); “O acesso dos refugiados à trabalhos e serviços financeiros” e “A guerra da Ucrânia e o impacto no fluxo migratório do leste europeu” (ACNUR); “Transnational extremism: the proliferation of radical groups in Europe” e “The fighting to the paramilitary groups in the democratic republic of congo” (UNSC).

Portanto, visando debater tais temáticas, o comitê Press selecionou 4 jornais de diferentes países formando a Imprensa Internacional, buscando diversas formas de disseminação de informações e uma cobertura mais plural nas questões debatidas ao longo da simulação. Os jornais selecionados para o PelotasMUN 2023 serão: China Daily (China), El País (Espanha), Folha de São Paulo (Brasil) e The Washington Post (Estados Unidos).

## 2.1 CHINA DAILY

O Jornal chinês, criado oficialmente em 1981 tem suas publicações controladas pelo Partido Comunista da China, é publicado em língua inglesa e possui a maior tiragem dentre os jornais escritos em inglês de todo o país. Publicando a cada edição mais de duzentas mil cópias e contando com mais de 350 milhões de leitores segundo o próprio jornal, foi o primeiro dos jornais nacionais a utilizar o idioma após a libertação da China, que ocorreu em 1949.

A redação do jornal está atualmente localizada em Pequim, no distrito de Chaoyang, e contando com mais 35 escritórios provinciais e municipais espalhados por todo o país, além de 14 escritórios e 33 centros de impressão em grandes cidades pelo mundo, como Nova York, Washington, DC, Londres e outras, o que explicita não apenas o tamanho do jornal, mas principalmente a intenção e os esforços empreendidos para que ele atinja não apenas a população nacional, mas principalmente a população estrangeira, garantindo um maior alcance para suas notícias.

Outro fator que aponta a magnitude do China Daily é o alcance que seu site possui, mobilizando mais de 36 milhões de leitores de 180 países que baixaram o aplicativo China Daily, e seu PV chega a 52 milhões, se mostrando segundo o próprio jornal, “a plataforma multimídia em inglês mais influente da China”. Faz parte do Ásia News Network, que é uma iniciativa que estabelece uma rede para que 24 organizações de notícias tradicionais em 20 países asiáticos compartilhem conteúdos editoriais entre si.

Ainda acerca das iniciativas de integração do jornal em questão,

é possível apontar o China Watch, que viabiliza a colaboração do China Daily para com as principais organizações de mídia global em suas publicações, ele consiste basicamente na publicação do jornal como encarte em jornais como o Le Figaro, El País, Gazeta, The Washington Post, Rossiyskaya e vários outros. No caso do China Watch, as publicações são feitas em sete idiomas (inglês, francês, alemão, japonês, russo, espanhol e português).

Com o argumento de melhorar a comunicação governamental, o jornal desenvolveu várias plataformas, dentre elas, aplicativos e sites que serviram aos mais diversos órgãos estatais, desde a Comissão Nacional de Saúde, o Supremo Tribunal popular, ou a Administração Estatal de Assuntos de Especialistas Estrangeiros.

Isso demonstra como ele tem sido utilizado intensamente como ferramenta política pelo partido que o controla e influenciado no governo chinês, sendo possível inclusive, notar as influências do próprio governo nas publicações. Apesar disso, os editoriais se demonstram pouco críticos e é possível notar que existem muitas controvérsias sobre a natureza das publicações, para o jornalista Ho Lok-Sang:

As histórias são bem contadas. Mas infelizmente, não importa o quão bem são contadas, elas normalmente são descartadas pelas pessoas devido a impressão que são publicadas na mídia que é porta-voz do Partido Comunista chinês. Porque foram censuradas, as pessoas acreditam que as histórias apresentam somente uma visão e não vale a pena ler. (SANG, 2021, tradução nossa).

Em contrapartida, o jornalista Mitch Moxley relata ter vivido uma experiência que foge bastante de tais afirmações quando foi contratado para redigir textos no jornal chinês:

Enquanto a maior parte de meu trabalho consistia em escrever peças consideradas amigáveis para o governo, sexta-feira era o dia em que eu trabalhava editando matérias e polindo as opiniões que seriam publicadas no China Daily. Muitos artigos não possuíam argumentos baseados em fatos, muitas vezes sustentados em nada. Muitos violavam tudo que eu aprendi acerca da ética jornalística, incluindo o próprio código de conduta do China Daily: “Factual, honesto, justo e completo”. Às vezes era difícil editar as páginas de opiniões, mas eu não tinha muita escolha. Eu sabia que muitas reclamações iriam surgir. (MOXLEY, 2013, tradução livre).

Ou seja, as afirmações antagônicas demonstram que, apesar de se projetar como um jornal informativo e formal, o perfil do China

Daily é controverso e a influência direta do governo sobre aquilo que é publicado não apenas caracteriza como também direciona os assuntos que devem ser tratados em suas publicações.

## 2.2 EL PAÍS

O jornal surge junto ao movimento democrático espanhol em 1976 após o fim do franquismo, período da ditadura militar instaurada por Francisco Franco na Espanha. O El País teve sua primeira publicação registrada em seis meses após a morte do ditador, o que representava uma nova era para sociedade e imprensa espanhola. O El País foi o primeiro jornal de orientação originalmente democrata da Espanha, visto que seus concorrentes haviam cedido às implicações e concessões de um regime militar e sua comunicação deturpada pela política ditatorial presente no país na segunda metade do século XX. (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2011).

Em 1981, o jornal finalmente se destacou como o principal expoente do jornalismo independente quando optou por noticiar a tentativa de golpe que raptou parlamentares e membros do poder executivo espanhol sob o comando militar incentivado pela TV e Rádio espanhóis. O El País saiu às ruas para cobertura do golpe em um movimento intitulado “El país, com a Constituição”. O jornal consolidou-se como democrático e constitucional chegando a apoiar abertamente o candidato Felipe González, líder do Partido Socialista Operário Espanhol que seria eleito pela maioria da população em 1982 como terceiro presidente desde a redemocratização espanhola em 1976 (Observatório da Imprensa, 2011).

Em 1990, o El País foi o segundo jornal espanhol a ter uma versão online e foi o primeiro a lançar o sistema de assinaturas em 2002, modelo perpétuo até hoje e, que mesmo reduzindo o seu acesso, permite a exclusividade e qualidade de conteúdos em seu site, aplicativos e newsletter, além de contribuir para sua sustentabilidade financeira (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2011).

O jornal sediado na capital em Madri é um dos principais no país e possui a maior veiculação de exemplares digitais na Europa além

de escritórios em grandes cidades da Espanha como Sevilha, Valência, Barcelona e Bilbao onde fomenta o mercado de notícias em idiomas locais e distintos como galego, catalão e euskera. As notícias são predominantemente sobre a Espanha, mas entre as editoriais de maior destaque estão incluídas a cultura, economia e política internacional relacionada a Espanha (EDITORIAIS DO EL PAÍS, 2021).

Além de possuir versões globalizadas em países da América Latina como México, Colômbia, Chile e Argentina, o jornal já contou com uma versão brasileira. O El País Brasil iniciou-se em 2013 quando o jornal possuía um grande índice de acessos brasileiros, de forma online manteve sua veiculação por oito anos até que em 2021 o jornal decretou o fim de sua edição no país pela falta de recursos e subsídios necessários para financiar suas atividades no Brasil.

Sua assinatura está sendo comercializada a U\$5 por mês ou U\$50 por ano que incluem a leitura ilimitada, conteúdos exclusivos e acesso a ferramentas em seu site, aplicativos e newsletter. Atualmente o jornal conta com mais de 300 mil assinantes, mas ainda possui acessos livres a seu conteúdo mais popular.

## 2.3 FOLHA DE SÃO PAULO

O jornal Folha de São Paulo é reconhecido como um importante veículo de comunicação brasileiro, sediado na cidade de São Paulo. Sua trajetória remonta a 19 de fevereiro de 1921, quando um grupo de jornalistas liderado por Olival Costa e Pedro Cunha fundou o jornal “Folha da Noite”, como uma alternativa ao periódico dominante da época, O Estado de S. Paulo, que adotava uma postura conservadora e tradicional. Posteriormente, em julho de 1925, foi criada a edição matutina denominada “Folha da Manhã”, como complemento à “Folha da Noite”. Mais tarde, após 24 anos, surgiu a “Folha da Tarde”. Finalmente, em 1º de janeiro de 1960, os três títulos se uniram, dando origem ao jornal Folha de S. Paulo. (FOLHA DE S.PAULO, 2023).

Ao longo dos anos, a Folha de São Paulo consolidou sua posição e influência no cenário jornalístico nacional. Em 1950, iniciou-se a impressão de todas as edições do jornal no prédio localizado na Alameda

Barão de Campinas, que foi posteriormente ampliado com a construção de um segundo edifício na Alameda Barão de Limeira, no bairro dos Campos Elísios, tornando-se a sede principal da empresa. Atualmente, esse complexo é a sede principal da empresa.

A circulação do jornal alcançou marcos significativos ao longo de sua história. Em 1986, a Folha de São Paulo tornou-se o jornal de maior circulação em todo o país, liderando essa posição até 2021 (IVC, 2022). Vale ressaltar que, atualmente, O Globo é o jornal de maior circulação no Brasil (IVC, 2022). Além disso, a presença da Folha de São Paulo também se estende ao meio digital. O jornal acompanhou a evolução tecnológica e, em julho de 2011, passou a publicar a Folha Internacional na internet, disponibilizando notícias traduzidas para o espanhol e inglês.

## 2.4 THE WASHINGTON POST

O jornal *The Washington Post* começou a ser publicado em 6 de dezembro de 1877, mas foi em 1905, quando o jornal foi comprado por John R. McLean, que o *Post* aumentou sua circulação e publicidade e também seus lucros. No entanto, a lealdade de McLean ao Partido Democrático levou o jornal a perder muita da sua credibilidade e influência. Em 1916, o filho de McLean, Edward, tornou-se o editor, mudando a lealdade do jornal para o Partido Republicano.

Em seguida, no ano de 1933, o financeiro republicano Eugene Meyer comprou o jornal e articulou novos princípios orientadores, que podem ser vistos na missão do *The Washington Post* até hoje. Desse modo, alguns dos Princípios para a Direção de um Jornal são,

Dizer a verdade o mais próximo da verdade possível; O jornal deve contar toda a verdade, tanto quando puder saber, sobre os assuntos importantes da América e do mundo; O que imprime deve ser uma leitura adequada tanto para os jovens quanto para os idosos; O dever do jornal é com seus leitores e com o público em geral, e não com os interesses privados de seus proprietários. (MEYER, 1935).

Ao longo dos anos o *Post* divulgou inúmeras histórias e construiu uma reputação que foi além dos limites da cidade de Washington, se tornando uma potência nacional. Tal como, em 1971, o jornal desem-

penhou um papel na publicação dos documentos do Pentágono, sobre o envolvimento norte-americano na Guerra do Vietnã. O Post, também, possui 73 prêmios Pulitzer, o mais famoso deles remetendo ao escândalo de Watergate, cuja investigação dos repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein contribuiu para a queda do presidente estadunidense Richard Nixon.

O Post gosta de se definir como um jornal local, e trabalha para cobrir com responsabilidade a área onde seus leitores vivem. No entanto, dado também que Washington é a capital dos EUA, “local” em seu caso muitas vezes significa questões de âmbito nacional e internacional. (CABE; LUNDBERG, 2014).

Mais recentemente, em 2013, o The Washington Post foi comprado pelo fundador da Amazon, Jeff Bezos, e tem se tornado novamente uma potência conhecida por suas reportagens investigativas, com uma grande audiência digital substancial em uma era de declínio da mídia impressa. O Post vem aumentando suas assinaturas digitais, permitindo atrair leitores de outros Estados americanos e também do exterior, que não leriam o jornal se não fosse pela internet.

### 3. LINHAS EDITORIAIS

#### 3.1 CHINA DAILY

Sendo tratado como “a voz da China” ou “a janela da China” por muitos que a ele se referem, o público do jornal tem sido constituído nacionalmente por diplomatas, formuladores de políticas governamentais do país e cidadãos de classe alta. Já no âmbito internacional, é possível notar que ele informa membros de parlamentos, pesquisadores, estudantes universitários, funcionários de governos, organizações internacionais ou multinacionais. Isso se dá devido à autoridade atribuída a ele, que têm se colocado como uma importante fonte de informações sobre política, economia, sociedade e cultura.

Nas análises de linhas editoriais, a abordagem dominante “para investigar múltiplas características linguísticas em estudos contrastivos é a análise multidimensional (MD)” (Gardner et al., 2018: 2). Nela são avaliadas algumas variáveis que de forma conjunta compõem e definem

o estilo editorial de cada veículo. Nessa análise, temos 5 dimensões principais: nível de envolvimento na produção, preocupações narrativas ou não narrativas, a forma com que expressam sua postura institucional, expressão ostensiva de argumentação e estilo abstrato.

Dentro desses campos de análise, o jornal em questão se apresenta como bastante informativo, abstrato, tendo uma forte postura institucional e extremamente formal. Esses fatores muito provavelmente são grandes atrativos para o público que o China Daily tem atraindo no decorrer do tempo. Ou seja, demonstrar levar o jornalismo e as notícias a sério, colocando-as para o público de maneira formal em sua estruturação faz com que seus leitores o vejam com seriedade. Por sua vez, a característica informativa é o que faz com que estrangeiros, estudiosos e pessoas interessadas no campo político se atraiam por ele, buscando ter sempre as notícias de fato relevantes para um dos países mais observados do mundo nos últimos tempos. De acordo com o próprio jornal, eles estão “fornecendo informações valiosas sobre a segunda maior economia do mundo. Consequentemente, é citado com mais frequência pela mídia estrangeira do que qualquer outra publicação chinesa”. (CHINA DAILY, 2023)

Em um estudo acerca do uso de um jornalismo construtivo nas narrações sobre o Ebola na África, pesquisadores constataram que há uma ampla diferença entre coberturas da mídia ocidental da oriental e suas narrações. Eles utilizaram o China Daily como um de seus objetos de estudo, demonstrando uma abordagem construtiva, trazendo alternativas aos estereótipos negativos comumente apresentados, influenciando diretamente a visão que cada leitor irá criar acerca do tema tratado.

## 3.2 EL PAÍS

Segundo Juan Luis Cebrián, presidente do Grupo Prisa que edita o jornal, o EL PAÍS deveria ser, acima de tudo, um jornal plural e democrático (ARIAS, 2017). Cebrián retrata em sua autobiografia que o objetivo do El País é ser “lido e respeitado, tanto pela elite como pelas pessoas comuns, que desempenhasse um papel essencial na formação

da opinião pública” (CEBRIÁN, 2016).

O El País é um jornal dito liberal e progressista que se distancia de postos polarizados como a esquerda e direita. Sua editoria se consolida com uma base social-democrata estabelecida e de credibilidade no jornalismo europeu que presenciou a retomada da democracia espanhola com um partido de esquerda que futuramente se envolverá em escândalos de corrupção antagonizados pelo próprio jornal. O El País se manteve distante e imparcial ao Partido Socialista Operário da Espanha do qual deu voz e apoiou diretamente na retomada da democracia quando a esquerda não tinha voz na mídia massiva e tradicionalmente funcionalista do governo militar (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2011).

No entanto, mesmo com sua história de coragem em defesa da democracia e alianças públicas, o El País configura-se como um jornal independente a vertentes políticas justificando a democracia e liberdade de imprensa como o único motivo para declaração de apoio a um líder político opositor ao regime ditatorial espanhol lembrado como “franquismo” (EDITORIAIS DO EL PAÍS, 2021).

Antonio Caño, jornalista e ex-diretor do jornal, retrata que: “o EL PAÍS não é um jornal de esquerda. Nem pretendeu ser. É um jornal liberal, progressista, que se conecta com as tendências de modernizar e de conseguir o progresso da sociedade à qual se dirige” (ARIAS, 2017).

“O EL PAÍS nunca se vinculou com nenhuma ideologia. Sempre foi, e continua sendo, um jornal comprometido com a democracia e a defesa das minorias marginalizadas” afirmou Juan Arias, jornalista há mais de 40 anos no jornal El País. Segundo o jornalista, o jornal segue sendo crítico aos poderes políticos, adepto a economia liberal e políticas progressistas no campo social, defensor dos direitos humanos e laico ao sempre defender a separação entre igreja e estado.

Na Espanha, o jornal foi o primeiro a aderir à figura do Ombudsman, um crítico direto do jornal que faz parte do próprio, fiscalizando e contribuindo para o desenvolvimento do ato jornalístico daquele mesmo jornal considerado de centro-esquerda. O Ombudsman representava a pluralidade e representação pública da opinião crítica ao próprio El País e era chamado de defensor do leitor (OBSERVATÓRIO DA

IMPrensa, 2011).

### 3.3 FOLHA DE SÃO PAULO

De acordo com o site do periódico:

A Folha se propõe a fazer uma curadoria de notícias, oferecendo conteúdo variado e expondo seus leitores a diversos pontos de vista. O jornalismo profissional praticado concentra-se em temas de informação geral e interesse público, traduzidos em material útil e compreensivo para o maior número de pessoas (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023).

Dessa forma, os principais alicerces de sua linha editorial seriam o pluralismo, o apartidarismo, o jornalismo crítico e a independência, definindo-se “como veículo de inspiração liberal, reformista e aberto à pluralidade de tendências, sempre mantendo firme compromisso com a defesa da democracia.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023).

A Folha de São Paulo é um jornal que aclama sustentar uma linha de fiscalização crítica em relação a todos os poderes constituídos, independentemente de sua coloração partidária ou base social e política. O jornal determina como sua missão “Produzir e organizar conteúdo jornalístico crítico, plural e apartidário.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023). Já como sua visão, a Folha de São Paulo (2023) declara ter como meta o aprimoramento da democracia e a diminuição das desigualdades no Brasil em sua visão. Seus valores se resumem em seis, sendo eles: compromisso com o leitor; diversidade; excelência; independência econômica e editorial; integridade e liberdade de expressão. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023).

Além de seus valores, sua visão e missão, o jornal Folha de São Paulo lista 12 princípios editoriais:

1. Confirmar a veracidade de toda notícia antes de publicá-la
2. Praticar um jornalismo que ofereça resumo criterioso e atualizado do que acontece de mais relevante em São Paulo, no Brasil e no mundo, com ênfase na obtenção de informações exclusivas
3. Priorizar temas que, por afetarem a vida da coletividade ou de parcelas expressivas da população, sejam considerados de interesse público
4. Promover os valores do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa, da equalização de oportunidades, da democracia representativa, dos direitos humanos e da evolução dos costumes

5. Abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar conteúdos proveitosos ou inspiradores
6. Cultivar a pluralidade, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas; registrar com visibilidade compatível pontos de vista diversos implicados em toda questão controversa ou inconclusa
7. Obrigar-se a ponderar os argumentos da parte acusada e, publicando uma acusação, garantir espaço ao contraditório
8. Manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão
9. Preservar o vigor financeiro da empresa como esteio da independência editorial e garantir que a produção jornalística tenha autonomia em relação a interesses de anunciantes; assegurar, na publicação, características que permitam discernir entre conteúdo jornalístico e publicitário
10. Estabelecer distinção visível entre material noticioso, mesmo que permeado de interpretação analítica, e opinativo
11. Rechaçar censura e outras agressões à liberdade de expressão, reconhecendo, no caso de abuso comprovado dessa liberdade, a responsabilização posterior dos autores, nos termos da lei
12. Identificar e corrigir com destaque erros de informação cometidos; publicar manifestações de crítica ao próprio jornal; manter mecanismos transparentes de autocontrole e correção. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023).

Esses princípios teriam o pressuposto de difundir informações confiáveis e opiniões qualificadas, estimulando o exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento das ideias e da sociedade.

De modo a traduzir as características do jornal Folha de São Paulo e do Projeto Folha em si, foram redigidos sete textos que exprimem esses princípios. O primeiro foi publicado em 1981 com o título 'A Folha e alguns passos que é preciso dar'; o segundo em 1984 sob o nome 'A Folha depois da campanha diretas-já'; 'Novos rumos' em 1985; em 1988 'A hora das reformas'; em 1997 foi publicado o 'Caos da informação exige jornalismo mais seletivo, qualificado e didático'; e, por fim, o mais recente em 2017, o 'Jornalismo profissional é antídoto para notícias falsas'. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023).

Além disso, segundo o professor e jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva, "o jornal se destacou, principalmente nos últimos 40 anos,

por uma atitude editorial muito ousada e frequentemente bastante defensora dos princípios da democracia”. (RÁDIO USP, 2023) Ademais, comenta que a Folha de S. Paulo foi o primeiro jornal brasileiro a implementar a instituição do Ombudsman, uma figura que permite que o jornal exerça o autocontrole e permite que os leitores tenham uma participação mais intensa no desenvolvimento do jornal.

### 3.4 THE WASHINGTON POST

O The Washington Post caracteriza como suas políticas e padrões o compromisso de evitar conflitos de interesse ou a aparência de conflito de interesse sempre que possível, adotando políticas rigorosas nessas questões. Evita o envolvimento em quaisquer causas partidárias - políticas, assuntos comunitários, ações sociais, manifestações - que possam comprometer ou parecer comprometer a habilidade de relatar e editar justamente. Mas, não deixa de se posicionar em assuntos políticos e sociais, como pode ser visto nos exemplos dos casos dos ‘Papéis do Pentágono’ e ‘Watergate’.

O The Washington Post também, empenha-se em divulgar ao máximo possível aos seus leitores as fontes das informações em suas matérias, para tornar os relatórios o mais transparente possível. Ainda mais, a diversidade está no centro do jornalismo do Washington Post, sendo uma organização que valoriza e está comprometida a construir uma cultura de diversidade e equidade. (THE WASHINGTON POST, 2023)

## 4. REFERÊNCIAS

ABOUT China Daily Group. China Daily. Disponível em: [https://www.chinadaily.com.cn/e/static\\_e/about/](https://www.chinadaily.com.cn/e/static_e/about/) Acesso em: 24 de jun. de 2023.

ABOUT the Post. The Washington Post. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/about-the-post/> Acesso em: 18 jun. 2023.

ARIAS, Juan. O EL PAÍS é um jornal de esquerda? El País. Madri, Es-

panha. 22, fev 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/22/opinion/1487788532\\_309244.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/22/opinion/1487788532_309244.html) Acesso em: 18 jun. 2023.

CABE, Delia. LUNDBERG, Kristen. Convert Activity: The Washington Post, Edward Snowden and the National Security Agency. Case Consortium @ Columbia, set. 2014. Disponível em: [https://ccnmtl.columbia.edu/projects/caseconsortium/casestudies/147/casestudy/www/layout/case\\_id\\_147.html](https://ccnmtl.columbia.edu/projects/caseconsortium/casestudies/147/casestudy/www/layout/case_id_147.html). Acesso em: 18 jun. 2023.

CEBRIÁN, L. Juan. Primera página: Vida de un periodista. Barcelona: Debate, 2016.

EM 100 anos de história, Folha de São Paulo se destaca pela coragem e ousadia. Rádio USP USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/em-100-anos-de-historia-folha-de-sao-paulo-se-destaca-pela-coragem-e-ousadia/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

HAUTZINGER, Daniel. Defining Moments of The Washington Post 's 140-year story. WTTW, 6 dez. 2017. Disponível em: <https://interactive.wttw.com/playlist/2017/12/06/defining-moments-washington-posts-140-year-history> Acesso em: 18 de jun. de 2023.

HISTÓRIA. Folha de S. Paulo. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia\\_40.htm](https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_40.htm). Acesso em: 18 jun. 2023.

LINHA editorial. Folha de S. Paulo. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/institucional/linha\\_editorial.shtml?fill=2](https://www1.folha.uol.com.br/institucional/linha_editorial.shtml?fill=2). Acesso em: 18 jun. 2023.

MENDES, Heloisa Mara. MENDONÇA, Marina Célio. Editoriais do El País a partir da perspectiva dialógica. 2021. 28 f. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso, São Paulo, SP, 2022.

MOXLEY, Mitch. Fear and Loathing at the China Daily. The Atlantic. Disponível em: <https://tibet.net/fear-and-loathing-at-the-china-daily/>. Acesso em: 27 de jun. de 2023.

NOGUEIRA, S. Reflexões sobre o papel da mídia na construção do nationess: os casos da Telesur e da Al-Jazeera. Carta Internacional, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 127–148, 2012. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/61>. Acesso em: 17 jun. 2023. O grupo. Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol>.

com.br/institucional/o\_grupo.shtml. Acesso em: 18 jun. 2023.

OBSERVATÓRIO da Imprensa: El País – Espanha. Direção: Emília Ferraz. Produção: Edilaine Silva Pedro Nabuco. São Paulo: Labjor, 2011.11 temp.

POLICIES and Standards. The Washington Post. Disponível em:<https://www.washingtonpost.com/policies-and-standards/>. Acesso em 19 de jun. de 2023.

PROJETO editorial - Folha de S.Paulo: Sua Excelência, o Consumidor de Notícias. Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/sua-excelencia-o-consumidor-de-noticias.shtml>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ROSA, João Luiz. Como Jeff Bezos mudou tudo no ‘Washington Post’. Nota Alta ESPM, 29 maio. 2019. Disponível em: Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/6278051/como-jeff-bezos-mudou-tudo-no-washington-post#> Acesso em: 18 de jun. de 2023.

SANG, Ho Lok. What’s needed to tell the China story effectively. chinadailyhk. Disponível em: <<https://www.chinadailyhk.com/article/233749>>. Acesso em: 27 de jun. de 2023.

WASHINGTON Post company history. The Washington Post. 1 Jan. 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/company-history/> Acesso em: 18 de jun. de 2023.

YING, Huang. WEI Ren. A novel multidimensional analysis of writing styles of editorials from China Daily and The New York Times. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0024384119305303#preview-section-snippets/> Acesso em: 24 de jun. de 2023.

ZHANG, Yanqiu; MATINGWINA, Simon. A new representation of Africa? The use of constructive journalism in the narration of Ebola by China Daily and the BBC. African Journalism Studies, v. 37, n. 3, p. 19-40, 2016. Disponível em:<https://www.tandfonline.com/doi/ref/10.1080/23743670.2016.1209224?scroll=top&role=tab/> Acesso em: 27 de jun. de 2023.

